

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DA INDÚSTRIA

RUBIA CRISTINA WEGNER

**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA CHINESA PUXADA PELO ESTADO:
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO, CRIAÇÃO DE NOVOS ATORES
EMPRESARIAIS, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INTERNACIONALIZAÇÃO**

Rio de Janeiro

2023

RUBIA CRISTINA WEGNER

**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA CHINESA PUXADA PELO ESTADO:
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO, CRIAÇÃO DE NOVOS ATORES
EMPRESARIAIS, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INTERNACIONALIZAÇÃO**

Tese de doutoramento submetida ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Economia.

Orientador: Professor Eduardo Costa Pinto

Fevereiro de 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

W412m Wegner, Rubia Cristina.
Modernização agrícola chinesa puxada pelo Estado: estratégias de desenvolvimento, criação de novos atores empresariais, inovação tecnológica e internacionalização / Rubia Cristina Wegner. – 2023.
328 f.; 31 cm.

Orientador: Eduardo Costa Pinto.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia, 2023.
Bibliografia: f. 193-206.

1. Desenvolvimento agrícola. 2. Política agrícola. 3. China. I. Pinto, Eduardo Costa, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 338.1

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB/7 – 6787
Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Arno, e à minha mãe, Mara, pelo amor e carinho incondicionais. Meu pai, especialmente nos últimos anos, revelou-se um esteio imbatível, um “pai dos sonhos”. Minha mãe sempre esteve no lugar de muito cuidado e proteção para comigo, “a mãe mais carinhosa e amorosa da Vila Flores”. Estes agradecimentos deixam por escrito o meu sentimento diário de gratidão por vocês dois terem vindo com a missão de me gerar, criar e me guardar.

Ao meu irmão, Arno Júnior, meu apoio, meu ombro e meus ouvidos nesses anos. Sempre será o meu menino. O mais bonito, o mais inteligente e o mais sábio. Além de tudo, nossos pais me deram você de presente.

Às minhas irmãs, Mirele e Melina, que me deram a imensa alegria de renovar o melhor sentimento que pode haver: a chegada de uma irmã. Minhas pequenas, obrigada pelo frescor em nossos, infelizmente, sempre breves encontros.

Aos meus primos e às minhas primas, especialmente, Bianca, Gabriel, Gerson, Radael, Rafael, Ricardo, Richar, que nesses últimos dois anos foram companhias presentes e revigorantes.

Aos meus avós, Jesus e Nilda, Vendolino e Herta, que, infelizmente, depois de tanta ausência minha – “porque eu tinha que escrever e trabalhar” –, não poderão acompanhar o fim desse processo. Meu avô Vendolino partiu quando eu começava o mestrado; minha avó Nilda, em 2016; e meu avô Jesus e minha avó Herta partiram em 2021. O amor, o carinho e o cuidado que tiveram comigo sempre estarão entre minhas mais felizes recordações.

Às minhas queridas amigas de sempre: Ana Paula, Cleide, Isabel, Sabrina e Tatiana, pelo carinho e companheirismo nesses anos todos. Especialmente Ana e Isabel, minhas irmãs escolhidas. Também à minha amiga de sempre, Sinara Camera, minha companheira ‘escudeira fiel’.

Aos meus colegas de Departamento de Ciências Econômicas na Universidade Federal Rural, campus Seropédica, Adriana Vassalo, Alexandre Freitas, Antônio José Alves Junior, Cleber Ferrer Barbosa, Débora Pimentel, Eduardo Callado, Eduardo Scaletsky, Guilherme Weber, Iraci Matos, José Antônio Veiga, Lamounier Vilela, Marcelo Fernandes e Miguel de Carvalho, que frequentemente me lembravam de que eu precisava chegar ao fim deste processo. Um agradecimento também ao nosso secretário

de departamento, Melquisedec Nestor, e à Elisângela da Costa, secretária da direção do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

Um agradecimento especial ao meu querido amigo, Marcelo Fernandes, companheiro carinhoso de desventuras e venturas nessa epopeia de escrever a tese junto com assumir o cargo de coordenação do curso. Uma das pessoas mais agradáveis e corretas que tive e tenho a grata alegria de conviver e dividir a trajetória da minha carreira docente. Ao Alexandre, também um agradecimento por sempre ter sido muito afetuoso comigo e me “cobrado”, quase que diariamente, que eu precisava marcar a defesa desta tese. A Antônio José, que me dá a honra da amizade e do companheirismo e pelo incentivo mandatário para marcar a defesa desta tese.

Dentre meus colegas da UFRRJ, agradeço ainda a Luciano Felix, que, a despeito de ser “aloz” nas minhas atribuições na coordenação do curso, foi um bem-humorado “incentivador” desta defesa: “Rubia, defende essa tese!”. À Andreia Resende, que ficou muito feliz quando lhe disse que a data da defesa estava marcada.

Agradeço ainda à Clarissa Oliveira, pela escuta e pelos “puxões de orelha”, sempre sábios e precisos, mas também pelas conversas animadas ao luar da Ecologia. Ao Cristiano Riger, pelo companheirismo enquanto ambos estivemos na coordenação, em nossos respectivos cursos de graduação, e por compartilhar comigo anseios com os rumos da educação superior pública e gratuita.

Não posso deixar de agradecer ao “pessoal da Codep” (Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas) da Rural, que sempre foi e é muito profissional e atencioso, bem como disposto a solucionar todas as muitas dúvidas relacionadas com capacitação.

Aos meus amigos e amigas graças à ADUR-RJ (Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), especialmente à Regina Cohen Barros, minha geógrafa preferida que “se rebelou comigo” me fazendo “agilizar a defesa da tese”. Sem que eu comentasse, pediu que eu lhe enviasse os capítulos para que ela os lesse. Categoricamente, em uma mensagem de áudio informou, “Rubia, sua tese está pronta, marca logo essa defesa, por favor!”.

Agradeço ainda à Andrea Sampaio, minha amiga de risadas, boas conversas e de luta. À Lia Teixeira, amiga, conselheira e companheira de lutas. À Lucia Valadares, “minha” intelectual orgânica, defensora da educação pública, gratuita e de qualidade. À Elisa Guaraná, pelo aprendizado constante da política sindical e de seu papel para defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, e da nossa carreira docente. À Ana Dantas, exemplo de dedicação à educação superior pública, gratuita e de qualidade.

Também agradeço ao professor Luís Mauro, que sempre me ensinou e ensina muito sobre política sindical e nosso sindicato, mesmo que tenhamos, muitas vezes, posicionamentos distintos.

Um afetuossíssimo agradecimento a minha “amiga de infância”, Lucia Helena. Obrigada por renovar a todos os bons sentimentos que as amizades verdadeiras trazem consigo. E à Norma Maciel, que veio nessa mesma “leva”. Muito obrigada, minhas queridas.

Agradeço também a Marco e Areza, donos do melhor bar da Baixada Fluminense: Blend Tabacaria. Ao seu Hélio, que se tornou uma pessoa de minha confiança neste último ano.

Ao meu orientador, professor Eduardo Costa Pinto, que, em uma conversa inicial de orientação, convenceu-me do tema que eu deveria desenvolver nesta tese. Sem dúvidas, esse caminho me permitiu seguir na temática da minha vida, que é a agricultura. E pelo apoio e paciência nesse processo. Obrigada!

Quero, ainda, agradecer ao professor Ricardo Bielschowsky, que teve muita compreensão e atenção, além de muito carinho por mim em minha primeira matrícula do doutorado, também no IE-UFRJ.

À Universidade pública brasileira, que é o núcleo de minha trajetória e culmina nesta defesa de tese de doutorado, além de me permitir contribuir com a formação de dezenas e dezenas de pessoas e com a criação de conhecimento e sua extensão para a sociedade brasileira. Especialmente, à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde me filio por esta tese, e à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde trabalho desde 2012.

RESUMO

WEGNER, Rubia Cristina. **Modernização agrícola chinesa puxada pelo Estado:** estratégias de desenvolvimento, criação de novos atores empresariais, inovação tecnológica e internacionalização. 2023. 277 f. Tese (Doutorado em Economia da Indústria) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Resumo: O objetivo desta tese é analisar a estratégia de modernização agrícola chinesa, entre 2004 e 2021, conduzida pelo Estado, e seu planejamento, em suas múltiplas dimensões (inovação tecnológica, crédito, criação de novos atores privados/conglomerados e coordenação das políticas). Por modernização da agricultura entende-se aqui como o processo de mudança estrutural, centrado na industrialização da agricultura. A estratégia de modernização pretende, simultaneamente, aumentar a produtividade agrícola, garantir a segurança alimentar e nutricional, aumentar a competitividade internacional da agricultura chinesa e proporcionar um desenvolvimento econômico e social nas áreas rurais. Além disso, são apresentados os efeitos dessa modernização na cadeia produtiva agrícola chinesa da carne de porco. A metodologia usada foi bibliográfica e documental. Como principal resultado, concluímos que o processo em curso tem combinado agricultura familiar inserida em dinâmicas complexas de acumulação de capital na agricultura, conciliando assim o campesinato e a produção em larga escala por meio das empresas líderes da industrialização da agricultura.

Palavras-chave: China; desenvolvimento agrícola; novos atores empresariais.

ABSTRACT

WEGNER, Rubia Cristina. **Chinese agricultural modernization driven by the state: development strategies, creation of new business actors, technological innovation and internationalization.** 2023. 277f. Thesis (Ph.D. in industry economics) - Institute of Economics, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Abstract: The main objective of this thesis is to analyze Chinese agricultural policy, in its multiple dimensions (technological innovation, creation of new business actors and policy coordination), focused on the contemporary modernization process of agriculture. By contemporary modernization of agriculture we understand the process of structural transformation of agriculture in China under state planning and started in the late 1990s, but accelerated from 2004. Structural transformation, in turn, we understand as the industrialization of agriculture, introduction of modern inputs, S&T projects, new business arrangements with farmers, increased scale of production combined with the search for income generation in the countryside and improvement of living conditions. The methodology used was bibliographical and documental. We started from the conclusions of academic works that pointed out that this modernization would represent a reproduction of agribusiness in the North American style. As a main result, we conclude that the ongoing process has combined family farming with complex dynamics of capital accumulation in agriculture.

Key-words: China; agricultural development; new business actors.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – AGRICULTURA NA ENGRENAGEM DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: DIMENSÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS	21
1.1 Considerações sobre a evolução das políticas agrícolas da China no período maoísta	21
1.2 Entre o campesinato e a grande produção agrícola	29
1.2.1 – As referências teóricas do papel da agricultura na acumulação de capital em economias socialistas	29
1.2.2 – Lenin, Kautsky e os populistas: penetração do capital no campo sustenta o desenvolvimento capitalista ou é passo para o socialismo?	37
1.3 – Tesoura de preços e o campesinato na acumulação de capital em uma economia socialista	51
1.3.1 Agricultura e industrialização pesada – opções de política soviética	51
1.3.2 – Acumulação primitiva socialista – proletarização e industrialização ..	54
1.3.3 - Modelização da tesoura de preços e a busca por respostas para o papel da questão agrária e desenvolvimento	60
1.4 – Elementos gerais para pensar a questão da modernização agrícola chinesa: uma nova síntese entre campesinato e grande produção agrícola?	66
CAPÍTULO 2 – MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA CHINESA ENTRE 1990 E 2018: INDICADORES, POLÍTICAS E DEBATE TEÓRICO	72
2.1. – ASPECTOS E CONSIDERAÇÕES DA EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS: DÉCADAS DE 1980 E DE 1990	72
2.2 – ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DA ORGANIZAÇÃO DE POLÍTICA AGRÍCOLA DA CHINA: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL	79
2.3 – MODERNIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AGRICULTURA DA CHINA: INDICADORES, POLÍTICAS, DEBATE TEÓRICO, CAMPESINATO E TERRA	90
2.3.1 - Evolução de indicadores de produtividade, de consumo, de emprego e renda agrícola	91
2.3.2 Política agrícola de modernização: elementos gerais e debate teórico	11
2.3.3 – Campesinato e terra na China como limites à acumulação agrícola	24
CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA NA CHINA: PREMISSAS, TEORIA E POLÍTICA AGRÍCOLA DO PCCh	35

3.1 – Política agrícola e instrumentos para modernização do campo na China: análise do período recente com base nos relatórios de implementação de orçamento	37
3.1.1 – <i>Retomada da agricultura na estratégia nacional de desenvolvimento – evidências a partir do orçamento central</i>	39
3.1.1.1 – Relações de produção, empresas e trabalho	44
3.1.1.3 – Mercados agrícolas	49
3.1.1.4 – Insumos e inovação tecnológica	54
3.1.1.5 – Sistema de terras, condições de vida e meio ambiente	57
3.1.1.6 – Acesso ao crédito rural e financiamento	62
3.1.2 - <i>Principais pontos da política agrícola chinesa desde os primeiros anos do século XXI</i>	64
CAPÍTULO 04 – MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA PUXADA PELO ESTADO: A ESTRATÉGIA DE CRIAÇÃO DE NOVOS ATORES EMPRESARIAIS	74
4.1 – REVITALIZAÇÃO DO RURAL NA CHINA E EXPANSÃO DOS ATORES PRIVADOS NA AGRICULTURA	75
4.2 – OS NOVOS ATORES DA MODERNIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AGRICULTURA	80
4.2.1 – <i>Agricultores especializados, agricultores familiares, grandes controladores especializados</i>	80
4.2.2 – <i>Cooperativas agrícolas ou de agricultores</i>	83
4.2.3 – <i>Dragon heads enterprises (DH) – empresas líderes da industrialização da agricultura</i>	95
4.3.4 – <i>Fazendas Estatais</i>	107
4.3.5 – <i>Supermercaditização – novos atores na circulação moderna de alimentos na China</i>	111
CAPÍTULO 5 – MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA – A BUSCA DE UM NOVO PADRÃO AGRÍCOLA	119
5.1 – Inovação Tecnológica e 4ª Revolução Industrial na China recente: uma síntese do papel estatal	120
5.2 – Modernização da agricultura da China no marco da 4ª Revolução Industrial	129
5.2.1 – <i>Planos nacionais e estratégia de desenvolvimento agrícola e rural</i>	132
5.2.2 - <i>C&T em agricultura da China – iniciativas em andamento</i>	138
CAPÍTULO 6 – AGRICULTURA MODERNA EMPRESARIAL COM CARACTERÍSTICAS CHINESA: O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DA CARNE DE PORCO	150
6.1 – Complexo agroindustrial da carne de porco na China: aspectos teóricos ...	151
6.2.1 – Produção e consumo de carne de porco na China	161

6.2.2 – Integração vertical e multinacionais: agricultura, pecuária e carne de porco	170
6.2.2.1 – <i>A construção da grande empresa multinacional na China</i>	170
6.2.2.2 - Bright Foods, JIC, Shenzhen Donghua Tong.....	178
6.2.2.3 – New Hope Liuhe Co., Ltd.	179
6.2.2.4 - WH Group/Shuanghui.....	183
6.2.2.5 - Wen’s Food Group Co. Ltd.....	184
6.2.2.6 - Ali Digital Agro – Alibaba Digital Agriculture Division	184
6.2.2.7 - China National Agricultural Development Group Co. Ltd. (CNADC)/China Animal Husbandry Co. (CAHIC).....	185
6.2.2.8 - Zhejiang Huatong Meat.....	186
6.2.2.9 – Muyuan Food Co. Ltd.	187
6.2.2.10 - Shanghai Meilin Zhengguanghe Co. Ltd.	188
CONCLUSÃO	190
REFERÊNCIAS	193
ANEXO I - EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLA DA CHINA	207
ANEXO II – CAMPONESES – ASPECTOS CONCEITUAIS	228
ANEXO III – SISTEMA POLÍTICO E CONSTITUIÇÃO DA CHINA	233

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 - China: evolução, em %, da participação de governo central e de governos locais na receita geral do Estado (1978-2018)	79
Gráfico 2.2 - China: evolução, em %, da participação de governo central e de governos locais no gasto geral do Estado (1978-2018)	80
Gráfico 2.3 - China: variação (em %) da disponibilidade (produção) de alimentos per capita em 2018 comparado a anos selecionados	91
Gráfico 4.1 - Evolução do número de empresas industriais médias e grandes – privadas e state-holding – em unidade (1998-2019)	160
Gráfico 4.2 - Evolução do número (%) de empresas industriais médias e grandes privadas por ramo (2014-2019)	161
Gráfico 4.3 - Evolução da participação, em %, de entidades de negócios por status de registro no total de empresas (2010-2017)*	185
Gráfico 4.4 - Evolução do volume de negócios, atacado e varejo, todos os setores, em RMB 100 milhões (2009-2018)	195
Gráfico 4.5 - Vendas em e-commerce (100 milhões RMB) por setor (2013-2018)	196
Gráfico 4.6 - Lojas de conveniência, supermercados e hipermercados: evolução da participação, em %, de número de lojas no total de empresas de varejo (2009-2018)	197
Gráfico 4.7 - Evolução da participação, em %, de pontos de venda de setores de alimentos em relação ao total de pontos de venda (2009-2018)	199
Gráfico 4.8 - Evolução da participação, em %, do volume de negócios no comércio atacado por setor de alimentação em relação ao volume total do atacado (2009-2018)	200
Gráfico 6.1 - Evolução da produção de porco/abate em 1 milhão de cabeças comparada entre China, Brasil e EUA (1991-2019)	248
Gráfico 6.2 - China: Balança comercial da carne de porco em valor (US\$ mil) e quantidade (toneladas)	248
Gráfico 6.3 - China: evolução da balança comercial de soja (1961-2018)	250

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - Contribuições principais de Lenin e Chayanov	38
Quadro 2.1 - Modernização e revitalização do rural da China: princípios e metas	97
Quadro 2.2 - Terra na China: métodos de transferência vigentes (2017)	115
Quadro 3.1 - Relação dos documentos consultados para elaborar este capítulo	122
Quadro 3.2 - China: Orientações do PCCh e do CE para desenvolvimento agrícola (2004-2022)	125
Quadro 3.3 - Tipologia das relações entre agroindustrialização e agricultores na China	154
Quadro 5.1 - Inovação tecnológica para agricultura e pecuária na China (2021)	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1- China: Evolução área cultivada em 1000 hectares (1999-2017)	86
Tabela 2.2 - China: Evolução área irrigada e uso de tratores (1999-2017)	88
Tabela 2.3 - China: Evolução da quantidade produzida de produtos agrícolas em 10 mil toneladas (1999-2017)	89
Tabela 2.4 - China: disponibilidade (produção) de alimentos, em Kg/per capita (1978-1999-2018)	91
Tabela 2.5 - China: consumo per capita de principais produtos alimentícios por residências urbanas, 1990-2018 (Em Kg)	93
Tabela 4.1 - State Farms: caracterização (1996-2017)	193
Tabela 4.2 - China: quadro do comércio em varejo e atacado, em número de unidades, compras e vendas (2005-2018)	196
Tabela 5.1 - Número de empresas com inovação de produto ou processo ^(a) por status de registro (em unidades) – 2016-2018	205
Tabela 6.1 - China: evolução da estrutura de produção de carne de porco (1996-2019)	247
Tabela 6.2 - China: padrões do IDE em agricultura – transações acima de US\$ 1 bilhão (2006-2020)	256
Tabela 6.3 - China: maiores empresas de alimentos e bebidas no país (2022)	258

LISTA DE SIGLAS

BRI *Belt and Road Initiative*

NPC Congresso Nacional do Povo

CPPCC Comitê Nacional da *Chinese People's Political Consultive Conference*

CASS Academia Chinesa de Ciências Agrícolas

CE Conselho de Estado

C&T Ciência e Tecnologia

CFDA *China Food and Drug Administration*

ELN Exército de Libertação Nacional

GLF Grande Salto Adiante

GPS *Global Positioning System*

AQSIQ *General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine*

HRS Sistema de Responsabilidade Familiar *Household Responsibility System*

IoT Inteligência Artificial

MARA Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais

MoF Ministério das Finanças da China

NPC Congresso Nacional do Povo

NEP Nova Política Econômica

NRRM *New Rural Reconstruction Movement*

OMC Organização Mundial do Comércio

ONG Organização Não Governamental

I PQ I Plano Quinquenal

PCCh Partido Comunista da China

PIB Produto Interno Bruto

RRM *Rural Reconstruction Movement*

RPC República Popular da China

SAN Segurança Alimentar e Nutricional

SAMR *State Administration for Market Supervision*

State Administration of Industry and Commerce (SAIC)

SNCTI Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE Zonas Econômicas Especiais

INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 2000, o governo central da China tem lançado documentos e promulgado leis para a modernização agrícola. Segundo Aglietta e Bai (2017), o 13º Plano Quinquenal (2016-2020) apontou os seguintes eixos para o avanço da modernização, a saber: implementação de mecanização e inovações tecnológicas nas propriedades agrícolas; reforma na propriedade e destinação da terra para aumentar a escala de produção (larga escala); criação e estímulos, por parte o governo central, de novos atores, sobretudo, as empresas privadas líderes da industrialização da agricultura (integração da agricultura com a indústria); políticas de subsídios e financiamento da atividade agrícola, como, por exemplo, a criação de bancos de vila (*village*) e de município (*township*) para ampliar o oferecimento de serviços financeiros na zona rural.

Essa modernização busca, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade agrícola, garantindo o atendimento da Segurança Alimentar e Nutricional da China e a competitividade internacional da agricultura chinesa; e promover o desenvolvimento agrário com a promoção de melhoria das condições de vida nas áreas rurais¹ e erradicação da pobreza.

Pressões sobre a oferta de serviços públicos, além das dificuldades oriundas do funcionamento do *hukou*², bem como da crescente desigualdade de renda entre rural e urbano e entre regiões do país, impõem mudanças mais profundas do setor, que não apenas elevação da produtividade. O governo concebe a revitalização do rural como duplo mecanismo: consolidar uma agricultura competitiva internacionalmente e em posição estratégica para o desenvolvimento econômico da China, inaugurando o ‘novo campo socialista’. Nas palavras do atual ministro da agricultura da China – Han Changfu³:

¹ Um caso a ser citado é a chamada ‘revolução dos banheiros’, lançada em 2015 e que o governo central deverá instalar ou renovar banheiros para 10 milhões de famílias rurais em 30 mil aldeias, até 2019, com alocação de RMB 7 bilhões em fundos (Xinhua, 2019). http://portuguese.xinhuanet.com/2019-03/11/c_137884592_3.htm

² Em 1955, foi institucionalizado sistema, o *hukou*, que ligaria cada indivíduo a um local de residência determinado, mais do que um registro de residência, representou e representa um instrumento de controle, pelo Estado, do fluxo de mão de obra entre zona rural e urbana. Fairbank e Goldman (2006: 437): “*peasants were restricted to their home villages through a system of household registration (hukou), decollectivization, the move to the market, and the growth of the nonstate sector and foreign-joint enterprises broke down the immobility of the system.*”

³ Em: <https://www.devex.com/organizations/ministry-of-agriculture-and-rural-affairs-china-135935>

Now, China is taking up an important historical opportunity in the development of agriculture and rural economy. Taking into consideration the national interests at the new stage of economic development in the new century, the central government has put forward basic requirements for taking the solve of problems facing agriculture, rural areas and farmers as top priority in all our work; identified the basic strategy for balancing urban and rural development; determined that the country has entered such a stage in economic development of having industries to promote agriculture and cities to help the countryside; worked out the basic principle of getting industry to support agriculture and cities to support the countryside, and giving more, taking less and loosening control; and set basic tasks for building a new socialist countryside.

Para atender a demanda crescente da população por carnes, é necessária a produção de grãos usados para ração animal. Suas limitações de terra arável, bem como de acesso à água, exigem que China importe grãos. Duas questões de Segurança Alimentar e Nutricional, em termos de oferta de alimentos, emergem desse contexto estrutural decorrente da maciça urbanização da economia chinesa: (1) restrição de terras para produção de alimentos outros, como verduras, legumes e frutas e (2) necessidade de importação de grãos. Entre 1998 e 2007, as importações chinesas de carne cresceram, por ano, 19% (LIU et al, 2006; FAO, 2007).

Está colocado um desafio de aumentar a produção agrícola sem aumentar a área de terra arável em meio, ainda, a objetivos em princípio conflitantes, como a produção de alimentos e a conservação de recursos naturais. Larson (2013) destacava que o aumento da produtividade agrícola chinesa dependeria de investimentos em melhorias da fertilidade do solo, pela expansão e melhoria do sistema de irrigação, pelo controle da poluição do solo e pelo desenvolvimento de variedades de culturas de maior qualidade. São esses aspectos buscados no âmbito da modernização da agricultura da China.

O desenvolvimento integrado da agricultura com a indústria sem piorar o quadro da poluição e aproveitando os recursos disponíveis é o contexto no qual as ações para acelerar a modernização da agricultura chinesa deverão ocorrer, de acordo com os documentos oficiais do Conselho de Estado (CE) e Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh).

Há um planejamento estatal para modernização da agricultura para direcionar a produção agrícola nacional, tradicionalmente assentada em pequenas propriedades familiares para padrões de grande escala e para a produção intensiva sob características chinesas. Cabe observar que, na atual etapa de modernização agrícola, o CE e o Comitê Central do PCCh têm criado instrumentos (subsídios, financiamento, criação de novos

atores privados, investimento público, políticas preferenciais de preços agrícolas etc) para uma capitalização socialista no campo evitando a destruição da pequena produção.

O desafio de combinar metas como ‘harmonia social e desenvolvimento econômico’, ‘rejuvenescimento da nação’ e ‘modernização do campo de acordo com o socialismo de características chinesas’, tem sido o desafio histórico do governo central chinês.

A origem dessa tese parte de uma indagação simples, como um país com agricultura assentada em exploração de pequenos lotes, com uma, ainda, grande parte da população residindo na zona rural, com heterogeneidade e atrasos no processamento de alimentos e no acesso próprio a insumos modernos (altos custos de produção) poderia chegar a uma agricultura industrializada e moderna sem provocar um ainda maior contingente de população migrante para a zona urbana. E a hipótese principal, a agricultura da China passa por uma transformação das relações de produção, de trabalho e de integração de capitais e de produtividade que combina pequena e grande produção incentivados a promover a integração vertical desde os agricultores familiares orquestrado pelo CE e Comitê Central do PCCh.

Diante disso, esta tese tem como objetivo analisar a estratégia de modernização agrícola chinesa, entre 2004 e 2021, direcionado pelo Estado e seu planejamento, em suas múltiplas dimensões (inovação tecnológica, crédito, criação de novos atores privados/conglomerados e coordenação das políticas). Modernização esta que pretende, simultaneamente, aumentar a produtividade agrícola, garantir a segurança alimentar e nutricional, aumentar a competitividade internacional da agricultura chinesa e proporcionar um desenvolvimento econômico e social nas áreas rurais. Além disso, são apresentados os efeitos da modernização na cadeia produtiva agrícolas da carne de porco.

Para tanto, além desta introdução, esta tese está dividida em seis capítulos. O primeiro tem um caráter eminentemente teórico ao apresentar as discussões da agricultura e limites à acumulação de capital em economias socialistas, bem como da contraposição entre modelo tradicional chinês e industrialização da agricultura. As seções e subseções deste capítulo abordarão questões de fundo que se seguirá nos capítulos desta tese, organizando os argumentos e referências utilizadas.

O capítulo 2 prossegue o debate apresentado no capítulo 1 no sentido do contexto em que se dá a modernização da agricultura no socialismo de mercado de características chinesas. Para tal, o objetivo do capítulo 2 é analisar e discutir a evolução da estrutura de planejamento para modernização contemporânea da agricultura da China. Para tal,

utilizam-se principais indicadores agrícolas (de produção, de produtividade, de emprego e renda), políticas e demais ações estatais implementadas, bem como o debate teórico sobre a modernização da agricultura da China que incorpora a discussão sobre campesinato, escala de produção e utilização e propriedade da terra.

No capítulo 3, discorre-se sobre alguns parâmetros da modernização contemporânea da agricultura da China, sistematizando as principais ações e os principais programas com base em documentos oficiais do CE do PCCh e o Congresso Nacional do Povo (NPC). Este capítulo busca apresentar de forma objetiva as ações do governo central para modernizar a agricultura (em suas dimensões fiscal, creditícia, financeira e tecnológica), entre 2004 e 2020, e mostrar como os objetivos dessa política estão centrados na construção de novos tipos de gestão e novos atores no setor rural chinês, levando em conta, sobretudo, a questão da especialização e escala de produção, do crédito e da tecnologia.

O capítulo 4, prossegue com a discussão do capítulo 3 ao trazer a apresentação e discussão dos resultados das ações apresentadas anteriormente, considerando-se sua associação com a regulamentação do sistema de terras (apresentando no segundo capítulo), pelos seus efeitos em criar criação dos novos atores no campo, sobretudo os vinculados a agricultura empresarial. Assim, o capítulo 4 tem como objetivo apresentar e analisar os novos atores empresariais que atual na atividade agrícola chinesa, destacando as empresas líderes da industrialização da agricultura em termos de sua criação, evolução e, em alguma medida, governança, destacando que as empresas líderes da industrialização da agricultura são o núcleo dessa modernização contemporânea da agricultura.

O capítulo 5 tem como objetivo apresentar e analisar o papel desempenhado pela inovação tecnológica e pela 4ª Revolução Industrial na modernização agrícola chinesa, destacando a atuação estatal nesse processo. Busca-se indicar que esse processo de modernização contemporânea da agricultura consiste em uma expressiva ‘reforma estrutural pelo lado da oferta’ (meta indicada em diversos documentos oficiais e que será explicitada ao longo dos capítulos).

E, por fim, no último capítulo, analisa-se um ramo produtivo específico, no caso, carne de porco. Um dos setores em que há maior transformação, com expansão dos casos de integração vertical e atuação de empresas líderes. Compreender o escopo e a evolução dessas empresas quanto à oferta de alimentos (carne de porco), mas também quanto ao modelo de desenvolvimento rural em si.

Além destes capítulos, foram elaborados 3 documentos que foram incorporados à tese na forma de anexos. São três ao todo. E, embora não sejam fundamentais para compreensão dos argumentos desta tese, são relevantes. No caso do Anexo I, compreendermos que desde a sua fundação, a República Popular da China (RPC) depositou na agricultura a fonte de estabilidade socioeconômica e legitimação do PCCh. E que a modernização contemporânea da agricultura, efetivamente iniciada em fins da década de 1990, partiu dos erros e acertos do planejamento estatal anterior para a agricultura. O Anexo II foi elaborado com a tentativa de se organizar construtos teóricos para definição de camponês x agricultor familiar na China. De partida, esse seria um ponto a ser argumentado, nessa tese, como consequência da modernização contemporânea. No entanto, notou-se que era preciso primeiro compreender a modernização contemporânea da agricultura da China para então se retornar aquela discussão conceitual e por isso o que já havia sido produzido foi transformado no Anexo II. Claro, essa é uma discussão que deverá ser aprofundada e fica para estudos futuros. O Anexo III expressa a percepção de que não é possível estudar a China sem uma mínima compreensão de seu sistema político.

Quanto ao período de análise, buscou-se chegar ao máximo até 2021. No entanto, a disponibilidade de dados, sua sequência (das categorias de dados) e uniformidade nem sempre permitiram que esse período mais largo fosse seguido.

CAPÍTULO 1 – AGRICULTURA NA ENGRENAGEM DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: DIMENSÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar as linhas gerais da evolução das políticas agrícolas na China maoísta, buscando identificar as dimensões históricas e teóricas (questão do campesinato x grande produção agrícola e a tesoura de preços e o campesinato) que jogam luz sobre o processo de modernização da agricultura na China. As questões tratadas neste capítulo são pontos básicos que serão explorados ao longo de toda a tese, e têm relação com a forma como a agricultura foi sendo inserida no projeto chinês de desenvolvimento, em termos de opção política e em termos de resultado alcançado no âmbito do setor.

Para tanto, além desta introdução, este capítulo está dividido em três seções. Na primeira, é apresentada a evolução das políticas agrícolas na China, destacando o período maoísta. Na segunda seção, é realizada uma discussão a respeito do debate teórico acerca do papel do campesinato e da grande produção agrícola na modernização da agricultura. Por fim, na terceira seção, é apresentado a questão da tesoura de preços e o campesinato na acumulação de capital em uma economia socialista.

1.1 Considerações sobre a evolução das políticas agrícolas da China no período maoísta

Nesta subseção, serão apresentados e descritos momentos de inflexão da agricultura na China, desde o período maoísta. Busca-se descrever esses fatos para que ao final desta subseção, seja possível caracterizar a modernização da agricultura no País. Para o período anterior às reformas econômicas, implementadas a partir de 1978, adotar-se-á a seguinte periodização, conforme Spence (1990), Fairbank e Goldman (2006) e Naughton (2007):

- (a) Período maoísta (1949-1978)⁴
 - i. Consolidação da República Popular da China (1949-1952)
 - ii. Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957)

⁴ Para uma análise mais detalhada, ver Anexo I.

- iii. Grande Salto Adiante (1958-1960)
- iv. Recuperação Econômica (1961-1965)
- v. Revolução Cultural (1966-1976)
- vi. Sucessão Política Mao Tse Tung (1977-1978)

(b) Período das reformas econômicas

(c) Fortalecimento das Reformas

(d) Rejuvenescimento da nação

O período maoísta da periodização acima será mais destacado, neste capítulo, quando comparado aos demais períodos, uma vez que se pretende apresentar as discussões teóricas do papel do campesinato e da grande produção agrícola e da “tesoura de preços” agricultura e indústria no âmbito da acumulação primitiva socialista. Cabe observar que os demais períodos históricos (b, c e d) serão tratadas nos próximos capítulos.

Entre 1949 e 1972, as principais ações de política para o campo, de acordo com Gurley (1976), foram: (i) reforma da terra, de 1949 a 1952, em que se redistribuiu renda e salários, bem como se aumentou o consumo da população na zona rural; (ii) coletivização e comunização, de 1955 a 1959, que elevou a produção agrícola; (iii) formação de capital para agricultura, entre 1960 e 1972, PCCh levou ao aumento do consumo de bens de capital e outros insumos, estabelecendo pequenas indústrias em quase todo o campo; (iv) os termos de troca se alternaram entre agricultura e indústria a favor da agricultura e dos camponeses, entre 1953 e 1972, levando ao aumento dos preços pagos pelo Estado para adquirir os produtos agrícolas e a redução de preço de muitos insumos comprados pelos camponeses⁵.

Entre 1953 e 1958⁶, o crescimento da agricultura foi puxado por bons desempenhos da atividade no centro-oeste e sudeste do país. Excetuando-se o período do

⁵ Algumas considerações. De acordo com Gurley (1976), 300 milhões de camponeses receberam 700 milhões de mu de terras – 45% do total da terra arável do país: dois terços foram tomados de senhores da terra, um terço de fazendeiros ricos. A reforma agrária buscava encorajar os agricultores a se organizar e tomar a terra produtivamente para si, além disso, permitiu ao Estado capturar, via tributação, uma grande parte da riqueza e, por conseguinte, distribuí-la. A participação da agricultura na geração de receita pelo Estado também aumentou, o que viria a se tornar uma das marcas do desenvolvimento econômico chinês. A economia chinesa, nos primeiros anos do período maoísta, recuperara os níveis de produção da agricultura e da indústria de antes da guerra, o que, de acordo com Riskin (1987), equivaleria a um crescimento de 50% de bens de capital e 30% de bens de consumo, de 1949 a 1952. Dessa forma, a reforma agrária acontecia por todo o país, generalizando-se a expropriação da aristocracia fundiária com a conseguinte redistribuição entre os camponeses. Alguns direitos básicos eram também proporcionados, tais como educação primária, saúde.

⁶ A mudança da organização no campo para comunas – com transformação, em 1958, de 750 mil cooperativas para 23 mil comunas, contemplando 90% da população chinesa da zona rural (BÈRGERE,

Grande Salto Adiante⁷ (GLF – sigla em inglês), houve situação de segurança alimentar durante todo o período maoísta, porém, sem que houvesse melhorias significativas no padrão dietético. O setor agrícola, mesmo em 1978, representava 30% do PIB chinês, sendo a indústria leve de insumos dependente do desempenho da agricultura. Com a implementação do *hukou*, - sistema de registro de residência – no final do 1º PQ (1953-1957), os fluxos migratórios, que vinham sendo expressivos (ASH, 2004), foram controlados. Durante o período maoísta, um dos desafios impostos pelo *hukou* para o rural foi o de ser necessário absorver mão-de-obra no campo. Ainda de acordo com Ash (2010), entre 1957 e 1976, a proporção de força de trabalho envolvida em atividades agrícolas caiu menos de 6%, enquanto, apenas em 1968, três quartos da força de trabalho seguiam na atividade agrícola. A coletivização foi relevante para maximizar o emprego da força de trabalho no próprio campo.

1980) – resultou em uma das mais expressivas mudanças do período maoísta, seguindo os três pontos essenciais projetados para o GLF (Grande Salto Adiante). Isto é, as comunas eram unidades produtivas com elevado grau de autonomia administrativa – de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo planejamento central –, eram economicamente autossuficientes, produziam bens agrícolas para seu próprio consumo e entregavam o excedente para o Estado, além de bens industriais para consumo próprio, fornecimento de serviços básicos, como saúde e educação. Cada comuna deveria funcionar como uma experiência socialista, sem a separação entre trabalhadores e meios de produção, sem forte separação entre trabalho intelectual e manual, bem como sem a rígida hierarquia na organização da produção. Morais (2011) acrescenta a relevância da organização em comunas para a estratégia chinesa de defesa, uma vez que a descentralização produtiva tornaria o país menos propenso a invasões.

⁷ O Grande Salto Adiante (GLF), mais do que diretrizes para crescimento e planejamento econômico, buscava determinar diretrizes político-ideológicas, tendo por metas: (i) relações de produção mais igualitárias; (ii) desenvolvimento de forças produtivas e (iii) descentralização da atividade econômica para o interior do país (WHEELWRIGHT; MCFARLANE, 1970; BÈRGERE, 1980; NAUGHTON, 2007). Naughton (2007) considera que durante o GLF o maoísmo desenvolveu pela primeira vez uma perspectiva ou uma visão do que seria o socialismo, tendo esse programa sido conduzido muito mais por idealismo do que por consistência lógica. Sobretudo Wheelwright e McFarlane (1970) ressaltam que o GLF não representou um conjunto de medidas de políticas fracassadas, como argumentado por economistas do ocidente – Chan (2001), por exemplo –, mas sim um grande impulso à industrialização – “*crash industrialization program*”. A construção de plantas de larga escala e intensivas em capital ocorria a partir das indústrias de base – química, siderúrgica, mineração –, enquanto as indústrias trabalho-intensivas representavam o fator de ajuste da elevada disponibilidade de mão de obra. Na base do primeiro quinquenal, vale dizer, estava a coordenação entre os diferentes tipos de indústria, não somente para garantir a construção dos projetos prioritários (indústria de base) como para construção de mecanismos para retorno desses investimentos.

Tabela 1.1 China: evolução, em média anual e %, dos indicadores de desempenho setorial

Itens	1952-1978	1975-1978
PIB agrícola	2,20	5,15
Emprego agrícola	2,02	0,84
Produtividade do trabalho agrícola	0,17	4,27
PIB industrial	9,29	8,82
Emprego industrial	5,84	4,83
Produtividade do trabalho industrial	3,25	3,81
PIB serviços	4,18	7,86
Emprego em serviços	3,20	6,73
Produtividade do trabalho em serviços	0,96	1,05
Produtividade agregada	1,78	4,74

Fonte: Riskin (1987)

Na avaliação de Huang e Gao (2013), entre as décadas de 1960-1970, a agricultura chinesa experimentou uma espécie de “revolução verde” com introdução de insumos mais modernos, além do aumento de investimento líquido, intensidade de modernização em lavouras de arroz, trigo e milho. Para esses autores, “*The dimensions of the increase have been such as to propel a quiet revolution in farming methods*” (p.39).

Naughton (2007) concorda que, entre 1960 e 1970, a agricultura chinesa cresceu, mas ressalta que sob um processo de intensificação do uso da terra e intensificação da modernização de aplicação de nutrientes no solo. A política agrícola *Grain First*⁸ desempenhou papel essencial nesse processo. Com a abundância de mão de obra em relação à escassez de terra cultivável, a agricultura tende a ser trabalho-intensiva, de modo que, para minimizar os preços relativos dos produtos agrícolas⁹, torna-se necessário intensificar o uso da terra. Essa intensificação de capital pode se dar por meio de agroquímicos (*quimicalização*) ou de bens de capital (*tratorização*). Na China, os principais elementos da “Revolução Verde” implementados foram: irrigação, agroquímicos e melhoria de sementes.

⁸ Em resposta aos efeitos do GLF, Mao introduziu “Grain-First Campaign”, que consistia na promoção do cultivo de grãos prioritários pela população rural para fazer frente à fome.

⁹ Uma análise neoclássica em microeconomia tradicional baseada em determinação de preço de equilíbrio a partir de isoquantas e do uso de fatores de produção – terra e trabalho. Essa abordagem foi originalmente usada por Hayami e Ruttan (1985), na comparação do desenvolvimento agrícola do Japão com o dos EUA e serviu de embasamento para justificar a Revolução Verde nos países capitalistas.

Em 1963, Mao já havia chefiado o movimento Educação Socialista visando conter o que entendia como desvirtuamento da Revolução (NABUCO, 2009). Em 1964, durante o 3º Congresso Nacional do Partido, Zhou Enlai afirma a necessidade de se proceder às “Quatro Modernizações” para Agricultura, Indústria, Defesa, Ciência & Tecnologia. Em 1964, é lançado o livro “Citações do presidente Mao Tsé-Tung” ou o “Livro Vermelho”, destinado ao Exército de Libertação Nacional (ELN), sobretudo. Em 1964, são retiradas as insígnias das fardas dos militares do ELN para reafirmar seu compromisso com o igualitarismo, bem como são realizados seus primeiros testes com a bomba atômica com aproveitamento de pesquisas que foram realizadas quando da presença dos técnicos soviéticos no país (SPENCE, 1990). Em função do isolamento internacional e da guerra dos EUA com o Vietnã desde 1964, a China implementou o programa Terceiro Fronte cujo objetivo era criar bases produtivas em áreas remotas do País, reafirmando os propósitos de descentralização produtiva das comunas e foi interrompido com o início da Revolução Cultural¹⁰, em 1966.

Após a Revolução Cultural, as condições materiais da população não melhoraram. Essas transformações, como observou Oi (1989), não resolveram um ponto essencial: como dividir entre os camponeses, os ganhos obtidos com a safra. Quer dizer, complementam Fabirbank e Goldman (2006), ao mesmo tempo assegurar alimentos às cidades e renda aos camponeses se constituiu um ponto nevrálgico. O Estado regulava os preços e determinava ao camponês a quantidade a ser produzida. Os camponeses, em suas respectivas comunas, acessavam alimentos conforme os níveis de produção alcançados nos times de produção aos quais se vinculavam. Além do isolamento internacional, o país começava a década de 1970 com reduzida capacidade de importar, bem como dependente da importação de alimentos (MEDEIROS, 1999).

Até meados da década de 1970, os preços da agricultura eram regulados pelo Estado. Havia um sistema de preços aplicado à produção que observava as cotas fixadas pelo governo central e um sistema para a produção que ia além dessas cotas. Fairbank e Goldman (2006) explicam que o primeiro sistema dizia respeito à participação do Estado,

¹⁰ É salutar destacar que a Revolução Cultural foi um movimento de muita complexidade e que, por não ser objeto desta tese, não será analisado. Por outro lado, para compreender o acontecimento das reformas em 1978-1979, deve-se compreender os desdobramentos da Revolução Cultural sobre a inflexão política do PCCh. Entre 1965 e 1966 – após um jornalista apontar a ópera de 1961, “Hai Rui demitido do Cargo” como um ato de traição ao então presidente Mao Tsé-Tung –, ocorre dentro do Partido uma polarização sobre os rumos que se deveria tomar na condução da China. Em 16 de maio, o PCCh emite circular que dissolvia o “Grupo dos Cinco” e sentenciava os seus membros à prisão e criava, em seu lugar, o Grupo Central da Revolução Cultural – liderado por Jiang Qing e Yao Wenyuan –, cujo objetivo era alterar a cultura do país, a qual, entendiam, havia se aburguesado sobremaneira.

quer dizer, era o que deveria ser pago obrigatoriamente. A segunda parte consistia naquele montante a ser retido para a colheita seguinte e se destinaria a sementes, pasto para animais e grãos, além da participação dos camponeses conforme seu time de produção. A participação individual dos camponeses era usualmente paga em dinheiro conforme a performance de trabalho e o sistema de pontos de trabalho.

Entre 1977 e 1978, após conhecidos os insucessos da Revolução Cultural, tem início a sucessão política de Mao, com redefinições políticas significativas. A sucessão efetivamente ocorre com a projeção que Deng Xiaoping adquire dentro do PCCh, porém, Hua Guofeng assumiu, entre 1977 e 1978, a figura de principal autoridade política da China – com os cargos de presidente, primeiro-ministro e presidente do Comitê Central do PCCh e da Comissão Militar. Um dos seus primeiros atos, conforme Spence (1990), por pressão dentro do PCCh, foi ordenar os membros da Gangue dos Quatro¹¹ à prisão. Além dessa medida, Hua Guofeng anunciou no início de 1977, a política dos “Dois Quaisquer”, que consistia em o PCCh assumir e dar continuidade às decisões políticas por Mao (KISSINGER, 2012).

Deng Xiaoping¹² é restabelecido à vida política em julho de 1977, quando ocorre o 10º Congresso do PCCh, colapsando Hua Guofeng. Deng Xiaoping¹³ conduziu as reformas econômicas de 1978-1979, porém, não rompeu nem com o legado de Mao nem com a centralidade política do PCCh (MEDEIROS, 2008; LEÃO, 2010). Em geral, Deng se inspirou em métodos e tecnologias usados por potências capitalistas, porém tornando-as chinesas em sua estrutura de funcionamento (SHAMBAUGH, 1993). Dessa forma,

¹¹ “O julgamento dos membros da Gangue dos Quatro ocorreu em 1981, com Jiang Qing e Zhang Chunqiao recebendo a pena capital, posteriormente, comutada em prisão perpétua, enquanto Wang Honwen e Yao Wenyuan foram condenados a 20 anos de prisão. Apoiadores da Gangue dos Quatro também foram presos. Todos os membros da Gangue dos Quatro se encontram falecidos: Jiang, em 1991, Wang, em 1992, Zhang e Yao, em 2005” (SPENCE, 1990).

¹² Shambaugh (1993) lembra que Deng Xiaoping, além dos mais de 60 anos dedicados ao PCCh, teve uma vida profissional em várias frentes: atuou nas frentes política e organizacional do Partido, na economia, política social, política externa, em questões educacionais, de Ciência e Tecnologia, bem como de Defesa.

¹³ Shambaugh (1993) realiza um estudo aprofundado sobre a liderança política exercida por Deng Xiaoping. O autor parte de 3 princípios para analisar a destacada habilidade política demonstrada por Deng: liderança pela base, patriarca supremo e uso de barganha política. Sobre o primeiro princípio, o autor faz a seguinte elucidação: “*In China, it is argued that power bases are of four principal varieties: credentialist, personal, institutional and territorial. A credentialist power base derives from a politician's rise through the ranks. How was he recruited; how did he rise to the top of the system; what skills and credentials did he amass along the way; what were his defining socializing experiences, and what effect did they have on his subsequent elite mobility and political style? Personal power bases in the Chinese political system are of two principal types: patron-client and issue-based factional networks. Institutional power bases in China are rooted in the Party, state and military bureaucracies. Lastly, with a territorial power base, power derives from particular regions of the country. The second paradigm is the "paramount leader" approach*” (p.460).

opôs-se à política de “Dois Quaisquer”, apontando que o país precisava se modernizar. Era urgente, apregoava, elevar a renda *per capita*, ampliar as capacidades tecnológicas, o que não poderia acontecer se o país se mantivesse isolado internacionalmente e sob a mesma organização econômica. Com uma visão distinta daquela de Mao sobre a condução do socialismo, Deng foi consistente com sua compreensão de que a reforma econômica deveria ocorrer adaptando aspectos de mercado, porém, sob a proteção do Estado, mais especificamente, do PCCh (SHAMBAUGH, 1993). O programa proposto, originalmente por Zhou Enlai, “Quatro Modernizações” foi continuado por Deng, após sua morte. Entre Deng e Mao, havia duas perspectivas irreconciliáveis sobre a condução do socialismo, as quais se manifestavam em uma divisão dentro do PCCh quanto à disputa por projetos de desenvolvimento para a China.

A perspectiva socialista de Mao no tipo de relações de produção sob as quais se organizava o sistema produtivo e, para Deng, a condução do socialismo deveria tomar como partida o desenvolvimento das forças produtivas. No campo da disputa interna dentro do PCCh, Hua Guofeng representava a continuidade política e econômica do período maoísta e, mesmo não havendo acordo dentro do Partido a respeito do projeto a ser adotado, Deng Xiaoping se sobrepôs a Hua Guofeng. O retorno de quadros que foram expurgados durante a Revolução Cultural, bem como a “reabilitação póstuma” de líderes como Liu Shaoqi, contribuíram para fortalecer a ascendência de Deng no Partido. Assim, em 1978, durante a 3ª Plenária do 11º Congresso do PCCh, anunciou-se a inflexão no interior do Partido ao acatar o programa das “Quatro Modernizações”. Deng assume sua liderança econômica e política do País.

A partir de 1978, o início da substituição da operação comunal da terra levou à operação por unidades familiares e, a partir de 1985, o objetivo do desenvolvimento agrícola foi fomentar novas entidades de negócio sob operação das unidades familiares, de forma a buscar uma nova forma de incentivos ao trabalho (ver Anexo I). A produtividade agrícola passa a crescer na década de 1970, antes das reformas econômicas, em 1978-79. Por exemplo, de acordo com Walker (1984)¹⁴, a produção de oleaginosas, em 1973, era de 786 Kg/hectare, em 1983, 1.257 Kg/hectare, ainda que a produtividade

¹⁴ A base de dados utilizada pelo autor consistiu em reportagens jornalísticas da época, como Tianjin Daily, anuários das províncias, USDA Washington e TJZY – Zhongguo Tongji Zhaiyao. TJZY era uma espécie de anuário estatístico de consumo, que aparece em alguns trabalhos acadêmicos (TAYLOR, 1987; WHITE, 1996) em séries da década de 1980, sobretudo.

de algodão não tenha apresentado crescimento neste mesmo patamar – 518 Kg/hectare, em 1973, para 763 Kg/hectare, em 1983.

As instituições do coletivismo, até as reformas conduzidas por Deng Xiaoping, em fins da década de 1970, portanto, representavam uma extensão do controle estatal no campo, tendo como função principal a organização da produção agrícola (NAUGHTON, 2007). Dentre os três principais níveis de coletivismo¹⁵, aquele calcado na distribuição da receita líquida em *pontos de trabalho* ou *working points*, adotado a partir da década de 1970, pode ser considerado o que conduziu incentivo individual, sendo a receita líquida distribuída conforme horas trabalhadas. Esse sistema tornou conveniente a taxaço dos membros da comuna com vistas a ofertar serviços sociais, reforçando-os como uma extensão da presença estatal no campo. Em que pese as lições trazidas pelo GLF, o sistema de coletividade rural, entre 1962 e 1982, foi experimentando uma reconfiguração razoável. O mercado passou a ser delimitado pela área da comuna e a brigada à vila, enquanto o time foi adaptado a uma unidade de *subvila*. Os três principais sistemas de comuna representavam um sistema de divisão do trabalho agrícola.

Oi (1999) avalia que ao longo dos primeiros 50 anos da República Popular da China (RPC), os camponeses teriam arcado com o programa de industrialização pesada e a ‘tesoura de preços’ favoreceu a indústria continuamente. O ocaso, no final da década de 1970, da coletivização (comunas), a introdução da possibilidade de diversificação produtiva e a permissão para venda no mercado ‘livre’ do excedente da produção agrícola induziram o crescimento da produtividade agrícola – produto crescia a 20% ao ano –, da “indústria rural”. Agricultura ter financiado a indústria no desenvolvimento econômico da China é um debate colocado entre os teóricos do desenvolvimento econômico. Nesta tese, pretende ir além da discussão das teorias do desenvolvimento econômico de vertente lewisiana, ao abordar a questão das relações de poder a partir dos casos concretos usando, o caso da URSS e a acumulação primitiva socialista, bem como a discussão sobre

¹⁵ De acordo com Naughton (2007), havia 3 definições básicas: a terra era cultivada de forma comum, bem como sua propriedade era do coletivo (residentes de uma dada vila) – os agricultores mantinham propriedade de suas residências, de alguns animais e de uma área de 3% a 10% da cultivada para uso próprio –, coletivo era unidade básica contábil – aquisição coletiva de alguns insumos, tarefas agrícolas em comum e produção vendida, após colheita cuja receita era usada para fechar débitos e dividida entre os agricultores –, e receita líquida distribuída entre os agricultores na forma de pontos de trabalho (*work points*). Ao final de um ano, após a colheita, o total da receita líquida do coletivo era computada e dividida pelo número total de pontos de trabalho recebidos ao longo de um ano. Na segunda definição de coletividade, a estrutura organizacional consistia em comuna, brigada e time, sendo que a comuna e a brigada eram responsáveis por boa parte das atividades não agrícolas, como indústria e funções governamentais.

agricultura camponesa x grande produção agrícola, com o debate também no âmbito da Rússia e URSS. Vejamos essa discussão nas próximas duas seções.

1.2 Entre o campesinato e a grande produção agrícola

Esta seção tem como objetivo apresentar o debate das teses, sobretudo de Lenin e de Chayanov¹⁶, a respeito da explicação do crescimento da participação da agricultura no processo de desenvolvimento econômico da Rússia, a partir da agricultura camponesa. Espera-se que a partir desse debate entre a opção pela pequena produção *versus* a produção em larga escala – que é rememorado nos estudos mais recentes sobre a modernização da agricultura da China – seja possível extrair alguns parâmetros para análise das transformações (modernização) da agricultura da China e sua transição agrária a partir de 2004.

Essa revisitação permite contemplar a compreensão do desenvolvimento da agricultura da China tal como projetado e planejado pelo Conselho de Estado, enquanto etapa do socialismo de características chinesas. Porém, é necessária uma digressão inicial, como um preâmbulo, acerca do contexto em que essas teses foram sendo apresentadas e debatidas na Rússia entre o fim do século XIX e primeiras décadas do século XX.

1.2.1 – As referências teóricas do papel da agricultura na acumulação de capital em economias socialistas

Na literatura acadêmica, a principal teorização em torno do campesinato, do desenvolvimento capitalista da agricultura e da questão agrária se dá em torno das obras: “A questão agrária” de Karl Kautsky (1889), “O desenvolvimento do capitalismo na

¹⁶ Chayanov era economista, engenheiro agrônomo e profundo conhecedor da agricultura europeia. De acordo com Abramovay (1998) e Bernstein (2009), destacou-se como grande nome na Escola de Organização da Produção e da Agronomia Social, que foi responsável pela confecção de compêndios de dados e informações da economia rural sem igual no mundo. Publicou no periódico do qual Alfred Weber e Joseph Schumpeter eram editores, na Alemanha, e, no final da década de 1920, publicou no periódico americano *Journal of Farm Economics*, de renomado prestígio. De acordo com Abramovay (1998) é esse caráter de “ares do mundo” que tornou possível a Chayanov elaborar um estudo sobre categorias camponesas que não poderiam ser pensadas somente no âmbito da economia política marxista nem pelos neoclássicos. Sua obra tornou-se um clássico para estudiosos do desenvolvimento, agrário e agrícola, com mais fôlego, na década de 1960. Essa obra não seria um tratado restrito à economia camponesa, mas às unidades produtivas dependentes do trabalho familiar. A diferenciação entre os produtores não poderia ocorrer na medida em que a renda das famílias dependesse exclusivamente do trabalho familiar, dado o balanço entre a necessidade desse trabalho e de consumo.

Rússia”, de Vladimir I. Lenin (1889) e “A organização da unidade econômica camponesa” de Alexander V. Chayanov.

O debate entre Lenin e Chayanov se tornou mais estridente e se deu sob os embasamentos teóricos do marxismo (socialdemocracia) e sob a “Escola da Organização da Produção” (populista). Kautsky¹⁷, por sua vez, destacava o papel da grande propriedade agrícola e a subordinação da agricultura à indústria. Todas no âmbito da questão agrária da Rússia¹⁸. O esforço em explicar e prever o desenvolvimento econômico da Rússia no âmbito das transformações desde a abolição oficial da servidão e reforma da propriedade da terra (1861¹⁹), suscitou um fecundo debate em torno das possibilidades de desenvolvimento capitalista e socialismo na Rússia.

Ao passo que, sobre as relações capitalistas no campo, Lenin e Kautsky estavam mais próximos entre si do que estavam ambos das ideias de Chayanov. Para aqueles, a agricultura estava igualmente subordinada à lógica do capital. Porém, Lenin avaliaria que os camponeses, dada a penetração do capital na agricultura, desapareceriam enquanto

¹⁷ Lenin, em 1900, publica a nota “O capitalismo na agricultura (O livro de Kautsky e o antigo senhor Bulgákov)” em que faz defesa do livro de Kautsky às críticas que Bulgákov desferira à obra de Kautsky. Bulgákov integrava o grupo dos populistas russos, assim como Kautsky, porém aquele defendera a pequena produção camponesa, diferente de Kautsky. Lenin, naquela nota, considerava o livro de Kautsky a mais notável obra da economia contemporânea. Contudo, anos depois, em 1919, Lenin e Kautsky iriam passar às divergências, motivadas pela frase de Kautsky no prólogo do livro “Socialização da agricultura”, publicado em 1919, a saber: “*A socialização da agricultura não deve seguir o exemplo bolchevique*”.

¹⁸ O envolvimento de Lenin no debate sobre a questão agrário-camponesa vai se fortalecendo até a Revolução Russa de 1917, especialmente entre fevereiro e outubro, mês em que acontece a Revolução Socialista para a qual a participação dos camponeses foi fundamental. É certo que esse debate ocorre na Rússia com uma peculiar conformação social e econômica (para os padrões europeus de então). No início do século XX, a Rússia era uma monarquia absolutista feudal e de economia atrasada e a agricultura respondia por 80% do seu crescimento, ao mesmo tempo em que os camponeses viviam sob condições muito ruins e eram forçados a pagar impostos pesados ao governo czarista. Padilha (2009) avalia que a despeito do poder político e militar na primeira metade do século XIX – conquista dos mares Ártico, Cáspio e Báltico, além da anexação da Finlândia e Polônia, terras da Sibéria em direção ao Alasca – Rússia era um país feudal a partir do desenvolvimento econômico e industrial da Europa ocidental.

¹⁹ De fato, entre o fim do século XIX e início do século XX, a Rússia mantém elementos feudais substanciais e aos poucos se abria para transformações sob a influência do capital, mas de forma desarticulada. O movimento camponês, na esteira da derrota da Rússia na Guerra da Criméia (1853-1856) contra a Turquia e do desgaste que essa derrota provocou sobre o sistema econômico czarista, insurgiu e ateou fogo em campos da Rússia, forçando o czar Alexandre II a realizar reformas, dentre elas a da servidão, o que foi realizado em fevereiro de 1861, mas somente no lado civil. Em 1864, uma nova onda de reformas: introdução de um sistema jurídico – com introdução de julgamentos públicos –, implantação da burocracia estatal por meio dos *zemstvos* – conselhos municipais e provinciais eleitos pela população local. Em termos relevantes, a reforma de 1861, descreve Padilha (2009), induziu a emancipação dos camponeses em relação à propriedade senhorial, bem como reconheceu as comunas camponesas sobre parcela de terras aráveis da Rússia, porém sob um alto pagamento de indenização ao Estado. E mesmo com algumas revoltas, os camponeses não conseguiram se impor ou transpor a dominação imposta pelos czares. Lenin avalia essa reforma como pífia em relação às condições dos camponeses e cujo trabalho livre não passava de trabalho servil “voluntário”. Com a presença do capital, a opressão sobre os camponeses ficou pior, que se transformou (parte) em proletários rurais e uma minoria se encontrou nos *kulaks*, outra em *granjeiros*, conformando a burguesia rural.

classe e, para Kautsky, camponês se reduziria a proletário. Chayanov, em outra perspectiva, defendia que a pequena produção camponesa estava protegida das relações capitalistas, não seguindo as leis gerais da acumulação do capital.

Todas essas avaliações e considerações teóricas de Kautsky, Lenin e Chayanov precisam ser compreendidas à luz do debate e contexto do final do século XIX e início do século XX, na Rússia. Nos próximos parágrafos desta subseção, busca-se apresentá-los.

A contribuição teórica de Chayanov partia de uma digressão crítica da teoria marxista tradicional, o que representaria a teoria de diferenciação demográfica camponesa *versus* a teoria da diferenciação social. No primeiro campo teórico, articulava-se a “Escola de Organização da Produção”, que além de Chayanov contava com A. N. Chelintsev, N. P. Makarov, A. A. Rybnikov, A. N. Minin, G. A. Studenskü – boa parte era de funcionários agrícolas, peritos em cooperativa e estatística²⁰. Escola que se formou antes da I Guerra Mundial e com as mudanças sociais e econômicas ocorridas na Rússia desde 1905²¹. No início do século XX, formou-se, na Rússia, um mercado interno para agricultura estimulado pelo desenvolvimento da indústria, em que relações mercantis de mercado da exploração agrícola se desenvolveram de forma rápida ao mesmo tempo em que cresceu o movimento cooperativo, bem como o número de organizações criadas para apoiar a agricultura²² (PONTES,2005).

De fato, no início do século XX, o país experimenta uma transformação tal que se forma um mercado interno para a agricultura graças ao desenvolvimento da indústria com crescimento rápido das relações de mercado e da natureza mercantil da exploração

²⁰ Conformação que leva autores a avaliar como principal contribuição desta Escola o desenvolvimento de mecanismos e instrumentos capazes de oferecer respostas práticas e objetivas à problemas agrícolas, além de arranjar uma teoria particular sobre a unidade econômica camponesa, encaminhando algumas soluções subjetivas para questões como: métodos de regionalização agrícola, análise da contabilidade para a exploração agrícola, métodos de investigação por meio de questionários, estudo minucioso de sementeiras e ofícios domésticos rurais, descrições monográficas de cooperativas rurais, teoria da cooperação agrícola, dentre outros (PONTES, 2005).

²¹ Revolução de caráter democrático-burguês na Rússia que não superara os entraves do feudalismo que ocorreu em janeiro de 1905. A luta pela derrubada do czarismo, de acordo com Padilha (2009), inicia com as greves operárias por toda a Rússia, que levaram mais de 150 mil operários, que tentavam entregar uma petição, a marchar até a residência oficial do czar. A resposta foi uma carnificina, dando início à luta pela derrubada do czarismo. Em fevereiro, as greves se intensificaram, após o czar Nicolau II publicizar seu manifesto de promulgação de uma constituição e realização de reformas. As greves nas cidades se estenderam ao campo e revoltas camponesas com ocupação de terras também aconteceram.

²² Carvalho (2017) elenca os principais acontecimentos entre 1861 e 1917 na Rússia: emancipação formal dos servos (1861); tentativa de revolução em 1905; guerra russo-japonesa da qual os russos saem derrotados; aumento do número de greves; deposição do Czar, em março de 1917; retorno dos exilados, Lenin; reconfiguração da propriedade rural, que rompeu o laço com o czar; forma sovieta de organização se sobrepôs.

agrícola, além disso, o movimento cooperativo cresceu e os mecanismos de ajuda à agricultura também (FERNANDES, 2017; POMERANZ, 2018).

Com o levante também dos camponeses, na revolução de 1905, Lenin considera que a social-democracia deveria apoiar o movimento camponês, indicando-lhe a luta democrática e revolucionária, bem como mostrando que camponeses rurais não endereçavam os mesmos interesses da burguesia.

A questão agrária se torna um dos eixos de maior riqueza analisados por Lenin, em que suas contribuições teóricas e militantes se entrecruzaram e, como avalia Oliveira (2004: 45-46): “Lênin veio a se revelar um radical defensor da não existência de qualquer especificidade setorial em processos de transição e negar-se a tomá-la como argumento válido na discussão sobre caminhos alternativos para a construção do socialismo.”

Em “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*”, Lenin, por meio de avaliação de dados estatísticos da Rússia – por meio dos *zemstvos*²³ -, dedica-se a compreender a questão agrária no país, entre o fim do século XIX e o início do século XX, período em que a questão agrária no país suscitou debates entre diferentes correntes, como marxistas e populistas. Essa obra é considerada por Oliveira (2004) um plano de estudos de Lenin para compreender a formação de classes sociais em países cuja fundação é rural, bem como para elaborar critérios para a revolução.

Tavares e Quintans (2017) ressaltam que Lenin procura desconstruir as teses populistas²⁴ partindo dos dados estatísticos²⁵, da formação do mercado interno para o

²³ Um sistema de administração local introduzido na Rússia czarista em 1864, nas gubernias (províncias) centrais, com uma das reformas de Alexandre II. Uma administração autárquica (“*local self-government bodies*”) cuja competência dava conta de assuntos locais – saúde, transporte, estatísticas, segurança, etc. Lenin avaliava em alta conta os dados estatísticos fornecidos pelo Zemstvos, porém, criticava o método de análise adotado pelos estatísticos dos Zemstvos, uma vez que muitos deles eram narodniks (populistas ou da escola da organização da produção) e seriam, assim, tendenciosos em sua análise, muitas vezes, na avaliação de Lenin, ocultando diferenças e características essenciais dos camponeses advindas do curso do desenvolvimento capitalista por meio dos números. (Nota de Rodapé 5 de “*New Economic Developments in Peasant Life – on V. Y. Postnikov’s peasant farming in South Russia*”)

²⁴ A permanência ou não do campesinato na Rússia de acordo com Silva (2012) têm a ver com as peculiaridades do campesinato nesse país. A comuna rural foi mantida ao longo do século XIX graças a medidas governamentais e a dispositivos legais, mas não evitaram que um processo de diferenciação no interior do campesinato tivesse início. Em meados do século XIX, ainda de acordo com Silva (2012), ressurgiria esse debate com os populistas e, mais à direita, aqueles que entendiam ser compatível com o capitalismo. Para os populistas, não era necessário a Rússia passar pelo capitalismo para atingir o socialismo, porque no interior da comuna se experimentava democracia e proteção social.

²⁵ Soares (1992) discute o peso que o estudo estatístico empreendido por Lênin teve nas suas conclusões e na sua diferenciação dos populistas e meros defensores da pequena propriedade. De acordo com os defensores da pequena propriedade agrícola ou pequena produção, as estatísticas mostrariam que elas não estavam sendo desalojadas pelas grandes propriedades, indicando a superioridade daquelas. Lênin adverte o erro dessa explicação: não fazia distinção entre agricultura pré-capitalista e capitalista, nem produção extensiva e produção intensiva, além de confundir tamanho da propriedade com tamanho da produção.

capitalismo da Rússia, considerando as mudanças deflagradas a partir da reforma²⁶ promovida pelo czar Alexandre II.

É dessas transformações que Lenin partirá para identificar, naquela obra, lançando mão de uma profunda análise de dados estatísticos a partir dos *zemtsovs*, um processo de formação/constituição do mercado interno para produção capitalista com base na decomposição do campesinato e artesanato (pequena produção), oriundas da Reforma de 1861, classificada de ‘anticamponesa’ por Lenin, ao promover a desintegração do campesinato. Sua argumentação não seguirá pelos caminhos do ruralismo ou pelos caminhos modernizantes²⁷, como bem salienta Oliveira (2004).

Em todo o caso, nesse debate, o campesinato na Rússia foi tomado como mantendo peculiaridades que sustentam as divergências sobre o seu papel no desenvolvimento capitalista da Rússia. Silva (2012) destaca que medidas governamentais, sobretudo, ao longo do século XIX, contribuíram para manter os camponeses em suas comunidades (*mir*²⁸) de forma a preservar a comuna rural²⁹ e sua baixa produtividade, mesmo que tivesse início um processo de diferenciação social.

Por outro lado, no âmbito do populismo rural, as tradições rurais comunitárias russas permitiriam que o país, ao contrário dos demais países, pudesse realizar a transição

²⁶ Basicamente uma reestruturação do arranjo sobre o cultivo da terra e porções da colheita. Na avaliação de Lenin (1988), a reforma de 1861 promoveu a “desintegração do campesinato” e a substituição da população rural, com novos atores imbuídos da economia mercantil e produção capitalista, isto é, a burguesia rural.

²⁷ Os populistas se encaixariam nessa corrente, isto é, superestimavam a especificidade do caso russo em sua tradição cultural e de organização camponesas. E a via modernizante, Oliveira (2004) elucida se tratar da junção ou convergência entre as correntes burguesas e marxistas que ansiavam por levar o país pelo capitalismo ou como ponto terminal ou como forma de transição.

²⁸ De acordo com Pontes Maia (2005), cada família camponesa recebia da comuna uma determinada quantidade de hectares de terra para uso. Essa quantidade era determinada conforme o tamanho e a relação entre os membros em condições ou não de trabalhar. E os filhos conforme se casavam, solicitam à comuna um pedaço de terra, iniciando um novo ciclo.

²⁹ O Império Russo foi o último Estado europeu a abolir a servidão e até meados do século XIX, a comuna russa (*mir*) não passara por transformações. Somente em 1861, Reforma Geral, é que o regime de servidão passou a ser abolido. De acordo com Gerschenkron (1962), essa reforma previa que os senhores venderiam aos camponeses parcelas de terras que já ocupavam ao que o Estado pagaria uma espécie de indenização. Estabeleceu-se ainda um ‘estágio transitório’, isto é, os camponeses não teriam a propriedade privada das terras compradas, mantendo-se como membros de comuna, que seguia a responsável pela distribuição de terras e seus membros deveriam passar a pagar um imposto coletivo, sendo proibido renunciar às obrigações da comuna. Entretanto, como segue apontando Gerschenkron (1962), esse estágio transitório perdeu por mais tempo do que o previsto. Durante a emancipação, uma parte das terras dos camponeses foi expropriada (*otrezki*) para os senhores de terras. Os camponeses ficaram com terra insuficiente e sem a possibilidade de usar a maior parte das florestas e das terras comuns. Muitos tiveram que passar a alugar terras nas proximidades dos *kulaks* ou trocar aluguel por prestação de trabalho (*corveia*) ou até mesmo se empregar como assalariados em indústrias. A insatisfação com a reforma foi palatável, visto que os camponeses continuaram a despendar somas consideráveis com pagamento de imposto e ressarcimento de terras cujo preço foi avaliado acima do preço de mercado.

ao socialismo sem passar pelo capitalismo. Assim, o atraso de suas forças produtivas ou o anacronismo de suas relações sociais não seriam um problema, sendo um caso único e alternativo, sem ser necessário partir da acumulação primitiva como avaliado e refletido em o *Capital*. Lenin, por sua vez, compreende a dubiedade dessa avaliação e é do estudo do desenvolvimento do capitalismo da Rússia e da formação de classes sociais que partirá seu estudo investigativo.

Em Lenin, a interpretação marxista coloca a questão agrária como tendo uma natureza de classe, onde as relações sociais não funcionariam como um limite ao desenvolvimento do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas é que possibilitaria a concretização da “dialética do capital” (SOARES, 1992; OLIVEIRA, 2004). A teoria leninista de “desintegração do campesinato” traçado no “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” parte da análise de Lenin da formação do mercado para o capitalismo e que o desenvolvimento capitalista promoveria relações de produção – o antagonismo entre a burguesia rural e os operários agrícolas – que desintegrariam o campesinato.

Em Chayanov, o camponês deixaria de trabalhar quando produzisse o suficiente para adquirir o que necessitasse, o que, avalia Pontes (2005), é parte do modelo de circulação simples desenvolvido por Marx. Esse autor avalia que há complementariedade entre ambos na explicação dos problemas de falta de produtividade, subutilização dos fatores de produção e das crises periódicas nas sociedades camponesas. Essa complementariedade se expressaria pela transferência de mais-valia em Chayanov e pela ausência de estímulos para produzir maior excedente.

Os populistas entendiam a questão agrária de forma diferente, conferindo ao atraso russo das forças produtivas um sentido benéfico para o socialismo. Compreendiam que a entrada de capital no campo destruiria formas organizativas rurais, como a comuna, o que tornaria inviável o capitalismo e o socialismo em função da redução do consumo.

A teoria da unidade econômica camponesa foi, na avaliação de Pontes (2005), um dos aspectos abordados pela Escola de Organização de Produção (populistas ou *narodniks*) e seus fundamentos teóricos foram sendo elaborados a partir (i) de material empírico levantado sobre problemas da organização da unidade econômica camponesa graças ao trabalho dos *zemstvos* e do Estado e (ii) novos fatos e novas relações surgiram as quais não poderiam ser explicadas pela teoria clássica da empresa privada.

Com base em uma série³⁰ de fatos e contribuições teóricas, essa Escola centrou suas premissas no conceito da unidade de exploração agrícola como unidade econômica em que a família, como resultado de seu trabalho de um ano, recebe uma simples remuneração de trabalho e seus esforços são mensurados pelo esforço despendido. O camponês seria uma figura ambígua - empresário capitalista e operário explorado: ele mesmo, camponês, seria o empresário capitalista e o operário que ele explora, obrigando, a versão operária, a desestabilizar a unidade de produção, levando o camponês a se comportar não como um empresário.

De acordo com Chayanov (1974), a economia camponesa se orientaria por organização interna do trabalho de seus componentes, com bases não capitalistas em função da inexistência de assalariamento. A organização do trabalho se orienta pelo autoconsumo e sobrevivência da família camponesa. É a família quem toma decisão sobre o quanto auto-explorará a unidade de produção, os componentes da família e a produção. Chayanov adotou a “diferenciação demográfica” para explicar a lógica de reprodução do campesinato em contraposição à “diferenciação de classe”, apresentada por Lenin. Um corolário básico dessa diferença de análise é que, para Lenin, o campesinato desapareceria ou os camponeses se tornariam proletarizados e, para Chayanov, não somente continuariam como também aumentaria o número de estabelecimentos da agricultura familiar. Enquanto a cooperação vertical seria, no caso da agricultura russa, uma combinação flexível de unidades camponesas sob o formato de uma cooperativa.

³⁰ Conforme Pontes Maia (2005) elenca: (i) em fins do século XIX, Kivisanov, funcionário agrícola de Perm, encontrou dificuldades em difundir uma nova máquina agrícola, a trilhadora. O principal motivo observado para essa dificuldade foi a impossibilidade de se empregar a força de trabalho marginalizada pela máquina em outras tarefas. Logo, sendo camponês empresário e operário, suas perdas seriam nulas; (ii) em 1905, um pouco antes da revolução, Kossinkü escreveu uma obra “Sobre o problema agrário” em que mostrava que a exploração capitalista das terras pelos camponeses seria menor do que o que eles pagavam por essa mesma terra. No mesmo ano, Maslov, em “Problema Agrário”, explorou essa questão e introduziu o conceito de “renda do consumidor”, pelo qual camponeses pobres em terras pagavam o valor real da terra que arrendavam e uma parte considerável de suas próprias terras para evitar o desemprego forçado e suprir suas necessidades; (iii) estudos realizados em regiões como Vologda e Voronezh mostraram que, menor sendo a extensão da terra disponível, maior seria o volume de atividades artesanais e comerciais no seu conjunto; (iv) estudos do professor N. P. Nikitin indicavam que na Rússia, diferente da Inglaterra, os salários não mantinham relação direta com o preço do pão. Uma vez que os preços do pão eram determinados pela colheita e nos anos em que a colheita fracassava, os camponeses se obrigavam a vender sua força de trabalho, aumentando a oferta de trabalho, reduzindo o salário; e (v) análise de explorações agrícolas em pequena escala da Suíça e de guberniyas – principal região administrativa do Império russo e seria o equivalente a uma província – de Moscou, Vologda, dentre outras, mostrou que a força de trabalho da família camponesa estava muito aquém de ser utilizada em sua totalidade e sob um grau de intensidade somente.

Entre a tradição marxista e a análise de Chayanov surgiu um ponto de embate, a saber, a teoria da diferenciação demográfica³¹ do campesinato *versus* a teoria da diferenciação social. Em Lenin, sob o principal critério da compra ou venda da força de trabalho, os camponeses são classificados em ricos, médios ou pobres. Em Chayanov, é o tamanho da família que faz a diferença: as variações na força de trabalho disponível em cada grupo familiar doméstico é que vão determinar o acesso à terra³².

Chayanov estaria mais com a análise centrada na tomada de decisão ou nos mecanismos que incidem na tomada de decisão no sistema de produção, tomando uma espécie de oposição entre unidade de exploração familiar e a capitalista (PONTES, 2005). Na avaliação de Chayanov, o grau de intensidade do trabalho, portanto, ocorre pelo limite da superexploração, sendo que o tamanho da família camponesa é que determina não somente a organização interna da economia camponesa como do limite máximo daquela exploração.

Dessa forma, o camponês não se preocupa com a acumulação de capital: ao produzir o suficiente para comprar o que necessita para sobreviver, o camponês deixa de trabalhar – essa noção de que a produção camponesa se voltava para subsistência foi tomada, de acordo com Pontes (2005), após se observar que aumentos de preços dos grãos não se seguiam a aumentos de produção e vice-versa. É uma perspectiva microeconômica de tomada individual (camponês) de decisões. O balanço entre consumo familiar e exploração da força de trabalho seria o principal aspecto dessa tomada, não existindo fenômeno de lucro e salários na economia camponesa, o que diverge da posição marxista de Lenin.

Em Marx, o tratamento é no âmbito de um sistema econômico em que o limite é o salário e as transações entre o campesinato como classe e o sistema global. A economia camponesa é uma economia mercantil, em que o camponês vende para comprar e, ao cederem parte de seu trabalho excedente à sociedade, permitiam que o preço comercial regulador atingisse o valor do produto em situações especiais. Renda diferencial, assim, existe mesmo quando se apresente situações sociais em que não se desenvolve o preço

³¹ De acordo com Pontes (2005: 39): “Por outro lado, o regime de propriedade predominante na Rússia, à época em que Chayanov escreveu, não era a propriedade privada. Cada família camponesa, de acordo com o tamanho e a relação existente entre os membros em condições ou não de trabalhar, recebia da comuna uma determinada quantidade de hectares para seu uso. A divisão de uma família, ao separar-se algum filho para formar sua própria família, não alterava todo o ciclo, pois o referido se apresentava ante a comuna e solicitava seu pedaço de terra.”

³² Essa análise foi realizada a partir do aluguel da força de trabalho em épocas em que esta não era suficiente e a venda da força de trabalho durante estações como o inverno.

geral do mercado. O camponês transfere seu trabalho excedente e algumas vezes, parte de seu trabalho é necessário para sua reprodução, porque seu trabalho não é por ele incluído como parte substancial de seu custo de produção. A população rural é majoritariamente reprimida, o capital é pouco desenvolvido, concentrado, e a circulação de mercadorias não é ampla, com uma escassa divisão do trabalho no âmbito social.

Na avaliação de Pontes (2005: 38): “O mecanismo enunciado por Chayanov era dominante no campo russo, mas a tendência esboçada por Lênin tinha muito mais sentido nas áreas onde os mecanismos de mercado tornavam débil e inoperante o controle comunal sobre a terra.” Apesar das críticas desferidas à Escola, como ressalta Pontes (2005), importa mais é estabelecer um campo analítico do papel da unidade de produção camponesa em sistemas econômicos nacionais, isto é, de que forma agem os mecanismos da circulação e da recuperação do capital. O nível da economia nacional não pode ser determinado sem que se compreenda o papel da economia camponesa e o grau de organização da produção camponesa.

Soares (1992) analisa o debate entre Lenin e os populistas russos a partir dos aspectos metodológicos que orientaram as obras e os escritos leninistas. De acordo com o autor, os populistas desconsideravam aspectos básicos do marxismo, tais como: materialismo histórico, entendimento da dialética em Marx como oposta àquela de Hegel, a incompreensão de parte dos populistas da contradição entre desenvolvimento da socialização do trabalho e centralização dos meios de produção, a transformação do comunismo e socialismo não é autônomo ou natural, isto é, sem que os indivíduos, seres históricos, cumpram seu papel, relação entre ciência e revolução proletária, quer dizer, isto é, marxismo tem por essência ser uma teoria crítica e revolucionária.

1.2.2 – Lenin, Kautsky e os populistas: penetração do capital no campo sustenta o desenvolvimento capitalista ou é passo para o socialismo?

A análise seguida por Lenin não se inclina nem para a perspectiva de excepcionalidade do caso da Rússia em comparação com os demais países capitalistas ocidentais nem para a tendência de superestimar a especificidade do caso da Rússia quanto a sua organização e tradição cultural camponesa por uma organização comunitária

– o chamado, ruralismo (OLIVEIRA, 2004). O populismo³³ rural e o atraso das forças produtivas do país e suas relações sociais anacrônicas não seriam empecilhos para o país atingir o socialismo. Seria possível, para essa corrente, a Rússia atingir o socialismo, sem precisar seguir todo o caminho segundo a acumulação primitiva³⁴, apoiando-se somente nas suas tradições comunitárias. Lenin questiona essa perspectiva, indagando que outro caminho seria possível para a Rússia trilhar até o socialismo. E inicia seu estudo diretamente sobre o seu objeto, isto é: o desenvolvimento do capitalismo no campo russo e da formação de classes sociais, no momento que o capital começa a penetrar com maior intensidade no campo.

Para Lenin, a industrialização do campo representava uma força progressista, sendo o capitalismo agrário, na Rússia, responsável por ter retirado a agricultura do então estagnacionismo ao permitir desenvolver as suas forças produtivas do trabalho social. E a especialização da agricultura seria um elemento determinante dessa transformação, ainda que isso tenha submetido o processo todo às leis do mercado. A formação de ramos especializados na agricultura comercial torna as crises capitalistas e a superprodução possíveis ao mesmo tempo em que permite a socialização do trabalho:

O produto do agricultor foi posto à venda, submetido a controle público, primeiro no mercado local, depois no mercado nacional e, finalmente, no mercado internacional; assim se liquidou definitivamente o isolamento do agricultor embrutecido em relação a todo o resto do mundo. Querendo ou não, ele foi obrigado a levar em conta, sob pena de arruinar-se, o conjunto de relações sociais existentes no seu país e nos outros, vinculadas ao mercado mundial. Até mesmo o sistema de pagamento em trabalho – sistema este que, outrora, permitia a Oblomov obter renda segura sem quaisquer riscos, sem dispêndios de capital e

³³ Dentre representantes do populismo, estavam aqueles filiados ao “marxismo legal” que, de acordo com Oliveira (2004), tratava-se de uma corrente que concebia em Marx uma fonte de reflexão e não um caminho para a revolução, uma forma neutra e meramente intelectual de considerar o marxismo.

³⁴ A acumulação primitiva em Marx começa com uma crítica do que se dizia acumulação primitiva na economia política clássica. Nessa havia um retrato idílico, de um lado aqueles que economizaram e aqueles que gastaram tudo. Aquelles fizeram uma economia que puderam empregar, gerando emprego e renda. Marx afirma que essa acumulação não existe e afirma que se há algo que possa ser assim chamado é um processo histórico e social extremamente complexo e violento: a primeira é o saque das terras da igreja, saque colonial, escravização dos africanos, que enriquece alguns setores da sociedade inglesa e de outro lado, expropriação dos trabalhadores de campo. Essa expropriação significa que esses trabalhadores com acesso a meios para cultivo de suas terras, foram sendo expulsos e ficaram sem conseguir produzir para sua própria subsistência, com o bloqueio de acesso à terra. A acumulação primitiva, assim, é por um lado a expropriação do trabalhador direto – o campo é emblemático – e, por outro, a conversão dos meios de vida daqueles trabalhadores em capital. Isso é, o que até então era trabalho direto, o que tinham de propriedade estava diretamente ligado ao trabalho deles. E quando eles são apropriados, são por um lado expulsos e impedidos de continuar produzindo daquela forma e esses meios serão meios de subordinar os trabalhadores ao novo proprietário dos meios, e a produção passa a ser para produção de mais valor, para atender o capital, e não está mais voltada para vida.

sem nada na secular rotina – tornou-se ineficaz para salvá-lo da concorrência dos fazendeiros americanos. (LENIN, 1988:203-204)

A compreensão da questão agrária em Lenin significa admitir sua natureza de classe, considerando o capital e as novas relações sociais, o que se aprofundaria com a continuação da entrada do capital no campo. Lenin ressalta que o capitalismo na agricultura russa seria transitório e marcado pelas contradições sociais. A desintegração do campesinato e o caráter capitalista do emprego das máquinas na agricultura refletiria na socialização do trabalho agrícola. Os populistas percebiam a questão agrária de forma distinta: a entrada do capital no campo era nociva ao promover a redução dos mercados³⁵.

Portanto, para os populistas, a destruição das comunidades levaria o país à estagnação em função da retração que provocaria no consumo. A Rússia seria um caso especial, em que se avançaria ao socialismo sem ter que experimentar a violência do capital: “Apresentavam, assim, como condição de possibilidade para o avanço até formas de sociabilidade mais avançadas, as relações sociais já dominantes no campo, não uma ruptura com estas, como defendido por Lenin, entre outros marxistas.” (OLIVEIRA, 2004: 53). Quer dizer, a questão agrária não era tomada como obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia ou como excepcionalidade do caso russo. Lenin tomava o rural como expressão do atraso e desconsiderava a defesa populista de que a barbárie trazida pelo capitalismo³⁶ poderia ser contornada pelo rural, ou pelo controle do ímpeto do capital a partir da tradição comunitária, camponesa. O capitalismo deveria ser induzido até sua maturidade, uma vez que, para Lenin, a “revolução não podia prescindir da elevação cultural do campesinato, retirando-o das teias de sujeição capitalista. Este era o sentido maior de aliança operário-camponesa, assim como a via enquanto uma necessidade.” (OLIVEIRA, 2004:60).

³⁵ De acordo com Oliveira (2004), os principais representantes desse argumento seriam os populistas V. P. Vorontsov e Nikolai F. Danielson, para os quais a insuficiência de mercado interno representaria uma trava imposta ao capitalismo. E as razões para essa conclusão, observa Oliveira (2004), haviam sido apresentadas/explicadas por Rosa Luxemburg: “(i) pelo fato do consumo da classe operária tornar-se cada vez menos importante no consumo nacional em razão do crescimento menos do que proporcional dos salários em relação à mais-valia absoluta; (ii) em razão da substituição da economia natural pela economia mercantil, que retira dos camponeses parcela de suas rendas; (iii) em função do consumo capitalista não crescer o suficiente para compensar a queda do consumo global; (iv) pelo fato do capitalista tender a retirar parte crescente da mais-valia para expandir a capacidade produtiva existente.” (p.53)

³⁶ Visto que a barbárie é aprofundada e ampliada pelo capitalismo, mas não criada por ele, que partiu de relações sociais anteriores já existentes, não capitalistas. E não haveria resistência cultural capaz de conter o capitalismo, que intensifica barbáries advindas de formas anteriores de opressão. Apenas o socialismo poderia conter a barbárie.

Era necessário que o capitalismo revolucionasse aquelas forças produtivas para depois sofrer os efeitos dessa transformação. De acordo com Lenin (1988: 134): “Na agricultura, como na indústria, as novas formas de exploração capitalistas, apesar de todas as contradições que lhes são inerentes, representam um enorme progresso”, portanto, apontando – a partir de uma minuciosa análise de dados estatísticos da agricultura russa - que a contratação de trabalho, na agricultura, se expandia na medida que surgia uma “burguesia agrícola” (HUANG; GAO; YUSHENG, 2012). Elementos como substituição de utensílios agrícolas primitivos por máquinas e utensílios modernos emergência de trabalho assalariado (“operário agrícola”) e no formato de “diarista” o levam a afirmar “*esses números permitem avaliar a rapidez com que a burguesia camponesa consolida e aperfeiçoa os seus estabelecimentos agrícolas*” (IDEM, 1988:147). Sua análise sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia aponta a desintegração do campesinato como um processo decorrente de novas formas de contratação do trabalho, que levam à constituição de um mercado interno.

O campesinato, ante o avanço da agricultura industrializada, se desintegra com “enorme rapidez”, o que propicia o surgimento de uma burguesia rural não desprezível quanto a sua situação econômica, além de um proletariado rural. O sistema de pagamento em trabalho pelo sistema capitalista é inseparável, por outro lado, da substituição dos proprietários fundiários. Pela natureza da agricultura, sua transformação em produção mercantil não se dá em forma análoga a da indústria. Lenin atribuía à redução do ritmo de diferenciação de classe camponesa no interior da Rússia, a partir de 1921, a redistribuição da terra.

Afirma Lenin (1988:202), “não há divisão em ramos rigorosamente distintos: há somente especialização na produção de tal ou qual produto para o mercado, e adaptação dos outros aspectos da agricultura a esse produto principal (que é uma mercadoria).” É próprio da agricultura comercial, a diversidade entre regiões e entre estabelecimentos. Outro ponto trazido por Lenin (1988) se refere a criação de mercado interno derivada da agricultura comercial. Quanto mais avança a circulação de mercadorias agrícolas, mais a população rural aumenta sua demanda de artigos de consumo pessoal da indústria de transformação. Cria-se, ainda, um exército de assalariados e diaristas (rurais).

Lenin rompe com essa noção subconsumista. Quer dizer, a própria transformação da economia natural em mercantil representaria a criação de mercado. Como discute Oliveira (2004), há uma raiz marginalista na concepção dos populistas a partir da tese de

Sismondi³⁷ (1773-1842), que consistia em toda a produção corresponder ao consumo ou que toda a produção da sociedade capitalista constava na parte dos operários (salários) e a dos capitalistas (mais-valia), tese rejeitada no estudo de Lenin, isto é, ele entendia que no capitalismo, a produção não seguia o consumo.

Pontes (2005) avalia que, para compreender sua contribuição sobre o campo russo, é necessário começar compreendendo que seu ponto de partida é de que cada modo de produção tem suas “teorias regionais distintas”. O camponês somente obtém os recursos de que precisa a partir do trabalho da família, porque não existe o fenômeno social dos salários, logo, não existe o lucro. Entre aqueles membros da família que trabalham e aqueles que não trabalham de modo que a produção, ferramentas de trabalho combinam aqueles recursos. E o trabalho representa a satisfação das necessidades da família. O cálculo econômico possível é o balanço entre consumo da família e a exploração da força de trabalho. Então, em que ponto o camponês deixa de trabalhar é algo a se determinar como fundamental, uma vez que a transação econômica possível nessa economia camponesa é a subsistência. Essa conclusão parecia fazer muito sentido para Chayanov quando analisava baixas de preço de grãos seguidas de aumento da produção, quer dizer, um fenômeno que representava inequívoca a inexistência de um cálculo de lucro realizado pelos camponeses.

Essa interpretação da economia camponesa se aproximaria em muito da interpretação de Marx. Pontes (2005) avalia que Chayanov e Marx explicam a falta de acumulação de capital em função de mecanismos específicos da economia camponesa, uma vez que a reprodução aconteceria até atingir um salário de provisão ou de subsistência. Nesse aspecto, como explica Pontes (2005), a contribuição de Chayanov está sobre a avaliação subjetiva que o camponês faz do grau de intensidade de seu trabalho

³⁷ Mazzucchelli (2004) apresenta Sismondi e Malthus como os clássicos que argumentavam pela impossibilidade econômica do capitalismo, que conteria uma tendência própria à superprodução que tornaria insustentável a manutenção do sistema. A produção seria sempre superior ao consumo/demanda (assalariada), visto que a produção de bens de consumo, no capitalismo, para Sismondi, ao ser gasta no circuito artesanal não poderia ser realizada. Exatamente a essa suposta crise de realização que os esquemas de reprodução de Marx contradizem. Lenin, em diferentes momentos, referir-se-á a Sismondi para se contrapor a noção de que no capitalismo ocorreriam crises de realização, destacando que as crises seriam necessárias porque “[...] o caráter coletivo da produção entra em contradição com o caráter individual da apropriação.” (LENIN, 1937 *apud* SOARES, 1992:91). Lenin discute a existência de um argumento filosófico reacionário em Sismondi ao defender ou ao se posicionar pela não ocorrência de crises no capitalismo: impossível defender a proporcionalidade da produção (com demanda) e ao mesmo tempo conservar as bases da sociedade de então – não seria possível uma produção em bases justas, afinal (SOARES, 1992).

em termos de quantidades de mercadorias que ele produz sendo, o seu limite, a superexploração da força de trabalho. Em Marx, o salário.

No âmbito dessa análise, está a questão dos efeitos da introdução de tecnologia no campo. Chayanov entende que representa aumento de produtividade, somente na medida da coincidência de uso da força de trabalho. Entretanto, nova tecnologia pode representar substituição de *toda* a força de trabalho. E em termos de sistema econômico global, a transferência de capital do setor agrícola para o industrial acontecerá somente se os preços dos insumos para a agricultura camponesa aumentarem e os preços de seus produtos diminuïrem. Essa combinação esteve no cerne do planejamento soviético, dados seus limites representados pela intensidade da força de trabalho.

Os principais elementos da contribuição teórica de Chayanov são cooperativas rurais, ótimos diferenciais e cooperação vertical (GUZMÁN; MOLINA, 2013). Para Chayanov, a aparente desigualdade entre os camponeses russos refletia um ciclo demográfico das famílias camponesas, conforme um saldo entre consumo e massa de trabalho ou proporção de produtores em relação a consumidores em diferentes momentos do processo geracional de reprodução (BERNSTEIN, 2009).

A principal motivação dos camponeses familiares era atender às necessidades da reprodução simples ao mesmo tempo que era necessário fazer frente a menor oferta de trabalho (mão-de-obra). Para Chayanov, a “economia camponesa” representava uma organização do trabalho familiar. A auto-exploração acontecia quando *“the imperatives of reproduction in Family labour enterprises mean that labour costs are discounted in adverse conditions, generatin peasant self-exploitation”* (BERNSTEIN, 2009: 59).

Os ótimos diferenciais, portanto, revelam o resultado procedente da interação entre estruturas econômicas e sociais com tecnologias criadas e exploradas em estruturas econômicas e sociais sob uma outra lógica, que não a da exploração agrária. Adaptam-se a subsectores agrícolas. Dessa forma, a agricultura camponesa não se limitaria, para Chayanov, à própria sobrevivência das famílias camponesas, havendo espaço para que desenvolvam vantagens a sociedades capitalistas urbanas a partir da agricultura e da vida social rural (GUZMÁN; MOLINA, 2013).

Em Chayanov, a cooperativa é o formato adotado para o desenvolvimento de economias de escala em acordo com as diferentes especializações. Suporte estatal e regulação são necessários, substituindo todos os tipos de concentração ou integração vertical, próprios dos mercados capitalistas de mercadorias. A participação do setor agrícola na economia nacional se daria a partir da cooperativa. Na leitura de Bernstein

(2009), Chayanov não era contrário ao progresso técnico na agricultura, especialmente no que levava ao aumento da produtividade do trabalho. Com a “teoria da unidade econômica camponesa”, a produção camponesa é tratada como uma organização em que Chayanov destacou seus “elementos morfológicos estáticos”, em que trabalho e consumo se inter-relacionariam de forma subjetiva para se explicar os processos de continuidade da economia camponesa.

Quadro 1-1 – Contribuições principais de Lenin e Chayanov

Aspectos principais	V. I. Lenin	A. V. Chayanov
Principais contribuições em questões agrárias	Desenvolvimento do capitalismo na Rússia (1899) Trabalhos sobre capitalismo e agricultura em relação ao campesinato russo, especialmente entre as revoluções de 1905 e 1917 Revolução, guerra, comunismo (1917-1924) Nova Política Econômica (1921)	<i>On the theory of non-capitalist economic systems</i> , publicado na Alemanha (1924) e Inglaterra (1966) <i>Peasant farm organization</i> , publicado em Moscou em 1925 e Inglaterra, em 1966 <i>The theory of peasant co-operatives</i> , publicado em Moscou em 1927 e na Inglaterra, em 1991
Principais ideias	Trajetórias americana e prussiana de desenvolvimento capitalista na agricultura, mais tarde via diferenciação de classe, de campesinato em capital agrário e trabalho	Teoria da agricultura camponesa familiar Centrado em reprodução familiar (ciclo demográfico), geração demográfica contraposta à diferenciação de classe Auto-exploração do trabalho camponês familiar
Modelo de desenvolvimento	Transição capitalista (“acima”): mudanças nas relações sociais de produção como condição de desenvolvimento das forças produtivas (com crescimento de economias de escala) Transição para socialismo no campo, agricultura de larga escala, necessidade de gradualmente reformular pequenas propriedades familiares em direção ao fim (Contribuições da agricultura para industrialização)	O desenvolvimento da agricultura nas bases de cooperativa de camponeses familiares, um campesinato organizado cooperativamente como uma classe independente e tecnicamente superior a todas as outras formas de organização da agricultura Cooperação para alcançar economias de escala conforme diferentes parâmetros de produção
Legado	O desenvolvimento do capitalismo na Rússia é chave para economia política agrária	Tornou-se conhecido após 1966, tomado por variantes de análises neo-populistas

Fonte: Adaptado de Bernstein (2009)

O argumento central de Lênin sobre o campesinato, de acordo com Bernstein (1986), é a diferenciação entre os camponeses se constituir intrinsecamente central para

o desenvolvimento do capital e da dinâmica de classe, uma concepção e defesa, de um “modelo marxista de transição agrária”. Ao passo que Chayanov, também em acordo com Bernstein (1986), defende que a diferenciação de classe apontada por Lenin representava um aspecto demográfico, em que camponeses adultos são mais ou menos dependentes em diferentes momentos do processo de reprodução geracional. Tratava-se de uma persistente economia familiar centrada na organização da exploração do trabalho familiar, e não o capitalismo ou a coletivização, mas a integração vertical era o caminho a ser trilhado para o desenvolvimento (HUANG; GAO; YUSHENG (2012).

Lenin considerava que a diferenciação do campesinato era parte central do desenvolvimento capitalista e da dinâmica da classe. Chayanov, por outro lado, argumentava que a lógica básica da reprodução simples da agricultura familiar excluía a acumulação de capital (reprodução ampliada) por si. Bernstein (2009) pontua que Chayanov não conseguiu explicar a ocorrência de diferenciação de classe entre os camponeses que se observava na Rússia. O debate teórico sobre campesinato, portanto, desvela-se sob a ambiguidade de a pequena produção ter persistido no contexto capitalista e, assim, pequenos agricultores – assumindo-se a existência de variadas formas de campesinato – passam a conviver com exigências de uma produção capitalista.

Lenin traz um destaque imprescindível para o papel das máquinas na agricultura camponesa, ou melhor, em termos da consolidação de uma diferenciação de classes dentro da agricultura: “[...] de um lado, é precisamente o capitalismo o fator que estimula e amplia o emprego de máquinas na agricultura; de outro, a introdução de máquinas na agricultura reveste-se de um caráter capitalista, ou seja, implica a formação de relações capitalistas e o seu sucessivo desenvolvimento” (p.147).

Em relação ao primeiro argumento, ao se manter técnica rotineira e antigos modos de produção, elimina-se o impulso para transformação da técnica, fazendo permanecer as precárias condições de vida dos camponeses ao mesmo tempo em que o aperfeiçoamento técnico é eliminado. De acordo com Lenin³⁸, não existir um mercado de trabalho

³⁸ Lenin explica no prefácio à primeira edição do “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” que só teve acesso ao livro de Kautsky, “Desenvolvimento da agricultura na sociedade capitalista”, após a redação de seu livro. Segundo Lenin essa obra era a literatura mais notável da economia moderna depois do Capital, de Marx. Lenin apontava que as características do processo vivenciado na Europa Ocidental eram muito semelhantes ao processo de desenvolvimento na Rússia, apesar de o autor destacar, “apesar de todas as particularidades, econômicas e não-econômicas” que se observam na Rússia. (LENIN, 1988, p.6.) Segundo Lenin, ainda no prefácio à primeira edição do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, nessa obra Kautsky compreende como impensável uma passagem da “comunidade rural a uma organização comunitária da grande agricultura moderna”. (LENIN, 1988, p.7). Lenin nesse momento de sua obra aponta

assalariado livre torna ainda mais difícil a introdução de máquinas na agricultura. A transformação da técnica agrícola somente ocorreria sob a concorrência internacional (capitalista) e o aumento da dependência agrícola do mercado mundial.

O caráter capitalista da introdução de máquinas na agricultura, de acordo com Lenin, impõe a diferenciação entre camponês e latifundiário: “A difusão das máquinas agrícolas implica a substituição do pagamento em trabalho pelo capitalismo.” (p.147). Assiste-se a uma transformação do camponês em operário assalariado, isto é, a introdução da propriedade privada associada à introdução de instrumentos aperfeiçoados desencadeia essa transformação. De acordo com Lenin, a introdução e o emprego sistemáticos de máquinas na agricultura elimina o “camponês médio patriarcal”. Segue-se à concentração da produção e aplicação da cooperação capitalista na agricultura. apenas os grandes proprietários teriam condições de adquirir e de empregar máquinas agrícolas e, por seu elevado custo de investimento inicial, a produção ou os rendimentos da produção agrícola deverão ser em tal monta que o compense. Assim, de acordo com Lenin (1982:149): “[...] o capitalismo, desintegrando a comunidade em grupos econômicos com interesses opostos, cria grandes explorações baseadas na vasta cooperação de operários assalariados”, como sendo o resultado desse processo.

As máquinas levam à formação de um mercado interno para o capitalismo tanto para os meios de produção (fomenta uma espécie de cadeia produtiva das máquinas e implementos agrícolas) quanto de mão de obra. Substitui-se, ademais, o sistema de pagamento em trabalho, no contexto analisado por Lenin, pelo trabalho assalariado livre. A contínua diferenciação de classes dentro da agricultura – com a formação de uma burguesia camponesa, além de proprietários latifundiários e dos camponeses – reforça a maior demanda por operários assalariados. Lenin prospecta que o desenvolvimento capitalista atingindo “determinado nível” induziria à redução do número de operários assalariados agrícolas.

Após analisar o processo de incorporação de máquinas e utensílios mais novos na agricultura, Lenin reafirma suas considerações de que o mercado interno capitalista se forma a partir da diferenciação ou desintegração do campesinato em patrões e operários agrícolas. A polarização social entre burguesia camponesa – que detém as condições de contratação de mão-de-obra e de aquisição de máquinas e utensílios – e camponeses pobres e sem-terra, que acabaram se constituindo em assalariados empregados da

na mesma direção ao polemizar com os populistas russos, que atribuíam características socialistas à comuna rural. Para Lenin, o campesinato estava em decomposição e, portanto, essas comunas também.

burguesia. É ainda taxativo em relação às conclusões de economistas populistas a respeito – Chayanov estaria nesse grupo –, ao avaliar:

Reconhecer que o emprego de máquinas possui um caráter vantajoso e progressista, defender todas as medidas destinadas a facilitar e a promover esse emprego sem admitir que, na agricultura russa, as máquinas são utilizadas de forma capitalista – é rebaixar-se ao ponto de vista dos grandes e pequenos proprietários fundiários.” (p.151)

Por sua vez, a manifestação do capitalismo agrário representa o uso do trabalhador livre e com isso, o “êxodo rural”. Camponeses trocariam o trabalho “semilivre” por locais em que pudessem encontrar “trabalho livre”. Não acontece, necessariamente, com o afluxo de trabalhadores de regiões mais densamente povoadas para regiões menos povoada, mas para regiões em que o capitalismo tenha atingido um grau maior de desenvolvimento ou em função do diferencial de salários. A produção mercantil, no interior da expansão capitalista na Rússia, levaria ao fim do campesinato.

Ao contrário de Lenin, porém, Kautsky (1986) entende que a concorrência capitalista quando é incorporada pela agricultura promove o início de uma luta entre o pequeno e o grande estabelecimento agrícola e será a superioridade das técnicas do segundo que determinará a derrocada do primeiro. Sua análise está voltada, principalmente, para os desequilíbrios da produção capitalista e as condições de vida e de reprodução material dos camponeses com as mudanças trazidas pelo capitalismo. O grande estabelecimento é aquele com superioridade técnica e econômica, incluindo maior nível de capitalização e possibilidade de contratar mão de obra especializada para o planejamento eficiente dos recursos para produção.

Dessa forma, resta a Kautsky (1986:37) concluir: “o moderno desenvolvimento da agricultura favoreceu precisamente o grande estabelecimento, fornecendo a ele um número maior de meios científicos e técnicos.” E à pequena produção resta empregar seus próprios familiares, seus filhos, em geral, que não poderão estudar, isto é, profissionalizar-se. Seus produtos serão vendidos a preço abaixo do necessário para garantir sua sobrevivência, levando a seu empobrecimento.

Kautsky (1986) argumenta que a grande propriedade agrícola é superior à propriedade camponesa, o que conduziria à crescente integração entre agricultura e indústria e, assim, à extinção do campesinato. A produção agrícola empresarial se torna predominante. A grande indústria agrícola somente poderia encontrar na grande agricultura seu elo e o camponês se torna um mero apêndice dessa cadeia produtiva.

Estabelece-se entre a indústria agrícola e a produção agrícola uma relação de cliente-fornecedor que determina, de acordo com Kautsky, uma dependência técnica do lado da agricultura. A expansão do capitalismo na agricultura culmina em aprofundar a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração. A tendência é a proletarianização dos camponeses, ainda que a produção camponesa persista. Dessa forma, ele avalia que a grande e a pequena empresa não se excluem na agricultura com a agricultura se transformando em um ramo da indústria. Não haveria possibilidade outra que não a capitalização da agricultura, a qual se tornaria um setor relevante na economia de um país.

O capitalismo no campo (“entrada do capital no campo”), além da extinção da pequena produção camponesa, segundo Kautsky (1986), representa, portanto, a integração agricultura-indústria, dependência intersetorial, surgimento de um núcleo dinâmico produtor de manufaturas para a agricultura, além do aumento do êxodo rural, transformando o camponês em trabalhador assalariado ou agricultor voltado à produção no mercado. Kautsky (1986) declara a superioridade da grande produção agrícola, porém, não descarta que a pequena produção camponesa possa sobreviver, no caso de se associar ou cooperar.

Em fins do século XIX, Lenin exaltava a contribuição teórica de Kautsky ao avaliar que Kautsky teria reconhecido corretamente o papel da pequena produção ao fazer o exercício de compará-la com a grande produção capitalista. Teria oferecido uma correção ao limitado papel dos camponeses, contrariamente ao que os populistas atribuíam ao não considerar a diferenciação existente entre os camponeses (desconsiderava as condições sociais e econômicas). Ao se transformar em mercantil, a economia natural ainda permite ao camponês se contentar com o nível de vida de um trabalhador assalariado, porém, a produção capitalista que substitui a produção mercantil simples imporá condições a mais, impedindo que o camponês sobreviva sendo um mero produtor de mercadorias. O camponês terá que negociar com o banco (caso hipoteque a terra), com o patrão industrial – que provavelmente terá que vender sua força de trabalho.

Com o desenvolvimento da economia mercantil e sua transformação em economia capitalista ou com a chegada ou expansão da concorrência capitalista (produção técnica superior), Soares (1992), destaca a avaliação de Lenin de que será irrelevante se a propriedade da terra for coletiva ou não. Isto é, a ideia de que o desenvolvimento agrícola pode ocorrer pela agricultura fundada na terra trabalho não seria uma alternativa viável

que mantém o equívoco dos populistas russos de que mercado e assalariamento estão interligados³⁹.

Lenin (1982) e Kautsky (1986) partem da heterogeneidade rural, entendendo que existe uma tendência à desintegração, proletarização, levando à extinção do campesinato. Kautsky (1986), por sua vez, destaca as relações decorrentes entre agricultura e indústria, levando à integração entre ambas. Inevitavelmente, o capitalismo desintegra o campesinato e o substitui pela produção empresarial com o progressivo aprofundamento da divisão do trabalho. A circulação, como destaca Lenin (1982), enquanto um dos momentos da reprodução ampliada do capital, leva a expansão do capitalismo na agricultura. A produção agrícola passa a sofrer uma decadência quando a indústria urbana e o comércio adentram de forma intensificada no campesinato, eliminando sua autossuficiência. Assim, de acordo com Kautsky (1986:40): “é somente com o advento da indústria capitalista que se revela a regressão da indústria agrícola caseira de subsistência”.

Para Lenin, na fase da agricultura comercial, o êxodo rural um aspecto, assim como progresso da produção agrícola subordinado a culturas comerciais, tendo a população rural se dividido entre proletários e patrões. O crescimento da produção agrícola comercial é que impulsiona a elevação do nível da técnica nessas culturas. Uma diferenciação entre as regiões agrícolas foi destacada por Lenin, na Rússia de fins do século XIX, bem como, nos primeiros anos do século XX, a elevação da produtividade agrícola de culturas comerciais e um agravamento das condições da classe operária.

esse processo de especialização da agricultura; devemos examinar se o progresso da agricultura comercial observa-se em todos os seus ramos, se existe a formação da economia rural capitalista e se as características do capitalismo agrário são as que indicamos ao analisar os dados gerais da economia camponesa e latifundiária. (IDEM: 1982:165)

A relação entre preços e o nível de especialização é um ponto sensível aos agricultores que cultivam culturas comerciais (LENIN, 1982). Isto é, a que de preços de, por exemplo, cereais impulsiona a especialização da agricultura em direção a essa

³⁹ Lenin (1930) *apud* Soares (1992: 123-24) discorre sobre: “[...] el pequeño burgués teme mirar las cosas y llamarlas por su nombre: cierra los ojos a estos hechos indiscutibles y se pone a soñar. Sólo considera <<moral>> la pequeña economía independiente (para el mercado, cosa que silencia modestamente), mientras que el trabajo asalariado lo estima <<inmoral>>. La ligazón entre lo uno y lo otro – ligazón indisoluble – no la comprende y considera que la moral burguesa es una enfermedad casual, y no un producto directo del orden de cosas burgués, que nace de la economía mercantil (contra la que el autor, hablando en propiedad, nada tiene que objetar).”

atividade, representando uma redução de custos de produção, inclusive. Dessa forma, os cereais produzidos para o mercado teriam custos de produção menores do que aqueles produzidos para autoconsumo, o que levaria, no estabelecimento agrícola, à decisão pela produção de culturas outras que possam substituir cereais⁴⁰.

Lenin e Kautsky seguiram a análise marxista, atinentes a responder questões para a agricultura e, mais ainda, o campesinato – o que os levou, sobretudo Lenin, a pesquisar as leis de concentração e centralização do capital também a operarem ou não na agricultura. A penetração do capital na agricultura afeta os camponeses, a criação de um mercado internacional agrícola, o que ‘arrastaria’ os camponeses para a circulação internacional de mercadorias agrícolas, o que imporá exigência sobre os camponeses de competição, níveis crescentes de trabalho social gasto e produtividade em função do desenvolvimento do capital, acabando por destruir o campesinato, piorando suas condições de vida e tornando impossível que permaneçam no campesinato. E, assim, determinados estratos de campesinato são mais suscetíveis às leis do capital e ao mesmo tempo, poderia a empresa camponesa se comparar à empresa capitalista quando produzem mercadorias cuja expectativa de rentabilidade é menor, algo como a média de lucros do capital (BANAJI, 1977). Para estudar o campesinato sob essas questões, foi essencial compreender a empresa camponesa a partir de seus dados, sem se ater a uma teoria específica.

Lenin, por outro lado, teria considerado, de acordo com Banaji (1977), intensa deterioração das condições de trabalho e níveis de consumo do campesinato nos níveis medianos do ciclo familiar de produção agrícola. Em Chayanov, o ponto central era a autoexploração do trabalho familiar, conforme um ciclo familiar geracional, sendo a empresa familiar constituída de modo a direcionar esforços produtivos para satisfazer seus requisitos imediatos de consumo, assumindo-se que as unidades familiares recuperem seus níveis anuais de consumo a partir de sua própria produção, cujos rendimentos também serão a fonte de financiamento para a safra seguinte. A composição familiar é que se destinaria a força de trabalho e grau de atividade do trabalho, e o nível

⁴⁰ Lenin cita trecho de Kablukov em Karishev et al. A influência das colheitas para mostrar que os populistas partiam de argumento falacioso para considerar que o preço do trigo fosse irrelevante: “Certamente é possível que os cereais destinados ao mercado tenham sido produzidos a custos inferiores aos daqueles cultivados num estabelecimento; nesse caso ‘poderia parecer interessante para o estabelecimento consumidor substituir a cultura de cereais por outras culturas (ou por outras ocupações, acrescentamos nós). Vê-se assim, pois, que, para o produtor, os preços do trigo adquirem importância quando deixam de coincidir com os seus próprios custos de produção. Mas – decreta o nosso autor – não podemos levar em conta essa circunstância.”

de esforço é proporcional ao nível de consumo-demanda medido pela relação consumo e salário sob condições técnicas constantes. Dessa forma, a expansão do consumo-demanda, nesse modelo, aumentará a renda familiar ao custo da intensificação do trabalho. Ao mesmo tempo, Chayanov⁴¹ identificou uma correlação positiva entre área cultivada e tamanho da família, considerando que esta fosse reajustando sua escala de produção conforme sua área de cultivo.

Lenin and Kautsky took it for granted that unlike a capitalist enterprise the peasant household sells its outputs independently of any mechanism such as prices of production;¹² that under the pressure of competition from capital it drives up the rate of self-exploitation by accepting incomplete remuneration for the labour-power expended. In other words, both Lenin and Kautsky simply accepted labour-intensification for lower payments to labour as an adequate description of peasant household behaviour under certain conditions. (BANAJI, 1977:1602)

Na próxima seção, o debate em torno das condições entre agricultura e indústria no processo de desenvolvimento da URSS será apresentado como forma de qualificar o conceito posto deste debate, a saber, “tesoura de preços” dos gêneros agrícolas e industriais. Esse debate se desenrola quanto ao papel da agricultura (setor rural em modo mais amplo) no financiamento da industrialização e dos efeitos da industrialização da agricultura (setor rural)⁴².

⁴¹ Chayanov passou a ser atacado na ex-URSS quando Stalin rompeu a aliança que havia sido firmada com Bukarinistas e se voltou para a política de coletivização forçada. Chayanov passou a ser visto como o teórico fundador do movimento “*Narodnism*”, um movimento tratado como elogioso a produtores pequeno-burgueses, que procurou fornecer uma fachada científica para a viabilidade de unidades de produção em pequena escala na agricultura (BANAJI, 1977). Uma outra crítica que reverberou sobre Chayanov era sua teoria de representar posições que seriam alternativas à clássica análise marxista sobre campesinato, conforme estudado e discutido por Lenin. Banaji (1977), assim como Bernstein (2009), entende que a primeira argumentação de ataque a Chayanov é absolutamente fantasiosa, porém a segunda, um pouco menos.

⁴² Nove (1990) argumenta que quaisquer mudanças realizadas na organização rural exerceriam impactos de ordem revolucionária sobre o sistema como um todo. No caso da URSS, Nove (1968) levanta pelo menos 3 aspectos que tornam a agricultura setor essencial de análise: (i) único setor com 3 grandes categorias de produtores – estatal-centralizado, *kolkhoz* e privado –; (ii) construção histórica específica em relação a incentivos de preços, contato com oficiais do partido e objeto de planejamento; (iii) as especificidades próprias do processo agrícola de produção.

1.3 – Tesoura de preços e o campesinato na acumulação de capital em uma economia socialista

Essa seção é elaborada à luz do debate sobre a acumulação socialista na URSS, sobretudo com a NEP (Nova Política Econômica), proclamada em 7 de março de 1921 como forma de se sobressair ao impasse da queda da produção durante os anos da revolução (1918-1921) e introduzindo mudança do tratamento ao campesinato. O debate então suscitado, sobre uma oposição entre campesinato e industrialização no desenvolvimento de uma economia socialista, mostrou-se inaudito e, particularmente, interessa à problemática desta tese. Cumpre, até apresentar este debate, ressaltar alguns aspectos do período do Comunismo de Guerra⁴³ (1918 a 1921), período de extrema nacionalização e estatização e em um contexto de Guerra Civil e da I Guerra Mundial.

1.3.1 Agricultura e industrialização pesada – opções de política soviética

No período do Comunismo de Guerra, a industrialização foi nacionalizada, sobretudo ao longo de 1918, enquanto a terra, em 1917. No caso da nacionalização da terra, o cultivo se manteve na pequena unidade camponesa, a despeito do intento bolchevique de incentivar formas coletivas de produção. Para suprir o abastecimento das cidades e do exército, os bolcheviques passaram a exigir um percentual do excedente da produção agrícola, sem conseguir oferecer uma contrapartida - visto que a indústria se encontrava, dado o contexto de Guerra Civil, colapsada. Os camponeses reagem às requisições forçadas de seus excedentes, bem como à proibição do seu comércio: além de reter estoques, reduziam a área de terra cultivada ao mínimo de sua subsistência (FREITAS, 2017; POMERANZ, 2018).

Nas cidades, as condições de vida e o ritmo da produção industrial eram as piores possíveis, somando-se às prioridades de destinação da produção para guerra, o bloqueio do comércio, além da redução da produção agrícola, sobrevieram períodos de fome e de escassez ao mesmo tempo em que se dava a desmonetização da economia. Nesse período de Comunismo de Guerra, além da deterioração das condições econômicas da URSS,

⁴³ As medidas adotadas pelo governo soviético pretendiam utilizar todos os recursos possíveis para alcançar a vitória, o que desencadeava para o Estado assumir todas as funções produtivas. Tal fato permitiu manter a economia soviética em funcionamento e com abastecimento, ainda que sob coação estatal. Porém, como ressalta Bertochi (2005), o comunismo de guerra permitiu poupar milhões de soviéticos da morte por fome e de fortalecer a aliança político-militar entre operários e camponeses.

destaca-se a dissolução das classes proprietárias e a expansão do campesinato médio. Com a crescente revolta dos camponeses e a iminência da derrota do Exército Branco, a necessidade de se repensar a organização da economia soviética tornou-se urgente. Foi a Nova Política Econômica (NEP) a forma para se repensar a organização da economia soviética.

Segrillo (1999) descreve algumas das medidas da NEP para agricultura na URSS: O *prodna*log,⁴⁴ que seria o imposto sobre agricultura, pelo qual o camponês forneceria uma quantidade mínima determinada de produção, em grãos, ao governo, e poderia vender no mercado não regulado pelo Estado o restante da colheita não adquirida. O *prodna*log perdurou até 1923, quando foi substituído por um imposto comum em dinheiro. O governo soviético pretendia incentivar os camponeses a recuperar o nível de produção de antes da revolução. E, de fato, a produção agrícola, como mostra Segrillo (1999), em 1921, representou 60% da produção em 1913, passando a crescer. Porém, o crescimento do excedente comercializável (grãos) não crescia a mesma medida e o excedente comercializável em 1926-7 era menos da metade do que o de 1913.

Pomeranz (2018) avalia que, no âmbito da NEP, após o pagamento do imposto, os camponeses poderiam utilizar sua produção restante a sua escolha, bem como foram adotadas outras medidas de crédito, como a revogação do decreto de estatização de pequenas empresas da indústria, sem que o Partido afrouxasse os mecanismos de controle em cima de bancos, do comércio exterior e de grandes empresas. Ao mesmo tempo, a gestão das empresas estatais, em 1922⁴⁵, foi alterada, o que deflagrou aumento da burocracia e levou à ineficiência, o que provocou a decisão de descentralizar a gestão das empresas com base em cálculo econômico, restabelecendo o pagamento dos salários em dinheiro. A condução desse processo,⁴⁶ em que o esforço de produção industrial não encontrou compradores e a concorrência entre os trustes industriais se acirrou, ocasionou

⁴⁴ De acordo com Segrillo (1999), *prodna*log substituiu a *prodrazverstka* que era o confisco obrigatório de produção dos camponeses que superasse as necessidades mínimas da família para consumo próprio e que foi criada pelo governo soviético como medida de emergência para garantir o abastecimento das cidades.

⁴⁵ De acordo com a autora, as empresas estatais, até então, funcionavam sob a recepção de ordens emitidas pelo VSNKHA às empresas subordinadas e seus departamentos, e os salários não eram pagos na forma de dinheiro. Por outro lado, o VSNKHA se manteve no controle da indústria soviética, mantendo 172 dos 430 trustes industriais subordinados diretamente ou por meio de seus órgãos locais, enquanto 258 eram subordinados ao VNSKHA regional. Operava junto com GOSPLAN – comissão central de planejamento, órgão assessor do Conselho de Trabalho e Defesa.

⁴⁶ “Para dar às empresas a possibilidade de trabalharem sob este novo sistema, as mesmas foram estabelecidas como unidades autônomas, em alguns casos na forma de trustes controlando várias empresas, e autorizadas a operar comercialmente. O critério operacional era lucrar e evitar perdas. Mas a situação econômica era difícil e as empresas não tinham reservas de caixa.” (POMERANZ, 2018)

uma queda dos produtos industriais em comparação com os produtos agrícolas, sem que a inflação passasse por queda. Em meados de 1922, na “crise das tesouras”, descreve Pomeranz (2018), a situação se inverteu: a produção agrícola recupera seu ritmo de forma mais rápida do que a produção industrial, incluindo expansão da área plantada a níveis pré-guerra. Assim, os preços dos bens industriais se tornaram mais elevados⁴⁷, impondo-se uma relação de preços desfavorável para os camponeses, que não conseguiam adquirir os produtos industriais. Nesses anos, os camponeses não possuíam incentivos para comercializar toda a sua produção de grãos – ainda que ela estivesse crescendo –, preferindo utilizá-lo para consumo próprio e como ração para animais ou estocá-lo (SEGRILLO, 1998).

O I Plano Quinquenal (1928-32) soviético poderia ter início em meio a uma escassez de excedente agrícola, que seria utilizado para financiar a industrialização, e o resultado da NEP não teria induzido a uma solução. A possibilidade de fornecer recursos a camponeses mais abastados (*kulaks*), para que eles realizassem os investimentos na produção agrícola, havia sido proibida e a solução apontada por Stalin foi a coletivização, o que foi referendado no XV Congresso do Partido Comunista, em 1927. A transição das pequenas unidades camponesas para as fazendas cooperativas coletivas (*Kolkhoz*) não foi tão voluntária da parte dos camponeses quanto anunciado – o que é apontado como fator que explica a intensidade dessa transição: em 1932, final do I Plano Quinquenal (PQ), 61,5% das unidades rurais já estavam coletivizadas, quando, em 1928, eram somente 1,7% (NARKHOZ, 1958 *apud* SEGRILLO, 1998). Não se tratava, frisa Segrillo (1998), de coletivizar para aumentar a produção agrícola, mas de aumentar a escala de produção agrícola para financiamento da industrialização soviética.

Todos os esforços da economia soviética estavam endereçados ao desenvolvimento acelerado da indústria, visto ser imperativo para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico soviético que a agricultura transferisse matérias-primas, mão de obra e gerasse um superávit exportador que pudesse, a sua vez, financiar a importação de equipamentos para industrialização, bem como alimentos e matéria-prima a preços os menores possíveis (SCHAFFER, 1977). A opção do Partido pela coletivização foi de razões política e econômica: dentro da aliança proletariado-camponesinato, à agricultura foi estabelecida a tarefa de financiar a indústria e a agricultura

⁴⁷ Com base na fonte de dados apresentada por Nove (usada também por Maurice Dobb), Pomeranz (2018: 10) apresenta os seguintes índices de preços: “o índice dos preços industriais, em relação à base 100 de 1913 alcançou 176; o índice dos preços agrícolas em relação à mesma base 100 de 1913 alcançou 64.”

em larga escala tomada pela opção mais eficiente para as condições soviéticas, respectivamente (SEGRILLO, 1998).

1.3.2 – Acumulação primitiva socialista – proletarização e industrialização

Há uma relativa discussão na literatura sobre o modelo de pequenas propriedades rurais em contraposição a grandes fazendas coletivas em termos de suas vantagens para maior eficiência do setor, em economias socialistas, garantindo que cumpra com suas funções para o desenvolvimento econômico. Entretanto, como sintetiza Segrillo (1998), as condições de terra disponível, mão de obra, capital, dentre outras, é que poderiam (podem) revelar o modelo adequado. E, como discorre Shaffer (1977), na URSS, no contexto que se apresentava às vésperas do I PQ, a opção pela agricultura de larga escala se mostrava a mais acertada. Ao contrário de países como Japão e Alemanha, não havia condições financeiras de o Estado suportar a capitalização – financiando investimentos, subsídios, por exemplo – da produção agrícola. Portanto, entre a NEP e a coletivização, sobreveio uma considerável lacuna em termos de produtividade e capitalização dentre os camponeses, que se mantiveram utilizando métodos mais arcaicos de produção e mais preocupados com sua própria subsistência⁴⁸.

Os resultados da coletivização no I PQ (NARKHOZ, 1961 *apud* SEGRILLO, 1998) foram de queda da produção, porém, de aumento do excedente comercializável da produção, indicando que a contribuição financeira da agricultura à indústria foi oriunda de uma transferência forçada de recursos da agricultura para o setor industrial, levando a uma dicotomia, por sua vez, campo x cidade. Essa transferência forçada resultava da baixa remuneração salarial, baixos preços dos produtos agrícolas e imposições de requisição dos excedentes agrícolas. Ao mesmo tempo, esse fenômeno não se restringiu ao I PQ, reproduzindo-se pelos planos quinquenais seguintes, sendo até mais intensa no segundo e terceiro PQ, como destaca Nove (1976). E mais ainda, influenciou todo o desenvolvimento posterior da agricultura. Alguns autores como Lewin (1975) argumentam que a coletivização teria produzido uma agricultura com desvantagem comparativa em relação a de outras nações industrializadas.

⁴⁸ Como discorre Segrillo (1999: 106): “[...] a maioria dos pequenos produtores rurais independentes da NEP investia pouco na modernização dos processos produtivos, com compra de máquinas, etc, utilizando métodos mais primitivos, mas que envolviam menos gastos financeiros.”

A despeito do aumento ou não da produção, as fazendas coletivas aumentaram o poder do Estado de extrair os excedentes da agricultura, sendo a contribuição maior da coletivização tornar os camponeses independentes ou os “últimos remanescentes do capitalismo” à disposição do sistema de comando soviético, o que facilitou a alocação de recursos financeiros e mão de obra, segundo estabelecido nos planos quinquenais (STALIN, 1946-1951 *apud* SEGRILLO, 1998)⁴⁹. Barsov (1968) aponta que o maior esforço de industrialização realizado entre 1928-32 se baseou em um “regime de economia rigorosa” sob um aumento na taxa de sobreproduto extraído do trabalho urbano e rural e destinado à acumulação para reprodução ampliada da base industrial soviética – aumento da exploração da mais valia, em uma economia capitalista.

Os efeitos dessa política para a continuidade do desenvolvimento agrícola soviético foram sendo explorados como os determinantes para o colapso de preços que se seguiu na década de 1980, com mais intensidade. Porém, os dados de produção bruta da economia soviética indicam que após o fim do I PQ, quando esteve em queda, recuperou-se ao final do II Plano Quinquenal (1933-1937), em 1937. E após a II Guerra Mundial, novamente seu índice de produção bruta experimenta queda – em 1945, a produção agrícola bruta era 14% menor do que em 1913. Porém, a URSS, no pós-II GM contava com uma estrutura produtiva mais desenvolvida: fazendas coletivas montadas, baseadas no uso da maquinaria de produção em larga escala, o que possibilitou constantes aumentos de produção a partir da década de 1950 até a promulgação da *perestroika*.

Desde a década de 1950, quando URSS tratou da agricultura como prioridade, a capacidade produtiva deste setor passou a aumentar ainda que sob um alto custo de investimento. À diferença de outras economias capitalistas, como os EUA, discorre Segrillo (1999), essa expansão se dava por meio da elevada alocação de recursos no setor

⁴⁹ De acordo com Nove (1990), após a morte de Stalin, Khrushchev apontou na reunião do Comitê Central do Partido que a situação da agricultura soviética seria “deplorável”. Os seus preços aumentavam aceleradamente enquanto as receitas das fazendas coletivizadas reduziam. Os investimentos financiados pelo Estado e pelos próprios camponeses aumentaram e o desnível entre campo e cidade (renda), reduziu-se. Não fazia mais sentido falar em “exploração da agricultura” no sentido de retirar recursos da agricultura para financiar o investimento da indústria. Outro efeito surgira, aponta Nove (1990): o tamanho das faixas de subsídios para agricultura aumentou, tornando-a um “fardo” para o sistema como um todo. Também diminuíram as diferenças, em termos de organização da coletivização, entre *sovkhozy* – fazendas estatais – e *kolkhozy* – fazendas do tipo coletivo – e os preços de boa parte dos gêneros agrícolas foram equalizados, em que a organização responsável por ofertar insumos para agricultura passou a comercializá-los sob o mesmo preço a *sovkhozy* e *kolkhozy*. Em fins da década de 1960, *kolkhozy* passou por alterações quanto à geração de renda: mudou, em 1966, para uma renda garantida sem se basear em jornadas de trabalho, com um pagamento da mão de obra em um mínimo especificado. As diferenças entre ambos – relacionadas com o relativo grau de autonomia do e *kolkhozy* em comparação ao *sovkhozy* – foram sendo consideradas (avaliadas) pelo Partido como no âmbito da necessidade de aproximá-las, fazendo-as operar em conjunto.

rural e não por meio do progresso técnico. As futuras necessidades de importação de grãos da URSS seriam, em parte explicadas, por questões naturais que impactavam em seus níveis de produtividade. Em outra parte, mais atinente ao contexto das décadas de 1970 e 1980, a mudança do padrão dietético da população soviética em direção à proteína animal – os preços dos gêneros alimentícios eram fixados pelo governo, mantendo-se estáveis, enquanto os salários nominais e reais subiam. E o peso do aumento dos dispêndios com gêneros agrícolas vai sendo apontado como uma das causas principais da desaceleração econômica soviética que culminou na *perestroika*. Em relação aos resultados da NEP, reforça-se com Pomeranz (2018: 14):

A avaliação dos resultados da NEP revelou-se controversa. Para parte dos bolcheviques, ela constituiu um retrocesso, em relação à instituição do socialismo, por eles entendida como a eliminação do capitalismo na Rússia. A NEP se apoiava no desenvolvimento dos elementos capitalistas e fortalecia o inimigo de classe do regime soviético, na figura do *kulak*, o camponês rico, em detrimento dos camponeses pobres e dos trabalhadores. E o descontentamento social seria resultado deste retrocesso, dada a especulação dominante nas relações comerciais de mercado. Do ponto de vista da recuperação econômica, os seus resultados foram positivos: além das mudanças institucionais na agricultura, no comércio e nas grandes empresas estatais, o crescimento foi rápido, embora ainda apoiado em grande medida na reativação da capacidade disponível do período anterior às duas guerras.

A discussão sobre os efeitos da coletivização pela extração forçada de excedente – ou da transferência líquida de recursos da agricultura para o setor urbano, facilitando a industrialização –, sobre a exploração e o custo humano é relativamente intensa na literatura. Na década de 1960, autores como Millar (1974) passaram a criticá-la mais intensamente, enquanto Millar e Nove (1976) organizaram um debate entre os defensores e críticos. Barsov (1968), por meio de cálculos estatísticos buscou quantificar o tamanho dessa transferência líquida e Ellman (1968) realizou cálculos alternativos aos de Barsov (1968). Ellman (1975) chega a afirmar que foi Preobrazhensky quem recomendou a política adotada, em 1928, de aumentar os preços relativos dos produtos industriais, o que indicava que as autoridades soviéticas buscavam uma dada política de preços que permitisse tomar uma determinada parte do excedente da economia privada.

Trata-se de um dos mais significativos efeitos da NEP – sendo ela uma fase necessária para a construção do socialismo. Após essa, qual seria o caminho a ser seguido era a questão que emergia, considerando-se o enfoque político-estratégico dentro do partido bolchevique. Esse caminho a ser trilhado passava, portanto, pela agricultura, uma

vez que manter a aliança operário-camponesa requeria transformar a situação socioeconômica e resolver as aspirações camponesas por terra, afinal, ao se priorizar a indústria pesada na alocação do investimento, era necessário estabelecer mecanismos que garantissem a produção agrícola, evitando que o setor se transformasse em uma trava para o crescimento (POMERANZ, 2018).

Evgeny Preobrazhensky⁵⁰ denominou esse modelo de ‘acumulação primitiva socialista’⁵¹. Nove (1990) explica que ao fazê-lo, Preobrazhensky concentrava sua análise teórica na relação entre setor privado e setores estatais, quer dizer, a trajetória de crescimento que se poderia assumir às expensas do outro.

A posição de esquerda, representada por Preobrazhensky, defendia a prioridade do desenvolvimento da indústria, uma vez que a partir da revolução, a demanda do agricultor por produtos industriais aumentou, porém, a oferta de produtos industriais não acompanhou o aumento dessa demanda. E o desequilíbrio inflacionário passou a ser experimentado. A industrialização, que deveria privilegiar a indústria pesada, resolveria esse hiato entre setor rural e industrial, bem como o desequilíbrio inflacionário. A industrialização deveria privilegiar a indústria pesada, conforme o modelo de reprodução em Marx, ao mesmo tempo que Preobrazhensky atribuía ao setor externo papel irrelevante no financiamento do investimento industrial (dados os problemas de caráter político para obtenção do crédito externo).

⁵⁰ De acordo com Freitas (2017), Preobrazhensky expressou algumas críticas a NEP, como em 1921, com “Da NEP ao Socialismo” e, em 1926, com “A nova econômica”, esta sua principal elaboração teórica sobre acumulação primitiva socialista. Em 1927, Preobrazhensky foi expulso do Partido Bolchevique, no âmbito da disputa interna dentro do Partido, após a morte de Lenin, uma vez que Preobrazhensky estava na “Oposição de Esquerda do Partido”, ala que foi expulsa por Stalin – que se aliava a Bukhárin. Em 1929, Stalin passa a atacar as contribuições de Bukhárin para agricultura e a defender um programa de combate ao *kulak*, bem como impulso à industrialização. Assim, Preobrazhensky é readmitido ao Partido para ser expulso novamente em 1931, após escrever um artigo criticando o I Plano Quinquenal, mas foi readmitido em 1932. Em 1934, realizou uma autocrítica severa e, em 1935, foi condenado a 10 anos de prisão por trabalhos forçados. Não houve julgamento público de Preobrazhensky. Ele foi preso em dezembro de 1936 e seu assassinato aconteceu em 13 de julho de 1937.

⁵¹ Preobrazhensky teria utilizado esse termo em analogia ao conceito usado por Marx de acumulação primitiva no âmbito do debate com Bukharin sobre o ritmo da industrialização e campesinato ou de aceleração da industrialização com coletivização forçada. Para reprodução socialista, Preobrazhensky fala das condições materiais em termos de relações sociais, sendo o processo de acumulação socialista primitiva constituição das condições materiais para a reprodução propriamente socialista. Ele busca a substituição da influência da lei do valor nas relações sociais pela lei de acumulação primitiva socialista, havendo duas leis reguladoras da economia soviética em conflito uma com a outra, o que agiria sobre duas esferas, a privada e a pública. Na esfera privada, objetiva-se apropriação do excedente fazendo com que a potencial reprodução ampliada seja transferida para o Estado e a formas coletivas de produção. Freitas (2017) discute que seria apropriação gradual do setor privado a partir de mecanismos extraeconômicos (impostos e crédito) ou econômicos (comércio, política de preços) ou relacionados com produção. A autora ressalta a emissão de papel moeda e exploração de campesinato como pontos essenciais dessa discussão de Preobrazhensky.

Alguns autores, dentre eles Freitas (2017), chegaram a avaliar que Preobrazhensky tendia sua interpretação para avaliar o ritmo da industrialização e a relação com o campesinato. Porém, como adverte a autora, Preobrazhensky⁵² o fez sob o uso do termo: acumulação primitiva em analogia com Marx⁵³ - mas denominando de acumulação primitiva socialista. Quer dizer, como explica Pomeranz (2018), a acumulação deveria surgir do setor privado - naquele momento, os camponeses, e a ser obtido com os monopólios estatais fixando preços baixos de aquisição dos produtos agrícolas e preços altos para os produtos industrializados que vendessem -, o que levaria a uma poupança forçada e a redução forçada do consumo dos camponeses. Caberia ao Estado tentar equalizar as poupanças reais com o aumento da capacidade de produção da indústria pesada⁵⁴. Freitas (2019) descreve a solução proposta por Preobrazhensky – acumulação primitiva socialista⁵⁵ – como constituição de condições materiais e sociais para continuidade da reprodução socialista por meio da expansão das relações “estatais” (socialistas) e destruição das relações capitalistas, entendidas como a pequena produção de mercadorias. A autora destaca a incorreção de se atribuir a Preobrazhensky a leitura de que pretendia a exploração do campesinato ou o “superindustrialismo”, sendo mais apropriado compreender sua proposição como a de uma transição mais complexa para o socialismo.

Na posição à direita, dentro do Partido⁵⁶, conforme Pomeranz (2018), Shanin defendia o prioritário desenvolvimento da agricultura em um ambiente de mercado. Dessa

⁵² Freitas (2019: 254) destaca “Dentre suas obras, podemos citar O ABC do comunismo, escrito em conjunto com Bukhárin, em 1919, e Dinheiro na época da ditadura do proletariado, de 1920. Seu trabalho principal, contudo, foi o livro A nova econômica. Publicado em 1926, que elaborou de forma mais sistemática a Teoria de Acumulação Socialista Primitiva do autor.”

⁵³ Smirnov teria detectado esse uso e analogia em Preobrazhensky.

⁵⁴ Preobrazhensky discussed such methods of original socialist accumulation as taxation, price policy, railway tariffs, the banking system and the state monopoly of foreign trade. He assumed, however, that "from the moment of its victory the working class is transformed from being the object of exploitation into being also the subject of it. It cannot have the same attitude to its own labour power, health, work and conditions as the capitalist has. This constitutes a definite barrier to the tempo of socialist accumulation, a barrier which capitalist industry did not know in its first period of development." (ELLMAN, 1975: 857)

⁵⁵ Na avaliação de Day (1982), Preobrazhensky teria colocado em prosseguimento às ideias de Lenin para o caminho a ser seguido após a NEP. Preobrazhensky *apud* Day (1982: 166), no artigo “The outlook for the New Economic Policy”, afirmou: “the unnatural alliance between the socialist state and large-scale foreign capital will be broken and replaced by the natural alliance between foreign capital and all the bourgeois forces of Russia.” (8-9) Either the Soviet economy would "vomit up" concessions in its movement to socialism, (14) or within two to three years foreign investors would assume leadership of a "bourgeois-kulak counter revolution." (11) – os números entre parênteses são os números das páginas do artigo cujas passagens foram citadas por Day.

⁵⁶ O contexto da contribuição de Preobrazhensky (Oposição de Esquerda no Partido) e do debate com Bukharin e Lev Shanin (considerados representantes do grupo de direita no Partido) transcorre em uma economia agrária e em reconstrução após a Guerra Civil e a II Guerra Mundial. Aquele debate, como

forma, os benefícios percebidos consistiram em aumento de capacidade produtiva em um nível maior, que permitiria financiar investimento adicional sem pressionar a inflação. A maior produção agrícola seria um canal para o comércio exterior, que também representaria uma fonte de recursos obtidos com a venda de grãos. Ainda de acordo com a autora, Bukharin se mantinha em uma posição intermediária. Sua tese era de que o desenvolvimento da indústria e da agricultura deveria acontecer de forma equilibrada, uma vez que se trata de setores interdependentes e que a acumulação de capital industrial deveria acontecer de forma paulatina. Assim, Bukharin antevia que o crescimento de um setor em detrimento do outro levaria a pontos de estrangulamento. Sua proposição consistia em: promover incentivos ao agricultor e pressionar empresas estatais a diminuir seus custos, bem como medidas para uma utilização melhor da capacidade produtiva. Ele considerou que o investimento da grande empresa deveria ser planejado com maior eficiência e a política de preços do Estado deveria estimular a redução de custos e eliminar os lucros de monopólio.

Em 1925, os capitalistas russos ainda não realizavam investimentos significativos enquanto os *kulaks* conseguiam extrair concessões do governo da URSS – como reduções de impostos e maiores oportunidades de arrendamento de terras e de exploração dos camponeses pobres –, graças à barganha reunida. Essas concessões introduzidas por Bukharin, ressalta Day (1982), eram concebidas por ele como um caminho para o socialismo, porém nada mais fizeram do que retardar a acumulação primitiva socialista e o crescimento da indústria soviética, reforçando a escassez de produtos industriais. Preobrazhensky, para o problema da "escassez de bens" (*goods famine*), então deflagrado, desenvolve uma das teses centrais da ala de esquerda do Partido Bolchevique. Embora os níveis de produção da agricultura e da indústria, na URSS, tenham sido restaurados aos níveis pré-guerra, na esfera da circulação das mercadorias emergiu uma desproporcionalidade entre ambos os setores. Com a eliminação das compras compulsórias da produção agrícola, os camponeses teriam passado a desfrutar de sua liberdade sobre a comercialização do excedente de sua produção. Os *kulaks* passaram a demandar maior quantidade de mercadorias, desencadeando uma desproporcionalidade de forças produtivas. Ao ignorar a lei da acumulação primitiva socialista, Bukharin e Stalin permitiam que a lei capitalista do valor regulasse a economia soviética, então as leis do mercado regulavam os mercados soviéticos com desvantagem na estrutura de

sintetiza Pomeranz (2018), consistia em duas questões – definir a prioridade setorial no processo de desenvolvimento e como financiar o processo de desenvolvimento.

preços domésticos (DAY, 1982; NOVE, 1990). Sua análise se calcava na abordagem de Marx para reprodução do capital e mostrava a incorreção da teoria de Rosa Luxemburgo.

Bukharin, por sua vez, condena Preobrazhensky a superindustrialista e que defendia a superexploração do campesinato. Bukharin convence-se da teoria stalinista do “socialismo em um país”. E entendia que o capitalismo organizado funcionava sob o aparato integrado do capital financeiro e não do monopólio de preços, como Preobrazhensky entendia (DAY, 1982). Seu ponto de partida não era disruptivo em relação ao de Preobrazhensky, porém, Bukharin se fixava na transferência de capitais entre agricultura e indústria, visto os capitalistas explorarem o setor agrícola por meio do setor bancário e dos depósitos da cooperativa agrícola nos bancos, subordinando-as à empresa capitalista. Quanto mais rapidamente a acumulação ocorresse na agricultura, mais rapidamente ocorreria na indústria, assim, ele propunha uma cooperação camponesa no lado bancário. Contudo, esse argumento se mostrou falho. Bukharin se apressou em apontar uma falha na política de acumulação primitiva socialista e desconsiderou que seria necessário que o camponês contasse com mais garantias de acesso a manufaturas para que levasse seu excedente agrícola ao mercado, bem como não estaria inclinado a fazer poupança monetária (DAY, 1982).

1.3.3 - Modelização da tesoura de preços e a busca por respostas para o papel da questão agrária e desenvolvimento

Deste ponto, apresentaremos formulações modelistas ocidentais e capitalistas da acumulação primitiva capitalista. Essas tentativas de modelização foram realizadas no âmbito do debate sobre o papel da agricultura no crescimento e no desenvolvimento econômico, em economias subdesenvolvidas, que avançavam em seu processo de industrialização.

Autores como Dixit (1969) atribuíram que a política de preços funcionaria como alternativa à taxação indireta⁵⁷ ou ao monopólio no mercado de alimentos. Situação em que o setor industrial socializado se expande recorrendo ao excedente dos camponeses-proprietários na agricultura, diferente da acumulação socialista pura⁵⁸, na qual a industrialização ocorre pela acumulação de capital, a partir de seus próprios lucros:

⁵⁷ O autor descreve as dificuldades de se considerar que uma economia democrática em desenvolvimento teria condição de aplicar taxação direta.

⁵⁸ Dixit (1969) expressa ambos esses movimentos por duas equações, a saber:

would call the first “pure” socialist accumulation and the second “primitive” socialist accumulation. He thought of a process in time, in which the socialist industrial sector would get off the ground by a process of primitive socialist accumulation until it was big enough to generate its own surplus, and pure socialist accumulation would gradually become dominant. That is not the case in this model: The two processes occur together. (DIXIT, 1969:209)

Dixit (1969), voltando-se para analisar o problema do excedente de mercado numa economia planejada e dual, desenvolve um modelo do problema de tesoura de preços, em que salários não podem ser reduzidos em caso de uma economia que segue um modelo lewisiano em termos de a oferta de trabalho ser perfeitamente elástica ao nível de salário real fixado em termos de alimentos. Além disso, Dixit (1969) considera o investimento na agricultura como variável a ser considerada, visto que a industrialização no longo induzirá investimentos na agricultura. Ou melhor:

a dynamic way of obtaining more investment is to increase the size of the industrial sector. If capital is not shiftable between the sectors, which appears appropriate, there is a severe limit to this in the short run. Attention is then focused on reinvestment of the industrial surplus into the industrial sector in order to relieve this capacity limitation. (...) industrial workers will want to spend much of their wage income on food. (...) so much of the agricultural investment is of a social overhead character that is not possible to extract its full cost from the farmers. (DIXIT, 1969: 204-205)

Sah e Stiglitz (1983) elaboraram modelo da ‘tesoura de preços’ considerando as proposições apresentadas por Preobrazhensky. Para Sah e Stiglitz (1983), é uma questão típica de economias em desenvolvimento ou que estejam experimentando mudanças nos termos de trocas capazes de determinar consequências distributivas. O ponto em comum entre esses grupos de países estaria na determinação dos mecanismos de controle sobre a agricultura, durante a industrialização, dado o papel que o setor agrícola assume na determinação do nível nacional de produto e de emprego.

$$K1=\alpha I$$

$$K2=(1-\alpha)I$$

Sendo α o parâmetro de alocação investimento sob o controle do governo. Autoridade planejadora tem que resolver o problema de

$$\text{minimizar } 0Tdt$$

O desenvolvimento dessas condições de restrição permitirá chegar às assunções da política ótima pelas quais o governo é o monopolista da discriminação ótima de preços.

A perspectiva de Preobrazensky é não a de obtenção de máxima acumulação primitiva, mas máxima acumulação total, isto é, esse processo será desencadeado pela acumulação primitiva positiva ou negativa – subsídio aos camponeses ou por sua máxima taxação, considerando-se as funções de demanda e oferta. Dessa forma, o governo, dado o coeficiente tecnológico da indústria, poderia contratar trabalhadores na indústria até o limite da capacidade produtiva industrial. Nesse ponto, Dixit (1969) pontua que a industrialização se desenrolaria sob diversos estágios e que o modelo que propõe teria validade para o curto prazo, isto é, caso em que o trabalho é excedente de fato da agricultura.

Sah e Stiglitz (1983) avaliam com mais profundidade aquela proposição primeira da formulação seminal do debate sobre ‘tesoura de preços’. Destacam que por meio dela, Preobrazensky propunha como alternativa que o Estado poderia expandir a acumulação de capital por meio de mudança nos termos de troca contra os camponeses, o que seria uma proposição válida⁵⁹. Contudo, a condição seria a resposta do setor rural em termos de preço do excedente rural ser maior, quer dizer, uma resposta de “alta de preços”⁶⁰. Sah e Stiglitz (1983) avaliam que é necessário distinguir o excedente rural do excedente do Estado e o consumo dos trabalhadores do setor industrial. Quanto mais elástica for a oferta agrícola, mais os salários serão reduzidos em equilíbrio e mais efetiva será a tesoura de preços para incrementar a acumulação de capital. Para sustentar uma política como essa, o governo precisaria adotar medidas que contivessem as reduções do salário real dos trabalhadores urbanos, levando, assim, a um excedente maior do Estado:

Surely, a decrease in the relative price of the rural good will lead to a lower rural surplus, if the price response of the rural surplus is higher. This in turn will require a higher decrease in the urban demand of the rural good, and the only way in which it can be accomplished is if a higher decrease in the urban real wage is enforced by the government. This higher decrease in the urban wage will then naturally lead to a higher state’s surplus. (SAH; STIGLITZ, 1983:9)

Uma segunda proposição feita por Preobrazensky, em corolário da sua primeira proposição, foi considerar que quando da realização do movimento de alterar os termos

⁵⁹ Somente políticas de especialização de investimento são ótimas para mais de um período, havendo uma ótima relação entre as curvas de demanda e oferta, que política alguma conseguirá ultrapassar e teria uma política agrícola de especialização ótima da qual nunca se poderia voltar atrás para uma meta industrial.

⁶⁰ Situação que havia sido levantada por outros autores como: Lipton (1977), Mitra (1977), citados por Sah e Stiglitz (1983).

de troca de forma desfavorável para agricultura, seria possível seguir com a acumulação de capital de forma que a posição dos trabalhadores industriais não fosse deteriorada. Novamente, de acordo com Sah e Stiglitz (1983), essa não é uma assunção válida. Nessa alteração dos termos de troca, decorrem pelo menos dois efeitos sobre os trabalhadores urbanos: um direto, pelo preço, e um indireto, pela mudança do seu salário, desencadeando uma redução do bem-estar dos trabalhadores urbanos. A percepção “cidade *versus* campo” da tesoura de preços, portanto, desconsiderava as restrições geradas pelo saldo entre demanda e oferta de produtos rurais. Considerar a existência dessa restrição permitiria avaliar as combinações factíveis dos termos de troca e respostas de salários urbanos (SAH; STIGLITZ, 1983). Os camponeses respondem a uma mudança dos termos de troca que lhes seja desfavorável.

O tratamento desta questão deveria passar, conforme o modelo⁶¹ proposto por Sah e Stiglitz (1983), pela compreensão de que a mudança de termos de troca contra os camponeses é desejável, se o peso social do investimento for maior do que os pesos sociais sobre renda rural e renda urbana. Dispensa-se o conhecimento prévio de padrões comportamentais, mas não da relação existente entre ponderação social associada a um dólar sobre a renda urbana contra um dólar associado ao investimento. A decisão de estreitar ou alargar a “tesoura de preços” dependerá da comparação intertemporal entre consumo e investimento, portanto. Sah e Stiglitz (1985), dissertam a respeito da discussão sobre o custo social do trabalho na avaliação de projetos com o fito de avaliar a taxa e precificação entre agricultura e indústria, em países em desenvolvimento, e seus efeitos conhecidos de “preços-sombra”⁶² na determinação de salários. Preços urbanos e rurais podem se diferenciar não somente pelas estruturas diferentes entre eles e da avaliação social dos projetos de investimentos, mas pela existência de subsídio e taxa. Nessa suposição.

⁶¹ Os autores se preocupam – como é próprio da discussão da “tesoura de preços” e os estágios iniciais do desenvolvimento econômico – com a distribuição de renda a partir das mudanças nos termos de troca entre agricultura e indústria. Utilizam-se de um modelo de equilíbrio geral para uma economia dual, em que os incentivos no setor rural devem ser enfatizados. Descrevem, com esse modelo, os efeitos de se alterar os termos de troca sobre as condições de vida dos membros do setor rural e do setor urbano, bem como sobre o excedente estatal. Um dos resultados que encontram é determinar sob quais condições, serão alterados os termos de comércio de forma a gerar inequívocos benefícios na sociedade e a natureza de comércio ótimo.

⁶² Bacha (1991) analisa as formulações teóricas sobre a determinação do salário rural no Brasil, buscando uma nova interpretação da determinação do salário rural. Seu ponto de partida é justamente as diferenças existentes dentro do rural brasileiro entre a força de trabalho (permanentes e temporários) quanto a percepção de salários nominais em níveis diferentes.

O problema da tesoura de preços pode ser assim resumido, de acordo com Sah e Stiglitz (1983): (i) controle sobre o preço nominal de produtos urbanos ou o salário urbano nominal, uma vez que um aumento de preços nominais de produtos urbanos corresponde a um movimento dos termos de troca desfavorável ao rural; (ii) se o nível de investimento e excedente rural forem utilizados como instrumentos de política, preços e salários se manterão inalterados; (iii) os termos de troca se manterão inalterados, caso produtos modernos de capital produzidos na zona urbana forem utilizáveis na zona rural e se o governo promover uma alocação intersetorial do investimento e (iv) o governo pode exercer controle nos termos de troca, conforme o nível desejado por meio de subsídios e impostos.

Um aspecto a se considerar notável para o caso chinês é a mobilidade do trabalho entre os setores rural e urbano. Sah e Stiglitz (1983) mostram que um aumento do preço de produtos agrícolas seria acompanhado por um aumento do emprego industrial, considerando-se uma economia com elevado nível de desemprego, intensa mobilidade de trabalho entre os setores, salário urbano é fixo e o emprego urbano é controlado pelo governo, espera-se que a mobilidade seja rural-urbana, estando a terra escassa, na zona rural. Nessas condições, de acordo com os autores, um nível ótimo de termos de troca exigirá a aplicação de uma política de subsídio ao trabalhador rural e de taxaço do trabalhador urbano, igualando-se à utilidade de ambos os grupos de trabalhadores. Neste nível de termos de troca, o salário industrial estaria acima do produto marginal de um trabalhador da indústria.

As reações às conclusões do modelo Sah-Stiglitz podem ser demonstradas com os comentários tecidos por Carter (1986), que amplia o escopo do modelo para uma economia aberta. Mesmo com uma resposta normal de oferta, a agricultura responde a mudanças de termos de troca desfavoráveis, com aumento da acumulação industrial, bem como um declínio induzido dos preços de mercado agrícola desencadeia ou somente acontece com uma queda dos salários industriais para reequilibrar a demanda por alimentos e oferta ao menor nível de preços. Assim: *“together with agriculture's reduced purchasing power, this lower urban demand leads to the price scissors-induced increase in investable surplus out of industrial production”* (CARTER, 1986:1192). O autor argumenta que a conclusão de Sah e Stiglitz (1983) sobre a primeira proposição de Preobrazhensky se adequa ou se confirma somente sob determinadas condições de oferta de mão de obra, as quais não corresponderiam nem à realidade soviética nem à realidade dos países em desenvolvimento, à época.

Dixit (1969) conclui pela interdependência entre a política de preços adotada e a acumulação socialista primitiva de modo que o preço pago aos camponeses pelo monopólio de Estado teria que ser, necessariamente, abaixo do preço competitivo. Neste caso, é necessário considerar as diferenças entre as curvas de demanda. No entanto, Dixit (1969) afirma que não é possível considerar um setor em separado do outro, em termos do excedente gerado. O investimento em agricultura seria uma “arma” a ser usada pelo governo para contornar os desequilíbrios entre os excedentes de ambos os setores, logo, dos termos de troca. Porém, o modelo Sah-Stiglitz se sobrepõe nas explicações do funcionamento da interação entre agricultura e indústria no processo de acumulação de capital em uma economia dual, embora, como afirmam Lin e Yu (2008), poucos estudos que partiram do modelo Sah-Stiglitz tenham conseguido realizar previsões empíricas.

Knight (1995) parte do problema da tesoura de preços na China – conforme os modelos teóricos tradicionais – para explicar de forma teórica a evolução da dualidade entre indústria e agricultura no país, por meio de curvas de oferta, mais precisamente, diagrama de oferta da teoria do comércio internacional, baseado em dois setores – agricultura produz alimentos e indústria, manufaturas.

Diferente do modelo Sah-Stiglitz, Knight (1995) aponta que trabalhadores urbanos não podem alocar sua renda de forma ótima, mas isso poderia estar em situação melhor de bem-estar e pode ser melhorado a partir da intervenção do governo. O autor lembra *“an investible surplus. It does this by enabling government to tax urban people without causing their welfare to fall below the non-intervention level.”* (p.120).

Essa conclusão parte da sua análise do modelo de Blomqvist (1986), que avalia o efeito de um imposto indireto sobre os alimentos comercializados, o que, no modelo de Knight (1995), seria equivalente à imposição de uma tarifa, no modelo teórico tradicional do comércio internacional. O autor conclui que foram os camponeses quem financiaram a industrialização do país em função da tesoura de preços, confirmando o modelo de Preobrazhensky.

A mudança na relação entre termos de comércio - agricultura e indústria - e seus efeitos na acumulação de capital e no bem-estar dos trabalhadores de cada um daqueles setores, motivou análises teóricas sobre a “tesoura de preços” em economias socialistas e países em desenvolvimento (DIXIT, 1969; PETERSON, 1979; SAH; STIGLITZ, 1983; CARTER, 1986; BLOMQVIST, 1986; KNIGHT, 1995) e debates específicos para o caso da China e suas implicações sobre a trajetória de desenvolvimento econômico (LIN; YU, 2008; MORAIS, 2011; GOUVEIA, 2016).

Durante a década de 1920, na ex-URSS, a “tesoura” se manifestava no debate da promoção da indústria soviética, que, por ser dependente da agricultura, exigia uma favorável política de preços à indústria, que, com isso, desviaria recursos da agricultura e infligiria também a expansão dos ramos de bens industriais. Na China, a questão foi tratada de forma mais criativa por Mao, desde logo após a Revolução de 1949. A comuna serviu como articulação entre ambos os setores, embora as opções subsequentes, como o Grande Salto Adiante, tenham prejudicado essa opção.

O papel do rural na acumulação de capital e na industrialização para uma transformação estrutural da economia é nevrálgico. O desenvolvimento do capitalismo no campo se intensifica a partir da propriedade privada e do trabalho assalariado, incidindo na escala dos estabelecimentos rurais, mudança tecnológica, especialização produtiva e diferenciação entre os camponeses.

Na China, a propriedade privada da terra e o trabalho agrícola assalariado são duas categorias encobertas por medidas de modernização da agricultura, ainda que se tenham elementos para considerar uma expansão da transferência *induzida* de terras agrícolas e de formas de assalariamento da mão de obra agrícola.

1.4 – Elementos gerais para pensar a questão da modernização agrícola chinesa: uma nova síntese entre campesinato e grande produção agrícola?

Uma questão agrária somente se manifesta quando a agricultura deixa de exercer quaisquer de suas funções esperadas no desenvolvimento econômico capitalista. Ao não acompanhar o ritmo da industrialização, isso poderia se transformar em um entrave ou um futuro problema estrutural. Lenin assume a questão agrária também como política e cultural, além de econômica e social, o que Oliveira (2004) avalia como tendo possibilitado que se descartasse a questão agrária como simples fase para o capitalismo. Dessa forma, a questão agrária é um problema estrutural e não transitório e mais evidente em economias de desenvolvimento industrial recente (comparativo) e quando a agricultura deixa de alimentar o ciclo de reprodução social do capital.

Há uma crescente avaliação de estudiosos da questão agrária chinesa de que as famílias rurais se inserem na acumulação de capital de variadas formas, que não somente pelos salários. Seus recursos têm sido expropriados por meio de constantes *land grabs*, pela poluição decorrente da expansão da produção industrial de larga escala e de produção agropecuária - mais recentemente -, pela privatização de recursos coletivos das

localidades e uma proporção da arrecadação tributária convertida em capital por meio do investimento em empresas coletivas – *profit collective enterprises*.

A atividade de cultivo agrícola ou de pecuária guardam complicações – as quais são tratadas por alguns estudiosos em termos de “custo elevado de produção da agricultura chinesa” – para os residentes na zona rural. O acesso ao crédito, a aquisição de insumos, a expansão dos intermediários em forma de grandes empresas e o arrendamento da propriedade para empresas tem se tornando mais comum, desde meados de 2000. As reformas no sistema de *hukou* foram acontecendo em paralelo a reformas nos direitos de uso, de propriedade e de gestão das terras. Dessa forma, a centralidade daquele sistema foi sendo reduzida (QIANGQIANG ; ANDREAS; LI,2017).

Desde meados da década de 1980 – após a inflexão da organização rural a partir das reformas de 1978-79, que levaram à introdução do HRS em substituição à coletivização – a economia rural passou a experimentar um ritmo consideravelmente menor e que foi piorando ao longo da década de 1990. O crescimento da renda, nesta década, deu-se em um ritmo menor para residentes da zona urbana e rural. Com as autorizações de migração, via flexibilização do *hukou*, aumentou o número de trabalhadores na zona urbana sem *hukou*, população flotante – “... of 120 million poverty-stricken rural people had appeared, many of whom migrated to the cities in search of work...” (WALKER; 2006: 2) – que chegou em meados de 2003 a 150 milhões de pessoas. Com o fim da coletivização, os investimentos na agricultura foram também se reduzindo em vistas a aumentar o investimento na zona urbana (BERNSTEIN, 1994).

A substituição parcial do programa de compra estatal unificada pelo sistema *dual-track* de precificação, desencadeou, ainda na década de 1980, uma “mercantilização do poder” entre os oficiais à frente de conduzir esse sistema, que adquiriam insumos e produtos industriais ao preço fixado pelo Estado e o vendiam no mercado aberto a lucros em níveis ilícitos (HE QINLIAN, 2000 *apud* WALKER, 2006), o que foi denominado como tendo sido “corrupção” e, para autores marxistas, de acordo com Walker (2006), teria sido uma versão moderna do processo “acumulação primitiva”, descrito por Marx para a Inglaterra, do século XVI ao século XIX.

De acordo com alguns autores, como Day (2008), esse processo explicaria os protestos de camponeses desde a segunda metade da década de 1980 até o início da década de 2000. Day (2008) destaca ainda o surgimento, no final da década de 1990, de um movimento de intelectuais e de ativistas rurais que reclamam uma explicação diferente da situação do rural nestes anos, defendendo a expansão de atividades de movimento

cooperativo e social no rural: *New Rural Reconstruction Movement (Xin xiangcun jianshe yundong – NRRM*⁶³).

Reconhece-se que, na década de 1990, ocorreu uma reversão contundente do processo de acumulação de capital na China cujo epicentro está na ocupação do solo urbano para expansão imobiliária e de grandes projetos de infraestrutura, expandindo-se para ocupação das terras rurais para esse mesmo fim. No entanto, isso apenas é insuficiente para explicar o processo de modernização agrícola, pois deve-se levar em conta os impactos das medidas tomadas pelo CE e pelo Comitê Central do PCCh para acumulação de capital da China no setor rural e agrícola.

Esses desafios da acumulação de capital no mundo rural alcançaram um novo patamar com a crise financeira internacional de 2007-08, o que provocou uma reversão de metas nos planos quinquenais em que se destaca o plano doméstico – consumo, investimentos e mercado – pelo aumento da produtividade, reversão de gargalos produtivos e heterogeneidade setoriais e expansão de mercados e da sua regulação.

Os salários reais, o ajuste de preços relativos à agricultura e indústria e a revisão do orçamento (política fiscal – ver capítulo 2 desta tese) se tornaram variáveis de controle e de retroalimentação das duas primeiras (a terceira), para garantir que a acumulação de capital no socialismo de características chinesas para uma nova era pudesse levar a uma “sociedade harmoniosa”, em que as diferenças de nível de renda entre urbano e rural, por exemplo, fossem equalizadas.

Levien (2014) observa que as desapropriações, na China, de meados da década de 1990 em diante não necessariamente criariam condições iniciais para o capitalismo, mas sim, em muitos casos, para o desenvolvimento não agrícola – projetos de infraestrutura, grandes projetos de siderurgia ou de habitação, dentre outros. Brenner (1977) argumenta que a desapropriação de terras é um processo político que é determinado pela luta de

⁶³ NRRM se constitui de cooperativas, ONGs, instituições de pesquisa, associações rurais e participantes como acadêmicos, assistentes sociais, estudantes voluntários, e compartilha das motivações principais do *Rural Reconstruction Movement (RRM)*, que foi criado ainda antes da Revolução, na década de 1920 (DAY, 2008). Esse movimento representou uma organização em torno de reivindicações da população rural que estivessem além da preocupação com sustentar o processo de crescimento econômico chinês. E seu surgimento foi motivado pela tese de Wen Tiejun “problema de três dimensões no rural da China”. Em 2003, o Comitê Central do PCCh e o Conselho de Estado conferiram alta prioridade a essa tese, ainda que os participantes do movimento tenham buscado declarar a sua independência. NRRM é conhecido e estudado, mais recentemente, em função de sua atuação em relação à “justiça ecológica” na China. Alcock (2019) avalia que o RRM foi um movimento liderado por James Yen, chinês que se educou nos EUA, e teve financiamento de organizações americanas, e o fato de NRRM buscar se conectar a esse grupo – que pretendia introduzir democracia liberal na China, por exemplo – torna improvável que seja um movimento bem-visto pelas autoridades do país.

classes. O capital ao chegar/entrar na terra não desencadeia automaticamente um processo de acumulação. Ademais, as desapropriações de terra são conduzidas pelo Estado e não pelos capitalistas diretamente. E não necessariamente a desapropriação pelo Estado acontece seguindo os mesmos motivos, por exemplo, permitir que os capitalistas sigam sem obstáculos a acumulação de capital.

Por outro lado, na agricultura, a questão agrária tem se sobressaído e feito reacender o debate apresentado neste capítulo. A integração vertical no setor tem aglutinado o discurso para modernização agrícola chinesa, no século XXI. Isto é, nas últimas duas décadas, o CE tem deliberado pelo aumento da escala de produção, modernização da produção e da comercialização, atribuindo essas funções a empresas líderes da industrialização da agricultura (*dragon head enterprises*). Essas empresas, criadas e incentivadas pelo CE e Comitê Central do PCCh, a partir do final da década de 1990, vêm induzindo novos modelos de agricultura no rural chinês. Exercem indução na reconfiguração da posse da terra, passando a estabelecer contratos de aluguel – “*large tracts of land*” –, bem como contratar agricultores em diferentes “cláusulas” de contrato. Essas empresas – assim como os “novos atores”: agricultores especializados e cooperativas de agricultores – representam o instrumento de desenvolvimento das forças produtivas no campo e de capitalização da produção.

Nas cooperativas de agricultores, por exemplo, nos últimos anos, agricultores familiares (como passaram a ser denominados nos documentos oficiais os camponeses – ver ANEXO III) passaram a receber incentivos (estatais, via empresas líderes) para participar como acionistas dessas cooperativas e acessar o crédito por meio delas. A modernização contemporânea da agricultura da China⁶⁴ – como chamaremos esse fenômeno – é uma experiência única e específica com insuficientes parâmetros de comparação no mundo socialista e capitalista. Ao contrário do que se notou em outros momentos da história da RPC (ver Anexo I desta tese) e também da ex-URSS, busca-se

⁶⁴ A forma mais ideal para denominar esse processo que tratamos nesta tese foi objeto de muita reflexão e preocupação. Após considerarmos o sentido da modernização do campo – em Lênin, Ignácio Rangel, Graziano da Silva e afins – pensamos que para o caso chinês, desde fins da década de 1990, qualquer definição mais precisa nos faria perder o sentido mais completo do que representa esse fenômeno. Não é somente industrializar nem introduzir novas formas de acumulação (“modelos de contrato”, “de negócios”, “base econômica”). Não é somente progresso tecnológico no campo. Não é somente mudar a relação de preços relativos ou de peso de salários. E muito menos, introduzir a propriedade privada da terra. Considerando que as transformações de organização rural trazidas a partir de 1978-79 são comumente denominadas de “modernização da agricultura”, avaliamos que o que temos a partir de 1998 e de forma mais acelerada, a partir de 2003-04, é uma “modernização contemporânea”.

evitar um descompasso entre a indústria e agricultura, em que os excedentes gerados nessa sejam espoliados para aquela, bem como um desequilíbrio inflacionário.

Ao mesmo tempo que se incentiva, por planejamento central, a criação de conglomerados empresariais, mantém-se a propriedade estatal (com significativas alterações no sistema de terras como veremos no capítulo 2), incentiva-se que agricultores se mantenham no campo – via sua entrada como um elo das novas formas de contrato com os novos atores especializados.

Sem se induzir a um maior nível de especialização produtiva no campo, a produção nacional agrícola e pecuária poderia se tornar inviável – em um país cuja dieta alimentar se sofisticou – pelo maior custo de produção. E a dependência dos mercados internacionais para acesso a alimentos representaria vulnerabilidade externa, política e econômica – cair nessa situação seria ultrajar uma cláusula essencial da constituição do próprio PCCh –, e impossibilitaria o desenvolvimento de marcas chinesas próprias.

Os agricultores chineses estão sendo direcionados para a circulação de mercadorias em nível internacional, mas também doméstico essencialmente, visto que mesmo o HRS – que buscou manter a identidade e organização camponesas – vinha desde fins da década de 1980 dando sinais de esgotamento em níveis de produtividade, bem como de inviabilidade de a família camponesa se manter na zona rural, forçando-a a migrar para zona urbana. Nesta fase contemporânea da modernização, para não *destruir a pequena produção*, CE e Comitê Central do PCCh, têm criado instrumentos para uma capitalização socialista no campo, isto é, as empresas líderes – comumente apontadas na literatura acadêmica como sendo o cerne da capitalização do campo chinês (como veremos no capítulo 4 desta tese) – existem e se mantêm graças aos recursos financeiros estatais, elas são capitalizadas pelo estado.

As linhas de crédito de acesso pelas cooperativas de agricultores e agricultores especializados, principalmente, são ofertadas pelo ABC – maior banco estatal para agricultura. Ao mesmo tempo, o aumento da produtividade, a especialização de mercado e a redução de custos de produção – ao mesmo tempo em que a mão de obra do campo é cada vez mais inserida em programas educacionais e de treinamento –, levaria a um aumento da arrecadação tributária por governos locais, o que diminuiria o peso da transferência de direitos das terras agrícolas para obtenção de receitas.

Por outro lado, é evidente que há uma transformação agrária em que a busca por rentabilidade e competitividade empresarial e novas relações sociais de trabalho sobrevém. É por isso que a análise, nesta tese, não pode se restringir aos autores utilizados neste

capítulo. E é por isso que não pode se centrar apenas no debate sobre a política de terras na China, nem mesmo assumir de antemão que ao industrializar a agricultura, a China romperá de vez com sua constituição “marxista-leninista”. Antes o contrário, esse processo em curso de modernização agrícola da China é único e de dimensões inimagináveis, sendo uma nova etapa que garantirá o engrandecimento do socialismo de forma pragmática.

CAPÍTULO 2 – MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA CHINESA ENTRE 1990 E 2018: INDICADORES, POLÍTICAS E DEBATE TEÓRICO

Entre 1990 e 2018, a agricultura chinesa passou por um profundo processo de modernização, marcada pelos aumentos das quantidades produzidas, da produtividade, das terras cultivadas, da mecanização, do uso de fertilizantes e do número de empresas industriais na agricultura. Desde 2014, as políticas do governo central estão voltadas a transformar a produção agrícola nacional, assentada em pequenas propriedades familiares, em direção aos padrões produtivos de grande escala e de produção intensiva sob características chinesas – isto é, com investimento público e com políticas preferenciais de preços de forma a aumentar a resistência ao risco dos produtores domésticos.

Analisar essa modernização agrícola chinesa, entre 1990 e 2018, é o objetivo deste capítulo. Nesse sentido, serão apresentados e analisados (i) a evolução dos principais indicadores agrícolas (de produção, de produtividade, de emprego e renda), (ii) as políticas implementadas e (iii) o debate teórico sobre a modernização que incorpora a discussão sobre campesinato, escala de produção e utilização e propriedade da terra.

Para tanto, além desta introdução, este capítulo está dividido em três seções. Na primeira, é apresentada a evolução das políticas agrícolas chinesas na década de 1980 e 1990. Na segunda seção, é realizada uma discussão a respeito dos aspectos administrativos da organização da política agrícola da China, destacando os elementos da centralização e descentralização fiscal. E, por fim, na terceira seção, é apresentada e analisada a questão da modernização contemporânea da agricultura chinesa entre 1990 e 2018.

2.1. – ASPECTOS E CONSIDERAÇÕES DA EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS: DÉCADAS DE 1980 E DE 1990

No primeiro capítulo, dissertou-se acerca das opções de política agrícola da China no período maoísta até as reformas econômicas realizadas entre 1978/79, sob a liderança de Deng Xiaoping. Neste capítulo, realiza-se uma breve contextualização dos resultados das reformas sobre o desempenho agrícola, as principais medidas e resultados para a agricultura nas décadas de 1990 e 2000.

As reformas de 1978-79 provocaram uma transformação na organização do rural, especialmente quanto à força de trabalho dos camponeses, que passaram a dividir sua dedicação ao trabalho agrícola com o exercício de outras atividades não agrícolas.

De acordo com Ash (1988), logo nos primeiros anos da reforma, constatou-se que a pressão sobre área cultivada impediria que se adotassem medidas para uma “agricultura extensiva”. A opção do Conselho de Estado (CE) e Comitê Central do PCCh foi a de iniciar por um pacote de mudanças econômicas e institucionais, que deveriam ampliar a produtividade e melhorar os incentivos aos trabalhadores rurais. Contrapondo-se aos resultados desastrosos do GLF (Grande Salto Adiante) e da Revolução Cultural, Oi (1999) ressalta ainda que mais de 200 milhões de camponeses saíram da extrema pobreza⁶⁵ em função do aumento dos preços das compras do governo⁶⁶, desenvolvimento de um mercado além do monopólio estatal.

O sistema de responsabilidade familiar (HRS – *Household responsibility System*) não foi implementado de uma só vez e simultaneamente, esse processo foi se dando em cada região seguindo um estilo próprio. O HRS foi o primeiro pilar da reforma agrícola chinesa. Nesse sistema, as famílias se comprometeram, em troca de contratos⁶⁷ de uso da terra, a vender ao Estado cotas pré-determinadas de bens agrícolas. As famílias o faziam com ampla autonomia para definir técnicas usadas, a organização do trabalho, mas a propriedade privada da terra, na zona rural, permaneceu sendo do Estado, podendo variar para coletiva ou para a responsabilidade dos governos locais. Quer dizer, a propriedade estatal se manteve sob o controle direto do governo central, a propriedade coletiva advém das comunas e está sob o controle das autoridades locais (MORAIS, 2011).

O efeito de maior destaque das reformas econômicas de 1977/78, foi o crescimento da produtividade agrícola. Por outro lado, Ash (2010) lembra que entre 1957 e 1978, no

⁶⁵ Porém, permaneceram em torno de 50 milhões de pessoas vivendo na zona rural que permaneceram em situação de pobreza (6% da população rural), em fins da década de 1980 (OI, 1999).

⁶⁶ Os efeitos dessa mudança podem ser notados de forma comparativa ao período maoísta, como o faz Oi (1986:274-275): “*The impact of the price rise was magnified by increases in the size of procurements. For the 29 years from 1950 to 1979 annual grain procurements were under 100 billion jin. However, for each of the five years since 1979 procurements have topped 100 billion jin. Total state for 1983 reached 197.6 billion jin.*”

⁶⁷ Rozelle e Park (1998) destacam que nesse processo de reformas, as mudanças institucionais nas três agências estatais para o rural definiram uma dada participação dos agentes nos ganhos obtidos no mercado de grãos. As regras de divisão desses ganhos entre os agentes do governo não foram bem definidas, mesmo que os direitos sobre a retenção de ganhos estivessem mais ou menos definidos. Boa parte dos recursos adicionais foram retidos pelos agentes. Na década de 1990, quando as pressões orçamentárias se intensificaram e houve o fim do racionamento e aquisição de grãos, aumentaram as reivindicações de renda pelo governo local. E a pressão sobre a participação nos ganhos agrícolas foi aumentando.

período maoísta, a taxa real de crescimento do produto agrícola foi de 3,6% ao ano (média), enquanto entre 1978 e 1997, 6,6%. Ao contrário do período maoísta, de acordo com o autor, o crescimento líquido da agricultura, desde 1978, excedeu o crescimento da população.

Esses efeitos positivos perduraram pelos primeiros anos da década de 1980. Morais (2011) sumariza o contexto vivenciado no campo entre 1979 e 1985, que a autora chama de “breve década de 1980”, com os seguintes pontos: disparada dos preços agrícolas - inicialmente, os subsídios conseguem garantir que os preços nas cidades fiquem estáveis, as empresas estatais (SOEs) permanecem sem demitir e a migração rural-urbana se mantém controlada, o que impedia a segmentação no mercado de trabalho urbano. No rural, há elevação da renda em função sobretudo da expansão das atividades não agrícolas – via empresas de vila (TVEs), as quais se expandiram na esteira do aumento da renda líquida agrícola.

A partir de 1984, o Estado congela suas compras, impondo reduções de nível de renda aos camponeses. Ao mesmo tempo que as modificações – “pequenas liberalizações” –, introduzidas na segunda metade da década de 1980, abriram espaço para a especulação de preços. A dificuldade em regular ambas as bandas de preços, ficou ainda mais evidente com a inflação de 20,7%, em 1988, e de 16,3%, em 1989. Colapsos entre oferta e demanda de gêneros agrícolas se tornam mais frequentes a partir de meados da década de 1980⁶⁸ (MORAIS, 2011).

A partir de 1985, no entanto, começam a surgir os desempregados urbanos, uma forte insegurança sobre o desmonte do *danwei*⁶⁹ (zona urbana) e, assim, do acesso à proteção social pela população. O sistema dual de preços (*shuangguizhi*) se torna cada vez mais difícil de ser operado. Esse sistema consistia, de acordo com Naughton (2007), na coexistência de um mecanismo de coordenação pelo Estado e outro pelo mercado, que operava no setor estatal, obrigatoriamente, para a agricultura, indústria e comércio.

⁶⁸ Em meados da década de 1980, ocorre uma explosão da produção de grãos devido à abertura regulamentada dos mercados e a ênfase em culturas comerciais. Entretanto, flutuações cíclicas da produção agrícola se tornaram trajetória regular, dados os constantes lapsos entre oferta e demanda por esses produtos: “*imbalances in supply and demand, and characterized by a series of government interventions aimed at cooling off or slowing down the economy when it became overheated.*” (NORMAN; YE; WANG, 2010: 2). A agricultura, os camponeses mais precisamente, desempenharam papel central nessa estratégia que contou com pressão de baixa sobre os preços dos alimentos, contribuindo para acelerar a diferença de renda entre urbano e rural.

⁶⁹ No sistema do período maoísta, o *danwei* dava ao trabalhador chinês o senso de pertencimento a uma comunidade responsável não apenas por emprego e salário, mas também por seu bem-estar, status e controle social. Sua substituição por um mercado de trabalho individualista, sem proteção, vai encontrar resistências entre a população (KNIGHT; YUEH, 2009).

Assim, os camponeses assinavam com o Estado contratos de venda de determinada quantidade de produtos ao valor contratado, e o excedente era comercializado nos mercados.

A entrada na década de 1990 acontece com a realização de reformas consideradas mais profundas, se comparadas com 1978-70, pelos impactos que deflagraram continuamente no desenvolvimento social. Nas cidades, o acesso a empregos e a serviços sociais passou a ser restrito aos residentes conforme seu *hukou*, e mercados de trabalho urbanos foram abertos para migrantes da zona rural.

Meng (2014) avalia que o número de trabalhadores que eram originalmente agricultores aumentou de 25 milhões em 1990, para mais de 145 milhões, quase vinte anos depois, em 2009. Com a reforma do sistema de *hukou* e as reformas de mercado – demissão de trabalhadores das empresas estatais, fechamento de empresas estatais, implantação e expansão das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) –, bem como a piora das condições de vida no campo, aconteceram mudanças na organização rural que iriam se refletir em uma reversão do desenvolvimento agrícola.

De acordo com Andreas e Zhan (2015), muitas famílias na zona rural passaram a depender financeiramente das remessas enviadas pelos membros – em geral, homens e jovens – que migraram para trabalhar na zona urbana. E suas terras foram sendo cultivadas pelas mulheres e pelos idosos da família, fornecendo uma produção básica de alimentos.

Os efeitos que foram se sucedendo com as reformas levaram a mudanças estruturais significativas, especialmente, quanto ao padrão dietético nas cidades⁷⁰ (ASH, 2010). A partir da segunda metade da década de 1980, o setor de grãos reduziu o seu ritmo de crescimento, o que seguiu se refletindo até a primeira metade da década de 1990. Portanto, havia uma pressão por alimentos nas cidades e uma oferta de grãos cada vez menor, o que de acordo com Rempel (1997) contribuiu, em muito, para que a inflação, em 1994, chegasse a 24%. Para atenuar esses efeitos, CE e Comitê Central foram estabelecendo diretrizes para o setor, voltadas para comercialização, isto é, entre 1992-93, reformas de mercado solicitadas a partir do governo central foram implementadas pelos governos locais. Como salienta Rempel (1997), essas reformas provocaram flutuação de preços dos grãos conforme o livre mercado ou sem a regulamentação estatal.

⁷⁰ Descreve o autor: “*In the 1980s, the share of livestock farming and fishing in GVAO rose from one-fifth to one-third; by 1999, it had reached nearly 40 percent. Meanwhile, the share of crop farming (not including forestry) fell from 76 to 57.5 percent (1980–99).*” (1987)

Com a realização, ao longo da década de 1990, de reformas na comercialização, sobreveio um período de inflação baixa, que deixou o governo, de acordo com Park e Rozelle (1998), otimista com a política adotada e considerando que ao longo do tempo o papel do Estado na comercialização poderia gradualmente ser afrouxado. O afrouxamento do papel do Estado na comercialização agrícola - com a elevação dos preços, em 1988 e em 1994, a elevação dos preços dos fertilizantes, em 1987 e 1994, e dos custos com crédito, em 1989 e 1994 -foi insuficiente, sendo necessário que o setor agrícola se desenvolvesse. Dessa forma, a estabilidade na oferta de grãos e nos seus preços, o acesso a fertilizantes e ao crédito constituíam aspectos que, funcionando bem, indicariam bom funcionamento do mercado agrícola chinês.

Outra preocupação do governo central dizia respeito à elevação dos custos de produção agrícola provocado pelo aumento dos preços dos fertilizantes. Não por acaso, entre 1994 e 1995, o Conselho de Estado (CE) editou circular para tratar desse mercado, que teve como objetivo reformar a distribuição de fertilizantes e aprofundar a reforma das cooperativas de crédito (SMC).

Além disso, em 1995, o governo central relançou medida de subsídio para compras de fertilizantes por produtores. De acordo com Stone (1989), a China incrementou a oferta de fertilizantes, desde 1950, mais do que qualquer outro país, por meio tanto de importação quanto de capacidade de produção. O 7º Plano Quinquenal (1986-1990) colocava a produção doméstica de fertilizantes como uma das metas centrais para agricultura, o que foi reafirmado no 8º Plano Quinquenal (1991-1995). Entretanto, as bases para o financiamento da construção de alta escala de produção não foram colocadas com muita clareza nesses planos, tampouco a política para as plantas de pequena escala. Os preços dos fertilizantes seguiram aumentando: em 1995, os preços de atacado chegaram a RMB 1,6 mil, e, em 1996, 2,1 mil (PARK; ROZELLE, 1998). Ou seja, a preocupação em aumentar a escala de produção agrícola – expressa em medidas para insumos agrícolas de produção – está presente desde há muito na RPC.

Ainda de acordo com Oi (1999), os investimentos na agricultura pelos camponeses rarearam, o dispêndio de tempo e de insumos decaíram. Mesmo que a proporção de terra que não fosse cultivada não fosse muito alta, boa parte da terra cultivada o era sem muito cuidado. Essa avaliação representa a constatação de que a existência de propriedade coletiva da terra seria uma forma de opção política de manutenção de (pelo menos parte) da população rural em atividades agrícolas.

In China, equal land distribution and the desire to keep as many peasants as possible growing at least some grain is a political rather than an economic issue. But ideological rigidity does not seem to be the primary force driving this policy choice. More important are the political obstacles and underlying agendas that collective ownership of land can serve within the broader context of the regime's programme of gradual reform. (OI, 1999: 622)

Uma conexão entre *hukou* e terra foi recebendo maior destaque na China, a partir da intensificação da expropriação de terras em função do avanço do desenvolvimento urbano, na década de 1990.

The key obstacle to both scaling up agriculture and urban expansion is the acquisition of rural land. Efforts to acquire land have been particularly encumbered by the HRS system, which was designed to create and protect a small-holding peasantry. *Hukou*-based land rights, the foundation of the HRS system, have obstructed the transfer of land through Market mechanisms, especially to outsiders. (ANREAS; ZHAN, 2015: 8)

Nesse contexto, o então primeiro-ministro (1987-1998), Li Peng, na abertura do Congresso Nacional do Povo, em 1995, fez um pronunciamento em que destaca a necessidade de se retomar o controle sobre os preços de mercado⁷¹. Para controlar os preços, o governo reeditou medidas anteriormente utilizadas, tais como: racionamento nas áreas urbanas, proibição de circulação de grãos entre as regiões e obrigações quanto à quantidade vendida pelo produtor ao Estado. O 9º Plano Quinquenal (1996-2000) trazia diretrizes, portanto, em que a agricultura deveria ser tomada como setor prioritário. A produção agrícola, sobretudo de grãos, deveria atingir a marca de 490-500 milhões de toneladas por ano. Além disso, deveria haver a promoção da autossuficiência alimentar, projetos de irrigação e promoção de novas técnicas para produção agrícola, bem como promoção de medidas de controle de preços de insumos.

Em 1996, a China apresentava 23 milhões de empresas rurais que empregavam mais de 135 milhões de pessoas, o equivalente a um terço da força de trabalho. Com as

⁷¹ “Prime Minister Li Peng acknowledged today that “mistakes” made “at all levels” of his Government had allowed inflation to reach its highest point since Communist rule began in 1949 and that this increase last year had “aroused great resentment among the masses.” Tyler (1995). (<https://www.nytimes.com/1995/03/06/world/chinese-leader-says-mistakes-by-government-fueled-inflation.html>)

reformas, o controle estatal sobre a migração também teve que ser relaxado⁷² (OI, 1999). Dentro da zona rural, a clivagem entre atividades agrícolas e não agrícolas se tornou incompatível com a política estatal desenhada para o rural. Quer dizer, a industrialização rural provocou uma alteração da ocupação, embora muitos desses trabalhadores seguissem sendo registrados como camponeses. O desenvolvimento da agricultura, avalia Rempel (1997), teria que ocorrer em cenário de uma atividade que permanecia trabalho-intensiva e sob uma intensa migração de mão de obra da zona rural para a urbana.

Rempel (1997), no auge dos efeitos da “*urban-biased economic biased*” e das negociações para entrada da China na OMC, buscou descrever um cenário vivenciado na década de 1990 de pressão sobre o setor, notadamente da produção de alimentos: “*The effect of a rapidly rising standard of living with modest growth in population could generate a significant increase in demand for preferred food commodities during the next years*⁷³” (p.333). Como explica Bernstein (1999), estabilidade econômica sem o desenvolvimento agrícola era vista pelo CE e pelo Comitê Central do PCCh como impossível. A preocupação em garantir elevação de produtividade agrícola sem piorar os diferenciais de renda entre urbano e rural era uma questão a ser equacionada.

De fins da década de 1990 a 2000, o ritmo da transferência de terras se intensifica com a penetração de capital externo, o que em fins da década de 2000, Zhang e Donaldson (2008) denominam de *rise of agrarian capitalism*. A estratégia do CE e Comitê Central do PCCh para regulamentar a terra desde 1978 foi sendo determinante para a eficiência agrícola, como elenca Ye (2015): *two field system, scaled-up operation* (desde 1987), *reverse renting and sub-contracting, land trust* e *four wastelands auction*.

Yang e Hisano (2016) enfatizam que, após 1993 até aproximadamente a década de 2010, os investimentos na agricultura escassearam no país. Desde fins da década de 1990, CE e Comitê Central do PCCh passaram a tratar agricultura com proeminência. Em 2006, no Congresso Nacional do Povo, o governo declarou que o tratamento dado à agricultura na década de 1990 fez sobressair três grandes problemas – ficaram conhecidos por “*three agrarian problems*”, a saber: 1) aumento das operações de mercado da agricultura sob o *dual-track system* com dificuldade de estabilizar preços e renda; 2) escala de operação da terra agrícola; e 3) garantir a segurança alimentar e nutricional

⁷² Oi (1999: 620): “Originally, when the reforms began, peasants were required to have authorization (*zhengming*) before they could leave their home villages, but in practice this was only loosely enforced, if at all.”

⁷³ Na década de 1990, essa perspectiva era compartilhada por outros estudiosos como Smil (1995) que são também referenciados por Rempel (1997).

(SAN), que para Yang e Hisano (2016, p.7) devem ser colocados a partir dos seguintes elementos: “*un-industrialization of agriculture (nong ye), poverty of farmers (nong min) and underdevelopment of rural areas (nong cun)*”.

2.2 – ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DA ORGANIZAÇÃO DE POLÍTICA AGRÍCOLA DA CHINA: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL

O sistema político chinês passou, desde 1963, por transformações significativas que afetaram as formas de atuação do governo central na política agrícola. Segundo Naughton (2007), isso se refletiu no “experimentalismo institucional” da organização rural chinesa.

As reformas foram levando a uma posição comparativamente menos intervencionista do governo central em alguns setores da economia. Por outro lado, departamentos constituídos para exercer um controle abrangente se tornaram mais decisivos ao se tornarem responsáveis pela regulação e estabilização dos mercados e pela facilitação de uma trajetória modernizante, apresentando diretrizes para concessão de subsídios, empréstimos bancários e políticas preferenciais.

Em relação à agricultura, um redimensionamento do tamanho do Estado chinês – reduzindo o número de departamentos entre governo central e governos locais –, algumas funções como acompanhamento estatístico e inspeção foram transferidas para departamentos de controle amplo. Em todo caso, como sublinham Waldron, Brown e Longworth (2006), dentre todas essas reformas, o Ministério da Agricultura persistiu e até mesmo aumentou o seu tamanho. Em 2018, foi então criado o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (MARA, na sigla em inglês) com a responsabilidade de elaborar e supervisionar política agrícola, bem como desenvolvimento agrícola e rural.

A expansão da atuação do MARA ocorre devido ao papel “fundacional” do setor agrícola para a sociedade e economia chinesas, bem como de uma planejada posição a ser ocupada externamente, pelo setor, e à intrincada organização burocrática que apresenta em toda a organização administrativa do país, facilitando a intervenção estatal.

Ao passo que, de acordo com as notas estatísticas explicativas do *China Statistical Yearbook* de 2019, a divisão administrativa da China é configura da seguinte forma:

1) the whole country is divided into provinces, autonomous regions and municipalities directly under the Central Government; 2) provinces and autonomous regions are further divided into autonomous prefectures, counties, autonomous counties and cities; 3) autonomous prefectures are further divided into counties, autonomous counties and cities; 4) counties and autonomous counties are further divided into townships, ethnic townships and towns; 5) municipalities directly under the Central Government and large cities are divided into districts and counties, 6) the State shall, when necessary, establish special administrative regions.

Em maio de 2020⁷⁴, o MARA era constituído de departamentos, de instituições subordinadas e de organizações sociais. Os departamentos estão diretamente atrelados às diretrizes do MARA para o setor, em termos de leis, regulamentos e políticas e ao funcionamento burocrático do Ministério, sendo essa estrutura ampliada conforme deliberações do NPC.

As instituições subordinadas são aquelas cujas atribuições estão diretamente ligadas a temas específicos da agricultura, pecuária e pesca, desenvolvimento agrícola e rural, tais como: *CASS, Chinese Academy of Fishery Sciences, Chinese Academy of Tropical Agricultural Sciences, China Agriculture Film and Television Center, Agricultural Management Institute, Agricultural, Trade Promotion Center, Rural Energy & Environment Agency, Institute for the Control of Agrochemicals, China Green Food Development Center*. Todos esses órgãos são responsáveis pela elaboração das diretrizes que nortearão o PQ, além da previsão de orçamento, sua execução e fiscalização.

Entendemos que para compreender fatos recentes relacionados à agricultura da China, é necessário ter em mente esse breve quadro, aqui exposto, da organização político-administrativa do País e das divisões administrativas em nível local.

Dentre esses fenômenos, a regulação da propriedade da terra, o financiamento da atividade, a demarcação da modernização da agricultura por meio da construção da integração vertical, da especialização entre agricultores, da introdução de C&T no campo, do balanceamento entre desenvolvimento rural e urbano, podem ser citados.

A definição e apresentação de metas e de diretrizes de política agrícola e para o desenvolvimento rural e agrícola representam uma construção por quadros do partido em diferentes níveis. As orientações de política para modernização agrícola chinesa contemporânea asseguram-se com a definição da meta de introdução da integração vertical em alguns produtos, sob a liderança de empresas especificamente voltadas para

⁷⁴ Em: <http://english.agri.gov.cn/>

essa função, as empresas líderes. Sua área de atuação e acesso a subsídios são definidos em âmbito local, pelos governos.

2.2.1 – Aspectos da centralização e descentralização fiscal

Nesse contexto de atribuições dos governos central e local há uma complexidade em termos de atribuições (sobretudo aquelas orçamentárias) entre as agências governamentais e os níveis de governo. O artigo 3º da Constituição chinesa determina que o país adota o princípio do “centralismo democrático”, isto é, “a divisão de funções e poderes entre os órgãos centrais e locais é guiada pelo princípio da abrangência e iniciativa, sob a liderança unificada das autoridades centrais.” (PRC *Constitution*, 2018).

Em meados da década de 2010, a descentralização tributária passou a ser adotada na China, porém, o 3º artigo da versão mais recente da Constituição da RPC mantém o princípio do “centralismo democrático”, a partir do CE a partir do qual, consubstanciando-se nas reuniões do Congresso do Povo (NPC), estabelece as diretrizes para governos central e locais.

Yang (2016) avalia nessa mesma direção que a divisão de funções de poderes entre órgãos estatais central e local, na China, guia-se pelo princípio de que todas as autoridades locais têm iniciativa e escopo desde que sob a autoridade única das autoridades centrais. De acordo com o autor, o “centralismo democrático” significa dizer que na China há uma natureza unitária da relação entre o Congresso do Povo e governo e entre governos local e central. No sistema administrativo de governo, o sistema unitário também se reflete, uma vez que os departamentos administrativos na China se subdividem em várias categorias (YANG, 2016).

Ao mesmo tempo, essa organização político-administrativa vai exigindo uma organização tributária⁷⁵ mais diversificada e mais eficaz no financiamento, via governo central-governos locais⁷⁶. Na esteira das mudanças quanto à propriedade dos ativos de

⁷⁵ O sistema tributário da China se estrutura a partir de uma agência central – desde 2018, a ATE – e descentralizada para esse fim, o da tributação. Ainda nessa perspectiva, Ministério das Finanças, CE, Congresso Nacional do Povo, Administração-Geral Alfandegária e Administração do Comércio Exterior do Estado têm atribuição de propor, revisar e regulamentar a legislação tributária.

⁷⁶ A gestão do sistema tributário chinês e das finanças públicas do país estão em constante monitoramento e avaliação, especialmente no tocante a transferências do governo central para governos locais, da gestão de fundos governamentais, em que se destaca o fundo de estabilização do orçamento nacional, bem como a tributação de modo a incentivar consumo, investimentos e projetos em ciência e tecnologia e a política de subsídios é operada em diversos setores e áreas (MoF, 2015).

empresas estatais, a reforma fiscal realizada em 1994, além de diversificar e ampliar a base tributária existente até então, organizou as relações entre governo central-governos locais, tornando-as mais estáveis⁷⁷, ao se estabelecerem regras para divisão de receitas entre governo central e governos locais (NAUGHTON, 2007).

A reforma tributária, realizada em 1994, determinou alguns impactos sobre a agricultura quanto ao orçamento público dos governos locais – considerando que condados são de base agrícola quase que na totalidade – e quanto à renda dos camponeses, que levaram à necessidade de uma nova reforma fiscal, iniciada em 2000.

The officially announced agricultural tax rate was 15.5 percent of the total agricultural output. In addition to that, peasants in China were also required to pay other fees, such as public accumulation funds. The fees, unlike the agricultural tax, were regarded as extra-budgetary revenue. The fees, combined with the agricultural tax, imposed a heavy burden on peasants, in particular on the poorest peasants. (SHI; YE, 2016: 9)

Autores como Chen (2003) e Tao e Liu (2005), argumentam que a inclusão de novas taxas sobre a agricultura, na reforma de 1994, representaram aumento da desigualdade entre trabalhadores em atividades agrícolas e não agrícolas, contribuindo para aumentar sentimentos de injustiça entre os agricultores e uma potencial instabilidade social⁷⁸.

Xiabao (2000 *apud* Kennedy, 2007: 49) avalia que essa reforma acirrou certo conflito⁷⁹ entre os níveis de governo na China: “[...] *the township/town governments did not become more efficient in the delivery of services. This was partly a result of the lack of transparency and weak mechanisms for higher authorities and local residents to monitor township officials.*” E os camponeses estavam entre os mais descontentes, também porque os investimentos na agricultura tiveram que ser reduzidos.

Nesse contexto, em 2000, o governo central aboliu todas as taxas locais sobre residências rurais em favor de uma única taxa para agricultura, denominada de *tax-for-*

⁷⁷ Como explica Naughton (2007), a reforma fiscal de 1994 buscou corrigir distorções trazidas das reformas de 1978 quanto à organização produtiva. Quer dizer, até 1994, cada empresa estatal (SOE) negociava com sua agência correspondente uma taxa de retenção da receita gerada. A decisão era, portanto, dada caso a caso. Da mesma forma, o governo central negociava caso a caso com províncias, cada governo local dado uma meta de receita, negociava questões fiscais com o governo central.

⁷⁸ Aqui há um debate sobre tributação maior sobre setores de fatores imóveis. E sobre o poder de negociação ou de influência dos camponeses na política, a evolução da composição dos quadros principais do PCCh, bem como sobre sua participação nos congressos do povo são uma face específica da China.

⁷⁹ Luo et al (2007) argumentam que as eleições locais passaram a ser um instrumento para controlar esse conflito.

fee – shuifei gaige (KENNEDY, 2007). Para compensar essa perda de arrecadação extraorçamentária, os governos locais foram permitidos de aumentar a taxaço da agricultura. Condados rurais da província de Anhui foram os primeiros a passar por essa fase da reforma, espreado-se pelo país de forma rápida e, em 2003, torna-se nacional (LUO et al, 2007).

A meta do governo central, então, era eliminar a taxaço da agricultura em 5 anos, porém, 28 províncias, em 2005, tinham a taxaço da agricultura eliminada e, em outras 3 províncias (Hebei, Shandong e Yunnan), a taxaço foi reduzida para menos de 2% (SHI; YE, 2016). Em um segundo momento dessa reforma, o governo central realizou uma redução do número de condados e *townships*, consolidando sua estratégia de reestruturação ou de uma “*soft centralization*” (MERTHA, 2005). Em 2002, pela primeira vez, de acordo com CSY de 2004, cidades (*towns*) se tornaram mais de 50% do total de municipalidades/cidades (*townships*), resultado da política de redução de cidades (*towns*) promovida pelo governo central.

In return for losing local fees - since villages were still supposed to carry out a wide range of mandates, including investing in their village's infrastructure - that county government was supposed to increase direct transfers to offset the decline in revenues with an Agricultural Tax Surcharge rebate (given from the upper level government back to the village after the Agricultural Tax - which replaced local fees - was collected by village leaders and remitted upwards. In addition, the reform policies set restrictions on the corvee assessments that local officials could demand from farm households. (LUO et al, 2007: 587)

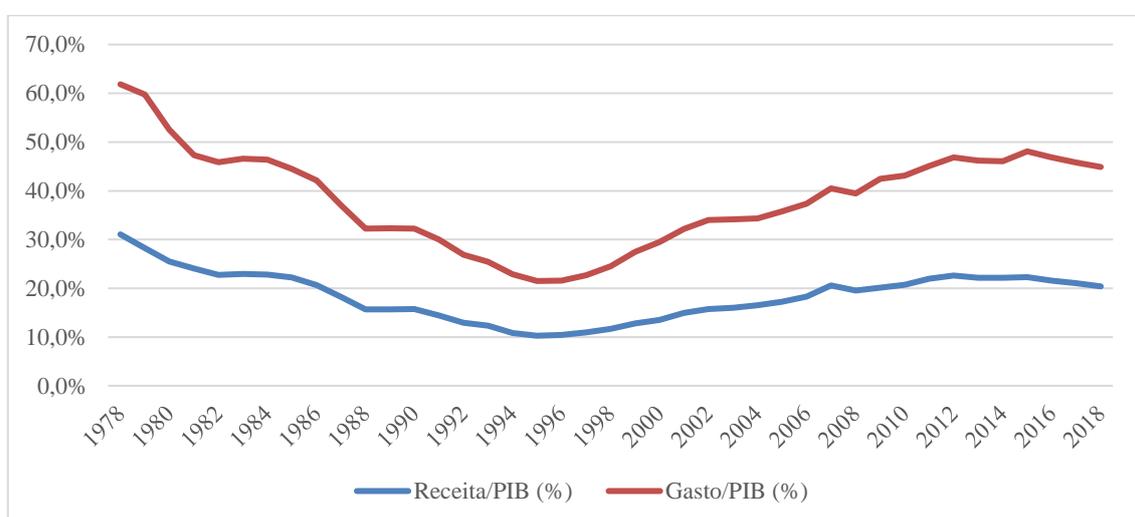
Autores como Luo et al (2007) e Huang et al (2011) consideram essa reforma a mais relevante para organização rural da China, desde a descoletivização, iniciada em 1978. Kennedy (2007) enfatiza como resultado imediato dessa reforma a redução da autonomia dos governos locais, especialmente de condados, além do efeito negativo sobre a provisão de serviços locais. Alguns outros autores avaliam que os principais efeitos dessa reforma estariam em colocar condados, pequenas cidades, vilas sob uma dependência maior de governos provinciais, além de o governo central ter alcançado êxito em reestruturar esses governos, consolidando burocracias locais (YEP, 2004; LI, 2005).

Outro ponto foi a redução dos orçamentos locais, em função da não cobrança de taxas, porém sem a devida compensação por transferências do governo central (FORK; WONG, 2005). Kennedy (2007) lembra que acadêmicos da China avaliam que, antes da

reforma, autoridades locais de condados possuíam muito poder e poucos mecanismos para fiscalizar autoridades locais.

Os dados do Gráfico 2.1 sugerem que a reforma fiscal realizada em 1994 representou uma redução considerável de receitas e gastos locais em relação ao PIB. Na razão receita e gasto públicos com o PIB, a reforma ‘*tax-for-fee*’ iniciada em 2000, por outro lado, representou uma recuperação – e com uma acentuação, a partir de 2008, da distância do nível de gastos sobre PIB de receitas sobre PIB –, mas sob uma reorganização administrativa e burocrática.

Gráfico 2.1 – China: Evolução da participação da receita geral e do gasto geral públicos no PIB, em % (1978-2018)



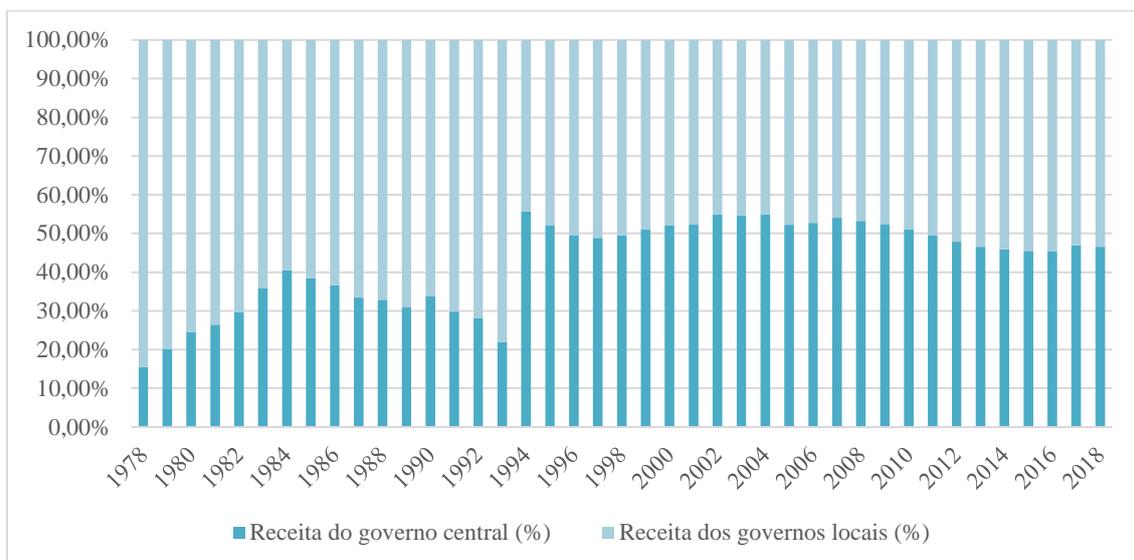
Fonte: Elaboração própria a partir de *China Statistical Yearbook* (2019)

Não é objetivo desta tese tratar de forma exaustiva a política fiscal da China. Porém, compreender o processo contemporâneo de modernização da agricultura deste país requer descrição e análise de elementos gerais sobre a elaboração de políticas ou programas para o setor, incluindo-se instrumentos utilizados pelo Estado para financiamento da agricultura, como o subsídio e a relação entre orçamento público local e política de terras na China.

Na modernização da agricultura e revitalização do rural, a melhoria das condições de vida da população residente na zona rural constitui um ponto essencial. A provisão de serviços como saúde, educação, seguridade em condados, vilas, municípios é responsabilidade desses governos, incluindo alguns serviços de infraestrutura. Além da própria reorganização rural deflagrada.

Como mostram os dados do Gráfico 2.1, a receita arrecadada pelo governo central representava, de 1978 a 1993, menos da metade da receita geral, ou melhor, em média 30%. A partir de 1994, esse cenário se reverte e a receita arrecada pelo governo central passa a representar, em média, 52% da receita geral do Estado, mantendo-se até o último ano desta série. Vale notar que entre 1999 e 2010, a receita do governo central aumentou anualmente e representou mais de 50% da receita geral, em todos esses anos, ainda que desde 2008 tenha passado a cair essa participação (de 2008 a 2010, caiu em média 1,8%). Os governos locais tiveram sua participação reduzida na receita geral do Estado: de 1978 a 1993, representavam 70%, em média, da receita geral arrecada; de 1994 a 2018, 49%, em média. Mesmo com essa redução observada no período em tela, os governos locais seguem mantendo participação considerável.

Gráfico 2-1 - China: evolução, em %, da participação de governo central e de governos locais na receita geral⁸⁰ do Estado (1978-2018)

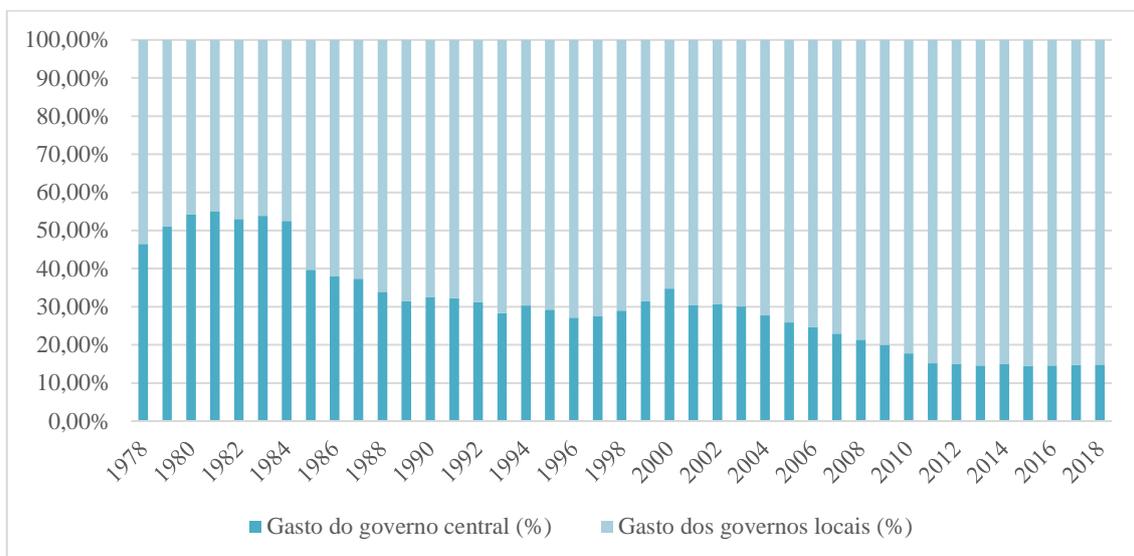


Fonte: Elaboração própria com base em *China Statistical Yearbook* (2019)

No caso dos gastos, a situação é um pouco distinta (Gráfico 2.3). Os governos locais detiveram, no período em tela, um padrão de participação (%) nos gastos gerais do Estado comparativamente maior do que em relação às receitas gerais, exceto nos anos de 1978 a 1984, quando sua participação, em média, alcançou 48%. Tomando-se 1978 a 1993, os gastos dos governos locais representaram, em média, 58% dos gastos gerais. De 1994 a 2018, 77%, o que, comparando-se com o cenário das receitas (Gráfico 2.2), está em certa medida acompanhando.

⁸⁰ De acordo com as notas do CSY 2019, antes de 1985 os subsídios de preços foram listados com sinal negativo na receita, mas a partir de 1986 passaram a ser listados como itens de despesa. Para facilitar a comparação, subsídios de preços foram listados como gastos, antes de 1985. Não estão incluídos nesse caso débitos ou receitas externos.

Gráfico 2.2 - China: evolução, em %, da participação de governo central e de governos locais no gasto geral do Estado (1978-2018)



Fonte: Elaboração Própria com base em *China Statistical Yearbook 2019*.

Quanto ao governo central, é a partir de 2009 que seus gastos passaram a representar menos de 20% dos gastos gerais – média 15% de 2009 a 2018, abaixo da média anual do período todo, que foi de 30% - e os gastos dos governos locais aumentam consideravelmente, chegando a 84%, em média, neste subperíodo, acima dos 69% de média do período de 1978 a 2018.

O contexto da evolução dos dados sobre gastos e receitas, apresentado nos gráficos 2.1, 2.2 e 2.3 – e da reforma fiscal realizada então –, deu-se a partir de uma mudança de orientação política da estrutura de arrecadação desde os primeiros anos do século XXI. De acordo com o relatório do PCCh sobre a política orçamentária de 2004, os progressos alcançados na reforma da taxa agrícola em um experimento do governo central com 20 províncias, levou o governo, ainda em 2003, a expandi-la para todo o país, representando uma redução de 30% do pagamento de impostos pelos camponeses.

Além disso, produtos agrícolas essenciais tiveram sua taxa revogada em 12 províncias e municipalidades – Beijing, Fujian, Guangdong, Jiangsu, Zhejiang, Anhui, Sichuan, Henan, Shanghai e Tianjin – o governo central lançou políticas para reduzir ou isentar taxa agrícola em áreas mais atingidas por desastres naturais⁸¹, incluindo-se a destinação de fundos específicos.

⁸¹ Em 2004, além das dificuldades com elevação súbita dos custos de produção de grãos, episódios como estiagens também foram sentidos.

Também foi iniciado o experimento de prover subsídios pelo governo central diretamente aos produtores de grãos nas províncias de Beijing, Fujian, Guangdong, Jiangsu, Zhejiang, Anhui, Sichuan, Henan, Shanghai e Tianjin. Para aumentar a renda dos camponeses e promover o desenvolvimento agrícola, o governo central passou a destinar fundos específicos para ciência e tecnologia na agricultura e construir um sistema de segurança e qualidade dos produtos agrícolas e promoção de programas voltados para mitigar a pobreza rural. Assim, foram alocados pelo governo central, em 2003, RMB 44 bilhões, uma ampliação de 13,9% em comparação com 2002.

O sistema de distribuição e comercialização de grãos começou a ser objeto de políticas e a infraestrutura para zona rural. Em função das mudanças ocasionadas pelo aprofundamento da reforma fiscal, então em curso, o governo central prometeu prover transferências diretas de pagamentos para governos locais em dificuldades, sobretudo para regiões agrícolas nas quais a eliminação de taxaçaõ certamente levaria a comprometimentos dos orçamentos locais.

Os efeitos do ingresso da China no comércio internacional, sob a OMC, sobre agricultura se evidenciaram ainda nos primeiros anos do século XXI, o que teria forçado uma atuação mais proeminente do governo central no setor agrícola. Essas medidas de apoio à agricultura, às áreas rurais e aos agricultores tomadas, em 2004, pelo governo central, deram-se no contexto da necessidade de apoiar os agricultores que sofreram com o impacto do choque de preços dos grãos.

Outras medidas foram tomadas relacionadas com suporte financeiro do governo central, observando a política “*two reductions or exemptions, and three subsidies*” –, que é a isenção de todas as taxas sobre produtos agrícolas básicos e das taxas agrícolas, exceto tabaco, subsídios diretos aos produtores de grãos e a compra de maquinários para colheita de grãos. Uma nova orientação de políticas de subsídio para agricultura se inicia, assim como uma estrutura de financiamento por meio de fundos específicos⁸².

Em suma, com maior intensidade a partir de 2004, o governo central passou a alocar fundos específicos para o investimento na agricultura, com um aumento de 20% do orçamento para o setor. Uma alteração fundamental em comparação com o cenário da

⁸² De acordo com dados do relatório de orçamento do PCCh de 2004, A província de Jilin e outras 7 províncias foram isentas do pagamento de taxas agrícolas; em Henan, a taxa agrícola foi reduzida em 3%, bem como em outras 10 províncias produtoras de grãos. Em 29 províncias, municipalidades e regiões autônomas sob o governo central, os subsídios foram pagos diretamente aos produtores; em 66 principais condados, a produção de grãos foi subsidiada. O governo central criou um fundo de 31,32 bilhões de yuans apenas para reclamações de terra, outro fundo para *bond-financed* projetos de mais de 32 bilhões de yuans.

década de 1990. Por outro lado, as ações concretas se concentraram na isenção ou na redução da taxa agrícola – incluiu-se a isenção de pagamento de taxas por 5 anos, exceto para o tabaco.

Em 2004, o orçamento do governo central apoiou as seguintes medidas de política para agricultura, agricultores e áreas rurais: suporte financeiro; aumento do nível de investimento nas áreas rurais, sobretudo nas principais áreas produtoras de grãos; e reestruturação agrícola para promover incremento de renda da população residente na zona rural, o que teria tido efeito positivo nos níveis de produção de grãos: 469,47 milhões de toneladas, um aumento de 38,77 milhões de toneladas em relação a 2004. Além disso, o governo central totalizou gasto de RMB 262,6 bilhões com agricultura, aumento de 22,5%.

Entre 2008 e 2012, os gastos do governo central com agricultura, áreas rurais e agricultores aumentou a uma média anual de 23,5%, somando RMB 4,47 trilhões para o período, o que representou um aumento de RMB 2,92 trilhões em comparação com os 5 anos anteriores (MoF, 2013⁸³). Somente em 2008, o nível dos gastos do governo central com agricultura e zonas rurais, para 2008, foi de RMB 562,5 bilhões, um aumento de 30,3% em comparação com 2007. Foram destinados ainda RMB 1 bilhão para o desenvolvimento de cooperativas agrícolas especializadas e a disseminação de ciência e tecnologia na agricultura. Os subsídios então se direcionaram sobretudo para produtores de grãos, produtores de grãos de variedade superior, compra de máquinas e implementos agrícolas, que atingiram RMB 103 bilhões, em 2008 (MoF, 2009) – a política de subsídios será tratada no capítulo 3 desta tese. Os gastos do governo central com agricultura, conservação da água em 2014, atingiu RMB 647 bilhões, um aumento de 8,4% em comparação com 2013, compreendendo desenvolvimento de novas áreas agricultáveis, intensificação do nível de mecanização e desenvolvimento de novos atores empresariais.

Os ciclos de elevação de preços entre fins da década de 1980 e início da década de 1990 foram tornando a terra uma variável central na política macroeconômica do país. Após 1994, a mais importante fonte de recursos para os governos locais passou a ser o investimento em terra, e a junção dos sistemas fiscal e financeiro em meados da década de 1990 fortaleceu esse processo.

A expropriação de terras agrícolas coletivas tornou-se um dos elementos de maior complexidade econômica, política e social na China. Em 2012, discutiu-se alteração na

⁸³ Relatório de implementação do orçamento de 2012, divulgado em sessão do NPC, em 2013.

Lei de Administração de Terras, durante a 30ª sessão da 11ª Comissão Permanente da Assembleia Popular Nacional em que se estabeleceu que um fundo de compensação deveria ser implementado como condição para que se prosseguisse com a permissão à aquisição de terras. Ademais, procedimentos rigorosos que seguissem os princípios da legalidade, imparcialidade e compensação justa (XIAOJIE; HUI, 2012). Uma forma, portanto, de se informar que as autoridades estariam atentas e preocupadas com a questão das terras e, mais ainda, a situação dos agricultores chineses, ao mesmo tempo que se ensinaria a criação de mecanismos financeiros para estabilizar o campo e permitir aprofundar as medidas de modernização da agricultura.

O conflito em torno da terra contribuiu para encobrir os conflitos em torno da arrecadação fiscal, ao passo que a crise imobiliária nos primeiros anos da década contribuiu para o PCCh reavaliar sua política de terra a longo prazo: *“the structure of land politics in contemporary China – in which local governments claim exclusive rights of ownership over land and generate revenue directly from land leasing – emerged in the policy classifications in response the real state bubble of the early 1990.”* (JIANG; YANG, 2020: 132)

Em junho de 2021, o Ministério das Finanças da China (MoF) emitiu documento e uma circular as quais tratavam da transferência de direitos de uso da terra e a geração de arrecadação provocada e sua utilização. Na avaliação do pesquisador Bai Jingming, da Academia Chinesa de Ciências Fiscais, tratou-se de uma reforma no destino da arrecadação de renda não tributária, passando para o departamento fiscal. O rural vai se tornando cada vez mais entrelaçado à política fiscal na China, especialmente pela política de terras cuja implementação tem se constituído um item primordial de arrecadação fiscal em governos locais.

2.3 – MODERNIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AGRICULTURA DA CHINA: INDICADORES, POLÍTICAS, DEBATE TEÓRICO, CAMPESINATO E TERRA

Entre 1990 e 2018, a agricultura chinesa passou por um profundo processo de modernização, fruto de políticas do governo central (detalhado mais à frente na subseção 2.3.2), que pode ser observado a partir da evolução de diversos indicadores, sobretudo o aumento da produção, da produtividade e do consumo agrícola, conforme veremos a seguir.

2.3.1 - Evolução de indicadores de produtividade, de consumo, de emprego e renda agrícola

Os aumentos sucessivos na produção doméstica de grãos por mais de uma década têm sido destacados pelo Conselho de Estado como um ganho trazido pela política de modernização do setor (Relatório de Trabalho do PCCh, 2019). Os dados apresentados mais à frente sugerem que, entre 2004 e 2017, a área cultivada com grãos aumentou 16%, com destaque para os cereais, que aumentou 9%. Área cultivada com vegetais e pomares também deve ser destacada pelo crescimento entre fins da década de 1990 e 2017 (Tabela 2.1).

Zhou, Tian, Wang, Liu e Cao (2013) esclarecem que, na China, grãos incluem cereais (como arroz, trigo, milho, sorgo etc), tubérculos (como batata doce, batata), pulse (como soja, feijão e feijão vermelho). Embora tubérculos e pulse componham grãos, cereais representam a maior proporção de grãos produzidos. Os dados reportados por *China's Statistical Bureau (China Statistical Yearbook)* de consumo de grãos mostram que o total de grãos é reportado para residências rurais e para residências urbanas, em grão moído, o que faz com que o consumo da área urbana e da área rural não seja diretamente comparável. Ainda assim, o consumo de grãos na área rural pode ser convertido em grão moído: 1Kg de trigo equivale a 0,75-0,85Kg de farinha, por exemplo.

Um aumento da área cultivada, espera-se, induz a um aumento da produtividade agrícola não necessariamente na mesma proporção, dado que fatores outros, como progresso tecnológico, influenciam na produtividade. Assim, fez-se uma comparação descritiva entre os dados das tabelas 2.1 e 2.2, para inferir aspectos iniciais desta mudança de quadro de produtividade agrícola no país.

De fato, de acordo com os dados da Tabela 2.3, em 2017, comparado com 1999, a produção de grãos aumentou em torno de 17% e a de cereais 14%. No caso do arroz, a área cultivada, entre 1999 e 2017, foi reduzida em torno de 1,7% e a produção, nestes mesmos termos, aumentou em torno de 5%.

Tabela 2.1 - China: Evolução área cultivada em 1000 hectares (1999-2017)

Itens	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Área cultivada total (semeada) 1000 há	156.37 3	156.30 0	155.70 8	154.63 6	152.41 5	153.55 3	155.48 8	152.14 9	153.46 4	156.26 6	158.63 9	156.78 5	162.28 3	163.41 6	164.62 7	165.44 6	166.82 9	166.93 9	166.33 2
Grãos	113.16 1	108.46 3	106.08 0	103.89 1	99.410 0	101.60 6	104.27 8	104.95 8	105.63 8	106.79 3	108.98 6	16.695	110.57 3	111.20 5	111.95 6	112.72 3	118.96 3	119.23 0	117.98 9
Cereais	91.617	85.264	82.596	81.466	76.810	79.350	81.874	84.931	85.777	86.248	88.401	92.621	91.016	92.612	93.769	94.603	103.22 5	102.70 2	100.76 5
Arroz	31.284	29.962	28.812	28.202	26.508	28.379	28.847	28.938	28.919	29.241	29.627	30.097	30.057	30.137	30.312	30.310	30.784	30.746	30.747
Trigo	28.855	26.653	24.664	23.908	21.997	21.626	22.793	23.613	23.721	23.617	24.291	24.459	24.270	24.268	24.117	24.069	24.596	24.694	24.508
Milho	25.904	23.056	24.282	24.634	24.068	25.446	26.358	28.463	29.478	29.284	31.183	34.977	33.542	35.030	36.318	37.123	44.968	44.178	42.399
Feijão	11.190	12.660	13.268	12.543	12.898	12.799	12.901	12.149	11.780	12.118	11.949	11.053	10.651	9.709	9.224	9.179	8.433	9.287	10.051
Tubérculos	10.355	105.35 8	10.217	9.881	9.702	9.457	9.503	7.877	8.082	8.427	8.636	8.021	8.906	8.886	8.963	8.940	7.305	7.241	7.173
Oleaginosas ⁸⁴	13.906	15.400	14.631	14.766	14.990	14.431	14.318	11.738	11.316	12.825	13.652	13.695	13.855	13.930	14.023	14.043	13.314	13.191	13.223
Algodão ⁸⁵	3.726	4.041	4.810	4.184	5.111	5.693	5.062	5.816	5.926	5.754	4.952	4.366	5.038	4.688	4.346	4.222	3.775	3.198	3.195
Cultura de fibras	205	262	323	338	337	332	335	283	263	221	159	91	118	101	92	86	54	54	58
Cana de açúcar	1.644	1.514	1.654	1.818	1.657	1.568	1.564	1.567	1.802	1.990	1.884	1.809	1.948	2.030	1.998	1.899	1.573	1.555	1.546
Tabaco	1.374	1.437	1.340	1.328	1.264	1.266	1.363	1.189	1.164	1.326	1.392	1.309	1.461	1.597	1.623	1.463	1.254	1.208	1.131
Vegetais	13.347	15.237	16.403	17.353	17.954	17.560	17.721	16.639	17.329	17.876	18.414	16.201	19.639	20.353	20.899	21.405	19.613	19.553	19.981
Pomares	8.667	8.932	9.043	9.098	9.437	9.768	10.035	10.123	10.471	10.734	11.140	10.681	11.831	12.140	12.371	13.127	11.212	10.903	11.136

⁸⁴ Com base em nota da CSY (2018): “refers to the total production of oil-bearing crops of various kinds, including peanuts (dry, in shell), rapeseeds, sesame, sunflower seeds, flax seeds, and other oil-bearing crops. Soybeans, oil-bearing woody plants, and wild oil-bearing crops are not included.”

⁸⁵ Com base em nota da CSY (2018): “refers to cotton production in the whole country including cotton planted in spring and in autumn. Output is measured as the weight of ginned cotton. Ceiba is not included.”

Se tomarmos, com base nos dados das Tabelas 2.1 e 2.3, a variação média anual, em termos percentuais, de 1999 a 2017, o cenário de crescimento de quantidade produzida e área cultivada mostra-se mais completo. Nesse período, a quantidade, em toneladas, produzida de grãos teve crescimento médio anual de 46,27%, em cereais, a produção cresceu por ano em média 48,56%.

Porém, dentre os cereais, produtos como arroz, trigo e milho tiveram um crescimento médio anual da produção bastante inferior: 0,35%, 0,88% e 3,57%, respectivamente. Os únicos produtos com crescimento anual médio negativo, no período em tela, foram feijão (-0,66%), tubérculos (-0,14%) e cultura de fibras (-2,14%). Frutas foi o produto com maior crescimento anual médio observado neste período.

Para área cultivada, a área total cresceu em média anual de 0,35%, a área cultivada de grãos, 26,71%, de cereais, 0,60%, de arroz, trigo e milho, crescimento médio anual negativo (-0,06% e -0,84%, respectivamente), assim como de feijão (-0,41%), além de algodão (-0,15%), cultura de fibras (-4,69%) cana de açúcar (-0,02%), tabaco (-0,76%). Enquanto, tubérculos (44,25%), vegetais (2,53%) e pomares (1,53%) também apresentaram crescimento médio anual da área cultivada. Entretanto, os níveis de produtividade⁸⁶ – exceto para cana de açúcar e frutas –, ficaram abaixo de uma tonelada por hectare. Enquanto os dados da Tabela 2.2 sugerem que, entre 1999 e 2017, aumentos de área irrigada, de uso de tratores médios e grandes, além dos pequenos e de fertilizantes, foram notados. Desde os primeiros anos do século XXI, portanto, há um vetor de aumento da intensidade da mecanização no campo.

⁸⁶ Calculamos dividindo o total produzido – convertendo para unidade de hectares – pelo total de área cultivada, também convertendo para um hectare.

Tabela 2.2– China: Evolução área irrigada e uso de tratores (1999-2017)

Itens	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Área irrigada de terra de cultivo	53.158	53.820	54.249	54.355	54.014	54.478	55.029	55.750	56.518	58.472	59.261	60.348	60.348	61.682	63.473	64.540	65.873	67.141	67.816
Consumo de fertilizantes químicos	4.124	4.146	4.254	4.339	4.412	4.637	4.766	4.928	5.108	5.239	5.404	6.652	5.704	5.839	5.912	5.996	6.023	5.984	5.859
Número de tratores médios e grandes	784.216	974.547	829.900	911.670	980.560	1.118.636	1.395.981	1.718.247	2.062.731	2.995.214	3.515.757	3.921.723	4.406.471	4.852.400	5.270.200	5.679.500	6.072.900	6.454.000	6.701.000
Número de pequenos tratores	1.200	1.264	1.305	1.339	1.378	1.455	1.527	1.568	1.619	1.723	1.751	1.786	1.811	1.797	1.752	1.730	1.703	1.672	1.634

Fonte: *China Statistical Yearbook*, vários anos

Tabela 2.3 – China: Evolução da quantidade produzida de produtos agrícolas em 10 mil toneladas (1999-2017)

Itens	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Grãos	50.83	46.21	45.26	45.70	43.07	46.94	48.40	49.80	50.16	52.87	53.08	54.64	57.12	61.22	61.36	63.96	66.06	66.04	62.14
	9	8	4	6	0	7	2	4	0	1	2	8	1	3	5	5	0	4	4
Cereais	45.30	40.52	39.64	39.79	37.42	41.15	42.77	45.09	45.63	47.84	48.15	49.63	51.93	5.669	59.60	59.60	61.81	61.66	57.22
	4	2	8	9	9	7	6	9	2	7	6	7	9	5.669	2	2	8	7	8
Arroz	19.84	18.79	17.75	17.45	16.06	17.90	18.05	18.17	18.60	19.19	19.51	19.57	20.10	20.65	20.96	20.96	21.21	21.10	20.82
	9	0	8	4	6	9	9	2	3	0	0	6	0	3	1	1	4	9	3
Trigo	11.38	9.964	9.387	9.029	8.649	9.195	9.745	10.84	10.93	11.24	11.51	11.51	11.74	12.25	12.83	12.83	13.26	13.32	13.01
	8	9.964	9.387	9.029	8.649	9.195	9.745	7	0	6	2	8	0	4	2	2	4	7	9
Milho	12.80	10.60	11.40	12.13	11.58	13.02	13.93	15.16	15.23	16.59	16.39	17.72	19.27	22.95	24.97	24.97	26.49	26.36	22.46
	9	0	9	1	3	9	7	0	0	1	7	5	8	6	6	6	9	1	3
Feijão	1.894	2.010	2.053	2.241	2.128	2.232	2.158	2.004	1.720	2.043	1.930	1.897	1.908	1.681	1.565	1.565	1.513	1.651	1.590
Tubérculos	3.641	3.685	3.563	3.666	3.513	3.558	3.469	2.701	2.808	2.980	2.996	3.114	3.273	2.883	2.799	2.799	2.729	2.726	3.326
Oleaginosas	2.601	2.955	2.865	2.897	2.811	3.066	3.077	2.640	2.569	2.953	3.154	3.230	3.307	3.286	3.372	3.372	3.391	3.400	3.537
Algodão	383	442	532	492	486	632	571	753	762	749	638	596	660	661	630	630	534	534	560
Cultura de fibras	47	53	68	96	85	107	111	89	89	73	63	39	30	20	18	17	18	18	21
Cana de açúcar	7.470	6.828	7.566	9.011	9.024	8.985	8.664	9.709	11.29	12.41	11.55	11.07	11.44	11.57	11.57	11.57	10.32	10.32	11.69
									5	5	9	9	4	5	9	9	2	2	6
Tabaco	219	255	235	245	226	241	268	246	240	284	307	300	313	325	285	285	257	257	283
Frutas	68	6.225	6.658	6.952	1.457	15.34	16.12	17.10	18.13	19.22	20.39	21.40	22.76	22.09	23.30	23.30	25.24	24.40	27.37
						1	0	2	6	0	6	1	8	2	3	3	2	5	5

Fonte: *China Statistical Yearbook*, vários anos

Mesmo com o avanço da produtividade, existe um desafio de aumentar a produção agrícola sem aumentar a área de terra arável em meio, ainda, a objetivos em princípio conflitantes, como a produção de alimentos e a conservação de recursos naturais. Larson (2013) destaca que o aumento da produtividade agrícola chinesa dependerá de investimentos em melhorias da fertilidade do solo, pela expansão e melhoria do sistema de irrigação, pelo controle da poluição do solo e pelo desenvolvimento de variedades de culturas de maior qualidade.

Considerando os níveis de variação média percentual das quantidades produzidas dos alimentos (Tabela 2.3) e da área cultivada (Tabela 2.1), depreende-se que o aumento da produção doméstica não cresce na mesma proporção que a mudança do padrão dietético da população chinesa. Ainda assim, os dados da Tabela 2.4 sugerem que a comparação de 2018 com qualquer outro ano anterior indica aumento da quantidade disponível em *Kg/per capita*, exceto na comparação com 2017. Entre 2000 e 1995, o crescimento da quantidade disponível (*Kg/per capita*) dos alimentos considerados é o que se destaca mais. De fato, o leite, a partir de 2005, após um crescimento substancial da quantidade disponível em *Kg/per capita* passa a se manter em níveis comparativamente estáveis até 2018.

**Tabela 2.4 – China: disponibilidade (produção) de alimentos, em Kg/per capita
(1978-1999-2018)**

Ano	Grãos	Cereais	Culturas Oleaginosas	Porco, bife e pato ⁸⁷	Produtos aquáticos ⁸⁸	Leite
1978	319	-	5,5	9,1	4,9	-
1995	378	345	18,7	27,4	20,9	4,8
2000	366	321	23,4	37,6	29,4	6,6
2005	371	328	23,6	42	33,9	21,1
2006	380	344	20,1	42,8	35	22,5
2007	383	349	21,1	40,4	36	22,4
2008	403	367	22,9	43	37	22,7
2009	405	370	23,6	44,8	38,4	22,5
2010	418	383	23,6	46,2	40,2	22,7
2011	438	402	23,9	45,7	41,7	23,1
2012	453	419	24,3	47,8	40,6	23,5
2013	464	432	24,2	49,1	42,2	22,2
2014	469	437	24,7	50,3	43,8	23,2
2015	482	451	24,7	48,9	45,1	23,2
2016	479	447	24,7	47,2	46,3	22,2
2017	477	444	25,1	47,3	46,5	21,9
2018	472	438	24,7	46,8	46,4	22,1

Fonte: *China Statistical Yearbook*, 2019

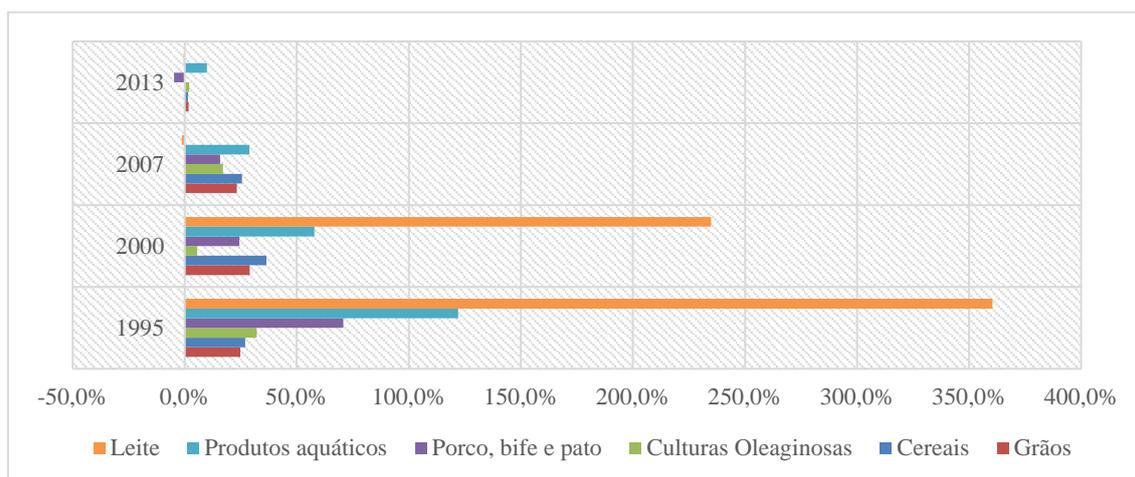
O Gráfico 2.3 é uma forma de visualizar os dados da Tabela 2.4. Melhor dizendo, de visualizar a comparação dos níveis de produtos disponíveis à população (*Kg/per capita*) em 2018 com anos anteriores. Tomamos 2018 como ano base nesse exercício comparativo visualizável no Gráfico 2.3, para trazer mais um elemento que pudesse trazer luz ao esforço de modernização da agricultura da China, refletindo-se em resultados sobre

⁸⁷ Com base em nota da CSY (2018): “refers to the meat of slaughtered hogs, cattle, sheep and goats with head, feet, and offal taken away. Data refers to the production of the whole country. Before 1996, it was a comprehensive reporting from the lower level to the upper one. The First Agricultural Census of China in 1996 revealed some discrepancy between the production of animal products from the annual reports and that from the census. Efforts were made to adjust the output value of animal husbandry to make the figures from the annual reports consistent with the census data. Since 1999, the NBS conducted sample surveys for the major animal husbandry products, such as hogs, cattle, sheep and goats and fowls, and the data from sample surveys are used as national finalized data. Those products, which are not covered by the sample survey, are still reported by statistical agencies level by level. In 2008, A Monitoring and Survey Program was set up on main livestock, the data on the main livestock such as hog, cattle, sheep and poultry became the official data based on the sampling survey.”

⁸⁸ Com base em nota da CSY (2018): “refers to final output actually yielded from fishing production (fishery and breeding), including all output of marine and freshwater fish, crustaceans (shrimps, crabs), shellfish, cephalopod, seaweed and other fishery products. Data on output of aquatic products are reported by aquatic product agencies level by level. Before 1995, among the shellfish, oyster was counted as fresh meat; 5 kilograms of ark shell, clams and frogs are equivalent to 1 kilogram of fresh aquatic products; they have all been counted as fresh aquatic products since 1996.”

os níveis de produtos agrícolas (alimentares) disponíveis à população da China. Além dos aumentos em leite e cereais (principalmente), destacados na Tabela 2.5, a disponibilidade de carne, bife e pato em Kg/*per capita*, em 2018, aumentou em comparação com 1995, 2000, 2007, porém, diminuiu, na comparação com 2013.

Gráfico 2.3 – China: variação (em %) da disponibilidade (produção) de alimentos per capita em 2018 comparado a anos selecionados



Fonte: A autora (2021) com base em CSY (2019)

Considerando que os produtos alimentícios exercem influência em níveis de vida e de renda, em níveis nutricionais e padrões de dieta alimentar de disponibilidade de produtos alimentícios à população, aspectos ligados com o acesso aos alimentos devem ser considerados. Um deles é o consumo *per capita* em quilogramas.

Os dados da Tabela 2.5 apresentam números de consumo em Kg/*per capita* em residências urbanas. Os produtos cujo consumo *per capita* mais aumentou, em 2018, na comparação com 1990, foram: óleo vegetal comestível, lácteos, carne de frango, ovos e carne de porco. Na comparação 2018/1995: grãos, carne de frango, carne de porco, lácteos, ovos e óleo vegetal comestível. Na comparação, 2018/2000: grãos, óleo vegetal comestível, carne de frango, carne de porco, lácteos. O consumo de ovos, nesta comparação, 2018/2000, reduziu.

É interessante notar que, a despeito do aumento da área cultivada de vegetais (Tabela 2.5), o consumo *per capita* em residências urbanas foi diminuindo desde 2016. A intensidade e a velocidade do crescimento da produtividade agrícola seriam vetores para responder a maior disponibilidade de alimentos e ao maior consumo.

Tabela 2.5 – China: consumo per capita de principais produtos alimentícios por residências urbanas, 1990-2018 (Em Kg)

Alimentos	1990	1995	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Grãos	130,7	97	82,3	77	81,5	80,7	78,8	121,3	117,2	112,6	132,8	130,1	127,2
Vegetais frescos	138,7	116,5	114,7	118,6	116,1	114,5	123,8	103,8	104	104,4	96,9	96,1	93,0
Óleo vegetal comestível	6,4	7,1	8,2	9,2	8,8	9,3	9,1	10,8	10,2	10,7	10,0	9,8	8,9
Carne de Porco	18,5	17,2	16,7	20,1	20,7	20,6	21,2	20,4	20,8	20,7	19,6	20,1	22,8
Carne de Frango	3,4	4	5,4	8,9	10,2	10,6	10,7	8,1	9,1	9,4	91,1	8,9	9,0
Lácteos	4,6	4,6	9,9	17,9	13,9	13,7	13,9	17,1	18,1	17,1	12,0	12,1	12,2
Ovos	7,3	9,7	11,2	10,4	10	10,1	10,5	9,4	9,8	10,5	12,0	12,1	9,7

Fonte: A autora (2021) com base em *China Statistical Yearbook 2019*

Esses dados evidenciam um aprofundamento dos níveis de produtividade em diferentes culturas, de complexidade dos itens alimentícios da cesta de consumo de alimentos na zona urbana, de mecanização da produção agrícola, de produção e uso de fertilizantes e defensivos químicos.

A modernização da agricultura e a capitalização dos agricultores se retroalimentam na medida em que um processo é usado para justificar a ocorrência do outro:

Defining capitalization of agriculture as an increase in capital inputs per unit of labor, they argue – based on national survey data – that Chinese agriculture is going through a process of capitalization, with the principal contribution to capital from peasant investment in improved and/or increased agricultural inputs – chemical, machinery and so on – from migrant labor income. (HAIRONG; YI, 2015:368)

Além desses indicadores de produtividade, faz-se necessário apresentar a evolução do desenvolvimento agrícola da China, desde fins da década de 1990, que remete a relações sociais de produção no campo expressos nos dados de emprego e renda.

Os dados da Tabela 2.6 sugerem que além de ter praticamente quadruplicado o total geral de pessoas empregadas, entre 1952 e 2018, o número de pessoas empregadas na zona rural, acompanhou, em parte, essa expansão. Entre 1952 e 1985, o emprego na zona rural correspondia a maior parte do número de pessoas empregadas na China. Outro elemento a se observar é o crescimento considerável de empresas individuais na zona

rural, entre 1990 e 2018; mais ainda o impulso no seu crescimento a partir dos primeiros anos do século XXI. Ainda conforme os dados apresentados na Tabela 2.6, desde 2011, quando não se registram pessoas empregadas nas TVE, o grau de empregados em empresas privadas e individuais começa a se acelerar, ainda que em nível menor do que as TVE o faziam.

Tabela 2.6 - China: evolução do número de pessoas empregadas: total nacional e subtotal zona rural, TVE, empresas privadas e individuais (1952-2018)

Ano	Total	Subtotal Z. Rural (%)	Zona Rural			
			Subtotal Z. Rural	TVE	Empresas privadas	Individuais
1952	20.729	88,0%	18.243	--	--	--
1957	23.771	86,5%	20.566	--	--	--
1962	25.910	82,5%	21.373	--	--	--
1965	28.670	82,1%	23.534	--	--	--
1970	34.432	81,7%	28.120	--	--	--
1975	38.168	78,5%	29.946	--	--	--
1978	40.152	76,3%	30.638	2.827	--	--
1980	42.361	75,2%	31.836	3.000	--	--
1985	49.873	74,3%	37.065	6.979	--	--
1987	52.783	73,9%	39.000	8.805	--	--
1990	63.909	74,0%	47.293	9.265	113	1.491
1991	64.799	73,8%	47.822	9.609	116	1.616
1992	65.554	73,7%	48.313	10.625	134	1.728
1993	66.373	73,5%	48.784	12.345	187	2.010
1994	67.199	72,6%	48.786	12.017	316	2.551
1995	67.947	71,9%	48.854	12.682	471	3.054
1996	68.850	71,2%	49.035	13.508	551	3.308
1997	69.660	70,9%	49.393	9.158	600	3.522
1998	69.957	70,4%	49.279	12.537	737	3.855
1999	70.586	70,2%	49.572	12.704	969	3.827
2000	71.150	70,1%	49.876	12.820	1.139	2.934
2001	73.025	67,2%	49.085	12.086	1.187	2.629
2002	73.740	66,4%	48.960	13.288	1.411	2.474
2003	74.432	65,6%	48.793	13.573	1.754	2.260
2004	75.200	64,8%	48.724	13.866	2.024	2.066
2005	75.825	64,0%	48.494	14.272	2.366	2.123
2006	76.400	62,9%	48.090	14.680	2.632	2.147
2007	76.990	61,9%	47.640	15.090	2.672	2.187
2008	75.564	58,7%	44.368	15.090	2.672	2.187
2009	75.828	57,3%	43.461	15.451	2.780	2.167
2010	76.105	55,9%	42.506	15.588	3.063	2.341
2011	76.420	53,0%	40.506	--	3.442	2.718
2012	76.704	51,6%	39.602	--	3.739	2.986

2013	76.977	49,3%	37.943	--	4.533	3.575
2014	77.253	49,1%	37.943	--	5.215	3.882
2015	77.451	47,8%	37.041	--	5.914	4.235

Fonte: *China Statistical Yearbook* (2019)

No mesmo sentido, os dados da Tabela 2.7 sugerem que, entre 1990 e 2018, ocorreu um aumento substancial (em mais de 21 vezes) da renda disponível nas residências rurais. Da mesma forma, a participação dessa renda disponível dos salários também foi crescente, acompanhando a renda disponível per capita proveniente de negócios. A renda disponível a partir de transferências teve um salto entre 2000 e 2010 e 2012 e 2013.

Tabela 2.7 – China: evolução da renda per capita disponível nas residências rurais, em RMB (1990-2018)

Renda	1990	1995	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Disponível	686,3	1.577,7	2.253,4	5.919,0	6.977,3	7.916,6	9.429,6	10.488,9	11.421,7	12.363,4	13.432,4	14.617,0
Salários	138,8	353,7	702,3	2.431,1	2.963,4	3.447,5	3.652,2	4.152,2	4.600,3	5.021,8	5.498,4	5.996,1
negócios	518,6	1.125,8	1.427,3	2.832,8	3.222,0	3.533,4	3.934,9	4.237,4	4.503,6	4.741,3	5.027,8	5.358,4
propriedade	29,0	41,0	45,0	202,2	228,6	249,1	194,7	222,1	251,5	272,1	303,0	342,1
transferências	-	57,3	78,8	452,9	563,3	686,7	1.647,5	1.877,2	2.066,3	2.328,2	2.603,2	2.920,5

Fonte: *China Statistical Yearbook* (2019)

O aumento da produtividade agrícola, da quantidade produzida, da mecanização, área irrigada e consumo de fertilizantes observado com mais intensidade a partir de meados da década de 2000 refletem a internalização de setores industriais à atividade agrícola – o que não constitui uma novidade na trajetória de desenvolvimento agrícola do País, como apresentado no Anexo 1 desta tese – como resultado de medidas estatais.

Ao mesmo tempo, o grau de empresarização nas atividades agrícolas e rurais tem se ampliado associado a um aumento de renda da população rural. Essa nova fase da modernização, na avaliação de Hairong e Yi (2015), tem promovido deslocamento de pequenos agricultores familiares, fenômeno a que se denomina de “descamponesização”, tornando mais evidente um conflito entre subsistência e acumulação de capital mais intenso. É esse debate que aprofundaremos na próxima subseção deste capítulo.

2.3.2 Política agrícola de modernização: elementos gerais e debate teórico

O desafio de combinar metas como “harmonia social e desenvolvimento econômico”, “rejuvenescimento da nação” e “modernização do campo de acordo com o socialismo de características chinesas”, tem sido o desafio histórico do governo central chinês (ver Anexo I).

Desde fins da década de 1990 e com mais intensidade a partir dos primeiros anos da década de 2000, o campo é considerado um espaço para resolver problemas estruturais, tais como: pobreza, redução do número trabalhadores informais, em geral migrantes da zona rural para urbana, e diferenciais de renda entre campo e cidade. Desde 2004, as políticas e o discurso do CE experimentam mudança significativa em direção à modernização do setor pautada na integração vertical e na integração com a indústria, apoiando-se no aumento da escala – indicando-se a especialização em agricultores e cooperativas – e na contratação de mão de obra.

De acordo com os documentos oficiais de política emitidos pelo CE e pelo Comitê Central do PCCh, a fase contemporânea de modernização da agricultura e do rural pode ser compreendida a partir do peso atribuído à industrialização da agricultura, combinado à inserção de agricultores familiares no mercado e em relações, sobretudo na forma de contratos, com atores como empresas líderes da industrialização da agricultura, cooperativas especializadas e outras empresas agroindustriais. O alívio da pobreza e a melhoria das condições de vida na zona rural fazem parte também dessa estratégia.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Industrial Rural (2020-2025), considerando essas recomendações anteriores e políticas, estabelece que, até 2025, deverá existir na China um sistema industrial rural completo implementado na China.

E a “indústria rural”, com o processamento de produtos agrícolas e pecuários, é o aspecto tomado como essencial para agregação do valor e desenvolvimento de novos agentes agrícolas especializados⁸⁹. Volta-se para localidades e necessita da descentralização dos governos locais na concessão de subsídios e criação de fundos especiais (Quadro 2.1).

⁸⁹ Documento de política n.1 do CE de 2013 – “*big households – cooperatives, family farmers and dragon head enterprises.*”

Quadro 2 -1 - Modernização e revitalização do rural da China: princípios e metas

Princípios	Metas	Andamento
Reforma estrutural do lado da oferta agrícola	Incentivo a novos modelos de negócios; aumento da escala de produção; padronização e marcas; capacitação da criação de suínos e outros rebanhos, bem como aves, prevenção de doenças em animais; diversificação produtiva com base nas vocações locais, fortalecimento da proteção e do desenvolvimento de recursos de germoplasma; construção de indústrias processadoras locais.	Permanece a política de cultivo agrícola em terras rurais acima de 120 milhões de hectares (<i>red line system</i>). Promoção de terras agricultáveis com investimento em irrigação, conservação da água e recuperação de solos deverá ter aumento de 6,7 milhões em 2022. Aumento anual da quantidade de grãos produzidos – média anual de crescimento desde 2004 de 20%. Incentivo e suporte financeiro à criação de animais – porcos, aves e pescados. Promoção da coordenação rural-urbano do desenvolvimento econômico. Política de subsídios para compra de máquinas e implementos agrícolas.
Desenvolvimento da integração da agricultura com indústria e serviços (integração vertical)	Orientação ao mercado para alocação de recursos. Incentivar a indústria rural que combine participação empresarial e social; aceleração de toda a cadeia da indústria; apoio à construção de fábricas rurais padronizadas e oficinas; incentivo a cooperativas e unidades agrícolas familiares em desenvolver processamento primário. Promoção de um sistema de logística da cadeia de frios e incentivo ao desenvolvimento de consórcios de industrialização agrícola por empresas líderes da industrialização da agricultura.	Construção de mais de parques nacionais de moderna agricultura industrializada foi realizada com suporte estatal – somente em 2021 foram 50 deles –, bem como <i>clusters</i> de empresas líderes agroindustriais – em 2021, também chegou a 50. Mais de 298 cidades em toda a China teriam alcançado avanços consistentes em implementar empresas agroindustriais. A cada ano, CE e Comitê Central do PCCh reforçam o compromisso com a integração vertical na agricultura como forma de revitalização do rural e promoção de melhoria de condições de vida no campo. Melhor do que integração vertical, como os relatórios dos dois últimos anos têm denominado, seria chamar de: integração entre maquinário agrícola, tecnologia agrícola, fazendas, agronomia e desenvolvimento de serviços comerciais para a agricultura.
Inovação tecnológica empresariação rural	Promoção da Internet das Coisas (IoT), a agricultura moderna e <i>big data</i> em toda a cadeia; de centros de serviços especializados; de modelos de negócios com integração cruzada entre diferentes indústrias; de parques agrícolas	Redução de taxas (tributação) também viria sendo instrumento de incentivo para superar gargalos entre os elos produtivos das diferentes cadeias industriais. No biênio 2019-2020, foram cortados em taxas o equivalente a RMB 2,36

	industriais modernos e cidades industriais agrícolas.	trilhões como forma de promover a competitividade de pequenos negócios. A redução do tempo para abertura de novas empresas foi reduzida e medidas governamentais de estímulo ao consumo doméstico têm sido cada vez mais adotadas em todo o país. Desde 2014, a partir de uma ampla reforma na lei do orçamento, novos esquemas de financiamento público de projetos em C&T passaram a ser constituídos. Além disso, em 2014, foram realizadas reformas na gestão desses projetos que permitiram avanços na comercialização e distribuição de lucros. Entre 2019-2020, o número de <i>start-ups</i> cresceu a 18 mil – desde 2018 –, resultado de políticas de estímulo. Para inovação tecnológica, a política de redução de tributos em atividades de P&D tem sido fortalecida. E o volume de transações tecnológicas contratadas cresce, anualmente, a 30%. Novas tecnologias têm sido cada vez mais usadas (desde 2018) como forma de transformar indústrias tradicionais.
Alívio da pobreza e aumento da renda dos agricultores	Aumento do volume de investimento em capital e tecnologia. Apoiar áreas mais pobres; orientar que empresas de processamento e distribuição de grande escala estabeleçam bases em áreas mais pobres; incentivo à formação e melhorias em cooperativas de agricultores.	Nos últimos anos, por exemplo, somente em 2019, registrou-se que 11,09 milhões de pessoas residentes na zona rural saíram da pobreza, uma redução que representa 0,6% em comparação ao que já havia sido registrado em 2018. A revitalização do rural deve ocorrer com a redução e alívio da pobreza na rural se fortaleceu em 2020 e 2021: fundos governamentais foram erigidos com esse fim para atender especificamente a 832 condados em situação mais crítica. Residências na zona rural com menores níveis de renda <i>per capita</i> têm recebido assistência.
Financiamento rural	Aumento da proporção da receita de transferência de terras agrícolas e áreas rurais para apoiar a revitalização da indústria rural. Incentivo à criação de fundos financeiros para desenvolvimento da indústria rural orientada para o mercado; inovação nos serviços	Para todos os setores têm sido adotadas medidas de facilitação de acesso e de pagamento de créditos, bem como de ajudar tomadores no fornecimento de garantias. Incluem-se medidas de “encorajamento” aos bancos para fornecimento de empréstimos, bem

	financeiros como o Sistema nacional de crédito agrícola. Incentivar governos locais a conceder subsídios agrícolas para empresas agrícolas que absorvem mão de obra de famílias pobres.	como para aumentar sua carteira, até mesmo para renovação de empréstimo sem pagamento do principal, em caso de pequenas empresas. <i>Big Data</i> é usado para reduzir custos de serviço e tornar a oferta e a concessão de crédito mais bem direcionada. No caso dos novos atores empresariais na agricultura, o apoio estatal ocorre diretamente com oferta de garantias de crédito.
--	---	--

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios anuais de implementação do orçamento dos governos central e local e de trabalho do PCCh; vários anos (no capítulo 3 desta tese esses documentos serão explorados).

Muitas são as discussões sobre essa fase da modernização da agricultura da China, analisada nesta tese. Em geral, argumenta-se que a reforma (1978-79) provocou no rural e na agricultura mudanças contundentes organizacionais, crescente aumento das disparidades entre rural e urbano, crescimento do emprego não agrícola na zona rural, relativa piora das condições de vida na área rural, surgimento e crescimento de trabalhadores informais (“ex-agricultores”), nas cidades, dentre outros problemas.. Pontos outros que orientam essas discussões tratam da crescente introdução do capital na agricultura e a conseqüente mudança das relações de produção e diferenciação de classe entre os camponeses.

Há um grupo de autores que consideram que estaria em curso na agricultura chinesa, em suas relações de produção domésticas, um processo de “capitalização sem proletarização” ou “*hidden agricultural Revolution*”. Sem dúvidas, Philip Huang é um dos expoentes desse grupo de autores, que partem da retomada do debate entre Lenin e Chayanov sobre a questão agrária e desenvolvimento.

Esses autores estão mais alinhados ao pensamento de Chayanov uma vez que eles entendem que esse processo contemporâneo de modernização da agricultura chinesa se aproximaria mais do conceito inglês de revolução, do século XIX e de “revolução verde” no século XIX, na Índia. Na China, nessa perspectiva, a mudança da estrutura de produção da agricultura viria experimentando um aumento em termos de valor agregado, como reforçam Huang, Gao e Peng (2012), devido à mudança no padrão dietético da população.

Zongzhi (2016), em um estudo que traça uma perspectiva histórica e comparativa do conceito trazido por Huang, Gao e Peng (2012), avalia que a “nova agricultura” – a periodização adotada pelo autor, considera 1980-2010 – da China se caracteriza por

capital e trabalho intensiva, visto que o consumo de produtos como frutas e vegetais, bem como legumes, porcos, criação de gado de corte, de vacas leiteiras, aves e peixes (produtos aquáticos) é que tem aumentado pela transição do padrão dietético do país, e são produtos que requerem ou mais trabalho ou mais capital, como descrevem Huang e Gao (2008:39): “*the new agriculture also requires capital investment in fixed assets, such as plastic tents for vegetables (commonly termed ‘agriculture with infrastructure’), fruit orchards, structures for animal raising, fish ponds, and so on. The total of such investments from peasants households reached by 2010 about 230,5 billions yuan.*” Por investimento em capital, os autores entendem ainda: aumento do uso de insumos modernos, como fertilizantes químicos, sementes melhoradas e máquinas agrícolas.

A fase recente de modernização da agricultura se caracterizaria pelo crescimento do volume anual de produção de produtos de alto valor agregado, como frutas e vegetais, além de pescados. Em 2010 em comparação com 1990, de acordo com Huang e Gao (2013), vegetais mais do que quadruplicaram sua participação nas áreas cultivadas: de 4,8% para 18,8%. Dessa forma, a escala de produção pode ser ajustada para cima a partir da modernização das operações agrícolas, porém, mantendo-se o tamanho da propriedade. Quer dizer, em termos de extensão – na chamada “velha agricultura”, seriam necessários 15 mu por unidade, na “nova agricultura”, 3 mu – pleno emprego da mão de obra e geração de receita consistente com essas necessidades (HUANG; GAO, 2008).

Dentre esses produtos, da nova agricultura, a criação de porcos é descrita como tendo experimentado transformações mais significativas. Huang e Gao (2008) ressaltam que a criação de porcos passa a se tornar moderna e capitalizada com maior intensidade, em meados da década de 2010. A intensificação do uso da ração manufaturada, de alta qualidade, seria uma das mudanças de maior destaque. Leitões com maior valor representariam a maior parte dos gastos dos criadores de porcos, o que seria imprescindível considerando sustentar a escala de produção.

Os principais aspectos do conceito “*hidden agricultural revolution*”, de acordo com esses autores, seriam: (i) revolução dos hábitos de consumo ou do padrão dietético da população, exigindo a produção de alimentos de maior valor agregado; (ii) ocorre uma expansão da produção desses produtos de maior valor agregado em unidades produtoras de pequena escala, sobretudo (iii) expansão do emprego não agrícola ou de capitalização de agricultores em empregos não agrícolas; (iv) o “oculto” seria explicado pela qualidade ou pela organização da coleta e disponibilização de dados sobre o setor agrícola; (v) o

aumento do uso de meios de produção modernos na “nova agricultura” tornaria as unidades agrícolas com escala adequada de produção.

Em linhas gerais, o cerne dessa interpretação da modernização contemporânea da agricultura, centra-se no papel dos agricultores ou da pequena produção agrícola (familiares) – à luz de Chayanov – que, por sua vez, adquiririam meios de produção, capitalizando-se com salários pagos em empregos não agrícolas. Huang e Gao (2008) destacam que, a despeito de serem tratados como “cidadãos de segunda classe”, ao trabalharem como migrantes em empregos não agrícolas fora de seu local de registro de residência, são eles que têm, de fato, realizado grandes contribuições ao desenvolvimento da agricultura na China. Os autores partem da diferença de salário urbano e rural pela explicação do excedente de mão de obra no campo:

[...] it must be pointed out that surplus labor, mainly in the form of ‘underemployment’, remains today still a fundamental condition of existence of most rural Chinese. It is surplus labor that has made possible the very low wages and (often inhumane) treatment of migrant-workers. It is also surplus labor that still underlies the low returns, not just to migrant workers, but also family farmers. Current [2010] estimates of the dimensions of surplus labor in the countryside vary from a high of 200 million of the 300 million employed in farming to a low of 44 million. (HUANG; GAO; PENG, 2008: 163)

De modo mais geral, sob a classificação “*hidden agricultural revolution*”, entende-se que esse processo ocorre sob uma ótica da livre iniciativa neoliberal, não sendo o Estado, com os subsídios, o ente responsável por orquestrar os investimentos no setor. Huang e Gao (2008) descrevem os dados da evolução do uso de meios de produção na agricultura, entre 1995 e 2010, e atribuem o crescimento de sua utilização ao aumento da renda na zona rural, que tornou os agricultores familiares, investidores na atividade agrícola⁹⁰. Entretanto, os autores avaliam que o CE passa a anunciar, em cada um dos documentos de política desde 2004, que seu papel no setor aumentaria, em termos de investimento em infraestrutura e em capital fixo. Ademais, o papel de empresas, estatais

⁹⁰ De acordo com Huang e Gao (2008: 56): “Data on rural residents’ incomes 农村居民收入 include figures on “wage like income” 工资性收入, mainly of the 80 million “leave the land but not the village” 离土不离乡 peasants employed in “township enterprises” 乡镇企业 (Zhongguo nongcun tongji nianjian, 2011: table 11-5). They show a total of (2,431 yuan/rural resident × 750 million rural residents ⇒) 1,755.7 billion yuan of such wage-like income in 2010. This figure should be distinguished from the income of the “leave both the land and the village” 离土又离乡 peasant migrant workers, who in 2010 totaled 153 million, earning a total of (2,049 yuan/month × 9.8 months worked per year × 1.53 million migrant workers ⇒) 3,072.2 billion yuan (Zhongguo guojia tongjiju, 2011). Combining the wage incomes of those working off-farm at home and the wages incomes of those working away from home, we get a total of nearly 5,000 billion yuan in wage income for the 900 million people officially registered as peasants.”

ou não, no setor ainda não estava tão evidente naquele período, embora os autores observassem e descrevessem o aumento da produção e criação de animais por empresas de maior escala, especialmente porcos.

Mais do que a discussão teórica entre as contribuições de Chayanov e Lênin sobre desenvolvimento agrícola, um aspecto bastante ressaltado nesta literatura recente mais crítica, destacamos a avaliação que a oposição entre correntes marxistas, mas entre neoliberalismo⁹¹ (agronegócio) *versus* economia camponesa, em que a China representaria o “último” país em que a agricultura camponesa ainda seria parte fundamental do desenvolvimento agrícola.

Hayward (2017) identifica, nesse contexto, que uma alteração para direitos privados da terra em um país cada vez mais integrado aos mercados internacionais levaria ao desafio de equacionar uma proletarização em massa do campo. Huang, Gao e Peng (2012: 140) fizeram dos programas de política agrícola que passam a ser anunciados pelo CE e da comparativamente maior intervenção do Estado no setor:

This neo-liberal perspective has in reform China acquired hegemonic dominance over other discourses of agriculture and rural development. An alternative perspective is that agriculture remains mainly based on the peasant family and not on capitalist farming, and its ideal direction of development should be toward neither capitalism nor socialism, but something different, along the lines of marketized cooperative, in the manner originally envisioned by Chayanov.

Em outro espectro, autores como Zhang e Donaldson (2010) avaliam que a capitalização da produção agrícola da China implicou em relações capitalistas e em diferenciação de classe. Novas entidades foram sendo constituídas para representar a acumulação de capital, como: cooperativas, fazendas familiares, empresas *dragon-head* (empresas líderes da industrialização da agricultura) com capitais tanto da própria agricultura (agricultores familiares, migrantes ou não) quanto de não agricultores (Estado, firmas). As relações de produção na agricultura teriam se transformado, passando a existir

⁹¹ Esse termo tem sido usado, até mesmo em artigos acadêmicos, sem a devida parcimônia metodológica ou conceitual. Com uso impreciso o que contribuiria para uma generalização que acaba, em certa medida, inibindo ou substituindo uma análise criteriosa sobre relações de dominação, exploração e alienação. Andrade (2018) aponta que as diferentes correntes teóricas possuem elementos que são mais complementares do que antagonicos na definição do neoliberalismo. Para esta tese, entenderemos, conforme conclui Andrade (2018), neoliberalismo contemplando pelo menos 4 fenômenos: dimensão globalizada, com um regime financeirizado de acumulação; dimensão de antagonismo a estruturas estatais; disputa de formas institucionais locais e internacionais, isto é, imiscuir-se à administração pública; dimensão teórica ou de ideias, disputa por ressignificar aspectos como coletividade, solidariedade e relação estabelecida pelo indivíduo consigo mesmo e com outrem.

agricultores comerciais, agricultores empresários, agricultores contratados, trabalhadores agrícolas semiproletários e proletários.

Há aqueles autores que não se alinham exatamente a nenhuma dessas explicações principais, como Zhang (2019), ao considerarem que ambas não explicam as transformações nos fatores de produção da China, como terra, trabalho e capital, isto é, falham na análise da questão agrária chinesa. Assim:

the data on China's domestic production and international trade show that the structural change of domestic agricultural production turned China into a large buyer of low-value agricultural products (like soy, vegetable oil, and sugar) from the global market. However, China cannot be labeled as food insecure country currently since it exports large amounts of high-value agricultural products instead (ZHANG, 2019: 16).

Há um grupo de autores que não transitam pela explicação teórica tradicional em Chayanov ou leninista-marxista, não se atendo a estabelecer críticas teóricas a esses autores, mas criticando em relação às explicações sobre o processo na China. Hairong e Yiyuan (2015), por exemplo, entendem que o setor agrícola da China se caracterizaria por ter predomínio da presença de entidades privadas, com um fortalecimento, pelas políticas do Estado, de um sistema de preços orientados pelo mercado e pela promoção de novas entidades na agricultura, como cooperativas, empresas de agronegócio e fazendas familiares. A política estatal para o setor (de modernização contemporânea) se centraria, de acordo com os autores, em incentivar e promover o aumento da escala comercial das propriedades agrícolas. Há um explícito encorajamento pelo CE dos capitais industriais e comerciais a entrarem, estabelecerem-se na agricultura (Doc. n.1 de política de 2013).

Entendemos que, dessa linha, podemos identificar um debate mais de fundo que procura dar conta da economia rural da China – e que não está ausente nas linhas anteriores, ela fica apenas mais perceptível – agricultura camponesa *versus* agribusiness ou agronegócio. Há uma divergência da parte de alguns autores sobre a noção de que o capital estaria entrando no campo na China.

Chen (2012) argumenta que o agronegócio não estaria eliminando formas de campesinato, mas assumindo atividades que os camponeses tradicionalmente não realizam. He (2013) é mais enfático e avalia que a maior parte dos residentes da zona rural da China têm sua renda proveniente do salário de trabalho e produção agrícola para

manter a reprodução simples. E que ao entrar no campo, o capital não teria rendimentos positivos ou seria muito difícil alcançar lucro.

A acumulação de capital no campo sendo estimulada a partir dos próprios residentes rurais não é tomada como um problema para os autores pró-camponeses, uma vez que a procura de lucro por capitais urbanos na agricultura acaba por marginalizar residentes rurais ao expulsá-los de suas terras. Philip Huang, por exemplo, enquadra-se nesse grupo, assim como Tong, isto é, afirmam que o desenvolvimento agrícola da China transcorre do investimento realizado pelos próprios camponeses em seus meios de produção e insumos agrícolas.

Na avaliação de Hairong e Chen (2015) esses autores (da “capitalização sem proletarização”) mantêm uma concepção populista do capital pela qual se distingue o capital de propriedade das famílias rurais (ver capítulo 1 desta tese). E seria uma forma incompleta de ponto de partida da análise, uma vez que não se distingue entre capital para financiar reprodução simples e aquele para reprodução ampliada, tornando o processo de diferenciação dos produtores rurais invisível.

De fato, Huang e Gao (2013) consideram que todos os produtores rurais são proprietários e que têm posse de capital operacional – o que os autores definem como sendo fertilizantes, sementes, maquinário etc – e isso representaria a capitalização (em termos de aumento de uso do capital por unidade de trabalho) da agricultura, tornando os residentes rurais mais importantes do que empresas.

Huang e Gao (2013) trazem essa consideração sobre a capitalização ao explicar o sentido da diferença entre a velha agricultura e a nova agricultura na China, isto é, a “revolução agrícola” desde o fim da década de 1990 aconteceria pela intensificação do uso de insumos agrícolas. Essa explicação dos autores de capitalização do campo por capitais dos residentes rurais faz sentido na medida em que ela se refere à nova agricultura (frutas, vegetais, carne de porco, laticínios, etc).

Por fim, há um grupo que identifica certo êxito na política de formação de “grandes agricultores especializados” em função da expansão do número de empresas agroindustriais, que são empresas líderes da industrialização da agricultura (*dragon head enterprises*) e cooperativas especializadas, além de algumas empresas multinacionais chinesas. Outros autores destacam que o fato de a propriedade da terra não ser de propriedade privada impede qualquer movimento mais intenso de mercantilização da força de trabalho agrícola. Por fim, um grupo destaca diferentes formatos de contrato de

trabalho no campo em substituição ao formato HRS e, aproveitando as últimas mudanças na política de terras na China, o regime de propriedade da terra.

Cada vez mais, a agricultura e a pecuária na China experimentam um processo de centralização dos meios de produção em uma escala industrial de produção ampliada, em que as empresas desempenham liderança. No programa do governo chinês de modernização da agricultura, integração vertical e cooperativas desempenham papel central, sendo que:

Vertical concentration refers to the coordination, standardization, and (greater or lesser) supervision of the production of numerous small producers through a central agency whether this represents productive capital directly (as in out-grower arrangements), forms of merchant's capital which thereby actively intervene in the organization of production, or whether the agency is that of a cooperative or other state-managed scheme. (BANAJI, 2016:412).

Assim, a promoção da integração horizontal a partir de grandes propriedades agrícolas que deverão ampliar as economias de escala sob a integração horizontal e vertical (produção-processamento e comercialização); a unidade familiar de exploração passa a ser substituída pelas empresas *dragon head* (empresas líderes), de modo que as atividades para “dentro da porteira” se mesclam cada vez mais com as atividades “para fora da porteira”. Entre os autores citados, a introdução e a expansão, via políticas estatais de suporte – dos governos locais, principalmente –, das empresas líderes como entidades para modernizar (industrializar) a agricultura e resolver, assim, os gargalos do desenvolvimento agrícola e rural chinês, constituem o ponto dúbio da modernização agrícola.

As *dragon heads* são concebidas pelo CE da China, desde a sua primeira menção em documentos oficiais, em 1998, como: “*the major agents for constructing a modern agricultural system, and are the key to advancing agricultural industrialization*”⁹². Uma das vantagens de se obter esse título é o acesso preferencial a empréstimos das instituições financeiras dedicadas ao rural chinês (ZHANG, 2012) – que serão analisadas no capítulo 4 desta tese.

De acordo com Zhang e Donaldson (2008), a concepção do CE e Comitê Central do PCCh da China sobre modernização da agricultura consiste em uma política agrícola

⁹² Disponível em http://www.gov.cn/zwggk/2012-03/08/content_2086230.htm (visualizado em 14/03/2023).

que tenha os seguintes pontos: comercial, especializada, padronizada, com escala de produção (larga escala) e internacionalizada. E a transferência de propriedade seria um dos grandes instrumentos para essa modernização com impactos comparáveis somente ao HRS.

Ainda assim, dois modelos de desenvolvimento agrícola se confrontaram na China. Por um lado, um voltado para capitalizar os agricultores; e, por outro, direcionado ao fortalecimento da agricultura familiar chinesa tradicional – que se aproximaria da abordagem de Chayanov. Existe um bom número de autores que argumenta que o CE, via política agrícola, tem seguido ou deveria seguir o primeiro modelo: Jiang (2009), Huang (2011), Huang e Gao (2011), Song (2013), Schneider (2016), QIANGQIANG; Andreas; Li (2017), Yang e Hisano (2016), Wang; Zhang (2017), Chen e Lan (2017), Zhang (2019) dentre outros.

Yet, as this debate has been proceeding, a substantial and surprisingly coherent body of scholarship has emerged in English language publications which highlights the growing power of agribusiness and implies that the Chinese debate is futile and detached from reality. It does this in four ways. First, it identifies large-scale agribusiness as the government's favored mode of agricultural modernization. Second, it points to a growing trend of arable land being taken over by agribusinesses. Third, it highlights processes whereby indigenous alternatives are failing to take hold, or gradually being subsumed to – or displaced by – large-scale corporations. Fourth, it illuminates how processes separating peasants from their land and livelihoods are already well underway. (HAYWARD, 2017: 02)

Na avaliação de Huang, Guan e Jin (2016), a política de transferência de terras desde 1998 se tornou mais sistemática e novos tipos de escala e de operações surgiram, com relaxamento de restrições de arrendamento da terra coletiva para entidades de fora, como os novos atores do agronegócio – que contribuem para pressionar o mercado de transferência de terras –, desde a década de 2010, com maior intensidade (RITHMIRE, 2017).

Além disso, a transferência de direitos de gestão passou a ter duas possibilidades e a conferir a possibilidade de se concentrar terra após receber direitos de gestão, sendo possível realizar operações de produção de larga escala. Para Rithmire (2017), passou a ocorrer um encorajamento da transferência de terras, sob o mercado, a partir de 2014, de forma a se eliminar as distorções entre *hukou* de residentes e não residentes, em uma espécie de sistema híbrido.

Land has become central to Chinese politics and the Chinese model of development. Whether they call it “land-centered development,” “the urbanization of the local state,” or recycle the older concept of “state-led development,” scholars agree that the pursuit of land development, principally through rural-to-urban land conversion, figures prominently in the political and economic strategies of local governments, much of the time to the discontent of the rural population and, it is usually argued, central officials who seem incapable of reining in the most predatory local officials. (RITHMIRE, 2017:124)

Desde os primeiros anos da década de 2010, muitos documentos oficiais passam a mencionar a adesão a uma política que dê suporte à transferência da terra contratada para grandes fazendas de produtores familiares especializados, cooperativas de agricultores, dentre outros novos atores, de modo a facilitar alcançar o aumento da escala de produção. Avalia Ye (2015: 21-22): “*When land is freely transferred in the market, there is a potential risk of land grabbing by capital and peasants are more liable to being dispossessed, as they are not well informed about changing markets.*”

A terra foi se tornando centro do modelo chinês de desenvolvimento econômico, agrícola e rural do país. A economia agrícola centrada na pequena escala, induzida pelo HRS, foi mostrando seus limites, ao mesmo tempo que a terra, com mais intensidade na década de 1990, apresenta uma natureza circular na economia rural, isto é, acesso necessário para reprodução social, proteção social e fonte de recursos para aqueles que migravam para as cidades, enquanto nesse período, os mais jovens e mais velhos é que ficavam trabalhando na terra.

Nesse contexto, controles sobre migrações foram sendo relaxados (1984). No início da década de 1990, reformas mais proeminentes foram realizadas e induziram a uma piora da garantia de acesso a emprego, da população rural, bem como a serviços sociais. Em meados da década de 1990, vai se fortalecendo a migração de longa distância e, assim, os arranjos informais de emprego, que são respondidos, ao fim da década de 1990, com uma nova reforma do *hukou* voltada para aumento da escala agrícola (RITHMIRE, 2017). De um modelo baseado nos direitos de uso pelo *hukou* foi se combinando a um modelo de direitos baseado no mercado, destacando-se por uma forma híbrida (YE, 2015; ANDREAS; RITHMIRE, 2017). Para alguns autores, as sucessivas reformas no sistema *hukou* constituem política de promoção do deslocamento da população rural.

While policies have sought to end periodic land reallocations within agriculture, village leaders still have the right to take land from households for nonagricultural uses. Legally, village leaders must get farmers' approval and authorization from the township to convert agricultural land and must pay compensation to households according to the discounted value of that land in agricultural production over a 30-year horizon. The various means to calculate this value provide ample opportunity to dispute the final figure and, even if assessed correctly, it may be well below the value of the land in nonagricultural uses. Moreover, affected households may not be included in the deliberations to take land for nonagricultural use, and there is widespread belief that households sometimes receive only a fraction of their entitled amount. These land reallocations and perceived corruption or inadequate compensation are behind many incidents of rural unrest in China. (LOHMAR, 2009:16)

A transferência de terras rurais induzida ou conduzida pelo Estado – Andreas e Zhan (2015) denomina de *'state-led marketization'* – exerce um papel essencial na formação de grandes empresas especializadas, com proporções de extensão de terras sendo transferidas para cooperativas agrícolas ou para empresas agrícolas com algum tipo de participação societária. Essa política de novos atores na agricultura teria induzido a uma exigência maior sobre a política de terras. E, de acordo com Hairong e Chen (2015), em 2014, o número de cooperativas agrícolas e outras empresas de participação societária havia crescido em mais de 1 milhão, representando o setor de maior crescimento dentro da agricultura.

Além do regime de propriedade da terra, a escassez de terra arável, considerando-se a população chinesa e as mudanças no padrão dietético, é um aspecto bastante debatido quando se trata da questão da terra chinesa (ZHANG, LI, 2018; ANDREAS, HAIRONG, HUANG, ZHANG, 2019). Li, Zhang e Hayes (2018) advertem mais dois desafios ou consequências desse contexto: qualidade e quantidade da terra arável em face à expansão da urbanização e buscar aumento das unidades de produção agrícola.

Uma medida criada pelo governo central para controlar o uso da terra rural para atividade agrícola foi estabelecer a meta de, até 2020, manter pelo menos 307 milhões de hectares aráveis – chamado de *"red line system"*. Extensões de terra que venham a ser convertidas para outros fins que não atividade agrícola, terão de ser compensadas por extensões equivalentes para a atividade e a gestão desse processo cabe aos governos locais.

Land distribution in a village was usually conducted by categorizing all village arable land into different types according to fertility and

productivity, and then equitably distributing these to households. What this means is that one household may hold multiple small plots dispersed in different locations within the village, each with different physical conditions, for example, in relation to soil fertility and access to irrigation. In principle, every household in a village should have some share of both flat irrigated land, and rocky and hilly land. This pattern of land distribution, originally borne out of a concern for egalitarianism, would play a key role in facilitating the subsequent crop boom. In 1993, the government declared that farmers' land tenure rights should be guaranteed in terms of 30- year contracts, hoping that peasants would be encouraged to invest in their land. (BORRAS JR et al, 2017:9)

O estímulo à criação de novos tipos de entidades agrícolas foi parte da solução colocada pelo CE em maio de 2017⁹³, sendo um dos elementos do plano de rejuvenescer o rural. Consistem, de acordo com esse documento, em uma forma de colocar produção de pequena escala e o desenvolvimento da agricultura moderna em conexão com o suporte de taxas preferenciais e preços preferenciais para a energia elétrica.

Esses novos tipos são: agricultores especializados (profissionais), agricultores familiares, cooperativas de agricultores familiares e empresas líderes. Entre as duas últimas existiria uma complementaridade, na medida em que a cooperativa funciona como elo dos agricultores familiares com os grandes mercados – incrementando o seu nível de renda –, quer dizer, seria o modelo que os pequenos agricultores familiares adotam.

2.3.3 – Campesinato⁹⁴ e terra na China como limites à acumulação agrícola

Em 1982, a Constituição da República Popular da China regulamentou o regime de propriedade da terra em coletiva e estatal – sob o princípio da propriedade socialista –, o que ficou conhecido como “Lei Deng Xiaoping”. E na década de 1990, um regime legal para propriedade de terras foi estabelecido. Assim, a permissão para direitos de arrendamento levou à construção de um mercado secundário. Governos locais passaram a induzir essas transferências (1 hectare de terra equivalia a RMB 300 mil) para ampliar suas fontes de arrecadação, dada a alteração do regime fiscal promovida em 1994.

⁹³ Disponível em <http://global.chinadaily.com.cn/a/201712/15/WS5a330b54a3108bc8c6734c7c.html> (visualizado em 14/03/2023).

⁹⁴ No ANEXO III desta tese é possível consultar uma digressão a respeito do conceito de camponês na China e seu emprego.

Desde então, fortaleceu-se um processo de expropriação da terra rural – especialmente daquela localizada próxima das áreas urbanas, mais apropriada à produção de culturas como frutas e vegetais, por exemplo – para expansão da infraestrutura e da urbanização e desde o início do século XXI, para o que se tem chamado de agronegócio.

Em 1999, uma nova versão da *Land Administration Law* foi promulgada em substituição à versão de 1986. A versão desta Lei conforme o Regulamento das Terras Urbanas e a Lei de Imóveis Urbanos, de 1994, autorizavam agências estatais locais municipais de terra a conceder os seus direitos de uso da terra estatal – e não coletiva – a um prazo longo (*churang tudi shiyongquan*) a usuários locais ou estrangeiros.

De acordo com o sistema regulatório da terra, ainda na década de 1990, a terra passou a ser classificada em terra agrícola (*nongyongdi*), terra para construção (*jianshe yongdi*) e terra inutilizada (*weiliyongdi*). Na terra agrícola, incluem-se terra cultivada, terra de florestas, pastagem e qualquer outro tipo destinado à produção agrícola ou irrigação. Outras principais modificações trazidas por esse sistema foram: (i) aumento da restrição de aprovação de concessões segundo tamanho máximo, por exemplo, governos locais somente poderiam aprovar concessões de extensões até 35 hectares, antes eram 70 hectares para terra cultivada e até 70 hectares para terra não cultivada, antes eram 140 hectares; (ii) regras de conservação e uso da terra.

O princípio básico do sistema regulatório da terra é de que toda a extensão de terra na China pertence ao Estado. A legislação existente no país regula direitos de uso da terra, à construção de edifícios ou fábricas, além das áreas de preservação e das terras exclusivamente destinadas à atividade agropecuária. Anterior a essa lei, no período maoísta, o sistema de títulos de terra era o padrão regulatório do país, o qual não foi inteiramente abandonado. É permitido ao governo alocar, arrendar os direitos de uso da terra estatal. Enquanto aquela coletiva, algumas restrições foram colocadas quanto à transferência dos direitos de uso, ainda que na zona rural, a terra coletiva possa ter seus direitos de uso arrendados ou a sua contratação para outros camponeses ou outros usuários por um período estabelecido em contrato (*tudi chengbao jingyingquan*).

The ‘two systems’ (the strictest arable land protection system and economical land-use system) and ‘two markets’(rural land transfer market of contractual right and the unit construction land market of urban and rural) have been included into land management system and institutional innovation system since the ‘decision of a number of key problems on promoting rural reform development of CPC - Central Committee’ has been enacted in Seventeen of the Third Plenary Session

Committee in 2008. Besides, a series of policies, measures, regulations and methods have also been made continuously and successively, such as 'requisition-compensation balance of arable land', 'increasing vs. decreasing balance of urban-rural built land', 'reserved land system within land requisition', 'rural land consolidation' and 'economical and intensive land use (LIU; GANG; LI, 2014: 07).

De acordo com a versão de 1999 da Constituição, para a concessão de direitos de uso, o usuário da terra assina um contrato de concessão de terras com os oficiais locais ao participar de um processo seletivo como licitação, por exemplo, ou por meio de negociação. Além disso, o usuário interessado deve pagar uma taxa pelo uso da terra, considerando que terá um prazo fixo, estabelecido em contrato, não podendo usar a terra para fins outros que não aqueles inicialmente estabelecidos. O prazo máximo de concessão de terras varia entre 40 anos, fins comerciais, e 70 anos, uso residencial.

O contrato de concessão de terras também estabelece o formato e as possibilidades de sua transferência. Dentre os direitos de uso, estão os direitos alocados de uso da terra (*huabo tudi shiyongquan*), os quais são obtidos por meio de aprovação administrativa do governo e que prescindem do pagamento de taxas de concessão de terras, bem como direitos coletivos de uso da terra que são estabelecidos por meio de contratos com coletivos rurais.

Em 2002, promulgou-se a Lei de Contrato da Terra que permitiu que os direitos de uso fossem transferidos. Em 2004, revisão na Constituição do país estabeleceu que seria inviolável a propriedade legal dos cidadãos chineses e que direitos de propriedade e de herança seriam protegidos pelo Estado, ainda que lhe seja possível desapropriar terra sempre que houver interesse público, pagando indenização por isso (Artigo 13). Em 2007, após quase 2 décadas de debates, foi promulgada *Property Law*.

Em 2004 com a Decisão do CE a respeito do aprofundamento da reforma e o gerenciamento estrito da terra⁹⁵, busca-se um tratamento da gestão da terra que considere não somente o regime de propriedade, mas as necessidades quanto à segurança alimentar e ao meio ambiente. Por outro lado, desde 2003, muitas localidades endureceram a transferência de terra rural para outros fins que não a agricultura, bem como passaram a zonar áreas para desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento econômico do país tem no gerenciamento da terra enquanto um recurso natural e um ativo um dos seus maiores desafios.

⁹⁵ Disponível em http://www.gov.cn/zwgk/2005-08/12/content_22138.htm (visualizado em 14/03/2023).

Em 2014⁹⁶, teve início uma reforma destinada a permitir separação entre direitos de propriedade de agricultores, direitos de contrato e direitos de gestão, permitindo a camponeses que detêm direitos contratuais a transferir os direitos de gestão da terra. Tornou-se possível a realização de hipotecas bancárias desses direitos contratuais ou investir em cooperativas em troca de pagamento de taxas.

Labour dynamics have major implications for the politics of rural land. There are two types of ownership of rural land in China: ‘state-owned’ and ‘collective owned’. Most of the state-owned land was originally under the management of state farms and state forest farms, while collective land usually refers to land owned by the village, or sub-village entities such as ‘production teams’. (BORRAS JR et al, 2017:8)

A transferência de terra para usos não agrícolas e o plano chinês de modernização da agricultura estão relacionados e merecem análise. Com a transferência de direitos de uso da terra, alguns autores interpretam que se facilitou a entrada de novos atores no campo, tais como: empresas líderes da industrialização da agricultura (*dragon head enterprises*), grandes cooperativas especializadas e “fazendas familiares”.

Na avaliação de Ye (2015), foi em 2006 com o documento “*Balanced Increase and Decrease of Farmland*” que o governo avaliou que a urbanização era a mudança estratégica para o desenvolvimento de longo prazo, porém, as terras rurais serviam como espécie de barreira e a transferência de terras foi a solução apontada (YUAN; LIN, 2013). Na década de 2010, intensifica-se o movimento do capital comercial buscando oportunidades de investimento na agricultura e no rural, como um todo, e o conceito de agricultura familiar passa a ser defendido em políticas em detrimento de “camponeses”.

Em 2013, adota-se clara política de transferência de terras, portanto, sob a justificativa da necessidade de aumentar a escala de produção agrícola e se passa a transações de mercado aberto com estabelecimento de *certifying land rights* (ZHANG; CHEN, 2013) – conforme, documento número 1 de política do CE de 2010: “*Suggestions on Enhancing the Concerted Urban and Rural Development and Strengthening the Development Foundation of Agriculture and the Countryside*”.

O sistema jurídico da propriedade da terra e o sistema de gestão da terra constituem peças determinantes e ao mesmo tempo mais contraditórias para o “socialismo de características chinesas”. A decisão do Conselho de Estado de 2004 expressa por meio

⁹⁶ Disponível em http://www.xinhuanet.com/english/2018-03/08/c_137025249.htm (visualizado em 14/03/2023).

das suas recomendações para essas peças as dificuldades: (i) implementar um sistema rigoroso de transferência de terras; (ii) desafio de evitar que governos locais pratiquem preços de transferência de modo a lesar patrimônio público; (iii) fortalecer gestão de planos de uso da terra, com observação de indicadores para orientar a transferência das terras em que ao se tratar de projetos de energia, transporte, conservação de água ou de mineração, as transferências deverão ser céleres; (iv) projetos de construção somente poderão ter prosseguimento, se atenderem ao plano geral de uso da terra; (v) incentivo a consolidação de terrenos para construção na zona rural e a construção na zona urbana, deverá ser compensada pela redução de terrenos na construção rural e proibição de conversão de terras rurais coletivas para fins não agrícolas; (vi) terras agrícolas básicas devem ser protegidas, ou seja, que deverão estar indicadas no certificado de propriedade da terra e no de direito de gestão de contratos de terras rurais; (vii) definição de uma “linha vermelha intransponível”, qual seja, demarcada a área da terra agrícola básica, ela não poderá ser ocupada sem permissão; (viii) métodos de compensação em função da aquisição de direitos relacionados a terra deverão ocorrer sem desencadear desapropriação de terras de modo a se garantir, pelos oficiais locais, o correto pagamento das taxas de compensação, subsídios de reassentamento; (ix) melhorar procedimentos de aquisição de terra de modo a preservar direitos das organizações coletivas e dos agricultores individuais; (x) proibição de terras ociosas; (xi) melhorar métodos de cobrança de taxas pagas pelo uso da terra para terrenos que tenham sido incorporados a construção.

Han et al (2021) lembram que em 2014, a introdução do TPPS (Three Property Rights Separation) introduziu o sistema de “*three property rights*” como forma de regulamentar a separação de direitos sobre a terra e, assim, as práticas de arrendamento. Porém, na avaliação dos autores, mesmo que tenha contribuído para um aumento do percentual de terras agrícolas arrendadas – em fins de 2020, seriam 30% das terras, em hectares – não é conclusivo quanto ao arrendamento da terra agrícola impactar a renda dos agricultores. TPPS divide os direitos da terra agrícola (rural) em coletivos, contratuais e de gestão. Nos coletivos, entende-se que durante o período de vigência do contrato, o direito de gestão é o único transferível e o contratual é sempre retido pela família (contrato agrícola). Essa separação de direitos sobre a terra rural é vista por Wang e Zhang (2017) como o caminho para ao mesmo tempo se promover o desenvolvimento da agricultura e manter estabilidade nas sociedades rurais.

Como destaca Zhang (2014), na década de 2000 e na década de 2010, uma série de documentos do CE e Comitê Central do PCCh passaram a ser lançados em que se evidenciava mudança da orientação de política de terras do país em direção ao incentivo à transferência de terras⁹⁷. Ainda no fim da década de 1990, como forma de induzir ao aumento da escala de produção e especialização agrícolas, bem como a transferência de terras, algumas províncias e regiões da China deram início à produção de documentos para registro e certificação de terras, que são bases fundamentais para a reforma “*Three Rights Separation*” (GONG; LI; ELAHI, 2022).

O ímpeto para incrementar e implementar os três direitos para terra agrícola é lido por muitos como mecanismo para garantir a eficiência da produção agrícola e aumentar a renda dos agricultores, a partir da “proteção de seus direitos de propriedade” e seus interesses, além de aumentar a escala de produção e incremento de uso de outros insumos (SINGIRANKABO; ERTSEN, 2020; ZHOU et al, 2021).

Espera-se que o mercado poderia facilitar a transferência de direitos de uso – pela maior eficiência agrícola e maior capacidade produtiva – associando-se à modernização agrícola com fortalecimento de novas formas de arrendamento das terras agrícolas.

Da mesma forma, o CE reforçou a decisão da 3ª Plenária ao emitir circular com “diretrizes para encorajar métodos inovativos de transferência de terras”. De acordo com essa Circular, os oficiais locais deveriam incentivar a transferência legal de seus contratos de direitos de uso da terra por meio de arrendamento, troca ou *conveyng* (*zhuanrang*). Até 2013, experimentos locais com hipoteca da terra rural eram comuns, porém a um ritmo menor e controlado, ocorrendo dentro dos interesses dos oficiais locais de geração de alguma receita.

O sistema de transferência de terras consiste em incrementar esse processo ao expandir as áreas que podem ser usadas para transferência, além do tradicional, transferência de índice de uso da terra rural para construção, incluem-se circundantes da área rural e áreas sem uso, aumentando a margem de expropriação e compensação para expropriação. De acordo com Liu e Zeng (2013), sua principal vantagem estaria em

⁹⁷ Tais como: *Notice on the Transfer of Land Use Rights of Peasant Household Contracted Land* (PCCh, 2001), *Law of the People's Republic of China on Land Contract in Rural Areas* (CNP, 2002), *Measures for the Administration of the Transfer of Land Management Rights of Peasant Household Contracted Land* (Ministério da Agricultura, 2005), *Real Rights Law of the People's Republic of China* (CNP, 2007), *Decision on Major Issues Concerning Rural Reform and Development* (3ª Sessão do 17ª Reunião Comitê PCCh, 2008)

reduzir o conflito entre uso da terra urbana e terra rural e maximizar o valor de circulação da terra⁹⁸.

Multiple trips to work on multiple small parcels add to the cost of production. Aggregating land through rental activity to obtain more commercially efficient land sizes is costly, particularly when the size of each plot is small and available plots typically are not contiguous to those controlled by the farmer interested in expanding. (LOHMAR, 2009:16)

Quadro 2-2 - Terra na China: métodos de transferência vigentes (2017)⁹⁹

Métodos de circulação da terra	Definição	Característica	Vantagem	Desvantagem
Subcontratação	Agricultores com direitos de contrato transferem seu direito de uso para outros agricultores	Ocorre dentro de uma organização coletiva	Favorece a alocação de recursos na própria localidade (vila, aldeia etc)	Limitação da circulação em si
Transferência	Durante o período de direitos de contrato, o agricultor transfere parcial ou totalmente a gestão contratual	Alteração de direitos de contrato	Promove a concentração da circulação da terra	Os agricultores recebem uma cota única de ganhos
Cooperação	Os direitos de gestão dos contratos ocorrem da terra ocorrem em organizações econômicas	Ocorre dentro de uma organização coletiva	Estimula os atributos financeiros da terra	Limitação da circulação em si

⁹⁸ Estão em vigência os seguintes programas para a terra, na China: “redline” da terra na zona rural – estabelecido em 2006 –, permanente terra com cultivo, *increase-decrease linkage policy* e “grain for green” estabelecida em 2006 e voltada para proteção e conservação ambiental. Em 2011, teve início o programa *China Ecological Conservation Red Line* (ECRL), voltado para identificar e proteger sistemas ecológicos considerados importantes. Em 2019, 15 províncias o haviam implementado, incluindo a área econômica Yangtze River. O comprometimento do governo chinês com o meio ambiente teria se tornado mais proeminente desde fins da década de 1990, ante os resultados do crescimento acelerado em termos de poluição e níveis de pobreza. Política ECRL tensiona um pouco mais a regulamentação dos direitos de uso da terra. De acordo com Gao (2019), o programa busca engendrar uma “eco-civilização” com proeminente participação de governos locais, tendo o zoneamento ecológico início com o uso de aparato tecnológico específico a fim de se identificar algumas dimensões, tais como: biodiversidade, suscetibilidade a erosão, conservação do solo, vulnerabilidade a desastres naturais.

⁹⁹ Disponíveis em <http://www.chinaidr.com/tradenews/2018-01/117465.html> (visualizado em 14/03/2023)

	coletivas com patrimônio líquido			
Troca	Os detentores do contrato trocam direitos de gestão por outros que pertencem a mesma organização econômica	Ocorre dentro da mesma organização, mas os direitos de gestão mudaram	Propícia à produção	De coordenação difícil
Renda	Arrendamento de parte ou totalidade da terra contratada para outra organização pelos agricultores que detêm direitos de contrato	Os direitos de contrato não mudam	Promove transferência de mão de obra rural, aumenta renda não agrícola e expande os benefícios da terra	Reduzida estabilidade do contrato
Participação acionária	Quantificação dos direitos de gestão dos contratos da terra como patrimônio e se tornam seus acionistas	Não há alteração dos direitos de gestão da terra	Expandem-se a forma de transferência de terra	Risco maior, porque depende do funcionamento do sistema financeiro

Fonte: <http://www.chinaidr.com/tradenews/2018-01/117465.html>

Em 2020, Decisão do Conselho de Estado sobre Alteração e Abolição de Certos Regulamentos Administrativos é incorporada aos Regulamentos da RPC sobre a cessão e transferência de direitos de uso do solo urbano estatal (CE, 2020).

A revisão da “Lei de Terras” realizada em dezembro de 2021, assevera que o planejamento do espaço territorial no país deve abranger o desenvolvimento e a proteção, considerando a extensão territorial em terra cultivada, a escala a ser usada para construções e o controle do uso de terrenos para novas construções deve ser “rigidamente controlado” pelos governos locais.

Essa revisão buscou lançar luz sobre as dúvidas da população de zonas rurais da China a respeito dos valores a serem percebidos em caso de compensação e separar as atribuições de governos locais e central em relação à gestão da política de terras, mormente, à receita tributária que representa. Afinal, de acordo com o texto desta revisão, um sistema de compensação para terras cultivadas ocupadas em meio a terrenos para

construção em cidades, aldeias, vilas comerciais e projetos de construção – ligados a infraestrutura ou grandes serviços, como: energia, transporte, minas, instalações militares – caberá aos governos locais em nível distrital a organização econômica coletiva da terra rural e a unidade de construção.

As regiões autônomas e municípios dependentes diretos do governo central terão taxas de recuperação pagas pelo governo central, além disso poderão contar com recursos de fundos especiais que serão usados para esse pagamento. Enquanto a prevenção e controle da perda de solos, além da poluição devem ser conduzidas pelos governos locais. Cabe aos governos locais diretamente dependentes do governo central também formular e anunciar os preços da terra, determinar normas para compensação de terras e subsídios para reassentamento em terras agrícolas expropriadas, além de metodologias para distribuição da compensação. Ao mesmo tempo, deve ser observado o sistema “linha vermelha” (*red line system*) de proteção de terras cultivadas, controle rigoroso de conversão de terras cultivadas em terras florestais e de pastagens.

Cabe, ainda de acordo com essa revisão, à Agência Nacional de Inspeção de Recursos Naturais inspecionar situações de uso e gestão da terra dos governos locais, ligados diretamente ao governo central ou conforme autorizado pelo Conselho de Estado. Está expresso na “Lei de Terras” que é proibido a transferência à força contra a vontade dos agricultores (“aldeões locais”), retomar ilegalmente propriedades adquiridas legalmente por eles, usar a retirada como pretexto para sua migração para cidades.

O mercado de terras, na China, foi se aprofundando desde a década de 1980, na medida em que se alteravam os alicerces da propriedade coletiva e o mercado de arrendamento de terras rurais ganhava força, uma vez que desde 1978 está atrelado ao HRS e a produção coletiva equivaleria à noção de produção familiar.

Dessa forma, predominaria a noção de que a HRS incentivou o agricultor ao aumento da produtividade, fortalecendo a agricultura de pequena escala, em seu princípio. Enquanto individualmente, os residentes de vila (*individual village households*) tiveram garantia de uma participação na terra a depender do tamanho da família, bem como a manter direitos para cultivos, porém, não poderiam repassar direitos de propriedade. Entre 1978 e 1983, portanto, promulga-se a primeira rodada de contrato de terras (*First Round Land Contract*), de acordo com a Ye (2015), a data fim da segunda rodada não estaria bem definida, mas teria sido atropelada por uma terceira fase do surgimento do capitalismo agrário, já na década de 2000. Em 1987, de acordo com Ye (2015), o CE

aprova a concentração de terra em áreas costeiras com transferência do direito de uso das terras.

Muitos debates de que fragmentação das unidades reduziriam a produtividade. Na década seguinte, de 1990, reduziu a contribuição em termos de produtividade agrícola sobre HRS e se passaram a realizar mudanças adaptativas no HRS, porém sem se realizar mudanças na produção de pequena escala. Com a fragmentação, aponta Ye (2015), uma das soluções encontradas para aumentar a escala foi a transferência de terra a outras entidades: ou para o coletivo ou mercado.

De acordo com Han et al (2021), após as reformas recentes, somente direitos de gestão de terra agrícola podem ser transferidos para terras locatárias, enquanto *village collective* mantém propriedade e famílias locatárias, os direitos contratuais – “*Chinese rental markets hold more importance as a land redistribution mechanism rather than as means of administrative reallocation*”.

Com dados coletados dos relatórios de implementação do orçamento anual da República Popular da China para anos selecionados para a receita anual de governos central e locais com os fundos geridos se elaborou a Tabela 2.8. O objetivo desta Tabela é apontar o aumento das receitas obtidas com a venda de direitos de uso de terra pelos governos locais entre 2010 e 2020: de RMB 1,4 trilhão, em 2010, para RMB 8,4 trilhões, em 2020. Nas receitas de fundos de gestão do governo central, salienta-se, há uma participação de parte ou de toda a receita obtida pelos governos locais com a venda dos direitos de uso das terras. No entanto, essa informação não estava disponível na maioria dos relatórios e se optou por não acrescentar esse item na Tabela 2.8.

Tabela 2.8 – Evolução da receita de fundos geridos pelo governo central e locais e participação da receita de venda de direitos de uso da terra, em RMB trilhões e %

Itens	2020	Var 2019	2018	Var 2017	2017	Var 2016	2015	Var 2014	2012	Var 2011	2010	Var 2009
Receita de fundos gestão do governo	9,35	10,6%	0,38	6,4%	0,42	2,6%	0,41	- 3,3%	0,31	-1,6%	0,25	1%
Receita de fundos de gestão de governos locais	9	11,7%	5,80	37,3%	4,2	12,9%	5	4,1%	3,8	13,8%	1,6	-
Venda direitos de uso de terras por governos locais	8,4	15,9%	5,20	40,7%	3,7	-	4,3	-	3,3	-	1,4	-
Participação (%) receita venda direitos de uso da terra na receita dos fundos geridos governos locais	93,3 %	-	89,7 %	-	88,1 %	-	86%	-	86,8 %	-	87,5 %	-

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios Anuais de Implementação do Orçamento (2020; 2018; 2017; 2015; 2012; 2011; 2009)

Ainda que se tenha inserido uma lógica de mercantilização maior na terra agrícola, que induz a consolidação e expansão do tamanho das propriedades agrícolas, ela ocorre sob a coordenação do Estado e sob a prerrogativa de alocação de recursos públicos. Sem essa consolidação, dificilmente a escala produtiva poderia ser aumentada.

CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA NA CHINA: PREMISSAS, TEORIA E POLÍTICA AGRÍCOLA DO PCCh

Durante abertura da sessão anual do 13º Congresso Nacional do Povo, em março de 2022, Xi Jinping destacou, ao apresentar o relatório de trabalho do PCCh, o fortalecimento das políticas de suporte à agricultura e promoção contínua do desenvolvimento de áreas rurais em situação de pobreza, bem como de se vir assegurando boas safras e promoção do crescimento da renda rural. O presidente chinês informou que o governo seguirá envidando esforços para assegurar a continuidade da produção estável e oferta suficiente de grãos e outros produtos agrícolas de importância nacional. Que passa necessariamente por adotar medidas para garantir a oferta no mercado de fertilizantes químicos a preços estáveis e a continuidade da provisão de subsídios a produtores de grãos.

O nível adequado da oferta de alimentos para a população chinesa não é uma preocupação apenas do governo Xi Jinping, mas sim uma questão histórica que atravessa todos os governos chineses ao longo do tempo. Isso se deve ao fato que historicamente a China experimentou episódios de fome que assolaram o país. Belik (2019) realizou um levantamento a respeito e concluiu que até o fim do Império, em 1911, foi registrada pelo menos uma ocorrência por ano. Entre 1941 e 1949, na República, a ocorrência da fome foi recorrente e apontada como um dos principais motivos para fortalecer a luta comunista no país e fortalecimento do PCCh até a Revolução. Após a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, o Grande Salto Adiante (1958) e a seguinte Revolução Cultural, entre meados da década de 1960 e 1970, têm entre suas consequências mais destacadas, a fome (ver ANEXO 2 desta tese).

Após as reformas econômicas, implementadas por Deng Xiaoping, em 1979, mais especificamente na metade da década de 1980, a população chinesa sofreu com a inflação, que chegou a cerca de 20% em 1988 – uma das maiores do período histórico recente chinês – fruto sobretudo do aumento dos preços dos alimentos. A carestia dos alimentos foi um fator importante para manifestações no final dos anos 1980. Cabe ainda observar que, entre a década de 1990 até os primeiros anos da década de 2000, ocorreram manifestações dos agricultores chineses devido aos descontentamentos dessa população

em relação aos seus menores níveis de vida em comparação com a população urbana; e as dificuldades econômicas com a atividade agrícola (MORAIS, 2011; DAY, 2008).

Com esse contexto, desde o início da década de 2000, foram orientadas medidas específicas para o desenvolvimento agrícola e rural voltadas para os ganhos de produtividade, possibilitando assim aumentar a oferta de alimentos mesmo com todas as dificuldades da modernização contemporânea da agricultura da China, dado os limites para o aumento da produtividade conferidos pela preponderante participação da pequena unidade de produção na atividade como um todo e a limitada inserção na circulação de mercadorias de boa parte desses agricultores, conforme visto no primeiro capítulo.

Mesmo com essas dificuldades de escala de produção, as políticas agrícolas, levadas a cabo pelo PCCh, obtiveram resultados positivos com o aumento da mecanização da agricultura, do uso de fertilizantes e de ampliação de áreas irrigadas. Isso proporcionou aumentos da produção e da produtividade de grãos desde 2004, conforme apresentado no segundo capítulo desta tese.

Desde 2014, os documentos oficiais do PCCh (relatórios de trabalho e de orçamento, além dos documentos de política) mostram ênfase, cada vez maior, no desenvolvimento das forças produtivas no campo que ampliem a capacidade de oferta de alimentos para a população chinesa com base no aumento da produtividade, no aumento dos níveis de renda da população rural e na inovação tecnológica na agricultura. Para isso, o elemento central, adotado pelo PCCh, é transformar a agricultura tradicional de pequena escala em empresarial (grande escala de produção e especializada). Essa política agrícola busca garantir a segurança alimentar para a população chinesa e reduzir a dependência externa (importações) de alimentos.

Diante disso, este capítulo busca apresentar a política agrícola chinesa (em suas dimensões fiscal, creditícia, financeira e tecnológica), conduzida pelo governo central, entre 2004 e 2020, e mostrar como os objetivos dessa política estão centrados na construção de novos tipos de gestão e novos atores no setor rural chinês, levando em conta, sobretudo, a questão da especialização e escala de produção, do crédito e da tecnologia.

Essas políticas, que serão analisadas, em associação com a regulamentação do sistema de terras (apresentando no segundo capítulo), têm sido utilizadas para a criação dos novos atores no campo, sobretudo os vinculados à agricultura empresarial.

Cabe observar que para os objetivos propostos neste capítulo, foram utilizados, sobretudo, os documentos oficiais do PCCh e do Conselho de Estado/CE em função da

organização do sistema político da China (ver Anexo 1 desta tese) e pela disponibilidade dos documentos. Ao Conselho de Estado estão subordinados os ministérios, emite regulamentos administrativos, decisões, ordens em acordo com a Constituição, exerce liderança única sobre o trabalho de órgãos locais em toda a China, é responsável pela divisão de poderes entre Governo Central e governos locais, planeja e implementa planos para o desenvolvimento nacional e orçamento. E o Comitê Central do PCCh é a autoridade maior do PCCh e cabe realizar supervisões, inspeções, relatos e estabelece diretrizes análoga ao CE.

3.1 – Política agrícola e instrumentos para modernização do campo na China: análise do período recente com base nos relatórios de implementação de orçamento¹⁰⁰

Esta subseção foi elaborada com base nos relatórios anuais dos orçamentos locais e nacional e o relatório de trabalho do governo, divulgados no sítio eletrônico de documentos do Partido Comunista da China (PCCh) e aprovados em Sessão do Congresso Nacional do Povo (NPC – sigla em inglês) – ver relação dos documentos no Quadro 3.1. Mesmo com a apresentação do Quadro 3.1, sempre que nos referirmos a cada um desses documentos, especificaremos que foram apresentados pelo MoF em Sessão anual do NPC.

Quadro 3.1 – Relação dos documentos consultados para elaborar este capítulo

Documento	Fonte/observações
Documento de política número 1 e <i>State Council Gazette Issue</i>	Site do Conselho de Estado
Relatórios Anuais de Implementação do Orçamento (2020; 2018; 2017; 2015; 2012; 2011; 2009)	Site Theory China do PCCh e NPC
O Relatório de Trabalho do Governo apresentado por Li Keqiang, premier do Conselho de Estado. Assim como o Relatório de Orçamentos, elaborado pelo MOF, durante a 4ª Sessão do 13º Congresso Nacional do Povo da RPC, em 5 de março de 2021	Site Theory China do PCCh e NPC
Relatório de Trabalho do governo Deliberado, igualmente, na 3ª sessão do	Site Theory China do PCCh e NPC

¹⁰⁰ No Anexo I a evolução das políticas agrícolas na China é tratada com um pouco mais de detalhes.

13º Congresso Nacional do Povo da RPC, que foi realizado em 22 de março de 2020	
Versão “rascunho” para os orçamentos de 2018. O relatório foi divulgado na 1ª Sessão do Congresso Nacional do Povo (NPC, sigla em inglês) da RPC.	Site Theory China do PCCh e NPC

Fonte: A autora (2022)

No relatório de implementação do orçamento, foram buscadas as informações sobre dispêndios com agricultura, destacando-se os subsídios e com as pertinentes especificações. Nos relatórios de trabalho do governo, as informações priorizadas foram aquelas que diziam respeito a políticas e os programas voltados para agricultura e a zona rural. À luz do que discutimos nesta tese, no capítulo 1, a promoção da agricultura de larga escala, industrializada e com diferenciação entre agricultores (atores) transcorre, na China, sob rubricas de orçamento público do governo central, indicando controle, coordenação estatais. Estudos como de Jiang e Yang (2020) realizam um percurso bastante semelhante a esse, porém destacando parâmetros diferentes. Nesta seção, governo central e governo local serão utilizados com maior frequência, visto se entender que faz mais sentido para a análise apresentada.

Orçamento aprovado no anterior a cada Congresso Nacional do Povo (NPC, na sigla em inglês). Por exemplo, o orçamento de 2011 foi aprovado na 5ª Sessão do 11º NPC (Congresso Nacional do Povo). A Comissão de Assuntos Econômicos e Finanças do NPC oferece as diretrizes a partir também dos relatórios da implementação dos orçamentos de cada ano, uma vez que no documento destes relatórios, após a apresentação do que foi implementado, há uma seção de apresentação de metas e objetivos para o ano seguinte. O Ministério das Finanças (MoF) é responsável por sua implementação e apresentação na 5ª sessão do NPC.

O orçamento é, assim, elaborado conforme as decisões do NPC e sua implementação do orçamento (e mudanças na tributação ou finanças públicas) ocorre a partir da resolução sempre na segunda sessão do NPC, em relatórios da implementação do orçamento no ano imediatamente anterior e nas versões iniciais dos relatórios de implementação do orçamento dos governos locais, além do relatório de análise da Comissão de assuntos econômicos e finanças do NPC (MoF, 2014).

É princípio básico, assim, elaborar e coordenar implementação de orçamento nacional, para governo central e governos locais que observe (garanta) crescimento econômico estável, induza a ajustamentos estruturais, melhore as condições de vida da

população, bem como aumente a confiança no/do mercado (MoF, 2017). E, cada vez mais, acentua-se uma dinâmica da gestão das contas públicas de modo a sustentar a reforma pelo lado da oferta em setores como agricultura e pecuária que faça o mercado funcionar de modo a alocar recursos sem distorções (MoF, 2014).

Os documentos oficiais do CE e Comitê Central do PCCh apresentam o subsídio e os fundos especiais como peças fundamentais da política agrícola mais recente. Bispo (2022) avalia que as diretrizes de erradicação da pobreza ou desenvolvimento regional apresentadas nos planos quinquenais são artifícios para adoção de subsídios na produção em meio a diretrizes de aumento de escala de produção, de industrialização da agricultura e especialização produtiva, bem como inovação. Até mesmo programas de preservação e conservação ambiental, bem como proteção florestal, prevenção da desertificação e recuperação de solos degradados são conduzidos por meio de subsídios. Nota-se uma sofisticação da política de subsídios agrícolas que acompanha e dá suporte à política agrícola de modernização contemporânea da agricultura.

3.1.1 – Retomada da agricultura na estratégia nacional de desenvolvimento – evidências a partir do orçamento central¹⁰¹

Durante o 16º Congresso Nacional do PCCh, realizado em 2002, a teoria de Deng Xiaoping – especialmente, “socialismo de características chinesas” – foi reforçada como a diretriz ideológica do PCCh, adicionando-se a “Teoria das Três Representações” ou da “Tríplice Representatividade”, contribuição de Jiang Zemin. De acordo com essa teoria, o PCCh se imbuí de representar os requisitos necessários para a promoção do desenvolvimento das forças produtivas mais avançadas no País, a cultura avançada e os interesses da maioria considerável da população. Essa teoria não é totalmente aceita entre os quadros do PCCh, sendo considerada, por alguns, uma “traição aos valores marxistas-leninistas” que sustentaram a evolução da RPC. É considerável destacar o peso da “Teoria das Três Representatividades” para aceitar a incorporação ampla de capitalistas ao PCCh. A partir de então, as medidas para flexibilização no *hukou*, no sistema de terras, de estímulo à criação de grandes empresas, vão sendo fortalecidas.

Especialmente entre 2003 e 2004, as medidas anunciadas pelo CE e pelo Comitê Central do PCCh para acelerar a modernização da agricultura começam a se materializar

¹⁰¹ Conferir ANEXO III sobre funcionamento do sistema político da China.

em termos de industrialização e necessidade de aumento da renda da população na zona rural da China, bem como sua trajetória de crescimento deve passar, cada vez mais, a ser puxada pela inovação, consumo e investimentos nacionais e criação de marcas próprias da China. Com a reversão na tendência de crescimento da produção de grãos, com o desbalanceamento entre oferta e demanda de alimentos, com a diminuição da renda da população rural e com aumento da discrepância de renda entre residentes da zona rural e urbana, no início no século XXI, o Comitê Central do PCCh avaliou que o setor era o “elo fraco” na economia nacional.

Vejam os que diz os principais documentos, entre 2004 e 2021, a respeito ao processo de modernização contemporânea da agricultura chinesa pela orientação do Comitê Central do PCCh e do CE para as relações de produção, de trabalho e incentivo à entrada das empresas, mercados agrícolas, insumos e inovação tecnológica, sistema de terras, condições de vida e meio ambiente e acesso ao crédito rural e financiamento.

Orçamento e relatório de trabalho do governo são elaborados a partir dos planos quinquenais, melhor dizendo, o orçamento é projetado em rubricas e valores para o ano seguinte considerando as metas previstas no plano quinquenal correspondente. Enquanto o relatório de trabalho do governo detalha a consecução dessas metas. Uma série de documentos (opinião, circulares, além do documento central de política) são emitidos por ministérios e CE, atinentes ao PQ e ao orçamento planejado. Assim, o quadro 3.2 foi elaborado com a intenção de induzir a essa comparação e orientar a compreensão da discussão nas subseções seguintes.

Quadro 3-2 - China: Orientações do PCCh e do CE para desenvolvimento agrícola (2004-2022)

Planos	Ano	Descrição do documento central (PCCh)	Plano Quinquenal – diretrizes
10° PQ (2001-2005)	2004	Aumento da renda dos camponeses e emissão do documento “ <i>Circular of the General Office of the State Council on Further Accomplishing the Work of Agricultural Standardization</i> ”	Taxa de crescimento econômico anual de 7%. Controle da taxa de desempregados nas cidades. Acelerar o progresso tecnológico com aumento de gastos públicos em P&D. Reduzir as disparidades regionais. Aumentar a renda líquida dos residentes na zona rural em pelo menos 5%.
	2005	Necessidade de reforçar trabalho rural e melhorar toda a capacidade de produção. E instrução de apoiar iniciativas locais para aumentar produção e conceder apoio financeiro governamental e tecnológico ao setor para melhorar a capacidade produtiva agrícola.	
11° PQ (2006-2010)	2006	“Construir o novo campo agrário socialista”, seguindo a determinação para o Plano Quinquenal, a saber: aumentar os esforços para coordenar o desenvolvimento de áreas urbanas	Taxa de crescimento econômico anual de 7,5%. Acelerar o progresso tecnológico com aumento de gastos públicos em

		e rurais, desenvolver agricultura moderna, sustentar renda dos camponeses, melhorar infraestrutura rural e realizar reformas de organização rural.	P&D. Aumentar renda líquida dos residentes na zona rural em pelo menos 5%.
	2007	Desenvolver agricultura moderna e promover a construção de um novo campo agrário socialista. Aumentar níveis de compra de equipamentos modernos, ciência e tecnologia, sistemas industriais, desenvolvimento de ideias de gestão deve ser nutrido para aumentar a qualidade, melhorar os retornos econômicos e a competitividade da agricultura.	
	2008	Fortalecer a produção agrícola e seus rendimentos. Conclama aumentar os esforços para garantir segurança alimentar em grãos e balanceamento entre oferta e demanda.	
	2009	Alcançar desenvolvimento agrícola estável e aumentos de renda para agricultores. Reconhece os efeitos sobre a produção agrícola e urge governos a tomar medidas efetivas para a agricultura. Reforçado a busca pela construção de um novo campo de características socialistas e a modernização da agricultura com características chinesas. O documento atribui às empresas <i>dragon head</i> papel central na modernização da produção.	
	2010	Uma série de documentos para o desenvolvimento agrícola e rural foram emitidos pelo CE e ministérios. Dentre eles, podem ser citados: “Circular of the Ministry of Finance on Printing and Issuing the Provisions on Several Proportions of Investments in Agricultural Comprehensive Development”; “Guiding Opinions on Further Strengthening the Work on Entrusting Village Financial Management to Accounting Agencies”; “Opinions of the State Council on Promoting Agricultural Mechanization and the Sound and Rapid Development of Agricultural Machinery Industry”; Rules on Arbitration of Disputes over Contracting Rural Land; “Measures for Supervision and Administration of the Market of Means of Agricultural Production”.	
12° PQ (2011-2015)	2011	Documentos que se voltaram para o financiamento (empréstimos) a atores do setor agrícola, como “Circular of the Ministry of Finance on Printing and Issuing the Measures for Administration of Fiscal Awarding Funds for Increments in Agro-related Loans Provided by County Financial Institutions”. E foram emitidos documentos como Decreto do CE com regulamentações para reclamação de terras e para inovação tecnológica, “Circular of the National Development and Reform Commission on Printing and Issuing the	Enfrentamento do aumento da desigualdade e promoção do crescimento econômico sustentável. Aumentar o consumo nacional, alterando a ênfase dada a investimentos. Desenvolvimento das áreas rurais e o interior do País. Aumento da proteção e conservação ambientais. Investimento na agricultura moderna e de alta tecnologia.

		Guiding Opinions on Strengthening the Building of the Fundamental Capacity for Regional Industrial Innovation”.	
	2012	Diretrizes para aumentar a escala de produção e avançar na integração vertical, além de circulares específicas para o meio ambiente, como “Plan for Energy Conservation and Emissions Reduction During the Period of the Twelfth Five-Year Plan” e medidas para o estoque de grãos, como “Interim Measures for Administration of Out-loading of Policy-oriented Grain Stocks”.	
	2013	Alguns documentos voltados para modernização da agricultura foram lançados pelo CE, como: “Circular of the Ministry of Finance on Printing and Issuing the Measures for Administration of the Central Government Funds for Modern Agricultural Production and Development” e “Circular of the Ministry of Finance on Printing and Issuing the Measures for Performance Appraisal of the Central Government Funds for Modern Agricultural Production and Development”. Cada circular, vem sucedida de um documento com as medidas efetivas que deverão ser tomadas.	
	2015	Além de o documento central ressaltar agricultura, áreas rurais e agricultores na estratégia nacional de desenvolvimento do país, outros documentos podem ser citados, como “Circular of the Ministry of Agriculture on Providing More Financial Support and Services to the Development of Modern Agriculture”.	
13° PQ (2016-2020)	2016	Prioridade ao setor segue destacada no documento central de política do CE e pode ser citado ainda, “Circular of the Ministry of Land and Resources on Printing and Issuing the Program for Adjusting the Outline of the National Overall Plan for Land Utilization (2006-2020)”, dentre outros.	Promoção de uma sociedade mais equitativa, levando-a a uma sociedade próspera. Reduzir as lacunas de desenvolvimento e renda entre rural e urbano. Desenvolver a indústria ambiental. Desenvolvimento voltado para inovação. Consolidar uma indústria nacional inovadora e de liderança internacional.
	2017	Agricultura, áreas rurais e agricultores são prioridade, no que se destaca a constatação de que permanece problema estrutural de desequilíbrio entre oferta e demanda de modo que é necessária reforma estrutural pelo lado da oferta.	
	2018	Agricultura, áreas rurais e agricultores são tomados como prioridade no que se destaca a necessidade de esforços para rejuvenescer (modernizar) a indústria agrícola em toda a China, o que se destinariam subsídios e fundos especiais.	
	2019	Agricultura, áreas rurais e agricultores são tomados como prioridade. A revitalização do	

		rural – em linha com o 19º Congresso Nacional do PCCh e, assim, com o socialismo de características chinesas para uma nova era – chancela execução de uma série de tarefas que permitirão alcançar uma sociedade próspera.	
	2020	Agricultura, áreas rurais e agricultores novamente são mencionados como prioridade da China, conforme documento central nº 1 como forma de garantir crescimento econômico e estabilidade nas áreas rurais. O alívio da pobreza rural está incluído nessa prioridade.	
14º PQ (2021-2025)	2021	Agricultura, áreas rurais e agricultores, assim como alívio da pobreza seguem sendo prioridades, de acordo com o documento central n1, porém, são apresentados em termos de revitalização do rural, aceleração da modernização da agricultura e das áreas rurais, bem como do avanço na construção da infraestrutura.	China se torna uma economia “moderadamente desenvolvida” até 2035. Crescimento econômico de longo prazo centrado no consumo doméstico e reduzir as disparidades entre rural e urbano. Promover a iniciativa BRI (Cinturão Rota) de modo a incentivar o comércio nacional e internacional. Implementar energia sustentável. Incentivos fiscais para empresas que investem em P&D. construir uma indústria de semicondutores nacional.
	2022	Em linha com os documentos centrais dos anos anteriores, em 2022, o documento central nº 1 aprofunda o entendimento de que os esforços para a revitalização rural devem ser prioridade. Assegurar segurança alimentar e nutricional, além do alívio da pobreza rural está entre essas prioridades.	

Fonte: Elaboração própria com base em sítio do CE, vários anos

No âmbito da expansão do gasto público com agricultura, por meio de programas específicos, está o envolvimento direto do Estado na criação de fundos de financiamento para o setor e de capitalização dos novos atores (privados) de atuação no setor dos quais se espera a operacionalização da modernização – aumento da escala produtiva, da integração indústria e agricultura, da incorporação do progresso tecnológico e das condições de distribuição. A institucionalidade, sobretudo quanto ao regime de contratos e sistema de controle de terras, também tem sido discutida ao longo desse período.

Anualmente, foram sendo ampliadas ações (valor, escopo) em torno da escala de produção, da geração de renda e da transferência de direitos de uso de terra (sistema de propriedade de terras), considerando certa fragmentação burocrática (no sentido de compartilhamento de atribuição entre departamentos e agências governamentais).

Huang et al (2011) sistematizam o sistema de subsídios agrícolas da China como se dando em três estágios: (i) orçamento total é alocado para subsídios a grãos e a insumos, anualmente pelo CE, enquanto províncias com maior volume de produção de grãos, recebem volume maior de subsídios; (ii) ao nível das províncias, isto é, governos locais estabelecem uma conta para transferência dos subsídios orçados e alocados pelo governo central aos agricultores locais, o que pode ter de parâmetro, sobretudo no caso de condados, os níveis de produção; (iii) escritórios financeiros que estão em nível de condado nos quais são estabelecidos os critérios para transferência dos valores dos subsídios a cada propriedade agrícola¹⁰².

A transferência fiscal do governo central para suporte de projetos rurais começou a se tornar mais expressiva em 2011, de acordo com Huang et al (2011:54): “*Subsidies to agriculture from the central government amounted to less than 0.007 per cent of the value of agricultural output, only around 0.1 yuan per capita. Most of the subsidies went to enterprises and local government; it is unclear if farmers benefited at all.*” Essa mudança foi iniciada entre 2003-2004, a partir da reforma fiscal, com abolição de tributação na agricultura e, em 2004, aumento dos subsídios aos agricultores em RMB 14,5 bilhões (ver capítulo 2).

3.1.1.1 – Relações de produção, empresas e trabalho¹⁰³

Em 2005, o Conselho de Estado (CE) reafirmou que a política fiscal deve ser conduzida para observar o fortalecimento, sobretudo, da agricultura, embora fosse necessário, de acordo com CE, reestruturar o desenho de gastos do governo para reduzir o déficit (ver segundo capítulo), conforme orientações do Comitê Central do PCCh.

Ainda em 2005, como parte das ações de preparação do plano quinquenal seguinte (11° PQ – 2006-2010), novas medidas concernentes à modernização da agricultura com suporte central foram tomadas, tais como: concentrar a produção em produtos superiores em áreas adequadas e industrializar a produção agrícola, desenvolvimento da agronomia

¹⁰² Huang et al (2011: 56): “*Although policy guidelines from MOF suggest that the amount of subsidy received by each household should depend on the area of each household’s sown area that is planted to grain, the policy also clearly states that local governments can decide how best to allocate the subsidies to households ‘based on the locality’s actual situation’*”.

¹⁰³ Como temos adotado em toda a tese, não realizaremos a conversão para US\$ de nenhum dos valores apresentados neste capítulo.

de ponta, desenvolvimento de produção de algodão de alta qualidade em Xinjiang e industrialização da produção do cinturão de canola na base do rio Yangtze.

Poucos anos depois, em 2008, o governo central destinou RMB 27,6 bilhões em subsídios a agricultores para compra de insumos de produção, RMB 2 bilhões para compra de maquinários e equipamentos para agricultura, RMB 6,66 bilhões para desenvolvimento de variedades superiores, RMB 15,1 bilhões para produtores de grãos essenciais (“*grain growers nationwide*”), RMB 10,53 bilhões para suporte à criação de porcos, laticínios e oleaginosas: com estas rubricas um total, em subsídios pagos pelo governo central superior a RMB 60 bilhões.

Naquele contexto, em 2010, o CE no documento de política número 1 reafirma a necessidade de acelerar o desenvolvimento coordenado entre as zonas rural e urbana para sustentar o desenvolvimento econômico da China no longo prazo. Na avaliação deste documento, para isso, seria essencial acelerar a industrialização da agricultura e, dessa forma, promover adequações em aspectos institucionais, tais como: melhorar a administração no âmbito do sistema de terras rurais, de organização da produção, bem como o mercado para produtos agrícolas e a seguridade social dos residentes rurais também são ressaltados. Ainda no mesmo documento, imputa-se às empresas líderes da industrialização da agricultura (*dragon head enterprises* – ver capítulo 4) o êxito na expansão do comércio internacional de agroprocessados aproveitando da logística de zonas econômicas especiais (ZEE). Confirmando que a estratégia de modernização da agricultura é um projeto que envolve diferentes esferas administrativas, articulando público e privado com apoio financeiro estatal.

Na continuidade das metas e diretrizes para modernizar a agricultura, no 12º Plano Nacional de Desenvolvimento e Modernização da Agricultura (2011-2015) são apresentadas ações como: melhorar políticas preferenciais para a agricultura, aumentar o investimento e acelerar a passagem da agricultura tradicional para a moderna. Além de estímulo ao empreendedorismo (tradução literal do texto desses documentos) dos agricultores como inevitável para a modernização do setor e assim a entrada na próxima etapa de crescimento e desenvolvimento econômico do país. Esse empreendedorismo, apresentado no documento, não é igual a livre iniciativa, mas sim de agricultores que aceitam, a partir de apoio financeiro estatal, conduzir empreendimentos na agricultura com base nas orientações de política do CE e Comitê Central do PCCh, de modo que prosperem materialmente na zona rural.

O 12º Plano consubstancia a resolução do Congresso do PCCh para industrialização, urbanização e modernização agrícola enquanto se implementam políticas para fortalecer a agricultura e enriquecer as áreas rurais. O papel da agricultura no crescimento e no desenvolvimento econômico da China é de dupla via: ao mesmo tempo que aumenta a oferta de produtos agrícolas, sua diversificação e produtividade, essa modernização deve induzir a melhoria do nível de renda e das condições de vida da população rural.

O Parecer nº 10 de 2012 do Conselho Estadual de Apoio à Industrialização Agropecuária¹⁰⁴ sobre as empresas líderes da industrialização da agricultura afirma: “*apoiar o desenvolvimento de empresas líderes desempenha um papel importante na melhoria do grau de organização agrícola, acelerando a transformação dos métodos de desenvolvimento agrícola, promovendo a construção agrícola moderna e aumentando o emprego dos agricultores.*” E descreve 25 propostas para consolidar a criação e funcionamento dessas empresas, dentre as quais, as propostas 11 e 13 são mais assertivas para integração dos capitais industrial e comercial, bem como financeiro com a agricultura. A circulação das mercadorias agrícolas – sobretudo, grãos e porcos –, a integração produtiva (integração vertical) e o impulso às empresas líderes são os pontos principais desse processo de consolidação empresarial da agricultura chinesa.

Em 2015, em meio ao lançamento de grandes planos como *Made in China* e *Belt and Road Initiative* (BRI), o mote dos documentos do CE e do Comitê Central do PCCh segue sendo a modernização da atividade agrícola e da zona rural. Pelo décimo segundo ano consecutivo, agricultura é tema do documento de política número 1 do PCCh, um dos destaques é o papel atribuído à agricultura, a partir da crise financeira internacional de 2007/2008. Ainda em 2015, no mês de dezembro, CE, em documento, prospecta que, em 2020, China estabeleceria um dado número de empresas internacionalmente competitivas na agricultura, tendo o país gasto RMB 20,36 bilhões em 2015, apenas, para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, de acordo com o MARA (Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais). Em 2015, o número de agricultores familiares, cooperativas de agricultores, empresas líderes da industrialização agrícola e outros tipos de novos negócios agrícolas (*agribusiness*) totalizaram aproximados 2,5 milhões, de

¹⁰⁴ Disponível em http://www.gov.cn/zwqk/2012-03/08/content_2086230.htm (visualizado em 14/03/2023).

acordo com relatório de trabalho anual do governo, o que permite inferir êxito em termos expansionistas da política chinesa.

O 13º Plano Quinquenal (2016-2020) seguiu a mesma linha dos planos anteriores no que diz respeito à questão agrícola e teve como principais objetivos nesse campo: aumentar a renda dos agricultores via promoção do desenvolvimento integrado entre os setores primário, secundário e terciário, avançar na tecnologia do processamento, turismo rural e dividir os lucros de cada elo da cadeia produtiva. O 13º PQ estiliza a modernização contemporânea da agricultura como sendo a orientação do modelo de crescimento agrícola por meio da modernização de sistemas de produção, das técnicas de cultivo e da integração industrial. Dessa forma, a atividade agrícola moderna seria capaz de gerar retornos em termos de produtividade e de renda para a população chinesa rural. De acordo com o 14º Plano Quinquenal (2021-2025), a agricultura e áreas rurais de toda a China deverão entrar em fase de aceleração para construção de um moderno sistema industrial rural, constituindo-se uma nova fase de “revitalização” rural e são as empresas líderes da industrialização da agricultura consideradas a “força” dessa modernização.

Em janeiro de 2016, o documento de política número 1 do CE, estabeleceu como meta que, até 2020, estivesse finalizada a integração das várias indústrias na zona rural com atividade agrícola. Essa integração cumpriria diferentes propósitos, tais como: uma nova urbanização, reestruturação da agricultura – renovar estrutura de plantação, aumento da qualidade da criação animal, incluindo a indústria de pescado –, desenvolvimento de novos tipos de agricultura moderna e ampliação das cadeias industriais integradas. Naquele mesmo ano, em agosto, o CE conclamou ministérios, departamentos e agências para traçar objetivos e metas para prosseguir com o objetivo de modernizar agricultura, apontando-se a necessidade de se forjar um agricultor empresário, encorajando diferentes tipos de modelos de negócio agrícolas e o desenvolvimento de uma indústria agrícola processadora. Ainda naquele mesmo ano, em dezembro, o CE emitiu circular que afirmava que até 2020, a taxa de processamento na agricultura deverá chegar a 68% (em termos de razão valor da produção agrícola da indústria processadora e valor produção agrícola total). Estabilizar a oferta de produtos como soja, lácteos e carne de porco era uma das metas contidas nesta circular.

No documento do Relatório do Plano para Desenvolvimento Econômico e Social para 2016, apresentado na 5ª sessão do 12º Congresso Nacional do Povo, em 2017, o desenvolvimento de indústrias locais é claramente apresentado como um dos projetos de

redução e combate à pobreza¹⁰⁵. Como será apresentado no capítulo 4 desta tese, as empresas líderes da industrialização da agricultura fazem às vezes dessas empresas locais.

Uma das primeiras diretivas do CE, ainda no início de 2017, como pré-requisito para a modernização da agricultura na China era a construção de uma nova geração de agricultores. O documento de política número 1 de 2017 reiterou que o principal problema do desenvolvimento agrícola persistia do lado da oferta. Assim, em março de 2017, o ministro da agricultura destaca a necessidade de estabelecimento de zonas de agricultura moderna e o encorajamento do aumento da escala de produção agrícola pela cooperação, sobretudo, entre empresas líderes da industrialização da agricultura (DH) e agricultores. Nesse mesmo ano, em setembro, o CE divulgou circular pedindo desenvolvimento mais rápido da indústria chinesa de grãos.

De acordo com o Relatório sobre a Execução dos orçamentos nacional e local de 2017¹⁰⁶ divulgado pelo Ministério das Finanças (MOF) em 2018, progressos notáveis teriam sido concretizados quanto à reforma do lado da oferta na agricultura. Cumpre elucidar que para o CE e Comitê Central do PCCh, os principais problemas do lado da oferta na agricultura seriam a coordenação entre compra e venda e formação de estoques dos principais grãos, como arroz e trigo, bem como a combinação entre mercado e Estado na compra dos grãos e os subsídios estatais para compra de grãos como milho e arroz. Além destes, a escala de produção (rotação e produtividade), a variedade das culturas, a integração entre os setores e o progresso tecnológico.

No documento n.1 de política do CE de 2018, a implementação da revitalização do rural é direcionada para promoção da entrada dos capitais industrial e comercial no campo. De acordo com Wang (2020), totalizam-se mais de 150 mil entidades empresariais se deslocando para o campo com um investimento acumulado de RMB 2 trilhões¹⁰⁷.

No documento “Principais pontos do trabalho da indústria rural em 2019” elaborado pela Divisão da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Ministério das Indústrias Rurais, estão claramente apresentados os três planos básicos: (i) coordenar

¹⁰⁵ “Taking advantage of local resources in poor areas, we gave full play to the potential of farmers’ cooperatives, leading agricultural enterprises, and other market entities, put in place a sounder mechanism for providing targeted support to ensure every household and every resident benefits from the development of local industries, and continued to develop industries that harness local strengths, so as to help people shake off poverty by providing jobs close to home.”

¹⁰⁶ Também é divulgado a versão “rascunho” para os orçamentos de 2018. O relatório foi divulgado na 1ª Sessão do Congresso Nacional do Povo (NPC, sigla em inglês) da RPC.

¹⁰⁷ Disponível em <http://www.gdncit.org/newsitem/278536093> (visto em 14/03/2023).

desenvolvimento da indústria agrícola doméstica – integração da produção de grãos e ração, agricultura e criação de animais e ciclo de pesca, produção e vendas, além de turismo rural¹⁰⁸; (ii) coordenar o desenvolvimento da agricultura com indústrias adjacentes – como comércio, logística – e (iii) finanças, indústrias e tecnologia da informação e comunicação, infraestrutura, cultura, educação e recursos naturais estarem coordenados com o desenvolvimento agrícola e rural. Em outubro de 2020, o tema da revitalização do rural e necessidade de aumento da escala da produção agrícola foi debatido entre membros do governo chinês – Comitê Nacional da *Chinese People's Political Consultive Conference* (CPPCC). Apesar de se constatar que a oferta e o preço de alimentos, mesmo com a COVID-19, seguiam estáveis, fortalecer uma plataforma de monitoramento da informação da cadeia produtiva, circulação e consumo, dando suporte ao contrato da produção familiar, além de incentivar o *e-commerce* na zona rural¹⁰⁹. Na continuidade das medidas para estabilizar a oferta de carne de porco, após a ASF, os empréstimos subsidiados para criação de porco foram ampliados (ver capítulo 4 desta tese).

3.1.1.3 – Mercados agrícolas

Considerando o debate argumentado no capítulo 2, para mercados agrícolas, avaliou-se que iniciar por 2008 o levantamento de dados e informações dos documentos considerados seria mais objetivo para os propósitos deste capítulo terceiro. Ao longo de 2008, o governo central trabalhou em 10 medidas para aumentar o suporte à agricultura e a produção de grãos e organizar a compilação de *Plan for Increasing the Production Capacity by 50 Kilograms (2009-2020)*. Dentre as medidas estavam a melhoria das condições de armazenamento, aprofundamento do programa de compra de grãos e

¹⁰⁸ De acordo com relatório divulgado pelo Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais e National Development and Reform Committee (NDRC) e outros 25 ministérios – “*Report on Implementation Achievements of Rural Revitalization Strategic Planning (2018-2019)*” – todas as 31 províncias que estabeleceram várias políticas de promoção da integração rural-urbana em níveis locais. Os principais resultados alcançados, entre 2018 e 2019, de acordo com o relatório, foram: uma estratégia de revitalização rural baseada na integração rural-urbano, promoção da conservação ecológica e estratégias de desenvolvimento local foi traçada, aumento sustentado da produção de grãos e capacidade de oferta, alcançando mais de 650 milhões de toneladas, uso de máquinas agrícolas atingiu 70% e a taxa de produtividade em função de tecnologia, 59,2%, acelerada industrialização rural, melhorias das condições de vida da população rural e infraestruturas, redução da pobreza rural. O empreendedorismo rural tem sido tomado como um instrumento de alívio da pobreza, bem como de integração dos agricultores a outros elos da cadeia.

¹⁰⁹ Disponível em http://www.xinhuanet.com/english/2020-10/15/c_139443200.htm (visto em 14/03/2023).

subsídios para os principais produtos. O preço mínimo de compra de grãos, por exemplo, foi aumentado em 3 vezes, um aumento total médio de 20%.

Em 2009, o CE reforça o compromisso em acelerar a mecanização agrícola, inovação, conservação hídrica e fortalecer o sistema de mercado agrícola. As empresas líderes da industrialização da agricultura (DH) passariam a desempenhar papel na construção de facilidades de infraestrutura para agricultura, na implementação nacional de projetos de ciência e tecnologia, no sistema rural de gestão. Neste mesmo documento, o CE destaca que o desenvolvimento industrial da agricultura dependerá do desenvolvimento da circulação de mercadorias agrícolas e essas empresas são fundamentais para garantir o aumento da escala de produção das propriedades agrícolas. Quer dizer, os mercados para os produtos agrícolas dependem também de logística e infraestrutura.

Em 2010, também houve um reajuste no programa de compras públicas com um reajuste do preço de trigo e de arroz para RMB 5,4 e RMB 14 por 50 quilogramas, respectivamente. A capacidade dos depósitos de grãos também foi incrementada em 4,3 milhões de toneladas, bem como se realizou a construção de 115 mercados atacadistas e 186 cadeias logísticas frias para produtos agrícolas. O CE aumentou, portanto, o investimento em projetos de distribuição e comercialização de produtos agrícolas no país.

Em 2012, medidas preferenciais para circulação e comercialização de produtos agrícolas na China foram sendo estabelecidas. O documento de política número 1 teve o seguinte título: “Diversos pareceres sobre a aceleração da promoção da inovação científica e tecnológica agrícola e o fortalecimento contínuo da capacidade de fornecimento e garantia de produtos agrícolas” de modo que destacou a necessidade de se adotar medidas que melhorassem a eficiência da distribuição de alimentos, garantindo abastecimento estável de produtos agrícolas. Nesse mesmo ano, de acordo com Chen et al (2012), o Comitê Central do PCCh avalia que os mercados agrícolas são mercados de alto risco e fortalecer o alerta e gerenciamento de risco do mercado de produtos agrícolas e intermediações são fundamentais para geração de renda entre os agricultores e redução do preço final. A melhoria do sistema de rede de informações de mercado de produtos agrícolas, bem como fortalecimento da regulação e gestão dos riscos de mercado dos produtos agrícolas é essencial.

Em 2015, o CE estabeleceu plataforma *online* para revisão, aprovação e monitoramento de projetos de investimento conectando 16 departamento sob o CE e 37 governos locais, além da plataforma nacional de compartilhamento de informação do

crédito, a qual se conectam 37 governos departamentais, 30 províncias, regiões autônomas e municipalidades diretamente ao governo central, bem como *Xinjiang Production and Construction Corps* e plataforma de supervisão de 13.358 preços, totalmente online em tempo real, que integra o trabalho de supervisão de preços de entes nacionais, provinciais, prefeituras e condados, garantindo um circuito fechado para resolução de reclamações. Em 2015, foram 662 mil relatórios enviados pela população. Igualmente, foram publicadas as diretrizes para reforma de preços, sendo controle exercido sobre mais de 40 produtos e serviços delegados a governos locais, tendo o catálogo de preços sido revisado, itens com redução de até 80% de preços.

Quanto aos mercados ou à busca por alocação mais eficiente de recursos – como escrito em documentos oficiais –, o CE aprofundou a reforma do sistema de compra e de estocagem de produtos, como milho e trigo. No caso do milho, foi introduzido um sistema de compra aos preços do mercado mais subsídios e um sistema de subsídios para produção. Para fortalecer novos sistemas produtivos modernos, novas zonas piloto de integração entre produção agrícola e pecuária, industrial, comercial e serviços foram instaladas, além de ampliação, via fundos, do suporte a novas empresas coletivas de vila (*collective village enterprises*) – para que realizem negócios com empresas líderes e a cooperativas, sobretudo –, na zona rural. Subsídios e recompensas governamentais foram, ainda, destinados a mais 300 mil projetos de interesse público escolhidos por habitantes das localidades, na zona rural (*villagers*). A política de compra de preços mínimos pelo Estado foi incrementada para aquisição de arroz e trigo.

Em outubro de 2017, o CE divulgou diretriz para que o desenvolvimento de cadeias integradas acontecesse no país, cabendo aos novos atores – agricultores familiares, cooperativas e empresas líderes da industrialização da agricultura – seriam responsáveis por operacionalizar cadeias produtivas integradas. Os documentos oficiais passam a ressaltar que a alocação de recursos tem se dado cada vez mais por meio do mercado, destacando-se que o mecanismo de formação de preços necessita passar por ajustes, incluindo-se melhorias do sistema de compras estatais e armazenamento de grãos (e outros produtos considerados relevantes) e introdução de um sistema ‘compra estatal + subsídio baseado no mercado’ (YUHENG, 2017). Quer dizer, buscou-se uma estabilização da política de preço mínimo de produtos, como trigo e arroz, e mudanças na concessão de subsídios, que passou a ser ‘focal’.

A política de suporte à formação de estoques de grãos, em 2017, algodão e óleos foi reduzida em 85 milhões de toneladas como parte da melhoria na política de regulação

dos mecanismos de formação de preços. Também foram convertidos para terras de cultivo de alto padrão, 1,67 milhão de hectares e 1,44 milhão de hectares passaram a ter irrigação em bases mais sustentáveis. A consolidação de marcas agrícolas para que os preços sejam valorizados não é apenas para o mercado internacional, mas, em muito, para comercialização no país. Yuheng (2017) destaca que os governos locais (departamentos) ao longo dos últimos anos aceleraram o desenvolvimento de marcas agrícolas e, assim, a modernização agrícola se tornou um ponto de partida para redução da pobreza e aumento do nível de renda no campo, sobretudo, entre os agricultores.

Em dezembro de 2018, o Conselho de Estado divulgou instruções¹¹⁰ para renovação do maquinário agrícola. A mecanização permitiria, de acordo com essas instruções, transformar o desenvolvimento agrícola do país¹¹¹. Em 2018, diretrizes para o funcionamento dos mercados de grãos foram também promulgadas pelo CE. Voltada para padronizar os mecanismos de formação de preços, privilegiando a alocação racional de recursos com estabilização do nível geral de preços e garantindo direitos dos consumidores e operadores, desenvolvendo, assim, o mercado socialista. Para produtos agrícolas essenciais, o Estado garante a compra por um preço mínimo quando os preços de mercado forem baixos¹¹². Ainda no primeiro artigo desta lei é exaltada a alocação racional de recursos. Entendemos que para o mercado socialista, essa meta representa a adoção de medidas de suporte estatal (financeiras), sobretudo o desenvolvimento de novas culturas, novas empresas, novas áreas cultivadas. A revitalização da produção da soja, aprofundamento da reforma dos sistemas de compra e de armazenamento, bem como da política de compras governamentais a preços mínimos para arroz e trigo – compras de mercado combinadas a subsídios para produtores – também foram previstas, em 2019.

Em relação às metas de reforma do funcionamento do mercado, em 2020, foi otimizada a estrutura de estocagem de grãos, evitando sobre oferta no mercado. A política

¹¹⁰Disponível em http://english.gov.cn/policies/latest_releases/2018/12/29/content_281476456734454.htm (visto em 14/03/2023).

¹¹¹ Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/laws_regulations/2014/08/23/content_281474983043640.htm (visto em 14/03/2023).

¹¹² “Article 1 This Law is enacted with a view to standardizing the price acts, giving play to the role of price in the rational allocation of resources, stabilizing the overall price level of the market, protecting the lawful rights and interests of the consumers and operators and promoting the sound development of the socialist market economy.”

“Article 29 The government may bring into effect the protective prices in procurement when the market purchasing prices of such essential farm produce as food grains and other produce are too low, and adopt corresponding economic measures to guarantee its realization.”

de estabelecimento de preços mínimos pelo Estado para aquisição de grãos e garantia de compra de algodão foram também revistas. Mas, no relatório não há mais detalhes quanto às medidas adotadas em relação às políticas de preço mínimo de arroz, trigo ou soja, o que havia sido apontado como meta para 2020, no documento de 2019.

De acordo com o Relatório de Execução dos orçamentos nacional e local de 2020¹¹³, elaborado pelo Ministério da Finança (MoF), foram aumentados os prêmios para os principais condados produtores de grãos e as políticas de subsídios para produtores de milho, soja e arroz. E a meta de aumento da área cultivada (em 5,33 milhões de hectares) com grãos de alta qualidade foi atingida, bem como de recuperação e conservação do solo (2,67 milhões de hectares) a noroeste da China.

Quanto aos subsídios, no relatório consta que em 2021, a política será estabilizada, os preços de compra de arroz e trigo serão aumentados, bem como aumentar a capacidade do país em regular o mercado de grãos. O apoio a agricultores familiares e cooperativas de agricultores, bem como de agricultores especializados é colocado ao lado da necessidade de aumentar a escala das operações.

O desafio da circulação de produtos agrícolas para abastecimento alimentar no país foi sendo posto ano a ano e medidas de padronização e de mercado foram sendo tomadas, como discutido. Em 2022, para fortalecer o mercado de produtos de origem agrícola, como parte das medidas de revitalização rural e agrícola, o MARA implementou o “14º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Mercado de Origem de Produtos Agropecuários”. Um plano que busca apoiar e fortalecer a comercialização de produtos agrícolas locais na China, acompanhando o aprofundamento da especialização, regionalização da produção e aumento de escala. Assim, o sistema de indústria agrícola precisa de um sistema de comercialização agrícola com especificações técnicas e padronização.

Em 2022, agências estatais como CAAS avaliam que a “pequena produção agrícola” é o ponto de partida para um projeto de construção de um sistema de mercado moderno. Medidas de monitoramento e acompanhamento de oferta e demanda que foram adotadas ao longo deste período, permitirão, ainda na avaliação da CAAS (2022), melhor coordenação que ajustará o equilíbrio. Esse monitoramento é ainda mais relevante, tendo-se em conta, de acordo com CASS (2022), que a elasticidade da produção e renda de

¹¹³ Neste mesmo documento, está contido o rascunho para os orçamentos de 2021, nacional e local. É apresentado durante a 4ª Sessão do 13º Congresso Nacional do PCCh.

produtos agrícolas é pequena e oscilações têm relação maior com as condições de produção e colheita. E, uma integração maior oferta-demanda por meio dessas ações de monitoramento permitirá maior renda aos agricultores, bem como um número maior de agricultores no mercado. Para os mercados agrícolas, vale reforçar, a informatização, aplicação integrada da IoT, inteligência artificial, *blockchain*, sensoriamento remoto, 5G, dentre outras tecnologias são consideradas essenciais para desenvolver a indústria agrícola e mercados.

3.1.1.4 – Insumos e inovação tecnológica

Em 2006, o CE ressaltou a necessidade de suportar e desenvolver a indústria provedora de insumos agrícolas de alta qualidade, bem como uma rede de logística e uma indústria moderna para varejo e distribuição de alimentos. No ano seguinte, em 2007, o CE destinou orçamento para implementar equipamentos modernos na agricultura, atividades de ciência e tecnologia para agricultura, sistemas industriais e melhoria da gestão agrícola para aumentar a competitividade do setor.

Em 2009, de acordo com o Relatório sobre o Trabalho do Governo¹¹⁴, o governo central concedeu RMB 45 bilhões em subsídios para residentes nas áreas rurais destinados à compra de itens de consumo durável (eletrodomésticos e veículos, incluindo motocicletas), sendo que parte deste valor pôde ser usada na compra de ferramentas agrícolas e maquinário.

De acordo com o governo central, desde 2009, o mecanismo de concessão de subsídios para agricultura experimentou melhorias, adicionando-se itens como insumos, aquisição de máquina e implementos, variedades superiores de arroz, trigo, milho e algodão, assim como para variedades superiores de soja para região nordeste do país. Passou-se a subsidiar teste de solos para determinar de modo mais preciso as fórmulas de fertilizantes apropriadas para regiões de cultivo. Em 2007 e 2008, foram destinados pelo governo central RMB 11,57 bilhões para o desenvolvimento da agricultura que resultaram na melhoria de 1,57 milhões de hectares que eram de média e baixa qualidade e cultivo em hectares de alta qualidade, adição de 3 bilhões de capacidade produtiva de grãos, além da execução e desenvolvimento de 1.457 projetos para tornar as operações da agricultura mais industrializadas.

¹¹⁴ Apresentado durante a Terceira Sessão do 11º Congresso do Povo, realizada em março de 2009.

Em 2010, o CE determina as ações que governos locais e nacional deveriam conduzir seriam: o aumento de subsídios para agricultura, melhoria da alocação de recursos na atividade, melhoria do nível de equipamentos da agricultura moderna e assim promover a mudança da trajetória de desenvolvimento agrícola.

Em 2011, *Chinese Academy of Sciences*, publicou, um relatório sobre a trilha da modernização a ser assumida pela agricultura chinesa até 2050. Especialmente, o relatório delineia a busca aliar Ciência e Tecnologia no setor voltada para aumentar a produção de grãos de elevada qualidade e subprodutos agrícolas, adiantando a preocupação com agricultura ecológica e a conservação de água.

No 18º Congresso Nacional do PCCh, realizado em 2012, a estratégia de desenvolvimento econômico e social a partir da inovação com aceleração do estabelecimento de um sistema nacional de inovação estabelecendo-se vínculos entre os setores, coordenação, interação, sobretudo quanto à C&T na agricultura foi definido. Nessa perspectiva, em 2012, o documento de política número 1 do CEe destacando o objetivo de acelerar o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica.

Em 2014, o MARA organizou a partir da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas pesquisas sobre inovação na agricultura, do que foram produzidos dois documentos: “Relatório de Pesquisa em Construção da Aliança de Ciência e Tecnologia e Inovação Agrícola” e “Plano de Construção da Aliança de Inovação em Ciência e Tecnologia Agrícola Nacional, além de o documento “Sobre Relatório sobre o estabelecimento da Aliança Nacional de Ciência Agrícola e Inovação Tecnológica para Promover a Pesquisa Colaborativa em Pesquisa Agrícola”. CE e Comitê Central do PCCh buscam uma política de inovação para agricultura que fosse colaborativa entre diferentes setores e departamentos do governo¹¹⁵. De fato, em 2014, de acordo com o relatório de implementação do orçamento deste ano, realizou-se uma aprofundada reforma da gestão de projetos de C&T e fundos de financiamento desses projetos financiados pelo governo central. Basicamente, foram introduzidas modificações, pelo governo central, na forma de “piloto” na gestão do uso e comercialização, bem como da distribuição de lucros oriundos de projetos de C&T.

De acordo com o Relatório de Execução do Orçamento Nacional e Local de 2016¹¹⁶, divulgado pelo Ministério de Finanças (MoF) em 2017, além de uma ampla

¹¹⁵ Disponível em <http://nastia.caas.cn/> (visto em 14/03/2023)

¹¹⁶ Neste documento constam estimativas, na forma de rascunho, para os orçamentos de 2017. Foi divulgado na 5ª Sessão do 12º Congresso Nacional do Povo, realizada em 5 de março de 2017.

reforma fiscal baseada no corte de tarifas e alíquotas em todas as indústrias, deduções fiscais para empresas com carteiras de projetos em C&T também foram promovidas. Ademais, adotaram-se instrumentos específicos de incentivos para inovação tecnológica – como taxas especiais para incubadoras e deduções em impostos pessoa física para quem fosse acionista de empresas inovadoras –, além da consolidação de fundos (ver capítulo 5 desta tese). Foram, ainda de acordo com o Relatório, implementadas políticas para garantir residência na zona urbana à população migrante da zona rural.

Em 2017, foram construídos 41 novos parques industriais para agricultura moderna, reformas no sistema de oferta da agricultura. E começaram a ser realizadas as reformas no sistema de subsídios agrícolas, por exemplo, o governo subsidiou a conversão de hectares que eram destinadas ao cultivo de grãos para cultivo de alimentos equivalente a mais de 867 mil hectares, bem como a recuperação de mais de 161 mil hectares de solo agriculturável contaminado por metais pesados.

Um dos princípios de coordenação de políticas e programas esboçados foi ‘suporte à implementação de estratégias de expansão da demanda doméstica’. Neste, o estímulo ao *e-commerce* e entregas domiciliares expressas, nas áreas rurais, é uma das ações previstas. A inovação tecnológica em todos os setores e em todo o país é enfatizada em ambos os relatórios. No Relatório do Orçamento, elaborado pelo MOA, são destacadas medidas como a criação de novas técnicas de gestão para fundos governamentais para inovação voltada ao suporte de *core technologies*, facilitando o desenvolvimento de mais projetos em *Sci-Tech Innovation 2030 Agenda*, tais como: comunicações, computação, *brain science* e pesquisa de inteligência artificial. O suporte financeiro a empresas que ponham P&D como tópicos centrais também foi considerado e a criação de fundos específicos para promoção de projetos de P&D, além de treinamento de mão de obra. Ainda de acordo com aquele documento, em 2019, o governo central promoveu o estabelecimento de 107 parques agrícolas industriais, 210 parques de demonstração para o desenvolvimento industrial integrado.

Ciência e Tecnologia (C&T) passaram a ter maior participação nos gastos públicos do governo central da China desde meados da década 2010. Ainda de acordo com o relatório de implementação do orçamento de 2017, os gastos com C&T naquele pelo governo central chegaram a RMB 312 bilhões – o que representou 3% dos gastos totais do governo central em 2017. Trata-se de um aumento considerável do volume de gastos públicos pelo governo central com C&T. Em 2014, também de acordo com o relatório de implementação do orçamento, os gastos do governo central foram de RMB

254 bilhões, que somente em comparação com 2013, foi aumento de 3,5%. O aumento dos gastos do governo central com C&T passaram a aumentar substancialmente, assim, a partir de 2012. Neste ano, também de acordo com o relatório de implementação do orçamento, RMB 229 bilhões foram gastos com essa rubrica, aumento de 12,5% em comparação com 2011.

De acordo com o MARA¹¹⁷, em 2020, foram promovidas ações de empreendedorismo rural em 100 municípios, além do Distrito de Huairou em Pequim, implementação de 200 parques tecnológicos e 200 bases de treinamento e inovação e incubação – tais como Base de Treinamento em Inovação e Incubação da Indústria Agrícola de Frutas e Vegetais de Interconexão de Pequim. Em 2020, os gastos do governo central com C&T chegaram a RMB 322 bilhões, a segunda rubrica que o governo central mais gastou, a primeira foi defesa nacional (RMB 1,3 trilhão). O relatório destaca ainda os avanços realizados (mas sem quantificar) na criação de mecanismos de gestão de fundos governamentais para facilitar os projetos da *Sci-Tech Innovation 2030* – inteligência artificial, IoT, internet quântica - e de facilitar a (intensificar suporte financeiro) o impulso rápido à inovação (*start-ups*).

3.1.1.5 – Sistema de terras, condições de vida e meio ambiente

A discussão a respeito da política de terras foi apresentada no segundo capítulo. Aqui apresentaremos a evolução em números das políticas destinadas ao sistema de terras

O documento de política número 01 do CE, em 2006, menciona “construir um novo campo socialista” ou um “novo socialismo agrário” como meta central para a China, tendo-se em conta as diretrizes estabelecidas no 11º Plano Quinquenal de 2006 a 2010. Em 2007, RMB 16,1 bilhões foram destinados somente para agricultura, florestas e conservação das águas.

O documento de política número 01 do CE de 2011 destaca a necessidade de acelerar o desenvolvimento da conservação de águas. No 12º Plano Nacional de Desenvolvimento e Modernização da Agricultura (2011-2015), para a propriedade da

¹¹⁷ No documento “Aviso do Escritório Geral do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais sobre a promoção da lista de municípios típicos nacionais de inovação e empreendedorismo rural, parques de inovação e empreendedorismo rurais e bases de treinamento em inovação rural e incubação de empreendedorismo”.

terra, não foram estabelecidas mudanças significativas, mas se enfatizou que *é proibido* usar a modernização da agricultura como um pretexto para forçar a transferência do direito de contratação de terras ou de uso de terras agrícolas para outros propósitos.

Em 2013, o governo central considerou positivos e profundos seus avanços nas reformas da agricultura, áreas rurais e agricultores, quer dizer, neste ano, o governo teria completado o registro e a certificação da propriedade coletiva da terra rural em nível nacional, além de ter ampliado, em 105 condados, os experimentos de determinação do registro de direitos de uso de terra rural contratada.

Os experimentos de mercantilização da terra são de fato promovidos pelo Estado, uma vez que o PCCh assume cada vez mais que se trata de um passo essencial para o aumento da escala de produção agrícola:

We will endow farmers with the rights to land tenure, land use, land revenue, land transfer and mortgage and guarantee of contracted land use, and allow farmers to develop industrialized operation of agriculture – by becoming shareholders using their contracted land-use right. We will encourage the transfer of contracted land-use right to big, specialized operators, Family farms, farmers’ cooperatives and agricultural enterprises, so as to develop large-scale agricultural operations in diverse forms [...] We will encourage and guide industrial and commercial capital to invest in rural areas to develop modern planting and breeding industries suited for commercialized management, and introduce modern factors of production and operation models into agriculture.... We will safeguard the rights and interests of farmers as members of collective economic organization, vigorously promote farmers’ joint-stock partnerships, grant farmers the right to possess, profit from, pull out with compensation, mortgage, guarantee and inherit shares of collective assets. (Comitê Central PCCh, 2013)

O documento de política número 1 do Conselho de Estado (CE) de 2014¹¹⁸ tratou da “contratação de terras” na zona rural. De acordo com esse documento, um sistema de proteção de terras agrícolas mais rigoroso deveria permitir aos agricultores familiares o direito à hipoteca e garantia de posse, uso, rendimento, circulação e direitos de gestão de terras contratadas. Assim, seria facilitado o desenvolvendo várias formas de operações de grande escala e de novas entidades empresariais agrícolas.

Em 2014, no mês de agosto, por meio da “*Law of the People’s Republic of China on Urban and Rural Planning (Order of the president of the People’s Republic of China n.74)*”, o Conselho de Estado (CE) avalizou que o tamanho operacional das propriedades

¹¹⁸ Título: "Várias opiniões sobre o aprofundamento abrangente da reforma rural e a aceleração do avanço da modernização agrícola".

rurais permitirá aumentar a eficiência da agricultura. Estabeleceu em seu artigo 41, que terra alguma rural poderá ser usada para fins não agrícolas. Porém, quando este tipo de uso for realmente necessário, a permissão deverá estar em acordo com *Land Administration Law* antes de ser autorizado pelo departamento ou governo local (ver capítulo 2).

Além disso, o governo central anunciou, em outubro de 2014, uma reforma do sistema de *hukou* de registro de residência em que as restrições foram relaxadas, o que reforçaria a urbanização. Sobre essa reforma, de acordo com o veículo de imprensa Xinhua, os limites do registro em pequenas cidades foram removidos, as restrições para cidades médias, relaxadas e para as grandes cidades (com mais de 5 milhões de habitantes), as restrições foram mantidas.

Em 2014, a “política de terras” respondeu por boa parte dos recursos que o governo central transferiu para governos locais, RMB 593,5 bilhões, quer dizer, recursos destinados a restauração de terras contaminadas por metais pesados, promoção do desenvolvimento de um pouco mais de 1,8 mil hectares de terra na produção de culturas de médio, melhorias das políticas de subsídios agrícolas, bem como para investimentos em melhorias da estrutura de irrigação e de conservação de água. Um feito em nível local significativo, em 2014, realizado pelo governo central foi o início de nova etapa de conversão de terra arável à margem em terra de floresta ou pastoreio: 330 mil hectares, na província de Heilongjiang. A reforma fiscal acompanha as regulamentações para a propriedade da terra na China.

Em janeiro de 2015, o CE emitiu documento de política número 1 descrevendo as diretrizes para regular a transferência e a transação no mercado de direitos de uso da terra, na zona rural. De acordo com o documento, o CE estabeleceu esperar que o mercado de transferência de propriedade atue de modo a permitir o provimento de serviços aos agricultores, agricultores familiares e cooperativas. Para estabelecimento deste mercado, porém, o CE determina que é necessário submeter à aprovação do governo local.

De acordo com o Relatório de Execução do Orçamento Nacional e Local de 2015¹¹⁹, divulgado pelo Ministério de Finanças (MoF) em 2016, em 2015, governos locais tiveram gastos via fundos especiais com transferência dos direitos de uso de terras estatais que superaram RMB 3,9 bilhões. Ao passo que, neste mesmo ano, foi iniciada a

¹¹⁹ Neste documento constam estimativas, na forma de rascunho, para os orçamentos de 2018. Foi divulgado na 5ª Sessão do 12º Congresso Nacional do Povo, realizada em 5 de março de 2017.

reconversão de 667 mil hectares para áreas de floresta e de pastoreio. Em 2016, boa parte do valor de fundos – mais do que RMB 4,2 bilhões – administrados por governos locais teve origem na venda de direitos de uso de terras do estado – mais de RMB 3,7 bilhões.

Foram implementadas, em 2015, pelo governo local, reformas-piloto para requisição de terras rurais, mercantilização de terras rurais coletivas designadas para construção, realizado sistema de uso da terra para residência rural em 33 áreas administrativas de condados, além de ensaios sobre permissão de direitos de uso de terras rurais contratados e direitos de propriedade de casas de agricultores para serem usados como garantia para tomada de empréstimos em 278 níveis administrativos de condados.

Em linha com as diretrizes de modernização da agricultura, em 2016, de acordo com o Relatório, foram destinados, para todo o país, subsídios diretos aos produtores de grãos, subsídio de compra para produtores de “variedades superiores” e subsídios para compra de insumos agrícolas. Destacam-se alguns programas específicos, como a destinação de subsídios para experimentos de conversão de mais de 333 mil hectares para produção de soja, bem como para conversão de 400 mil hectares de terra agrícola destinada ao cultivo de grãos para cultivo de alimentos.

Para 2019, são colocadas como metas, a prevenção e o controle da poluição do ar com alocação, pelo governo central de RMB 25 bilhões, um aumento de 25%. A recuperação de solo contaminado e de prevenção também está prevista, com alocação, pelo governo central, de RMB 5 bilhões, um aumento de 42,9%. Também foram previstos esforços ao longo do *Yangtze Economic Belt*, voltados para priorizar a conservação ecológica e fortalecer o desenvolvimento verde, dentre muitas medidas para conservação, proteção e desenvolvimento ecológico.

As receitas provenientes da venda de direitos de uso de terras estatais por governos locais, foram, em 2018, RMB 6,5 trilhões, um aumento de 25%. Para 2019, são previstas políticas de suporte e proteção de “um novo tipo de agricultura” e a reforma contínua da política de subsídios é então colocada como um dos seus pontos centrais, aliada aos fundos de desenvolvimento rural. No mês de julho, CE lançou as diretrizes para ampliar o mercado secundário para transferência de terras. Em setembro, CE emitiu circular que pede que governos em todos os níveis estabilizem a criação de porcos e promovam melhorias industriais para garantir a oferta de carne de porco. Governos provinciais, de acordo com esse documento, passariam a implementar políticas preferenciais aos produtores, além de empréstimos subsidiados.

Em março de 2020, o CE decidiu reformular o atual sistema de gestão da terra e garantir aos governos locais maior autonomia na gestão da terra. Poucos dias depois, Xi Jinping afirmou a necessidade de se aprofundar os esforços para a reforma do sistema de terra rural no país, priorizando os interesses dos agricultores quanto aos direitos de propriedade.

Transferências especiais de pagamentos alcançaram em 2019, de acordo com o Relatório elaborado pelo MOA, RMB 776,6 bilhões, sobretudo, devido ao aumento dos montantes previstos na alocação de cota por ajustamentos de terra entre províncias. A receita do governo da China com a gestão de fundos, em 2020, foi de RMB 9,3 bilhões (114,8% do que havia sido previsto no orçamento de 2019), um aumento de 10,6% em comparação com 2018. Esse aumento foi puxado pelo aumento da receita obtida com governos locais na venda de direitos de uso de terras estatais, que teria sido de RMB 8,4 trilhões, um aumento de 15,9% em comparação com 2018 – para 2021, foi projetado esse mesmo montante.

Em função dos efeitos da pandemia, o governo aumentou a concessão de auxílios financeiros ou ajuda para alívio de condições de pobreza extrema a mais de 6 milhões de pessoas e auxílios temporários, concedidos a pouco mais de 8 milhões de pessoas¹²⁰. De acordo com o mesmo Relatório, a meta de garantir residência urbana a mais de 100 milhões de pessoas da zona rural e outras pessoas sem registro de residência foi alcançado e o aprofundamento da modernização da agricultura. Na avaliação do CE e Comitê Central do PCCh, pode-se afirmar que houve êxito com as medidas para alívio e erradicação da pobreza em toda a China, as medidas de controle da poluição e produção verde, além das medidas de estabilização macroeconômica em relação às transferências entre governo nacional e governos locais¹²¹.

¹²⁰ O Relatório de Trabalho do Governo apresentado por Li Keqiang, premier do Conselho de Estado. Assim como o Relatório de Orçamentos, elaborado pelo MOF, durante a 4ª Sessão do 13º Congresso Nacional do Povo da RPC, em 5 de março de 2021.

¹²¹ São destacados os demais avanços obtidos em relação ao 13º Congresso Nacional do Povo da RPC. E lança as bases para as metas futuras, no âmbito do 14º Congresso Nacional do Povo da RPC: “The period covered by the 14 Five-Year Plan will be the first five Years in which we embark a new Journey to build China into a modern socialista country in all respects. China remains in an importante period of strategic opportunity for development. Yet, there are changes in both the opportunities and challenges we face. We should have an accurate understanding of this new stage of development, fully apply the new development philosophy, and accelerate our efforts to create a new development pattern to promote high-quality development. By doing so, we will set the stage for building a modern socialist country in all respects.” (p.8)

3.1.1.6 – Acesso ao crédito rural e financiamento

Para 2003-2004, o governo central além de implementar projetos de reformas de cooperativas rurais de crédito em 8 províncias e municipalidades – dada a meta de aumentar a capilaridade dos serviços financeiros em áreas rurais –, revogou todas as taxas incidentes sobre produtos agrícolas especiais, exceto o tabaco – nos primeiros meses de 2003, determinou uma redução de 1% em média ao ano, bem como reformou o sistema de distribuição de grãos para controle e regulação maiores desse mercado.

Em 2008, quanto a suporte financeiro e fiscal para um “novo socialismo agrário” ou “novo rural socialista”, o governo central aumentou os subsídios agrícolas para compra de insumos de produção para RMB 27,6 bilhões, para compra de maquinário e implementos agrícolas, RMB 2 bilhões, RMB 6,66 bilhões para cultivo de variedades superiores e RMB 15,1 bilhões em subsídios diretos para os produtores de grãos

Outros dois elementos importantes da política agrícola em 2008, foram a destinação de RMB 1 bilhão, pelo governo central, ao desenvolvimento de cooperativas agrícolas *especializadas*, bem como disseminação da C&T e RMB 1,29 bilhão para o desenvolvimento de uma rede de distribuição e comércio de bens no campo. Sobre a taxa agrícola, o governo central relatou dificuldades¹²².

Os fundos de suporte à agricultura, zonas rurais e agricultores também foram ampliados, chegando a RMB 595,55 bilhões, um aumento de 37,9% em comparação com 2007. E suporte ao desenvolvimento de cooperativas especializadas e DH, para as quais seriam destinados suporte financeiro necessário e assessoramento para resolver dificuldades na obtenção de empréstimos.

Em 2009, o documento central do PCCh reforça as premissas apontadas desde 2004 e traça como equivalentes a construção do novo socialismo agrário e a modernização da agricultura chinesa com características chinesas. Reforçam-se objetivos como fortalecer o suporte e a proteção da agricultura, desenvolvimento sustentável da produção agrícola, fortalecer o desenvolvimento material agrícola moderno, bem como de serviços, além de promover a integração urbano e rural

¹²² The structure of taxes and fees is not reasonable. The proportion of non-tax revenue in some localities is still too high. The fiscal expenditure system needs to be improved, and support to weak links including agriculture, rural areas and farmers needs to be increased. Fiscal management needs to be more meticulous. There is still serious loss and waste. The legal framework of public finance is weak. The risk of liabilities in public finance cannot be overlooked. We need to give these problems our full attention and take further measures to solve them.” (p.16)

Portanto, em 2009, o documento de política número 01 e as recomendações do PCCh se dirigem a procedimentos para aumentar a renda dos agricultores e o desenvolvimento sustentável da agricultura. Empresas líderes da industrialização da agricultura (DH) e cooperativas especializadas seriam os principais atores deste processo. Estabelecendo, ainda, que caberá ao governo fornecer treinamento de pessoal para cooperativa e apoio financeiro, incorporando as cooperativas ao sistema de registro fiscal. Em 2010, avançou-se na reestruturação do sistema de crédito agrícola com a introdução do sistema de capital aberto no sistema de bancos comerciais estatais.

Em 2012, o departamento nacional de desenvolvimento de recursos e de terras, publicou “Opiniões sobre aceleração da construção de 500 condados de demonstração de terras agrícolas básicas de alto padrão” para explicitar medidas de incentivo aos condados em que há projetos de demonstração a aumentar a intensidade dos modelos de gestão de consolidação de terras.

Dentre as metas para o ano de 2017, podem ser destacadas a ampliação e aprofundamento dos mecanismos de crédito agrícola e para iniciativas empreendedoras, dos fundos para inovação tecnológica em empresas – *National Fund for the Development of Small and Medium-Sized Enterprises* e *National Venture Capital Guide Fund for Emerging Industries*. Além da continuidade das reformas na política fiscal, da coordenação do desenvolvimento regional e BRI.

O apoio ao acesso ao crédito agrícola foi enfatizado no âmbito do 19º Congresso Nacional do PCCh para dirimir as dificuldades da agricultura moderna, industrializada – como consta no Relatório de Execução dos Orçamentos – em obter financiamento. E em 2017, o governo criou *State Agricultural Credit Guaranty Alliance Company*, uma garantia a ser usada em empréstimos agrícolas que foi disponibilizada a empresas de garantia de crédito agrícola em 33 províncias, sendo que os serviços de garantia ao crédito totalizaram apoio a 49 mil projetos a RMB 44,3 bilhões.

Para o ano seguinte, 2018, o Relatório estabeleceu como metas, além da melhoria da política de subsídios para agricultura e aumento dos prêmios pagos aos principais produtores de grãos, promover melhorias no sistema de garantias de crédito e no mecanismo de compartilhamento de riscos no setor agrícola, com um projeto piloto de seguro agrícola voltado para os 3 principais grãos produzidos no país – arroz, trigo e milho.

Em relação ao orçamento para agricultura, áreas rurais e agricultores, foi mais um ano de expansão de gasto e de criação de novos programas de suporte ao setor,

considerando as metas e os objetivos previstos anteriormente e reforçado nos documentos divulgados pelo CE ao longo desse ano e dos anteriores. De acordo com o Relatório sobre a Execução dos orçamentos nacional e local de 2019¹²³ divulgado pelo Ministério das Finanças (MoF), em 2019, os subsídios totalizaram RMB 67,1 bilhões e foram destinados a priorizar o suporte ao desenvolvimento de unidades produtivas agrícolas de alto padrão de qualidade, bem como da irrigação em unidades produtivas agrícolas e projetos de conservação da água¹²⁴. A contenção dos efeitos da febre africana (ASF) sobre o rebanho suíno foi também um dos elementos centrais do orçamento de 2019, traduzindo-se em suporte à criação de porcos em localidades (condados) e subsídios compulsórios a abatedouros (*culling of hogs*).

Manteve-se (com melhorias) a política de subsídios para compras de máquinas e implementos agrícolas, tendo sido ampliado o estabelecimento de parques tecnológicos agrícolas-industriais como forma de aprofundar a integração entre os setores primário, secundário e terciário, nas áreas rurais. Enquanto as principais ou maiores províncias produtoras de grãos foram premiadas, as províncias menos desenvolvidas, do leste do país, foram objeto de subsídios diretos.

3.1.2 - Principais pontos da política agrícola chinesa desde os primeiros anos do século XXI

Nesta subseção, sistematizam-se as principais orientações da política agrícola chinesa de 2003-2004 a 2020, considerando a descrição realizada nos itens anteriores. Ao longo das décadas de 2000 e 2010, o aumento de gastos e a expansão do número de programas e reformas (sistema de propriedade de terras, de compras públicas e preços mínimos, por exemplo) foram induzidos pelo Comitê Central do PCCh e do CE.

A expansão dos gastos ocorreu ao mesmo tempo em que progressos no sistema de orçamento incluíram a criação de um novo sistema de classificação de receitas e despesas do orçamento do governo central. Ademais, todos os departamentos em nível de governos

¹²³ Também é divulgado a versão “rascunho” para os orçamentos de 2020. O relatório, como definido no 9º Congresso Nacional do PCCh é divulgado na 3ª Sessão de cada Congresso Nacional do Povo (NPC, sigla em inglês). No caso de 2019, foi o 13º Congresso Nacional do Povo da RPC.

¹²⁴ A preocupação com a poluição e degradação ambiental se traduziu em uma política mais agressiva de gastos para programas. Ainda de acordo com esse Relatório, RMB 25 bilhões, RMB 31,7 bilhões e RMB 4 bilhões viriam a ser destinados à redução da poluição do ar, águas e terra. Medidas para a recuperação das nascentes dos rios Yangtze e Yellow River foram previstas em 2019 para acontecer em 2020.

central e local foram incumbidos de preparar seus orçamentos de forma mais aprofundada, bem como foram introduzidos limites para gastos em espécie e a condução de processos de avaliação dos gastos orçamentários. Todos os entes administrativos foram instados a elaborar seus orçamentos, reduzindo-se passos para os fundos de transferência. Integração horizontal computadorizada passou a ser introduzida. Melhorias no sistema de compras públicas, foram introduzidas e aprofundada a reforma destinada a separar receitas e despesas. Fortaleceu-se o suporte para reforma financeira e corporativa. (conforme os relatórios de trabalho e de orçamento).

Para CE e Comitê Central do PCCh, conforme esses documentos, a industrialização da agricultura e da pecuária tem se tornado uma tendência, com intensificação do processamento agrícola – de acordo com anúncio do MARA, de 2019, a indústria de processamento teria alcançado taxa de conversão de 80%¹²⁵ -, bem como inovação e a criação de novos atores no setor rural, como agricultores especializados, cooperativas agrícolas e empresas líderes da industrialização da agricultura. É preciso considerar uma avaliação de resultados alcançados por essas ações na modernização da agricultura. Nesta subseção, recorreu-se a uma sistematização dos números que foram sendo apresentados nos 3 relatórios oficiais do PCCh utilizados na elaboração das subseções anteriores.

Entre 2003-2004 e 2020, a política oficial do Estado da China se centrou na construção de um “campo agrário moderno e chinês socialista”, bem como na coordenação de desenvolvimento entre áreas rurais e urbanas, em aumentar a renda dos agricultores e em investir na industrialização da agricultura com a integração vertical. Com oferecimento de crédito subsidiado a empresas, ao investimento em infraestrutura, apoio na compra de equipamentos e no investimento em P&D para agricultura¹²⁶, de subsídios, dentre outros programas para áreas rurais e para população rural. O princípio

¹²⁵ Apesar da nossa busca, em meios oficiais de estatísticas nacionais da China, além de livros de dados estatísticos por província, não conseguimos encontrar uma série histórica mínima com esses dados que nos autorizasse a avaliar os resultados da industrialização da agricultura pela taxa de processamento de produtos agropecuários.

¹²⁶ De acordo com o documento número 01 de política de 2009 do CE: “We support agricultural industrialization and encourage the development of agricultural product processing so that farmers will share more of the added benefit resulted from processing and circulation. Central and local finance will increase earmarked fund scale for agricultural industrialization focusing on supporting dragon head enterprises that have strong leading role among farmers to carry out technology R&D, production base construction and quality inspection and testing. Dragon head enterprises are encouraged to participate in guarantee system development with the support of the financing. Effective measures will be adopted to assist dragon head enterprises to resolve the difficulties in getting loan.”

da modernização contemporânea da agricultura é orientado para o aumento da produtividade e da eficiência, mas também da industrialização, fazendo emergir novas relações de produção e emprego nas zonas rurais, com incentivos orientados a partir do CE e pelo Comitê Central do PCCh para mecanismos de mercado ao longo da cadeia produtiva e da gestão e do uso dos recursos, como a terra rural.

A modernização acelerada da agricultura, manifesta como uma necessidade pelas autoridades da China ainda em fins da década de 1990, porém, fortalecida nos primeiros anos do século XXI, inclui a adoção de programas sob diferentes aspectos para o desenvolvimento rural. Programas apoiados pelo governo central e cuja atribuição na implementação e execução é dos governos locais. E seriam eles: treinamento técnico, redução e isenção de aluguel, instalações públicas, fornecimento de serviços relacionados a inovação e tecnologia, *leasing* a preços preferenciais, subsídios para consumo de eletricidade, água, máquinas e implementos agrícolas, incubadoras, seguro social, apoio financeiro em desconto nos juros de empréstimos, assistência técnica para o plantio e para a criação de animais. Trata-se de o Estado construindo mecanismos de modo a oferecer ou compensar em serviços e investimentos de infraestrutura e de capital, além de assistência técnica e seguridade social.

Os subsídios são, como apontado nas seções anteriores, instrumento cada vez mais utilizado na China para modernizar a agricultura. Do levantamento dos relatórios, quanto aos subsídios para agricultura, buscou-se levantar os itens que têm recebido subsídios do governo central entre 2004 e 2020 no setor agrícola e rural: (i) suporte à produção agrícola, (ii) subsídios diretos a cultivadores de grãos; (iii) subsídios gerais para insumos agrícolas, (iv) subsídios para variedades superiores de grãos; (v) subsídios para compra/aquisição de máquinas agrícolas; (vi) subsídios a grupos de baixa renda da população rural; (vii) subsídios diretos a produtores de soja, milho e arroz; (viii) subsídios por meio da redução da taxa de juros para criação de porcos; (ix) subsídios a pequenas e médias empresas, rural e urbano, com atuação direta em projetos de P&D; (x) suporte a ‘novos tipos de agricultura’ e contínuo compromisso na promoção de reformas orientadas pelo mercado, ajustando políticas de preço mínimo em milho, arroz e trigo, principalmente.

Os itens de (i) a (v) são frequentes ao longo dos anos, porém, desde 2017, os relatórios passaram a destacar que o governo central viria introduzindo melhorias para estabilizar subsídio a produtores de grãos e criadores de porcos de modo a, *apropriadamente*, melhorar o mecanismo de subsídio a áreas produtoras, logo, de

funcionamento dos mercados. Desde meados da década de 2010, são frequentes as menções à concessão de subsídio para conversão de terras em áreas de conservação e proteção ambiental e ecológica, bem como para recuperação de solos e rios. Tornam-se mais frequentes, ainda, destinação de subsídios para mecanismos especiais de crédito rural e agrícola, que consistem em compartilhamento de riscos, sobretudo para arroz, trigo e milho. Em 2018-2019, define-se ‘sistema de subsídio agrícola’ e o aumento dos prêmios para os condados principais produtores de grãos. Contudo, não é claro como essa melhoria e até mesmo como a política de subsídio se tornaria ‘mais orientada ao mercado’, até mesmo pelo aumento constante dos valores totais dos subsídios.

Subsídios de governos locais ao longo do período considerado neste capítulo, consistiram nas seguintes rubricas: (i) melhoria da infraestrutura rural; (ii) subsídio aos agricultores; (iii) melhoria das condições de vida e medidas de alívio da pobreza; (iv) projetos de moradia nas zonas rural e urbana; (v) assistência médica. No entanto, não está claro ou explícito, nos documentos, que são exclusividade dos governos locais. Somente em 2021, o governo central concedeu RMB 20 bilhões em subsídios a agricultores produtores de grãos para fazer frente à elevação dos preços de insumos agrícolas, uma demonstração de que a concessão de subsídios segue sendo um instrumento utilizado.

Quanto ao desenvolvimento agrícola, em todos os relatórios, o CE e PCCh reconhecem os desafios permanentes. A necessidade de melhorar a estrutura de crédito agrícola, além da necessidade de regulação macroeconômica para enfrentar a subida de preços agrícolas e controle dos níveis de oferta e demanda dos produtos agrícolas são mencionados com maior frequência. Para isso, no ano de 2009, o governo central planejou um sistema de monitoramento da oferta e demanda de grãos, bem como de mudanças de preços dos principais produtos agrícolas. Em termos de segurança de grãos, investimentos em novas variedades, aumento da produção agrícola, de medidas para impulsionar a produção de porcos, laticínios, além da padronização dos produtos. Desde fins da década de 2010, portanto, o CE tomou por metas e objetivos (válidos, portanto, para todos os governos – central e local): intensificar, conforme estabelecido ainda no 11º PQ (2006-2010), desenvolvimento e industrialização da agricultura com a construção de uma rede moderna de distribuição e comercialização e treinamento dos residentes rurais para empregos não agrícolas. Além de aumentar o nível de subsídios diretos e de orçamento para políticas de suporte. Para enfrentar o acesso ao crédito rural, foi planejado acelerar a reforma do sistema financeiro e fortalecer a supervisão financeira, com o papel do

Agricultural Bank of China, Agricultural Development Bank of China e China Postal Savings Bank.

Conforme os relatórios do orçamento do governo central, entre 2004 até 2020, foram destinados recursos obtidos com a conversão de terras para o desenvolvimento de terras agrícolas primárias, aumentando a proporção de terra agrícola cultivada. O governo central também investiu na promoção de cooperativas de agricultores especializadas e na ciência e tecnologia em agricultura. O desenvolvimento de um sistema de distribuição e de varejo de produtos no campo também passou a receber recursos do governo central. Ao longo do período de 2004 a 2019, essas rubricas experimentaram algumas modificações e adições, acompanhando as decisões do NPC (Congresso Nacional do Povo), sobretudo. Por exemplo, a partir de 2008, ‘fortalecer programas sociais’ se tornou uma conta de alocação de recursos pelo governo central.

Entre 2009 e 2013, com base em Luo e Andreas (2017), o montante de terras transferidas para empresas, triplicou: de 13 milhões de *mu* para 39,2 milhões.

The ties connecting households to contracted land are quite durable by law these plots cannot be bought and sold, although they can be leased out. It is therefore difficult to put together the kind of large concentrated production bases that dragonhead firms prefer, especially because the land is in the hands of numerous village households with disparate conditions and interests. (LUO; ANDREAS, 2017:29-30)

As políticas recentes e os dados de departamentos oficiais do governo chinês (central e locais) apontam a existência de (novos) atores como: cooperativas, propriedades agrícolas familiares, agricultores especializados e capitalizados, empresas líderes, além das grandes empresas (conglomerados) atuando a partir da zona rural (com origem na) e de fora (urbanos, industriais).

No rural, mesmo que a unidade familiar permaneça, de acordo como Zhang e Donaldson (2010) e Zhang (2019), novas formas de organização do trabalho são cada vez mais percebidas e uma “diferenciação de classe” entre os agricultores, também, como aponta Zhang (2015) Xue et al (2020). Day e Schneider (2017) destacam que o incentivo estatal ao estabelecimento de novos atores na agricultura se vincula ao aumento da escala das unidades e do trabalho contratado. Os diferentes documentos do CE e Comitê Central do PCCh, fazem depreender que a modernização da agricultura depende em muito do desenvolvimento desses atores em toda a China.

Os dados e as informações levantados dos documentos oficiais permitem considerar que a promoção da integração vertical entre produção agrícola e indústria vem ocorrendo como parte do planejamento estatal. Nos documentos analisados e utilizados – como relatórios de orçamento e de trabalho, extraídos do sítio eletrônico do PCCh – para elaboração deste capítulo, mencionam-se agricultores especializados, agricultores familiares e empresas líderes da industrialização da agricultura, além de cooperativas (especializadas) de agricultores. Relações sociais de produção no campo não são especificadas nestes documentos. Condições de arrendamento ou transferência de direitos da terra, sim, quando relacionadas com o sistema nacional de terras (por exemplo, compensação). Em outros documentos oficiais, como número de política ou circulares ou avisos, orientações sobre o formato de comercialização ou de integração vertical para agricultura são mais explícitas.

No Quadro 3.3, apresenta-se a conclusão de Zhang e Donaldson (2008) sobre a diferenciação de classe no campo chinês induzido por políticas estatais, na avaliação destes autores.

Quadro 3.3 - Tipologia das relações entre agroindustrialização e agricultores na China

Categoria	Efeitos da Agroindústria	Papel dos produtores diretos	Regime de colheita e cultivo	Relação de classe
Agricultor commercial	Compra do produto, prover treinamento (assistência)	Trabalho independente alocado na terra da família	Para comércio	Produtores diretos podem ser dominados por compradores sob termos injustos de comércio
Agricultor contratado	Contratos de compra, suporte técnico	Trabalho alocado na terra da família para corresponder ao acordado com empresas	Venda para empresas com as quais firmou contrato	Produtores diretos são dominados pelas empresas, mas mantêm alguma flexibilidade
Subproletário com características chinesas	Arrendamento de terras agrícolas locais (village) e contratação de moradores locais	Trabalho como empregado da empresa sobre terra coletiva arrendada a empresa	Pertence a empresa	Produtores diretos são dominados por empresas, mas mantêm algum grau de empoderamento
Agricultor subproletário	Arrendamento de terrenos não cultivados e contratação de mão de obra migrante	Trabalho na terra da empresa como empregado da empresa, mas tem sua terra em casa	Pertence a empresa	Produtores diretos são dominados por empresas, mas mantêm a terra familiar
Trabalhador agrícola proletário	Arrendamento de terrenos não cultivados e contratação de mão de obra de agricultores sem terra	Sem-terra, trabalha na terra da empresa como empregado	Pertence a empresa	Produtores diretos são completamente dominados pela empresa

Fonte: Zhang e Donaldson (2008)

As categorias descritas no Quadro 3.3 não são tratadas oficialmente e não são as únicas avaliadas pelos pesquisadores. Luo e Andreas (2017) avaliam a ocorrência de uma resposta “territorializada” entre províncias, municipalidades, cidades, prefeituras, condados a investidas de empresas, como as empresas líderes da industrialização da agricultura. Assim, os autores consideram que se destacam, quanto à força de trabalho, dois tipos de vila quanto ao contrato que estabelecem com essas empresas: (i) *village*

households off-farm wage labor – membros da família mantêm terras para subsistência e alguns se envolvem na produção de pequena escala e (ii) *village households* sem força de trabalho – gostariam de arrendar sua terra, mas relutam porque o emprego fora da fazenda é instável, no longo prazo.

Avaliamos que o estabelecimento de contratos entre agricultores familiares ou especializados e empresas, sobretudo aquelas empresas, serve de garantia de oferta de produtos agrícolas e de renda dos agricultores, na China, porque se trata de uma política de Estado, que ocorre por meio de subsídios e compras públicas, bem como de fundos locais de financiamento.

Os novos atores representam uma forma de adensar as cadeias produtivas do setor, aprofundando (ou até mesmo criando) a especialização produtiva, a industrialização da agricultura, integração vertical e a intensidade tecnológica, com produção de culturas de maior valor agregado. A relação tradicional dos agricultores com a terra, com a produção e sua subsistência estaria (está) transformada em função da capitalização da atividade. Entretanto, não há consenso (como discutido no capítulo 02) sobre a intensidade desse processo em toda a China – diferentes graus entre as províncias –, sobre o nível e direção da capitalização nem sobre os seus efeitos sobre a população rural e os agricultores, sobretudo. Neste último aspecto, alguns autores – como Day (2008); Schneider (2016); Day e Schneider (2017) – avaliam que ‘agricultores sem-terra’ seriam uma nova categoria na China, que se avoluma anualmente. Autores como Zhang (2015), destacam que a diferenciação provocada consistiria em: classe capitalista empregadora, pequena burguesia de agricultores comerciais, agricultores com pelo menos dois empregos, trabalhadores assalariados e agricultores de subsistência. Ademais, o deslocamento de pequenos agricultores familiares com a “descamponesização”, na avaliação de Hairong e Yi (2015), que também destacam que para governos central e locais, além da academia chinesa a modernização contemporânea da agricultura da China é primordial como projeto nacional de desenvolvimento econômico.

A exposição das ações principais lideradas pelo CE e Comitê Central do PCCh levam a corroborar que nas últimas duas décadas, o aumento da escala de produção com modernização da produção e da comercialização, atribuindo essas funções a empresas líderes da industrialização da agricultura (*dragon head enterprises*). Além disso, a reconfiguração da posse da terra, quer dizer, a partir da reforma em que os agricultores foram autorizados a transferir seu direito de uso da terra, essas empresas passaram a estabelecer contratos de aluguel, ou melhor, de transferência de terras – “*large tracts of*

land” –, bem como contratar agricultores sob pagamento de salários. Alguns autores como Schneider e Shefali (2016) e Schneider (2014) descrevem esse processo na China como o seguimento do modelo americano de agronegócio.

A política de terras é parte, assim, da modernização da agricultura na medida em que é o caminho pelo qual se capitaliza a produção agrícola e pecuária, bem como se incentiva a empresarização, o que ocorre com a promoção de explícitas orientações do CE e Comitê Central do PCCh. Em diferentes anos, os relatórios trouxeram evidências para essa afirmação. As grandes empresas agroindustriais – que atuam em todos os elos da cadeia, portanto – promovem a reorganização e redistribuição dos fatores produtivos – capital e trabalho –, no campo: “*transforming the traditional household-based operation toward scaled-up, specialized, commercialized and vertically integrated agriculture*. (ZHANG; DONALDSON, 2008: 26).

Ao longo do período 2004 a 2020, CE e Comitê Central do PCCh foram indicando a ampliação dos montantes de execução do orçamento no âmbito dos governos central e local com rubricas específicas para modernização agricultura – como, agricultura, áreas rurais e agricultores, subsídios para produtores de grãos – e com rubricas indiretas – com espaço acentuado, desde 2008, para inovação tecnológica, canais de financiamento e crédito, automatização da agricultura (IoT), melhorias das condições de vida na zona rural. Ano a ano, os principais documentos oficiais tomados para elaborar este capítulo – relatório de trabalho, relatório do orçamento e documentos centrais de política número 1 – destacaram ações concretas para promoção da reforma estrutural pelo lado da oferta agrícola com integração entre os setores primário, secundário e terciário. Ao mesmo tempo, conforme os sucessivos Relatórios anuais de Implementação do Programa Nacional de desenvolvimento econômico e social, combinar a modernização com medidas de alívio da pobreza, de uma nova urbanização, de desenvolvimento sustentável (ampliação dos programas para preservação ambiental e conservação ecológica), de geração de emprego na zona rural, programas sociais, investimentos em infraestrutura na zona rural, treinamento da mão de obra, constituem a base da construção de um novo campo socialista. É por meio do desenvolvimento de novos atores empresariais com medidas de desenvolvimento social e sustentável para o rural que se está buscando, de acordo com os documentos oficiais, promover a modernização da agricultura da China. Maior escala de produção e mercados agrícolas competitivos vão sendo aprofundados sob a execução de programas estatais de apoio financeiro de todo o tipo.

Neste capítulo, sobretudo com dados e informações levantados dos documentos oficiais (CE e PCCh), aliado aos dois capítulos anteriores, foi possível considerar que para as autoridades chinesas a pequena produção agrícola precisava ser articulada ao projeto nacional de desenvolvimento econômico por meio da coordenação estatal do investimento, do progresso tecnológico, da industrialização e do aumento da escala de produção com especialização da agricultura. Sobretudo, por meio da introdução de contratos em todos os elos das cadeias produtivas agrícolas e pecuárias. A questão agrícola chinesa acirrada na década de 1990 como a baixa produtividade agrícola e dificuldade com controle de preços dos produtos agrícolas foram demandando soluções as quais manifestaram, na avaliação de alguns autores, uma questão agrária na forma de novas relações de contratação da mão de obra e da entrada e expansão de empresa capitalista no setor.

CAPÍTULO 04 – MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA PUXADA PELO ESTADO: A ESTRATÉGIA DE CRIAÇÃO DE NOVOS ATORES EMPRESARIAIS

Como visto anteriormente nos capítulos 1 a 3, o CE e o Comitê Central do PCCh vêm promovendo um processo de modernização e internacionalização da agricultura chinesa que articula o apoio e, até mesmo, o fortalecimento da pequena agricultura com o aumento da escala de produção e da geração de valor agregado. Isso com o objetivo de reduzir a dependência externa não somente de alimentos, mas também de insumos para as diferentes cadeias produtivas agrícolas.

Dessa forma, a agricultura e, em sentido mais amplo, o rural representa um eixo dos mercados doméstico e internacional, em que alguns autores se voltam para garantir a estabilidade doméstica (preços dos alimentos, renda) e outros atores, posições mais avantajadas na competição internacional.

A criação de novos atores nas atividades agrícolas e pecuárias foi um dos objetivos do CE, em maio de 2017¹²⁷, voltados à revitalização do rural. Consistem, de acordo com aquele documento, em uma forma de colocar produção de pequena escala e o desenvolvimento da agricultura moderna com o suporte de taxas preferenciais e preços preferenciais para a energia elétrica. Esses novos tipos são: *professional farmers* e *Family farms* e *farmer cooperative* e *dragonhead enterprises*. Entre as duas últimas existiria uma complementaridade, enquanto a cooperativa funciona como elo dos agricultores familiares com os grandes mercados – incrementando o seu nível de renda –, quer dizer, seria o modelo que os pequenos agricultores familiares adotam.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os novos atores empresariais que atuam na atividade agrícola chinesa, destacando as empresas líderes da industrialização da agricultura, e como estes foram criados a partir da estratégia de modernização agrícola chinesa desenvolvidas pelo Conselho de Estado (CE) e pelo Comitê Central do PCCh.

Para tanto, além desta introdução, este capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, é apresentada a revitalização do rural chinês e a expansão dos atores privados

¹²⁷ Disponível em <http://global.chinadaily.com.cn/a/201712/15/WS5a330b54a3108bc8c6734c7c.html> (visto em 14/03/2023).

na agricultura. E, por fim, na segunda seção, é realizada uma discussão a respeito dos novos atores ante à modernização contemporânea da agricultura.

4.1 – REVITALIZAÇÃO DO RURAL NA CHINA E EXPANSÃO DOS ATORES PRIVADOS NA AGRICULTURA

De 1950 a 1970, no período maoísta, conforme visto no capítulo 1, o desenvolvimento agrícola na China tomou, argumentam autores como Gradreau (2019), uma forma de sua particular revolução verde – com a intensificação da irrigação e do uso de fertilizantes e agroquímicos – com uma dinâmica notavelmente doméstica. Uma economia doméstica de grãos e de carne se desenvolveu de forma apartada do engajamento internacional e do capital transnacional. As reformas agrárias de Mao e Deng, mesmo sob a reconstrução histórica do socialismo de mercado, permitiram a fundação de igualitarismo enraizado, que mesmo que em processo de transmutação, foi essencial para industrialização intensiva em mão de obra e manufaturas em massa, com papel decisivo do investimento público e que tem avançado para fronteira da inovação tecnológica. China, no século XXI, sob a liderança de Xi Jinping, tem assumido, com suas empresas multinacionais de agricultura e pecuária, a liderança internacional sistema agroalimentar internacional (BELESKY, 2020).

Para inserção em nível de liderança da agricultura nos mercados internacionais, as autoridades chinesas passaram a apostar no papel da grande escala, no aumento da propriedade agrícola e na industrialização da agricultura – ou ‘subordinação da agricultura à indústria’ – conforme Lenin e Kautsky se esmeraram para explicar o desenvolvimento econômico da Rússia sob as transformações agrárias, entre fins do século XIX e início do século XX. A perspectiva leninista de que com a penetração do capital no campo, os camponeses desapareceriam enquanto classe e a de Kautsky, camponês se reduziria a proletariado se entrecruzam nas análises do recente quadro das transformações agrárias da China.

O fortalecimento da integração vertical na agricultura, com interação crescente entre agricultura e indústria e de agricultores especializados, bem como cooperativas e empresas líderes da industrialização da agricultura (*dragon head enterprises*) à frente são elementos da política agrícola chinesa que indicam a busca do CE e do Comitê Central do PCCh pela reconfiguração global das relações de circulação e de produção de

alimentos. As empresas estatais (SOEs), e as empresas de capital aberto com elevada participação estatal também são elementos outros criados a partir dessa concepção.

Estes novos atores, devem atuar para garantir a integração vertical e o adensamento das cadeias produtivas na agricultura e pecuária. Porém, a modernização da agricultura contemporânea da China não é sinônimo ou não se resume à integração vertical. A modernização da agricultura é mencionada nos documentos oficiais antes de integração vertical – que virá a constar, em 2015, no documento número 1 de política de 2015.

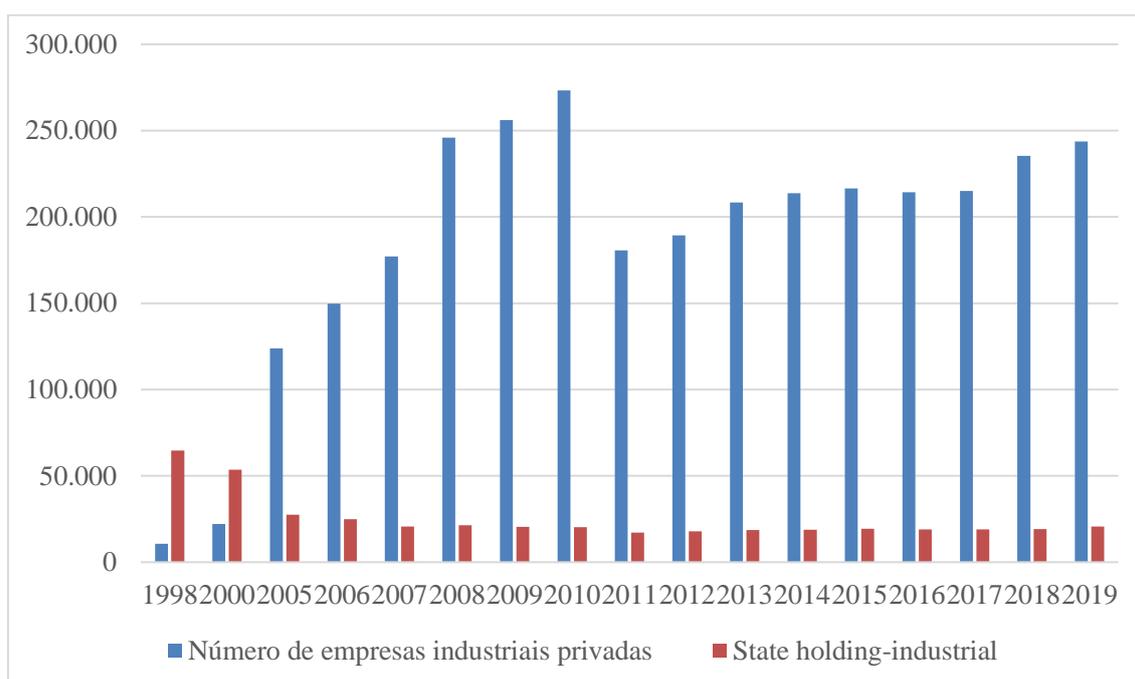
Autoridades chinesas, via documentos oficiais, argumentam que o sentido da integração vertical na China é o de induzir à inovação na agricultura por meio da industrialização, com promoção de mudanças na estrutura da demanda do consumidor, melhorando a competitividade agrícola fomentando aumento da escala produtiva, qualidade dos produtos e estabilidade da oferta. E os principais modelos utilizados de interação entre os atores, seriam: empresas industriais e comerciais utilizam contratos ou alocação de capital para completar a reconstrução das relações de interesse sob ‘empresa + agricultor’ ou ‘empresa + cooperativa + agricultor’ que é o formato tomado, nestes documentos, como o ideal. Outras possibilidades, são de agricultores familiares¹²⁸ ou cooperativas especializadas de agricultores como propulsores nas fases de plantio e melhoramento de uma determinada cadeia industrial de produtos agrícolas até à jusante, incluindo desenvolvimento de armazenamento de produtos agrícolas, agroindústria (empresas líderes de industrialização da agricultura, basicamente) (YING, 2017). Nesse segundo formato, estimulam-se novas tecnologias, novos modelos de negócios que formariam um efeito de integração de geração de valor, que podem assumir as variações: cooperativas + agricultores + cooperativas + agricultores/cooperativas + agricultores + empresas e afins (YING, 2017). Contudo, há efeitos de transbordamento para incentivo a cadeias curtas de comercialização, o que é facilitado pelo apoio estatal ao *e-commerce*, logística.

Essa estratégia estatal de criação desses atores empresariais, como eixo da capitalização da agricultura e industrialização, sobretudo na década de 2010, tem sido exitosa no que diz respeito à expansão desses atores e ao papel que têm desempenhado na modernização agrícola chinesa.

¹²⁸ Todos os documentos do CE, do Comitê Central do PCCh e do NPC utilizam “agricultores familiares” e não camponeses (ver anexo III).

Os dados do Gráfico 4.1 evidenciam que, desde 1998, ano de criação das empresas líderes da industrialização da agricultura, o número de empresas privadas industriais passou a aumentar consideravelmente, saltando de um pouco mais de zero, em 1998, para quase 240 mil, em 2019. Vale ressaltar que nem toda a empresa líder é industrial, empresas de serviços e comércio também podem ser líderes, por exemplo.¹²⁹

Gráfico 4.1 - Evolução do número de empresas industriais médias e grandes – privadas e *state-holding* – em unidade (1998-2019)



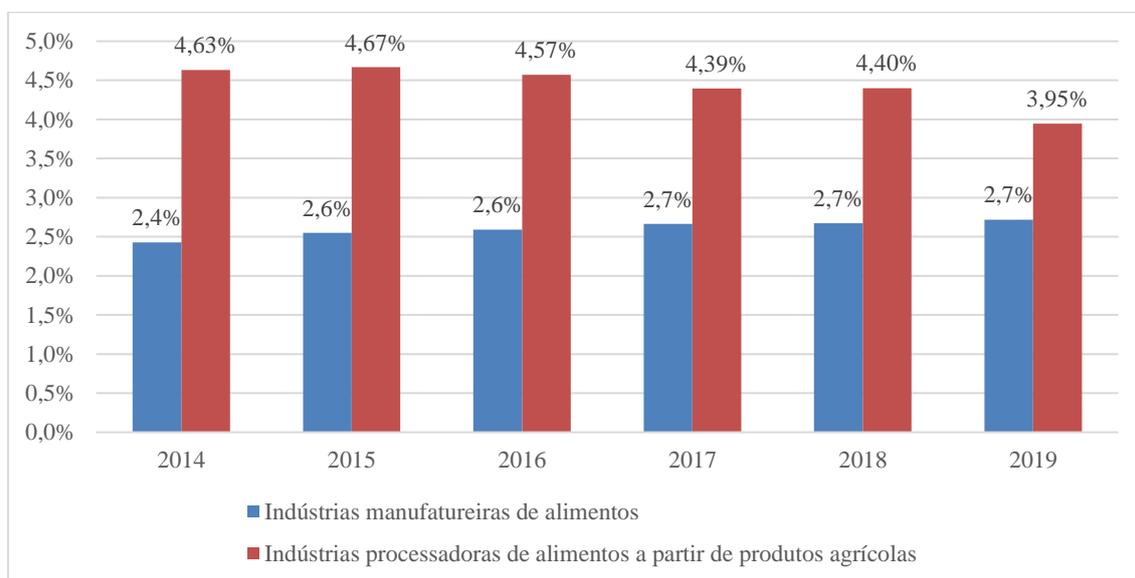
Fonte: A autora (2021) com dados *China Statistical Yearbook* (2020)

O Gráfico 4.2 mostra a evolução do número total de empresas industriais médias e grandes privadas por ramo de atividades (manufatureiras de alimentos e processadoras de alimentos). Empresas agroindustriais privadas – em que ambas essas categorias se inserem – podem ser enquadradas como empresas líderes. Cabe observar que a

¹²⁹ Nas bases oficiais de dados da China gratuitas e disponíveis, a categoria “empresa líder” não é encontrada. Dessa forma, para uma aproximação da compreensão da transformação que essa estratégia estatal de criação desses atores empresariais como célula da capitalização da agricultura e industrialização, nesta tese, utilizou-se os dados de empresas industriais médias e grandes (Gráficos 4.1 e 4.2) e os dados da CAALE, na subseção específica para empresas líderes da industrialização da agricultura. Autores como Schneider (2017), Zhang (2012), Zhang (2019) utilizam ou dados de departamentos locais do MARA (que são a fonte da CAALE, embora esta não os apresente, até dezembro de 2022, na forma de um banco de dados disponível) ou dados obtidos em pesquisa de campo ou de estudos realizados, como Linghor (2007). Somente nos últimos anos da década de 2010, um movimento para criação de institucionalidade – com departamento específico para essas empresas no MARA – passou a ser intensificado

participação das empresas líderes no total de empresas industriais média e grande ainda é pequena.

Gráfico 4.2– Evolução do número (%) de empresas industriais médias e grandes privadas por ramo (2014-2019)



Fonte: A autora (2021) com dados *China Statistical Yearbook* (2020)

Na agricultura da China, a acumulação de capital, no que denominamos nesta tese de modernização contemporânea da agricultura chinesa, tem por instituições: cooperativas de agricultores, agricultores especializados e empresas líderes da industrialização da agricultura, que se expandem a partir da atividade rural (“dentro”) e da entrada de empresas industrial ou de serviços nas atividades rurais (“fora”).

Alguns autores, como Yan e Chen (2015), Schneider (2017) e Zhang (2019) avaliam que se trata de um processo de “fim do campesinato. Outros autores, como Zhang e Donaldson (2010) destacam que se trata da reestruturação de uma agricultura assentada em camponeses para outra, assentada em grandes agricultores especializados – *‘from peasants to farmers’*”.

A transição agrária na China viria se desenrolando, de acordo como Philip Huang com uma capitalização sem proletarização – *“hidden agricultural revolution”* – isto é, observa-se um elevado aumento do produto agrícola total com aparente elevação das produtividades da terra e do trabalho, uma vez que a produção agrícola estaria se dando com maior volume em produtos como: carne, pescados, lácteos, ovos, vegetais e frutas.

Em linhas gerais, o relatório do 19º Congresso do PCCh mostra que a estratégia de revitalização do rural da China é expressa como aquela que representará “indústria (rural) próspera, ecologicamente habitável, costumes rurais, governança eficaz e vida abastada”. No documento n.1 de política do CE de 2018, a implementação desta estratégia é direcionada para promoção da entrada dos capitais industrial e comercial.

De acordo com Wang (2020), há mais de 150 mil entidades empresariais se deslocando para o campo com um investimento acumulado de RMB 2 trilhões¹³⁰. Tem se apostado nessa estratégia considerando que é uma forma de otimizar os recursos como a transferência de terra – pelo progresso tecnológico – e fundos agrícolas e rurais e de fatores de produção. Também pelo estímulo à organização rural, entre os agricultores ao se estabelecer um novo canal entre pequena produção e conglomerados empresariais ou também empresas líderes, com a promoção da produção integrada de diferentes ramos industriais na agricultura.

A entrada de capital comercial e industrial nas atividades agrícolas, promovida, coordenada e incentivada pelo CE e Comitê Central do PCCh, tem promovido a integração da produção agrícola aos mercados e alterando suas bases técnicas de produção.

O sentido da descamponização posto por Lenin (ver capítulo 1) pela diferenciação consequente da entrada do capital e sua transformação em assalariados rurais não parece ser a direção da modernização agrícola chinesa. Considerando as condições de vida na zona rural da China, o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, a manutenção da propriedade coletiva da terra sob uma política de terras recente que incentiva o cultivo em larga escala, aloca recursos públicos em vultosos subsídios para insumos agrícolas mostra uma direção de tentativa de articulação entre o campesinato e a produção em larga escala, centrado no projeto “socialista chinês de mercado”. Cabe observar que a direção desta modernização contemporânea da agricultura não tem se dado visando integralmente à exportação de *commodities*, ainda que se busque consolidar conglomerados empresariais nacionais para liderar as relações internacionais de produção e consumo de alimentos.

¹³⁰ Disponível em <http://www.gdncit.org/newsitem/278536093> (visto em 14/03/2023).

4.2 – OS NOVOS ATORES DA MODERNIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AGRICULTURA

O mote da modernização contemporânea da agricultura ou da segunda grande transformação da agricultura desde meados de 1990 – como Zhang e Donaldson (2008) avaliam – é a industrialização da agricultura. Nesta seção, busca-se descrever e avaliar a expansão de agricultores especializados, novas cooperativas agrícolas, empresas líderes da industrialização da agricultura, multinacionais da China e fazendas estatais como atores do CE do PCCh no desenvolvimento agrícola chinês. No capítulo 3, a partir de documentos como relatório de implementação do orçamento anual e de trabalho do governo, mostrou-se o gasto público como fundamental para expansão e crescimento desses novos atores, os quais são apresentados nesta subseção.

4.2.1 – *Agricultores especializados, agricultores familiares, grandes controladores especializados*

Autores como Sargenson (2013) associam a transformação da coletivização de terras para *household responsibility system* (HRS), a partir de 1978, com a mudança da economia central planificada para estratégia de desenvolvimento puxada pelo Estado chinês.

Andreas e Zhan (2015), Ye (2015), Huang; Guan; Jin (2016), dentre outros, destacam que o HRS, como política de redistribuição de terras, por meio do estabelecimento de contrato de forma individual com os agricultores – direitos de uso da terra agrícola – promoveu a formação de um mercado de terras (ver capítulo 03), a migração para zona urbana – atrelado ao papel das TVEs (*townshipe and village enterprises*) – e a fragmentação das unidades agrícolas produtivas, afetando, no longo prazo, sua escala e produtividade. Ao mesmo tempo, persistia em programas oficiais e na academia chinesa a perspectiva de que a agricultura chinesa tinha na pequena propriedade sua forma adequada (CHEN; HUFFMAN; ROZELLE, 2010).

Em 1997, foi implementado o programa ‘*tax sharing system*’ (discutido no capítulo 3) e durante o 15º Congresso Nacional do PCCh o termo modernização da agricultura passou a ser empregado em documentos oficiais do CE e do PCCh, bem como também passou a constar no Documento número 1 de Política do CE em 1998.

A partir desse momento, a questão da modernização agrícola alçou a condição de um novo patamar em sua busca de especialização, inovação e comoditização da produção agrícola. Desde 2004, os sucessivos documentos número de Política do CE atribuem relevância à modernização da agricultura como elemento central do projeto de desenvolvimento chinês. E os agricultores especializados são tomados como um dos atores essenciais para garantir o aumento da escala de produção, o que depende da política de transferência de terras.

Autores como Ye (2015) atribuem essa mudança de concepção do CE e do Comitê Central do PCCh, a partir do fim da década de 1990, à preocupação em promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN¹³¹). Porém, como argumenta Schneider (2016), na arena da política comercial internacional, há um uso estratégico pela China dos termos segurança alimentar e autossuficiência alimentar. A modernização da agricultura da China está tão ou mais associada a um projeto nacional de desenvolvimento de inserção competitiva nos mercados internacionais do agronegócio. É um processo de construção da marca chinesa.

A organização rural do HRS e da propriedade familiar em escala (*scaled-up family farm*) possuem características diferentes entre si. As unidades agrícolas familiares em escala são por vezes interpretadas como um tipo de “agricultura familiar empresarial” em função do arrendamento da terra, trabalho contratado e produção escoada para mercados não locais.

No caso da China, a interpretação pela “*hidden agricultural revolution*” entende que pequenas unidades agrícolas familiares ao se especializarem cada vez mais em produtos de maior valor agregado, estão se tornando mais intensivas conforme se complexifica o acesso a capital e mão de obra, apresentado no capítulo 2.

A industrialização da agricultura é compreendida pelo CE e Comitê Central do PCCh como o caminho para tornar a agricultura mais lucrativa e competitiva e o estabelecimento de contrato da produção, como destacam Guo; Jolly; Zhu (2007), seria a forma utilizada, por meio das empresas líderes, já no início do século XXI, visto que desenvolveriam sistemas produtivos, de mercado, tecnologia, assistência técnica, crédito, provisão de insumos, dentre outros a agricultores se utilizando de contratos. E têm estabelecido diferentes formatos de relação com os agricultores, os quais resultam da

¹³¹ Um termo disseminado que tem em organizações intergovernamentais como FAO-ONU e OMC, os principais difusores.

promoção, pelo CE e Comitê Central do PCCh, da integração vertical (YAN; CHEN, 2013).

Com a entrada e expansão do capital no rural da China, as unidades familiares de produção são tratadas, cada vez mais, pelo CE e Comitê Central do PCCh, como unidades empresariais, às quais são destinados programas de subsídios, dentre outros programas de fomento. Autores como Huang (vários trabalhos), Guo; Jolly e Zhu (2007), Huang; Guan e Jin (2016), Zhang (2019), bem como departamentos oficiais de governo da China (WANG, 2020) destacam que os tipos de relação contratual de agricultores familiares com a produção agrícola têm se dado das seguintes formas: (i) “empresa + agricultor”; (ii) “empresa + cooperativa/organização comunitária intermediária + agricultores”.

Pode-se considerar que as novas relações de trabalho seriam como Zhang (2019:131) afirma: “*The three most popular forms are ‘company + households,’ ‘company + production base + households’ and ‘company + cooperative + households*¹³².”. Trata-se de uma liberalização do HRS quanto à contratação da produção, considerando as metas de desenvolvimento postas pelo CE e Comitê Central do PCCh.

Zhang e Donaldson (2008) destacam, assim, que o CE e Comitê Central do PCCh estariam, na modernização contemporânea da agricultura da China – os autores denominam ‘*second leap*’ – transformando o agrário da China de *household-based*, pequena escala de produção agrícola próprios do HRS para agricultura especializada, comercial, verticalmente integrada e de larga escala. No caso da carne, de porco (será tratado no capítulo 6 desta tese), conforme Schneider e Shefali (2014), sob maciços incentivos do Estado, sua tradicional organização em pequenas fazendas e abatedouros locais têm dado lugar a um setor capital e recurso intensivo altamente produtivo e lucrativo. Como visto no capítulo 2 (Tabela 2.6), o número de empregados, na zona rural, em empresas privadas passa a aumentar desde 1999.

Nesse processo, a China aposta em uma série de atores e, particularmente, na estratégia de tornar pequenos agricultores em grandes agricultores especializados tem dependido da política de transferências de terra. Conforme relatório de trabalho do Comitê Central do PCCh de 2013, a proposta para 2014, era encorajar a transferência de direitos de uso contratado da terra para grandes, especializados operadores, agricultores familiares, cooperativas familiares e empresas agrícolas para eles poderem, assim, desenvolver as operações da agricultura de larga escala sob as diferentes formas.

¹³² Os documentos oficiais utilizam também esse formato para designar atores e relações entre eles.

A possibilidade de hipoteca da terra agrícola foi também introduzida sob a justificativa de representar uma fonte de receita a agricultores para adquirir participações em empreendimentos na agricultura moderna. Novas formas de escalas de operação das unidades de produção agrícola têm se desenvolvido sob essa política estatal sistemática de transferência de terras e de apoio aos novos atores ou à produção agrícola moderna de larga escala (HUANG; GUAN; JIN, 2016).

Entretanto, essa meta de desenvolver atores desse tipo não equivale afirmar que pequenos agricultores ou a pequena produção agrícola deva ser eliminada ou totalmente transformada em grande produção. Zhigang (2015) avaliou que se considerando a heterogeneidade das condições de desenvolvimento e estágios de modernização agrícola entre as regiões da China, não seria produtivo adotar uma única estratégia para operações da agricultura familiar, cooperativa de agricultores e serviços no âmbito da modernização agrícola.

4.2.2 – Cooperativas agrícolas ou de agricultores

As cooperativas de agricultores detêm papel semelhante ao dos agricultores especializados, isto é, cabe-lhes uma atuação que leve ao aumento da escala de produção agrícola da China. No período maoísta, as cooperativas foram alicerces da coletivização ao contribuir para que os camponeses acessem a insumos e participação nos ganhos das safras¹³³ (GURLEY, 1976). Desde que a modernização da agricultura, em fins da década de 1990, passou a constar nos documentos oficiais do CE e Comitê Central do PCCh, as cooperativas de agricultores foram revisitadas.

Dessa forma, as cooperativas são um instrumento de facilitação da penetração do capital no rural da China. Huang, Guan e Jin (2016) elucidam que esse mecanismo de transferência de terras e cooperativas ocorre da seguinte forma: por meio da transferência dos direitos de gestão – o que se dá, principalmente na forma de subcontratação ou arrendamento (ver capítulo 2 desta tese) – ou na forma de participação em cooperativas. Ainda na forma de transferência de direitos de gestão, as cooperativas são, além de agricultores, as principais receptoras.

¹³³ Destacando-se uma primeira fase quando a propriedade da terra se manteve privada (1953-1956) e outra, quando a propriedade passou a ser comunal (1956-1958).

São consideradas novas cooperativas rurais aquelas que se originaram a partir da *Law of the People's Republic of China on Specialized Farmers Cooperatives* de 2006 – adotada na 24ª reunião da Comissão Permanente da Décima Assembleia Popular Nacional. Essa lei instituiu cooperativas agrícolas especializadas como espaços de ajuda mútua entre agricultores e os agricultores podem participar livremente e fazer a gestão democraticamente – assumindo a forma de compradores, fornecedores ou usuários. No documento número 1 de política do CE, as cooperativas de agricultores são colocadas ao lado de agricultores familiares, grandes controladores especializados como forma de o Estado garantir suporte na contratação de terra a ser transferida a esses atores.

De acordo com Hao (2018), é responsável oficial pelo registro de cooperativas, *Industrial and Commercial Bureau* (ICB) e a prerrogativa para seu registro, sem taxa, é que pelo menos 5 cidadãos chineses – podendo ser empresas ou outras entidades relacionadas com produção e operação da atividade fim – sendo que 80% dos membros de uma cooperativa deverão ser agricultores. A distribuição de lucros, de acordo com aquela Lei será realizada entre os membros com base em seu faturamento junto à cooperativa e o percentual de lucros a ser dividido entre os membros deverá exceder 60% do lucro total¹³⁴.

Há considerável nível de heterogeneidade entre os membros das cooperativas chinesas de agricultores expressas em termos de escala de produção, participações de capital e capital social. Cada vez mais, empresas líderes da industrialização da agricultura têm se juntado a cooperativas, o que tem levado a análises que concluem a existência de “falsas cooperativas” (CUI; XIE, 2014). Zhang (2009) lembra que empresas líderes podem *iniciar* uma cooperativa de agricultores, o que as permite, pelas características dessas cooperativas, exercer papel determinante na atuação da cooperativa.

A governança das cooperativas especializadas tem se estruturado com esta heterogeneidade de seus membros mais na direção de membros centrais. Muitas mantêm a estrutura de assembleia geral, conselho de diretores e conselho de supervisores (HAO, 2018). Porém, como destacam Liang et al (2015), as assembleias funcionam mais como uma forma de garantir aos conselhos superiores popularizar técnicas de produção agrícolas, bem como de informes das políticas agrícolas em andamento.

¹³⁴ Xie, Xiong e Fan (2019) não traduziram como ‘lucro’, porém, como excedente. De fato, a lei chinesa para entidades de negócio não atribui a cooperativas a característica de perfazer lucro.

Em 2017, essa Lei foi modificada durante a 31ª reunião da Comissão Permanente da 12ª Assembleia Popular Nacional em 27 de dezembro de 2017¹³⁵ buscando dar conta de aprimorar os aspectos de funcionamento como pessoa jurídica, além de apoio estatal. Cabe à Administração Estatal de Regulação de Mercado sua regulação, uma vez que as cooperativas gozam de igualdade jurídica com quaisquer outras entidades de mercado. A Lei estabelece algumas formas concretas para suporte na sua criação e operacionalização de atividades, tais como: ativos formados por contribuições de capital dos membros, fundos de previdência, subsídios diretos das finanças do Estado, doações de terceiros e outros ativos obtidos legalmente. Constitui-se, portanto, um ator que garante a inserção das pequenas unidades familiares em cadeias produtivas e circuitos complexos como pequenas unidades de produção agrícola ou pecuária.

Cabe a elas facilitar a entrada dos agricultores no mercado de produtos agrícolas e de aquisição de insumos, bem como facilitar o acesso ao crédito. As novas cooperativas, deve-se ressaltar, não se restringem, nesse plano, a funcionamento local, algumas experimentam um processo de internacionalização incentivado pelo Comitê Central do PCCh e CE, o que condiz com o papel a elas atribuído e ao fato de a produção e aquisição de insumos agrícolas por cooperativas representarem em torno de 50% do total¹³⁶. As cooperativas especializadas facilitam a celebração de contratos entre agricultores e empresas (líderes, especialmente) e sua atuação se dá em conjunto com as associações rurais e se espera que sejam criadas as associações de industrialização da agricultura, enquanto esse plano se aprofundar e avançar. Além da RA, desde 2004, as cooperativas de crédito¹³⁷ ou revitalização do financiamento rural têm sido entendidos pelo CE como instrumentos para desenvolver rural. Busca-se determinar a pessoa jurídica e reformar sistema de sua gestão, passando aos governos locais, bem como mercantilizar o crédito.

¹³⁵ “Artigo 2 – O termo "cooperativas de agricultores profissionais", conforme usado nesta Lei, refere-se a uma organização econômica de ajuda mútua baseada em operações contratuais de famílias rurais, produtores e operadores de produtos agrícolas ou fornecedores e usuários de produção agrícola e serviços de gestão, voluntariamente associados, e administra democraticamente”.

¹³⁶ Em: <https://china-county.org/a/xyjjlt/2011/0311/2010.html>

¹³⁷ O cooperativismo de crédito agrícola é parte do desenvolvimento rural no mundo todo, desde a criação da primeira cooperativa de crédito na Alemanha, em 1847. De acordo com Yong (s/n), na China, cooperativismo de crédito para agricultura se fortaleceu a partir de 1920, em meio ao acelerado desenvolvimento desde a Revolução Comunista, no final da década de 1940. E seu papel – além de crédito rural, produção e abastecimento – para restauração da agricultura (produção e mercados) foi essencial. A partir de 1958, de acordo com Yong (s/n), cooperativas de crédito foram transformadas, pelo governo maoísta, em comunas populares, aproximando-se de um banco nacional de crédito. Com as reformas econômicas entre 1978-79, empreendeu-se uma reforma financeira rural, mas a recuperação foi lenta, em 2002, grande número de cooperativas de crédito rural estava em estado de insolvência.

Em documentos oficiais do CE e Comitê Central do PCCh – como avisos, pareceres e documento número 1 de política – expressa-se a preocupação com a capacidade de financiamento do investimento na agricultura e pecuária. Com o incentivo à criação de novos atores na agricultura, departamentos agrícolas e rurais dos órgãos do governo central e governos locais têm sido instados a aprofundar cooperação com instituições relevantes, estabelecendo apoio financeiro a empresas líderes da industrialização da agricultura (principalmente). A meta tem sido orientar e coordenar todos os tipos de instituições financeiras para inovar seus produtos de crédito para empresas em todos os pontos da cadeia produtiva – à jusante e à montante¹³⁸. Em 2018, foi completada a implementação da *State Agricultural Credit Guaranty Alliance Company* e outras 33 empresas de garantia de crédito em nível provincial, que proveram crédito para mais de 49 mil projetos de agroindústria, totalizando RMB 44,3 bilhões (MoF, 2019).

Não somente a empresas essas soluções em oferta de crédito têm sido buscadas. Aos agricultores, de modo que se tem buscado melhorar em garantias hipotecárias e mecanismos de transferência de direitos de propriedade. Por meio de cooperativas, que os departamentos de agricultura e assuntos rurais passem a explorar o modo de participação acionária dos fatores de produção, compartilhando benefícios com os agricultores. Como forma de atrelar ainda mais os agricultores a empresas líderes, orientar os agricultores a investir em empresas líderes por meio de seus direitos de gestão da terra, além de trabalho, capital, suas instalações, dentre outros. Ainda, a construção de cooperativas de agricultores também é responsabilidade das empresas líderes da industrialização da agricultura que devem financiar sua criação com participação de ‘agricultores familiares’, que deverão formar uma comunidade de desenvolvimento industrial.

A revisão da definição de cooperativas agrícolas tem, para alguns autores como Liu (2014) – contribuído para conduzir a governança, restaurar o uso de terras e recursos naturais na zona rural, otimizando seus padrões de uso, bem como melhorando seus níveis de conservação. E para melhorar os níveis anuais de produção e as condições de vida na zona rural. Ainda na interpretação de Liu (2014), elas teriam condições para introduzir

¹³⁸ Disponível em http://www.gov.cn/zhengce/zhengceku/2021-10/27/content_5645191.htm (visto em 14/03/2023)

inovações na gestão da consolidação de terras e, mais ainda, implementar projetos agrícolas, melhorando eficiência financeira e promovendo a inovação agrícola.

No entanto, na avaliação de Hu; Zhang; Donaldson (2017), representam unidades privadas de agronegócio, que estabelecem relações de mercado, via contratos, com agricultores. E essas não poderiam ser de fato denominadas de cooperativas. Por outro lado, persiste, na China, o registro de cooperativas em seu sentido genuíno e essas, a despeito dos desafios, permanecem sendo fonte de benefícios a seus membros. É um dos atores novos do qual se espera tanto incentivos para revitalizar o rural quanto para aumentar o nível de renda da população rural.

As cooperativas são consideradas instrumentos para promover a agricultura comercial e industrial. De acordo com documento do Fórum Econômico de Condados¹³⁹, “organizações cooperativas profissionais de agricultores chineses” ou “cooperativas de agricultores de características chinesas”, são uma forma totalmente inovadora de organização (voluntária, de acordo com esse documento) dos agricultores na China, que têm contribuído com a modernização contemporânea da agricultura (“nova Era do desenvolvimento agrícola e rural”) ao facilitar a entrada dos agricultores familiares no mercado, levando ao desenvolvimento da industrialização da agricultura e, assim, promover a renda dos agricultores. O documento reconhece que esse processo não tem sido tão rápido como se esperava tampouco será possível resolver as contradições entre os interesses individuais de agricultores e a orientação comum ao mercado agrícola da China, porém, o êxito das novas cooperativas, aposta-se, permitirá a participação democrática dos agricultores familiares em toda a China¹⁴⁰. A engrenagem financeira para

¹³⁹ Em: <https://china-county.org/a/xyjjlt/2011/0311/2010.html>

¹⁴⁰ Os documentos de governos locais e central, bem como de agências do governo apostam nas cooperativas como instrumento, também, de fortalecer entre os agricultores um sentido de filosofia modernizante a partir da ‘economia de mercado de características chinesas’. Ao contrário do tratamento político conferido pelo PCCh aos quadros da zona rural entre as décadas de 1980 e 1990, no plano recente, comitê Central do PCCh e CE apostam em novos atores, como as cooperativas de agricultores como forma de aumentar ou induzir a participação política dos agricultores no âmbito da estrutura política e burocrática, evitando distensões e conflitos como a marcha dos agricultores nos primeiros anos da década de 2000, por exemplo: “As organizações cooperativas profissionais de agricultores são verdadeiramente organizações dos próprios agricultores, uma plataforma para os agricultores se comunicarem livremente e um coletivo para os agricultores tomarem decisões independentes. Os trabalhadores em nosso país agora têm organizações sindicais e várias organizações profissionais. Os residentes urbanos têm organizações de serviço comunitário com as quais se preocupar. Os alunos têm organizações estudantis e as mulheres têm organizações de mulheres. Apenas os agricultores, o grupo mais extenso e vulnerável, dificilmente pertencem a eles. Organizações, portanto, raramente têm oportunidades formais de comunicar ideias, obter informações, trocar sentimentos, expressar opiniões, participar da gestão e usufruir de recursos. A Organização Cooperativa Profissional de Agricultores acabou de fornecer esta plataforma e deu aos agricultores esta oportunidade.”

efetivar os valores alocados no orçamento federal na rubrica subsídio agrícola, nos 4 tipos previstos – de grãos (*liangshi butie*), de insumos (*nongzi zonghe butie*), qualidade de sementes (*liangzhong butie*) e de maquinário agrícola (*nongjiju butie*) – na transferência aos camponeses é crucial. O intervalo de tempo entre o valor de subsídios ser transferido para os governos locais e esses para transferir aos agricultores deve acompanhar o ciclo produtivo, especialmente, para balizar suas tomadas de decisão para produção e, assim, as futuras condições de comercialização ou de formação de preço de mercado¹⁴¹.

É possível ao agricultor ter acesso a subsídios ao se juntar a essas cooperativas, bem como a políticas preferenciais de doação de parte da propriedade, o que estimula agricultores a investir em cotas acionárias dessas cooperativas. De acordo com Xie, Xiong e Fan (2019), são atores que “articulam os contrários”, sistema cooperativo e sociedades anônimas de modo que a reciprocidade mútua aprenderia com as vantagens de financiamento pela participação acionária.

Em 2018, uma revisão da institucionalidade das cooperativas foi realizada e o *Industrial and Commercial Bureau* (ICB)¹⁴² passou para governança da agência ministerial diretamente ligada ao CE, criada também em 2018, a SAMR – *State Administration for Market Supervision* cuja principal atribuição é supervisão e gestão do mercado. De acordo com as informações de seu sítio eletrônico oficial, SAMR cabe: arcabouço regulatório antimonopólio, regular a “ordem de mercado”, além de aspectos da qualidade de produtos (industriais), segurança do alimento, padrões de qualidade de equipamentos usados em processos industriais. Quer dizer, SAMR consolidou, a partir das definições do 13º Congresso Nacional do Povo, realizado em 2018, uma série de outras agências¹⁴³, como *General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine* (AQSIQ), *China Food and Drug Administration* (CFDA) e a própria *State Administration of Industry and Commerce* (SAIC).

¹⁴¹ “In almost all provinces, the subsidy is transferred to each household by the county’s Financial Bureau through the banking system. In the initial year, for each household, the government set up a special account in a local bank. Each household is allocated a Current Deposit Book (Card) for accessing the annual allocation of the Agricultural Financial Subsidy Funds. In most counties, county finance bureaus allocate the subsidy funds to the local Rural Credit Cooperative. According to policy, after the funds arrive to the local bank, a notice (for both grain and input subsidies) is supposed to be sent to each household.” (HUANG et al, 2011: 57)

¹⁴² Em nossas buscas, todas as referências que encontramos na busca por IBC nos remeteram à SAIC, que por sua vez, desde 2018, passou a SAMR.

¹⁴³ De acordo com Wang, Yang, Zhang e Liu (2018), além destas, unidades como: *Price Supervision and Anti-monopoly Bureau* (NDRC), *Anti-monopoly Commission* (CE), *State Intellectual Property Office* (SIPO), dentre outras, também foram consolidadas sob SAMR. Para os autores, essa reorganização representaria uma simplificação nas tratativas de procedimentos que poderiam contribuir com a atuação de empresas multinacionais na China.

De acordo com o Gabinete de Cooperação Profissional da Estação Econômica e Gestão do Ministério de Agricultura e Assuntos Rurais (MARA), em 2015, havia mais de 1 milhão de cooperativas registradas em departamentos nacionais de indústria e comércio na China. E seriam os veículos mais relevantes para operação em grande escala nas áreas rurais e construção de um novo sistema de gestão agrícola, com estímulo à economia de mercado. Isso porque, nas cooperativas, quer dizer, sua expansão, CE e Comitê Central do PCCh apostam no aprofundamento de um novo tipo de relação contratual, que permitirá aos agricultores situação mais estável para obtenção de lucros por meio de uma única relação de contrato ou cooperativa. Por outro lado, é uma forma de dispersar riscos associados a uma única cooperativa, pois uma cooperativa unifica muitas cooperativas em termos de prestação de serviços e fornecimento de insumos, por exemplo.

Documento de notas explicativas a respeito do 3º Censo Nacional da Agricultura (2017-2018) elaborado por *Department of Rural Surveys* (NBS), destaca que o rural chinês viria experimentando significativas transformações, dentre elas, a expansão de novos atores em produção e operação na agricultura, como cooperativas de agricultores especializados, fazendas familiares e empresas agrícolas. Assim, ao fim de 2016, esses novos atores totalizavam 2,04 milhões – aumento de mais de 417,4% em comparação a 2006, quando foi promulgada a lei de cooperativas. Especificamente, o número de cooperativas de agricultores especializados chegava, neste mesmo período, a 910 mil unidades em produção, operação (indústria ou beneficiamento) e serviços. Depreende-se que essa reformulação das cooperativas de agricultores realizada em 2006 é um dos elementos que tem feito capilarizar no país as ações de modernização da agricultura pela organização dos agricultores. De acordo com dados do MARA, as cooperativas especializadas mantiveram alguma trajetória de expansão desde 2016, uma vez que no primeiro trimestre de 2021, havia 2,257 milhões de cooperativas.

Existem, de acordo com Parecer do MARA de 2015, na China 4 tipos de associações de cooperativas: (i) orientadas para produção – produtos agrícolas mais consumidos em uma dada região ou área, absorvem cooperativas para aumentar a escala de produção, buscam a mecanização, modernizar a produção, processamento primário, fornecimento direto e vendas diretas, estendendo-se à jusante na cadeia; (ii) associações de vendas – beneficiando e comercializando hortaliças, frutas próximo ao mercado consumidor final, desempenham papel de líder, coordenando os negócios; estabilizam ativamente os canais e se esforçam para vender os produtos das cooperativas associadas

com menos vínculos e melhores cultivos de marcas conjuntas; (iii) associações de cadeias industriais – tecnologia de produção, métodos de gestão, canais de venda que dependem de empresas agrícolas e cooperativas profissionais e uma coordenação global das cadeias, por fim, (iv) associações abrangentes – enraizadas em comunidades rurais tradicionais com delimitação municipal e de cidades, objetivo de atrair agricultores da região, conteúdo e serviços prestados são flexíveis, busca atender as necessidades e as condições da comunidade.

Algumas federações de cooperativas foram sendo criadas na China, nos últimos anos, as quais permitem alguma fonte de dados e de informações a respeito de sua evolução. A Federação para toda a China de cooperativas de abastecimento, de acordo com informações do sítio eletrônico de SAMR, em julho de 2022, informava que as vendas totais do sistema cooperativo chinês (essa rede abrange os três níveis de condados e vilas) de abastecimento e comercialização no primeiro semestre de 2022 alcançaram mais de RMB 2,9 bilhões, um aumento de 19,1% em relação ao primeiro semestre de 2021. Esta federação, por sua vez, é proprietária do *China Co-Op Group*. De acordo com a descrição de seu sítio eletrônico, *China Co-op Group* é uma empresa líder da industrialização da agricultura que atua na produção agrícola, consumo da população rural e urbana, reciclagem e processamento de recursos renováveis, comércio eletrônico e serviços financeiros, além de mercados atacadistas. Seu ativo total chega a RMB 150 bilhões, conta com 11 subsidiárias e mais de 38 mil funcionários em toda a China¹⁴⁴. O sistema de cooperativas chinês de abastecimento e comercialização contribuiu para coordenar recursos nos condados, bem como construção de redes de serviços e distribuição para agricultura.

Há ainda um sistema de ‘cooperativas de demonstração’, as quais estão atinentes à C&T, buscando fortalecer capacidades tecnológicas dessas cooperativas. De acordo com dados de Relatório de 2020 produzido pelo MARA e *China Rural Cooperative Economic Management Society*, naquele ano, essas cooperativas apresentaram número médio de membros igual a 245 e atingiram uma receita operacional média igual RMB

¹⁴⁴ As cooperativas funcionam também como agentes de importação de insumos. O Grupo CO-Op, por exemplo, ressaltou que entre 2021 e 2022, ante a dificuldade de fornecimento doméstico de fertilizantes à base de potássio, todo o sistema tomou medidas comuns para expandir as importações deste fertilizante e garantir seu abastecimento nacional, suprindo as necessidades de produção agrícola nacional. Mais do que isso, o sistema teria desenvolvido a prestação de ‘serviços socializados’ para a produção agrícola. Dessa forma, induz-se à empresarização também por cooperativas e, essas, garantem a estabilidade de fornecimentos em todos os níveis de produção agrícola. De acordo com as informações do sítio eletrônico da SAMR, o sistema vendeu 87,7 milhões de toneladas de fertilizantes para os agricultores no primeiro semestre de 2022 (+17,5%).

15,14 milhões e em torno de 70% de seus diretores apresentavam ensino médio ou superior. Além disso, o número médio de marcas registradas é de 1,18 e de patentes, 0,52 e de certificação de produtos agrícolas, 2,23. Naquele ano ainda, em torno de 25% dessas cooperativas fizeram negócios de processamento (beneficiamento). Em 2021, de acordo com dados do MARA, haveria 157 mil cooperativas de demonstração locais e 7,3 mil, nacionais. Desde 2021, o Ministério tem buscado intensificar a conexão entre cooperativas e empresas estatais como a COFCO, Sinochem, China Post, dentre outras, como forma de estimular sua receita e a própria integração vertical.

É possível destacar, ainda, a Sociedade de Gestão Econômica Cooperativa Rural da China – aprovada pelo Ministério de Assuntos Cívicos e chefiada pelo MARA – que atua para garantir que as cooperativas especializadas permitam aos agricultores se inserir na estratégia de “revitalização do rural”, bem como para possibilitar a introdução de novas técnicas e tecnologias na agricultura em toda a China (HUAZHENG, 2016)¹⁴⁵. Para o Comitê Especial de Desenvolvimento da Indústria Rural desta Sociedade estabelecido em 2022, o incentivo e a promoção à industrialização da agricultura é uma forma de induzir ao ‘pleno emprego’ na zona rural e aumentar a renda da população rural e as cooperativas representariam atores indispensáveis nessa aproximação (JIAYANG, 2022)¹⁴⁶.

Na avaliação de alguns autores, como Yeh; O’Brien e Ye (2013), as cooperativas representariam uma espécie de terceira via:

Like Liang Shuming, who lamented villagers’ inertia, contemporary intellectuals lament ‘fake’ cooperatives, which exist in name only, or are dominated by a few rich farmers or ‘dragon-head’ (longtou) enterprises. Yan shows that many supporters of today’s movement downplay class differentiation because, as Day (2013, this collection) also argues, they conceptualize rural society as an undifferentiated whole.

Tradicionalmente, as cooperativas representam o instrumento para fortalecer a organização de (pequenos) agricultores. Como vimos, na China, as cooperativas de agricultores têm adquirido escopos diferentes. Cooperativas profissionais e cooperativas de acionistas (*joint-stock cooperatives*) têm sido as formas predominantes. Xie, Xiong e Fan (2019) elucidam que no segundo formato, está-se diante de uma pessoa jurídica em que o sentido da ‘cooperação’ é substituído pela participação acionária e os acionistas

¹⁴⁵ Disponível em http://www.xinhuanet.com/politics/2016-08/27/c_129257847.htm (visto em 14/03/2023).

¹⁴⁶ Disponível em https://economy.gmw.cn/2022-08/01/content_35924975.htm (visto em 14/03/2023).

terão *direitos* conforme o tamanho de sua participação. Assim, não somente agricultores são parte delas, visto que funcionariam como empresas. Em 2017, de acordo com os autores, em toda a China, havia mais de 1,8 milhões de cooperativas.

Conforme divulgação no sítio eletrônico de SAMR¹⁴⁷, em 2022, a emissão do “Aviso sobre o Sistema Financeiro das Cooperativas Profissionais de Agricultores” a atuação de cooperativas financeiras deve ser continuamente fortalecida e amparada, nos termos da Lei de Cooperativas. Um dos aspectos essenciais deste aviso é que o sistema de cooperativas deve melhorar seu sistema de gestão financeira para garantir suas condições próprias de financiamento. Passa-se a construir, assim, um sistema nacional de contabilidade unificada. E às cooperativas caberá elaborar planos para captação de recursos, determinando escala pertinente e procedimentos internos para sua aplicação. Ainda, os membros da cooperativa poderão realizar contribuições de capital em moeda em espécie, direitos de propriedade intelectual, de gestão fundiária e florestais. O Estado, ao realizar subvenções diretas ou terceiros que realizem doações, terão esses elementos constituídos em fundo especial em que as quantificações para associados deverão ser realizadas. Nos ativos das cooperativas, podem ser contabilizados além de recursos monetários, estoques, biológicos, imobilizado, intangível e investimento estrangeiro.

O Comitê Central do PCCh e o CE têm atribuído às cooperativas, o papel de organizar os agricultores familiares (não aqueles já especializados ou que operam em maior escala, vale ressaltar) conforme sua atuação nos diferentes elos de cadeias produtivas em termos de produção, processamento e comercialização em torno das empresas líderes da industrialização da agricultura (DH – *dragon head enterprises*). Na esteira dos estímulos concedidos pelo Estado chinês, desde meados da década de 2010, o país vivencia um *boom*¹⁴⁸ de cooperativas agrícolas comerciais. De acordo com Hu; Zhang; Donaldson (2017), em outubro de 2015, havia 1,5 milhão de cooperativas agrícolas especializadas registradas, enquanto em 2008, 100 milhões de agricultores estavam registrados em cooperativas.

¹⁴⁷ O aviso abrange, vale ressaltar, departamentos de finanças, de agricultura, pecuária e áreas rurais, comissões de todas as províncias, regiões autônomas, municípios diretamente subordinados ao governo central, além de Secretaria de Finanças e Agricultura e Assuntos Rurais, específica de Xinjiang.

¹⁴⁸ No final de 2013, havia mais de 980.000 cooperativas de agricultores, com 74,12 milhões de membros, respondendo por 28,5% do número total de famílias de agricultores, ampla cobertura da indústria, maior força econômica e papéis cada vez mais proeminentes. Em 1990, o Ministério da Agricultura emitiu os “Regulamentos Provisórios sobre Empresas Cooperativas de Participação de Agricultores”, que afirmavam claramente: “As Empresas Cooperativas de Participação de Agricultores são a economia cooperativa dos agricultores trabalhadores e a economia socialista de propriedade coletiva dos trabalhadores.”

Vejam algumas experiências de cooperativas em nível local.

O município de Muzi no condado de Anhua¹⁴⁹ é uma área pobre com tráfego bloqueado, informações precárias e uma única estrutura de indústria agrícola. Com o estabelecimento de uma cooperativa de reprodução (porcos) Muzi, desenvolveu-se mais de 160 membros e liderou 1.000 agricultores. Com várias famílias, a cooperativa implementa o modelo de produção industrializado de "combinação unificada de raças, fórmula alimentar unificada, procedimento de imunização unificado, operação de tecnologia de produção unificada, vendas de marcas unificadas". Em 2004, produziu 30.000 suínos vivos e vendeu 1.500 toneladas de ovos frescos, 250.000 galinhas poedeiras e cerca de 15.000 cabras, fornecendo 250 toneladas de leite fresco para a sociedade. Estima-se que, em três anos, alcance a escala de 100 mil suínos para abate por ano.

Porém, em 2021, Relatório elaborado pela ChangJiang Futures¹⁵⁰ destaca a dependência de suínos reprodutores da importação de suínos comerciais ternários 'Du Changda'. Em geral, de acordo com o relatório, ainda se carece de disponibilidade massiva de medicamentos e vacinas para controle e prevenção de doenças do rebanho suíno no país, o que dificulta as possibilidades para cruzamento¹⁵¹.

Não somente em suínos, mas em citros o município de Anhua se destaca. Anhua é um grande município produtor de citros em Hunan, com uma área de plantio de 43.000 mu, com uma produção anual de mais de 20.000 toneladas de citros. Entre eles, a área de citros em 10 municípios (fazendas) no Zhexi a área do reservatório cresceu para 28.000

¹⁴⁹ "Para acelerar a construção de organizações cooperativas de agricultores especializadas, é necessário um grande número de agricultores qualificados, bem como o apoio e orientação dos quadros de aldeias. Hoje em dia, a maioria dos quadros de aldeias em áreas pobres como o condado de Anhua ganham apenas 1.000 yuans por pessoa por ano. Suas próprias vidas básicas não podem ser garantidas. Se os quadros das aldeias têm de se concentrar na gestão dos assuntos da aldeia e ajudar os agricultores a enriquecer a tempo inteiro, este tipo de remuneração é de facto muito baixo para mobilizar o seu entusiasmo pelo trabalho. Portanto, é recomendado que as finanças centrais, provinciais e municipais aumentem o pagamento da transferência e aumentem o ajuste salarial para os "três chefes" das aldeias, sucursais e dois comitês em áreas pobres como a montanha Anhua para 4000-5000 yuans por pessoa por ano. O pagamento da transferência financeira será pago em dia. O valor total é distribuído a cada quadro de aldeia."

¹⁵⁰ É uma empresa subsidiária integral da Changjiang Securities International Financial Group Limited, sendo autorizada a regular atividades em contratos futuros e assessoria em contratos futuros e está localizada em Hong Kong, de acordo com seu sítio eletrônico.

¹⁵¹ Após a ASF, muitas fazendas passaram a se utilizar do retrocruzamento de três vias que consiste em usar porcas comerciais de três yuans como reprodutoras, cruzamento com varrascos reprodutores de um yuan, um dos pais é oriundo de cruzamentos comerciais. De acordo com Relatório da ChangJiang Futures, antes da ASF, a taxa de sucesso reprodutivo de porcas reprodutoras binárias normais era de 90% a 95% e o tamanho da ninhada anual, 28. Porcas ternárias retrocruzadas apresentavam sucesso de 60% a 70%, com uma ninhada anual entre 18 a 20. Após a ASF, a taxa de sucesso reprodutivo das porcas binárias reprodutoras caiu para 85% a 90% e a ninhada, 18 a 20.

mu, o que é normal. Por meio de contratos estabelecidos entre organizações cooperativas profissionais de agricultores, o progresso tecnológico pode ser acelerado, as variedades podem ser melhoradas, as informações podem ser trocadas e os recursos de informações de mercado podem ser compartilhados.

O Departamento de Agricultura e Rural da cidade de Wuzhou assume a liderança na organização das atividades de seleção e elogios das Dez Melhores Cooperativas de Agricultores Profissionais, das Dez Fazendas Familiares, dos Dez Produtores de Grãos, dos Dez Criadores de Porcos e dos Dez Melhores Plantadores de Chá da Cidade de Wuzhou em 2021. Com base na declaração da unidade ou individual, recomendação em nível de condado e solicitação de opiniões de departamentos relevantes, foi pesquisada e formada uma lista de recomendações propostas (lista anexa), que agora é anunciada publicamente.

Em 2021, o Escritório Agrícola e Rural de Condado de Nanling divulgou aviso¹⁵² sobre realização do trabalho de demonstração de fazendas familiares de demonstração em nível de condado e cooperativas de demonstração de cooperativas de agricultores em 2021, em que ao procurar aplicar a orientação geral do Comitê Central do PCCh, o governo local do condado promulgou diretrizes para criação de cooperativas de agricultores como modelo central para organização rural. São definidas condições para acessar a esses benefícios que passam pelos produtos, áreas destinadas ao cultivo e chegam até mesmo à disciplina dos agricultores¹⁵³ – exigências similares aquelas para concessão do título de ‘empresa líder’.

Em visita, realizada ainda em 2020, à Cooperativa Profissional de Máquinas Agrícolas e Agricultores de Luwei, no condado de Lishu, Xi Jinping destacou que as cooperativas especializadas têm permitido, além da vivência cooperada entre seus membros, melhorar o nível de mecanização das unidades, bem como de C&T, aumento

¹⁵² Disponível em <https://www.nlx.gov.cn/xwzx/tzgg/12036891.html> (visto em 14/03/2023)

¹⁵³ Foi definida a cota para 2021 de 30 fazendas familiares e para concorrer aos incentivos governamentais e para ser criada, deverá observar alguns itens, como: indústria de plantio: a escala contígua de grãos e óleo é superior a 200 mu, as hortaliças da fábrica (incluindo melões e frutas, as mesmas abaixo) chegam a mais de 20 mu, e as hortaliças de campo aberto chegam a mais de 100 um; criação de animais: o abate anual de porcos é superior a 1.000, o abate anual de ovelhas é superior a 500, o estoque anual de gado leiteiro (carne) é superior a 50 e o abate anual de aves é superior a 80.000; indústria da aquicultura: área de reprodução em escala atinge mais de 100 mu; frutas: Uvas, mudas, flores chá atingem mais de 100 acres; silvicultura: nada menos que 250 acres em áreas montanhosas, nada menos que 200 acres em áreas montanhosas e nada menos que 100 acres em áreas planas; a indústria de plantio e reprodução especial alcança mais de 100 acres, e a fazenda abrangente que combina plantio e reprodução tem mais de 200 acres. São ainda exigidos comprovante de boa conduta (disciplina) do agricultor e as unidades produtivas não poderão ter mais do que 1.000 mu.

da escala e da eficiência agrícolas (YAN, 2020). É interessante destacar que no caso desta Cooperativa específica, o nível de concentração da terra foi aumentado e sua renda, obtida com os dividendos da terra, também foi ampliada (YAN, 2020).

4.2.3 – *Dragon heads enterprises* (DH) – empresas líderes da industrialização da agricultura

A referência a empresas líderes da industrialização da agricultura da industrialização da agricultura apareceu em documentos oficiais da China, pela primeira vez, em 1998 (ZHANG, 2019). Na avaliação do CE e do Comitê Central do PCCh em diferentes documentos, as empresas líderes da industrialização da agricultura poderiam inserir pequenos agricultores aos mercados, fomentar a criação de agricultores especializados, adensar cadeias produtivas, introduzir tecnologias modernas nas unidades agrícolas, dentre outras ações capazes de dinamizar a agricultura do país.

Espera-se “trazer os agricultores para a nova agricultura”, isto é, para agricultura de contrato com o acesso (provido pela empresa líder) a insumos e a um sistema de comercialização que permita a esses agricultores entrar no mercado.

As empresas líderes da industrialização da agricultura são privadas e são os atores centrais da política de desenvolvimento agrícola e rural chinês: “Elas devem guiar as massas de agricultores na trajetória da industrialização e liderar a nação na trajetória da modernização.” (SCHNEIDER; SHEFALI, 2014: 24) e, mais do que isso, são empresas a induzir uma lógica empresarial na agricultura e no rural – tanto pelo incentivo a migrantes de retornarem para o campo quanto pela integração com as cooperativas cuja formação passou a ser incentivada. São empresas às quais se concede intenso apoio governamental e devem preencher determinados critérios quanto à promoção do desenvolvimento agrícola da China.

As empresas líderes devem atuar nos elos de processamento e comercialização das *commodities* agrícolas e organizam-se com a produção por contratação de agregados familiares e pelo arrendamento direto das terras e são colocadas como suplementares para guardar o sistema de segurança alimentar e nutricional do país.

Desde 1998, para ter o título de *dragon head* ou empresa líder da industrialização da agricultura diretamente do governo (nacional ou local), conforme Zhang (2012), empresas nacionais ou estrangeiras devem preencher alguns requisitos de capital, escala

de produção e intensidade tecnológica. Uma das vantagens de se obter esse título é o acesso preferencial a empréstimos das instituições financeiras dedicadas ao rural chinês.

O surgimento e a expansão das empresas líderes constituem política de Estado, que mobilizou políticas de suporte fiscal, taxas preferenciais e preços especiais para uso de insumos, como energia, por exemplo. A expansão das empresas líderes depende de vultosos volumes de subsídios concedidos (na forma de financiamentos, sobretudo) pelo governo central a essas empresas cuja criação e expansão se justificam a partir da política da promoção de integração vertical na agricultura, anunciada em meados da década de 1990 e fortalecida a partir da década de 2000 (GODFREY, 2014; SCHNEIDER, 2016; ZHANG, 2019). Essas empresas seriam o próprio agronegócio chinês, na avaliação de Schneider (2014) e Zhang (2019).

Nos primeiros anos da década de 2000, pouco tempo após sua menção inicial em documentos oficiais, Zhang e Donaldson (2008) observaram a proliferação desse tipo de empresa, visto que tanto empresas locais quanto centrais podem ter esse título para percepção de suporte estatal, sobretudo de crédito. Em 2004, 114 mil empresas passaram a ser reconhecidas como empresas líderes em toda a China e com 84,5 milhões de residentes rurais trabalhando nessas empresas.

De acordo com levantamento de Han Changfu (2012), em 2011, havia 284 mil organizações de gestão industrializada da agricultura, que impulsionavam 40% dos agricultores da China e que 110 mil empresas líderes haviam obtido receita de RMB 5,7 trilhões, sendo produtos agrícolas e processados representando um terço das vendas e, nas grandes cidades, vegetais com dois terços. Em 2016, havia mais de 130 mil empresas líderes na China, um aumento considerável se tendo em conta que, de acordo com Linghor (2007), em 2000 eram 151 empresas líderes, em 2003, 372 e, em 2004, 582 empresas.

Uma estrutura institucional para coordenar a concessão do título de empresa líder, fiscalizar e acompanhar o cumprimento das prerrogativas de empresa líder foi sendo aprimorada. Em 2013, foi constituída¹⁵⁴ por empresas líderes nacionais e locais *Chinese Association of Agricultural Leading Enterprises (CAALE)*, um movimento de consolidação de um grupo de interesse quanto ao desenho de políticas de incentivo a essas empresas, bem como de regulamentações e leis¹⁵⁵, em sua descrição no sítio eletrônico,

¹⁵⁴ Schneider (2017) menciona a existência de um órgão anterior, *Dragon Head Association*, no entanto, infelizmente não conseguimos encontrar o sítio eletrônico ou menção ao mesmo.

¹⁵⁵ De acordo com o sítio eletrônico da associação, em 03 de julho de 2012, foi criada com apoio de 16 atores, entre eles *China Agricultural Development Group Co., Ltd.*, tendo sua criação sido aprovada pelo MARA, em outubro de 2012.

destaca que CAALE é uma ponte entre ‘governo e empresa líder’. Para fomentar sua operação, em nível nacional e local, elas estabelecem ligações ao longo da cadeia produtiva com os agricultores familiares, bem como acordos com governos locais.

Guo, Jolly e Zhu (2007) afirmaram que, entre 1996 e 2000, as empresas líderes se destacaram como empresas agroindustriais designadas por autoridades em nível nacional, de província, municipal ou de condados com a missão de fortalecer as operações de escala, nível de tecnologia e gestão, bem como elevar o potencial da atividade agrícola de aumentar o nível de renda dos agricultores. Aquele ponto, cabia à *National Agricultural Industrialization Development Joint Committee*, que não existe mais, avaliar as empresas em condições de executar esses aspectos da missão. Em troca de suporte financeiro do Estado, em todos os níveis, além de desde 2002, financiamento específico do *Agricultural Development Bank of China*, as empresas líderes se comprometem a atuar conforme as diretrizes do Estado da China para agricultura¹⁵⁶.

A partir de 2004, quando os sucessivos documentos número 1 de política do CE passaram a lançar diretrizes para agricultura, a industrialização da agricultura se fortaleceu a cada Congresso do PCCh e a cada Plano Quinquenal (PQ) de modo que os incentivos a mais empresas adquirirem título de empresa líder foram sendo incrementados.

Em 2013 e 2014, novos documentos centrais de política são divulgados pelo CE, em que se envida “toda a China” a realizar esforços em direção a um ‘novo tipo de sistema de gestão agrícola’ capaz de combinar intensificação, especialização, organização e socialização, o que exigiria inovação no sistema de produção e de melhoria de organização dos agricultores. Ao longo de ambos esses anos, são emitidas circulares em que o CE destaca ser necessário incentivar e apoiar transferência de terras contratadas para grandes famílias agricultoras especializadas, bem como cooperativas de agricultores, desenvolvimento de novas formas de escala de produção, bem como incentivar a criação e expansão de empresas líderes da industrialização da agricultura.

¹⁵⁶ De acordo com Waldron, Brown e Longworth (2006), *Agricultural Development Bank* esse programa especial de concessão de crédito para empresas líderes, alcançou cifras concedidas em empréstimos de RMB 40 bilhões, em 2003. Em 2017, passou a ser meta do *Agricultural Development Bank of China* aumentar o apoio a novas entidades ou novos atores, tais como as empresas líderes, cooperativas de agricultores, agricultores especializados visando a construção de uma agricultura moderna e geradora de renda aos agricultores e trabalhadores rurais. De acordo com relatório do ABC, até o fim de 2017, o saldo dos empréstimos concedidos pelo Banco a esses novos atores chegou a RMB 152 bilhões. Novos programas foram implementados para promoção desses novos atores, em que se destacam: “Dez bilhões e Centenas de Empresas” e “Dez mil planos de Promoção Comunitária”.

Em 2020, foi lançado pelo MARA o “Plano Nacional de Desenvolvimento da Indústria Rural (2020-2025)”. O diagnóstico desse plano era de que restavam gargalos na indústria rural quanto à inovação, integração vertical, sendo necessário acelerar seu desenvolvimento. Dentre várias diretrizes para acelerar a industrialização, o Plano destaca a revolução tecnológica na agricultura, isto é, biotecnologia, inteligência artificial, 5G, internet das coisas, o que deverá ser incorporado como estratégia por empresas líderes. Espera-se que até 2025, o nível de integração e desenvolvimento industrial esteja melhorado – que em 2019 atingiu, de acordo com o MARA, a indústria de processamento taxa de conversão de 80% -, bem como que se aglutine *cluster* industrial de empresas líderes agrícolas em valor de produção entre RMB 10 bilhões e RMB 100 bilhões, bem como cidades industriais, com valor de produção de RMB 1 bilhão, além de marcas locais. Para alimentos frescos e refrigerados, este Plano visa cultivar formatos de processamento e desenvolver novos formatos de processamento que integrem desde seu processamento até o consumidor final, sendo o processamento seguido de processo específico de distribuição desses alimentos e com terminal logístico e, consumidor final, personalizado por grupos de consumidores¹⁵⁷. Como estratégia de desenvolvimento regional a partir da modernização da agricultura, busca-se promover aldeias e vilas especializadas em um dado produto, com valor de produção, estimado para em 3 a 5 anos, atingir RMB 100 milhões.

Há ainda espaço para desenvolvimento de um parque industrial internacional de processamento de produtos agrícolas, a ser promovido por meio da concentração de empresas, integração de funções, desenvolvimento de parcerias com empresas estrangeiras, integrando agricultura e comércio em produtos primários, secundários e terciários, com desenvolvimento de polos de crescimento na indústria rural. Basicamente, fortalecer um sistema de produção, logística e mercado integrados em processamento agrícola.

Entretanto, a relação de contrato que as empresas líderes passaram a promover e expandir com agricultores em toda a China têm levado a uma série de consequências as quais, anualmente, CE e Comitê Central do PCCh buscam lançar alertas, metas ou avisos para reverter. Nos primeiros anos da década de 2010, as relações contratuais assimétricas entre agricultores e empresas líderes se mostram cada vez mais factuais quanto ao

¹⁵⁷ Na tradução literal, "cozinha central + distribuição da cadeia de frio + terminal logístico", "cozinha central + lojas de fast food", "dados de saúde + *catering* nutricional + personalização privada".

financiamento da aquisição de insumos e implementos e da negociação da produção (Ma Jiujiu et al, 2011).

Dessa forma, foi se apostando na reestruturação dos mecanismos de crédito aos agricultores e no fortalecimento das cooperativas, de modo que os *novos* atores formam um conjunto que não pode ser analisado de forma apartada. Como ressalta Zhigang (2015), ao se reestruturar as cooperativas de agricultores, espera-se reduzir o custo de assinatura dos contratos como fortalecer a posição dos agricultores familiares junto às empresas líderes no momento da negociação dos termos dos contratos de modo a se instaurar, gradualmente, um mecanismo razoável de distribuição de benefícios.

Os subsídios não são concedidos apenas diretamente às empresas líderes, mas ao nível da produção, por exemplo, máquinas e equipamentos. É possível destacar uma certa divisão do trabalho entre as empresas líderes e as multinacionais do setor: aquelas se voltam para garantir alimentos de qualidade e a preços equilibrados nas cidades – ‘*urban food basket*’ – e no campo do país e essas, a consolidar a marca chinesa no mercado internacional do agronegócio. Ao passo que, as empresas líderes ao crescerem, adquirem outras empresas, inclusive estrangeiras, o que também as insere no segundo quadro (boa parte delas).

Como estratégia, foi sendo aprimorado o nível de qualidade das empresas líderes quanto à sua conexão com a agricultura. Assim, as empresas líderes têm, de acordo com o Departamento de Desenvolvimento da Indústria Rural do MARA¹⁵⁸, aumentado seu investimento em P&D e, em 2020, as empresas líderes da industrialização da agricultura investiram em torno de RMB 85 bilhões em P&D. Cada vez mais, esses novos atores impulsionam a liderança pela inovação tanto pelo apoio estatal para aumentar investimento em P&D, resolvendo lacunas em variedades-chave para modernização (ver capítulo 2 desta tese), tecnologias e equipamentos que promovam a transformação das indústrias rurais. De acordo com o Departamento, espera-se que até 2025, sejam criadas mais de 2 mil empresas líderes da industrialização da agricultura (*dragon head enterprises*) e mais de 500 complexos nacionais de industrialização da agricultura.

Em 2021, o documento número 1 de política do Conselho de Estado – com base nos requisitos dos Pareceres Orientadores do CE para promoção e revitalização das indústrias rurais – destacou a necessidade de se avançar nas ações para apoio à inovação na agricultura e nas atividades rurais por meio do da expansão de empresas líderes, dada

¹⁵⁸ Disponível em http://www.gov.cn/zhengce/2021-10/27/content_5645240.htm (visto em 14/03/2023).

suas atuações específicas para o desenvolvimento rural. De acordo com esse documento, a estratégia a partir de 2021 será de fortalecer um grupo de empresas líderes da industrialização da agricultura (*dragon head enterprises*) que sejam líderes também na inovação científica e tecnológica agrícolas e orientadas para desenvolvimento de mercado em novas áreas tecnológicas. Buscou-se, assim, aumentar a capacidade de inovação dessas empresas e que elas aumentem seu investimento em C&T utilizando seus próprios fundos.

O segundo grupo incentivado, foi o de empresas líderes regionais na industrialização da agricultura associadas a produtos característicos de áreas com maiores níveis de pobreza, tais como o Tibete e o Xinjiang. Orientando um grupo de empreendimentos fomentados a partir de agricultores, organizações como cooperativas, incentivando a realização de consórcios agrícolas, ‘buscando diferentes formas para uma só agricultura’. Espera-se que esse grupo de empresas líderes promova o aumento da renda dos agricultores de áreas com menor desenvolvimento econômico relativo e maior incidência da pobreza – sendo o exemplo ‘10.000 empresas e 10.000 aldeias’^{159, 160}.

O terceiro grupo, estimulado pelas políticas do governo central, foi o de empresas líderes da industrialização da agricultura em competitividade internacional em produtos variados – como grãos, açúcar, carnes, ovos e leite, além da indústria de sementes – tornando-as capazes de sustentar a marca internacional da China. Incentivar a adoção de fusões e aquisições (F&A), cooperação acionária, transferência de ativos, dentre outros, para consolidá-las em grandes grupos empresariais. E essas empresas serão orientadas a proceder a cooperação internacional em instalações como P&D em reprodução, processamento, transformação, logística, portos e terminais na agricultura e pecuária internacionais.

Por fim, um quarto grupo incentivado, foi o de empresas líderes da industrialização da agricultura na posição de ‘mestres da cadeia produtiva’ em carnes, ovos, leites, chás de frutas e vegetais, além de produtos agrícolas característicos regionais.

¹⁵⁹ Disponível em http://www.gov.cn/zhengce/zhengceku/2021-10/27/content_5645191.htm (visto em 14/03/2023).

¹⁶⁰ Em julho de 2022, foram aprovadas, de acordo com documento (lista) divulgado pelo Departamento de Desenvolvimento da Indústria Rural do MARA, 1959 empresas a terem o título de ‘empresa líder’, em Xinjiang. Destaca-se, dentre essas empresas, algumas atreladas a empresas estatais como a COFCO – pelo menos 3 empresas –, a Chongqing – em torno de 55 empresas em localidades diferentes de Xinjiang, em ramos de alimentos como frutas e laticínios, fertilizantes, fármacos, dentre outros.

Esse grupo deverá induzir à aglomeração industrial em *clusters* industriais rurais, gerando maior valor adicionado e suavizando a perda de capital¹⁶¹.

As publicações oficiais reconhecem as empresas líderes como constituindo a melhor estratégia da modernização da agricultura da China, visto sua capilaridade e potencial de aproveitar as oportunidades oriundas da política nacional de ‘revolução tecnológica’ e transformação industrial e focar na melhoria da competitividade e rentabilidade da indústria chinesa, avançando em direção aos elos de maior valor agregado das cadeias de valor¹⁶².

Os dados do Gráfico 4.3 permitem visualizar um aumento do número de registro de empresas privadas em 2017 comparado a 2010, primeiro ano da série. Esse aumento não foi anual, em 2014 e 2015, houve uma diminuição do registro de empresas privadas compensado pelo aumento de registro de empresas do tipo ‘sociedade de responsabilidade limitada’ – saiu de 12,9%, em 2014, para 17,8% e 18%, em 2015 e 2016, respectivamente. Desde 2014, tem decaído, de acordo com os dados do Gráfico 4.1, o número de empresas do tipo ‘cooperativa’ e ‘propriedade coletiva’, compensado pelo crescimento do número de empresas privadas registradas. Esses dados do Gráfico 1 dizem respeito a empresas do tipo industrial. As empresas privadas, de acordo com *Regulation of the People’s Republic of China on the Management of Registration of Corporations* devem gerar lucro, além da contratação de mão de obra, enquanto aquelas de sociedade de responsabilidade limitada, são aquelas que reúnem um grupo de investidores¹⁶³.

¹⁶¹ Em: http://www.gov.cn/zhengce/zhengceku/2021-10/27/content_5645191.htm

¹⁶² Em: http://cec1979.org.cn/view_sy.php?id=45245

¹⁶³ De acordo com as notas estatística de *China Statistical Yearbook*, as empresas na China, por fins de seu registro, são classificadas em 3 categorias: *domestic-funded*, fundadas com recursos de Hong Kong, Macao e Taiwan e com investimentos estrangeiros. As empresas do tipo ‘*domestic-funded*’ podem ser do tipo: *state-owned enterprises*, *collective-enterprises*, *cooperative enterprises*, *joint ownership*, *limited liability corporations*, *share-holding corporations Ltd*, *private enterprises*, dentre outras. As empresas estatais (*state-owned enterprises*) são unidades não corporativas em que o Estado é proprietário de todos os ativos da empresa e que foram registradas conforme *Regulation of the People’s Republic of China on the Management of Registration of Corporate Enterprises.*; empresas de propriedade coletiva (*collective-owned enterprises*) são aquelas unidades econômicas das quais os ativos são de propriedade coletiva e que foram registradas em acordo com *Regulation of the People’s Republic of China on the Management of Registration of Corporate Enterprises*; empresas cooperativas (*cooperative enterprises*) são unidades econômicas empresariais coletivas – empresas – em que os capitais são provenientes de participação de empregados e com alguma participação de capital de outras partes, em que a produção é organizada sob forma independente, bem como a contabilidade para lucros e perdas, definição de equipes de trabalho, gestão democrática e um sistema de remuneração estabelecido por dividendos conforme participações de capital; *joint ownership enterprises* (empresas de propriedade conjunta) unidades econômicas estabelecidas por duas ou mais empresas ou instituições corporativas de mesma ou diferente propriedade por meio de investimento conjunto amparado em participação voluntária, igualdade e benefícios mútuos e nesta categoria estão incluídos: as formas coletiva, estatais e outras; *limited liability Corporation* (sociedade de responsabilidade limitada) são aquelas unidades econômicas as quais apresentam investimento de 2 a 50 investidores e registro em acordo com *Regulation of the People’s Republic of China on the Management*

Gráfico 4-3 - Evolução da participação, em %, de entidades de negócios por status de registro no total de empresas (2010-2017)*



Fonte: Elaboração própria com base em *China Statistical Yearbook 2019; 2018, 2017; 2016, 2015, 2012 e 2011*.

*Até 2017, porque no CSY não são disponibilizados dados para período mais recente.

As empresas líderes da industrialização da agricultura da China (*dragon head enterprises*) são registradas como empresas privadas, porém, nas estatísticas oficiais não está presente uma categoria com esta distinção, sendo necessário recorrer a fontes locais – departamentos do MARA em condados, municipalidades e províncias – ou CAALE (*China Association of Agricultural Leading Enterprises*) cujo sítio eletrônico disponibiliza algumas informações e documentos de conformidade, que são anualmente

of Registration of Corporations e estando cada investidor se responsabiliza conforme sua participação no investimento e assume apenas as formas estatal ou outras; *share-holding corporations ltd* (participação acionária) são aquelas unidades econômicas registradas de acordo com *Regulation of the People's Republic of China on the Management of Registration of Corporations* e cujo capital total registrado está dividido em participações iguais e que podem ser aumentadas por meio de emissão de ações. E, as empresas privadas que são unidades econômicas que ‘fazem lucro’ as quais têm investimento, bem como são mantidas, de/por pessoas físicas (*natural persons*) ou por elas controladas com a contratação de mão de obra e nesta categoria estão incluídas *private limited liability corporations, private share-holding corporations Ltd., private partnership enterprises and private-funded enterprises*.

divulgados pelos governos locais – a partir do lançamento de editais e das empresas líderes¹⁶⁴.

Anualmente, as empresas líderes devem passar por inspeção a cargo de departamentos do MARA e desde 2016 a 2019, são, em média, inspecionadas anualmente, em torno de 1.200 empresas líderes (CAALE, 2022). Os órgãos – como departamentos, comissões locais – abrem um edital¹⁶⁵ para identificar empresas líderes e na divulgação do aviso da relação de empresas identificadas como líderes da industrialização da agricultura, especifica-se o período de validade dessa identificação. Esse processo envolve análise documental e inspeção local, conforme endereço designado. Dentre os objetivos das empresas líderes, estão desenvolver terras agrícolas, conservação de recursos naturais, desenvolvimento de tecnologia e de uma indústria agrícola moderna.

As principais empresas líderes recebem tratamento diferenciado em termos de acesso a subsídios e crédito, desde que cumpram com o princípio de revitalizar a indústria rural, fortalecendo a inovação, promovam a integração vertical, cultivem marcas, a produção padronizada, aumentem o nível de emprego agrícola e aumentem o nível de renda na zona rural.

Em Xangai, no ano 2022, havia 113 principais empresas líderes, em sua maioria dedicadas a frutas, biotecnologia e logística. Na região autônoma de Guangxi Zhuang, em 2021, a Secretaria Municipal divulgou uma lista com 100¹⁶⁶ empresas líderes em nível local, boa parte delas em pecuária (porco, sobretudo) – criação, abate e ração animal –,

¹⁶⁴ À guisa de uma explicação metodológica, a análise das empresas líderes que se apresenta ocorreu a partir de documentos divulgados por departamentos e comissões locais, disponibilizados no sítio eletrônico da CAALE (*China Association of Agricultural Leading Enterprises*). Uma descrição geral é apresentada, em seguida, considerações dessa primeira avaliação – número de empresas líderes, formatos, atividades ou ramos de atuação. Seguiu-se a uma apresentação das empresas líderes mais pormenorizada, quer dizer, com sistematização do número de empresas líderes por atividade ou ramo de atuação, localidade administrativa.

¹⁶⁵ De acordo com Anúncio da Divisão de Planejamento e Desenvolvimento do Ministério de Finanças (MOA), realizado em 15 de setembro de 2022, o MARA encarregou uma agência para realizar avaliações da viabilidade de projetos de construção – aqui, não se trata somente de empresas líderes da industrialização da agricultura, mas da estratégia de revitalização do rural. Por exemplo, construção de infraestrutura e melhorias em condados, vilas etc na área rural em toda a China e sob as diferentes instituições, como Instituto de Supervisão de Medicamentos Veterinários na China; Comunidade Nanli de Exposição Agrícola do Centro Nacional de Exposições Agrícolas; Instituto de Planejamento e Design do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais dentre outros. (http://www.moa.gov.cn/govpublic/FZJHS/202209/t20220915_6409316.htm)

¹⁶⁶ Alguns condados ou cidades, possuem pelo menos 5 empresas líderes, tais como cidade de Guigang que possui 12, de Guilin, com 15 e Liuzhou com 5. Esse anúncio representa, acima de tudo, uma autorização, o que nos leva a depreender que esses locais têm autorização para esse número máximo de empresas líderes.

tecnologia agrícola, grãos como o arroz e ‘ecológicas’. A divulgação ocorre em ‘lotes’, que podem conter um número maior ou menor de empresas líderes, conforme o local.

A província de Gansu que em 29 de dezembro de 2021, via seus órgãos¹⁶⁷ responsáveis, divulgou o 13º lote de empresas líderes da província com 92 empresas, separadas por cidade e condado, sendo os setores com maior número de empresas líderes: sementes, algodão, vegetais, alimentação animal, ração animal, *e-commerce*, tecnologia agrícola, “ecológica”, farmacêutica, biotecnologia, além de leiteira e cogumelos.

Em janeiro de 2022, o departamento de agricultura e pecuária da região autônoma da Mongólia divulgou o ‘Aviso’ com os dois primeiros lotes para *consórcio de demonstração de industrialização da agricultura*.

Existe uma nova geração de empresas líderes, que tem sido incentivada a consórcios desse tipo e a parques industriais agrícolas – por exemplo, a província de Qinghai, cujo departamento de agricultura e assuntos rurais anunciou¹⁶⁸, em 23 de dezembro de 2021, a relação dos 5¹⁶⁹ parques industriais agrícolas modernos selecionados, em 2021. Por outro lado, em 13 de dezembro do mesmo ano, a província de Qinghai, por meio de seu departamento de agricultura e assuntos rurais, anunciou o 12º lote das principais empresas líderes da industrialização da agricultura em total de 35 neste lote, separadas por prefeituras ou condados. Dessas empresas de Qinghai, os principais setores: biotecnologia, ração animal, pecuária, ovelhas e tecnologia agrícola e pecuária.

¹⁶⁷ São eles, de acordo com o sítio eletrônico da CAALE: Departamento de Agricultura e Assuntos Rurais da Província de Gansu Comissão de Reforma e Desenvolvimento Provincial de Gansu; Departamento Provincial de Finanças de Gansu Departamento Provincial de Indústria e Tecnologia da Informação de Gansu; Departamento de Comércio da Província de Gansu Lanzhou Central Sub-ramo do Banco Popular da China; Administração Estatal de Tributação Gansu Provincial Tributação Bureau Gansu Provincial Supply and Marketing Cooperative Association e China Securities Regulatory Commission Gansu Regulatory Bureau.

¹⁶⁸ A análise da seleção dos parques, acordo com o “Aviso sobre o lançamento da construção de parques industriais agrícolas modernos provinciais em 2021”, aconteceu sob o escrutínio organizado pelo governo do condado, a saber: inscrição, seleção do departamento provincial, revisão de especialistas, com parecer emitido, no local, departamento de finanças e NDRC envolvidos.

¹⁶⁹ De acordo com o sítio eletrônico da CAALE, são eles: 1. Parque Industrial Agrícola Moderno de Ovelhas Tibetanas do Condado de Gonghe (parque industrial agrícola moderno chave provincial); Parque Industrial de Agricultura e Pecuária Moderna de Ovelhas e Iques do Condado de Qilian (parque industrial agrícola moderno chave provincial); Parque Industrial de Pecuária Ecológica Orgânica Verde do Condado de Tianjun (parque industrial agrícola moderno chave provincial); Parque Industrial Agrícola Moderno de Chakayang no condado de Wulan (parque industrial agrícola moderno boutique provincial); Huangyuan County Raspberry Lazer Agricultura e Turismo Rural Parque Industrial (boutique provincial moderno parque industrial agrícola); Parque Industrial Agrícola Moderno do Distrito de Ping'an (Parque Industrial Agrícola Moderno de Qualidade Provincial).

Ao todo Chongqing possui 135 empresas líderes e 44 complexos ou consórcios de industrialização da agricultura. O Escritório de Chongqing divulgou no anúncio, as 55 maiores – alimentos frescos, chá, alimentação de aves, frutas, criação de aves, turismo rural, biotecnologia e desenvolvimento agrícola, como áreas principais de atuação –, as 135 empresas recém identificadas como líderes – ração, carne, processamento de alimentos, chá, turismo, manufatura, atacado de alimentos frescos, pescados, biotecnologia, porcos, comércio de alimentos, dentre outras – e os 44 consórcios/complexos de industrialização agrícola recentemente reconhecidos – específicos por cultura/produto base econômica local ou vocação, como: arroz, frango, chá, pera, laranja, kiwi, pimenta, sorgo, porcos, mostarda, grãos, limão, lagostins, feijão, aves, cítricos, principalmente.

O departamento de agricultura e assuntos da província de Guizhou, em 22 de dezembro de 2021, anunciou a lista suplementar das principais empresas líderes da província – total de 84 empresas em atividades, como: cogumelos, turismo rural, criação animal, pecuária ecológica, alimentos orgânicos, chás, alimentação de frangos, processamento de alimentos, arroz, grãos, dentre outros. O escritório desta província fez um alerta de exigência de cumprimento “Certificação e Certificação de Empresas Provinciais Líderes de Industrialização Agrícola na Província de Guizhou” e “Monitoramento da Operação e Medidas de Gestão”.

O departamento de agricultura e assuntos rurais da província de Shaanxi, em 11 de outubro de 2021, anunciou a sua lista de empresas qualificadas pelo monitoramento realizado em total superior a 500 empresas, visto que 464 foram renovadas em sua identificação e 164, adicionadas¹⁷⁰. Um aumento anual expressivo do número de empresas líderes identificadas pelos departamentos ou comitês locais (regiões ou cidades autônomas, províncias), diversificada entre os elos, ou melhor, incluem-se empresas em serviços industriais para agricultura, desenvolvimento tecnológico.

Chama atenção o grande número, nas diferentes províncias e demais organizações administrativas, de empresas líderes dedicadas a ‘desenvolvimento agrícola’, o que

¹⁷⁰ “Espera-se que as principais empresas provinciais que passaram no monitoramento e suplementos suplementares valorizem a honra, assumam a missão, compreendam o novo estágio de desenvolvimento, implementem o novo conceito de desenvolvimento, integrem-se ao novo padrão de desenvolvimento, concentrem-se na implementação do projeto industrial característico “3 + X” e cultivar e desenvolver toda a indústria agrícola. Cadeia, aumenta constantemente a competitividade do núcleo das empresas, desempenha plenamente o papel de demonstração e unidade, estreita ligação com os interesses dos agricultores, promove a indústria desenvolvimento, aumentar a eficiência agrícola, aumentar a renda dos agricultores e liderar o desenvolvimento de alta qualidade das indústrias rurais e da agricultura.”

condiz com um corolário da política de incentivo a esses atores: alívio da pobreza rural e aumento da renda no campo. A ideia dos consórcios, reforça a industrialização da cadeia em produtos que representam vocação local (condado, município, por exemplo) e desenvolvimento tecnológico. Aspecto fiscal, tributário e orçamentário decisivos para identificação das empresas líderes (solicitações). No espectro de empresas líderes, incluem-se cooperativas profissionais, empresas manufactureiras.

As empresas líderes, podemos avaliar, representam uma estratégia bem-sucedida de desenvolvimento rural e regional. E essa política foi ampliada para incentivo à identificação e à criação de empresas nacionais-chave da industrialização da agricultura, empresas diretamente vinculadas ao governo central. São empresas que podem listar ações em bolsa e acessar condições específicas de tributação. Em 22 de dezembro de 2021, Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma Ministério do Comércio, Banco Popular da China Administração Estatal de Tributação e Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China Federação de Cooperativas de Abastecimento e *Marketing* de Toda a China anunciaram a relação das 412 empresas até 2024, quando os resultados do monitoramento serão divulgados. Compreende-se que o esperado é que essas empresas também contribuam no fomento de outras empresas líderes (locais)¹⁷¹.

Entende-se, assim, que esses novos atores empresariais como sendo os vetores do crescimento da economia agrícola da China. Elas evoluem em número em toda a China e se tornam importantes absorvedores de mão de obra rural, são empresas privadas cujo *status* é concedido a partir de uma governança única descrita nessas seções e estabelecem uma rede de contratos de produção com agricultores, cooperativas ou fazendas estatais e em diferentes elos das cadeias. Essas empresas foram criadas, expandem-se em número e crescem – como vimos, os programas mais recentes colocarão empresas líderes em parques tecnológicos e outras são incorporadas por conglomerados empresariais – sob o acesso a recursos financeiros estatais e *especialmente* autorização que é renovada por anuais inspeções. Sua função é estratégica para garantir acumulação de capital no campo sob as diretrizes do PCCh.

¹⁷¹ “Todos os departamentos relevantes em todos os níveis devem implementar conscientemente o espírito das instruções importantes do secretário-geral Xi Jinping de que a revitalização industrial é a principal prioridade da revitalização rural, focar na situação geral do desenvolvimento de alta qualidade das indústrias rurais e levar o cultivo e o crescimento de liderar equipes empresariais como um poderoso ponto de partida e melhorar ainda mais as políticas de apoio, aumentar o apoio e fortalecer os serviços de orientação farão novas e maiores contribuições para promover de forma abrangente a revitalização rural e acelerar a modernização agrícola e rural”.

Por fim, cumpre elucidar que não existe uma base de dados que permita acompanhar a evolução em termos de número de entidades registradas como empresas líderes ou sua trajetória de crescimento. Os documentos oficiais emitidos por departamentos, comissões do MARA costumam trazer números conflitantes a respeito ou imprecisos. A própria forma de divulgação da lista de empresas com registro de líder da industrialização da agricultura aprovada é dúbia. Daí que se entende que mesmo representando uma das inovações mais notáveis no âmbito da modernização contemporânea da agricultura da China, para que se compreenda sua dimensão e padrão, é necessário estudo de campo e estudo de caso, sendo esta uma opção mais factível. Isto é, estudo de empresas com registro de líder da industrialização da agricultura.

4.3.4 – Fazendas Estatais¹⁷²

As empresas estatais também são responsáveis por serviços, como saúde e educação e se valem de incentivos e proteção estatal, dividindo-se entre aquelas voltadas para o lucro e aquelas prestadoras de serviços¹⁷³. O sistema estatal de fazendas chinesas existe desde a fundação da República Popular da China¹⁷⁴ e sempre cumpriu papéis na política nacional para agricultura ou para o sistema agrícola chinês¹⁷⁵. Após a vitória do PCCh, com a fundação da República Popular da China (RPC), esse modelo foi adotado

¹⁷² Durante o Grande Salto Adiante, as fazendas estatais experimentaram um crescimento explosivo: de 804 em 1957 para 2.123, em 1962 e, em 1965, 2062 fazendas estatais. Da mesma forma, a área agricultável ocupada por fazendas estatais aumentou: de 15,8 milhões de *um*, em 1957, para 50 milhões de *mu*, em 1965. Durante os anos de Revolução Cultural, as fazendas estatais localizadas em regiões de fronteira se tornaram o destino de milhares de jovens das cidades que cumpriam com o lema maoísta “*up the mountains, down the countryside*”. Na década de 1970, as reformas econômicas evidenciaram a má gestão deste sistema e sua baixa eficiência e produtividade. Dados de Liu (1999) apontam que por 12 anos consecutivos, em 1978, o sistema de fazendas estatais, apesar do elevado investimento, 4,7 bilhões de yuan, acumulado, acumulavam muitas perdas. Mesmo que se tenha reduzido os gastos com fazendas estatais, comparativamente, elas seguiram desempenhando ‘funções governamentais’ comparadas a das empresas estatais na zona urbana, atuando, em muito, como governos locais.

¹⁷³ Disponível em https://www.chinadaily.com.cn/business/2015-10/14/content_22181622.htm (visto em 14/03/2023).

¹⁷⁴ A origem das fazendas estatais, de acordo com Zhang (2010), confunde-se com as origens do PCCh. Para sobreviver ao bloqueio imposto pelo governo nacionalista, durante a era Yan (1935-1948), os comunistas se viram obrigados a produzir sua própria oferta de grãos e as forças militares promoveram projetos que ficaram conhecidos como “Movimento da Grande Produção”, estabelecendo assim as fazendas estatais. Durante a Guerra Civil, esse modelo foi transposto para o *noroeste* do país, aonde PCCh conquistou sua primeira vitória contra os Nacionalistas

¹⁷⁵ De acordo com Zhang (2010: 365): “Furthermore, tens of millions of veterans and sent-down youths devoted parts of their lives to the building of this system, and tens of millions of people still live their entire lives within this system. Yet, to date, China’s state-owned farms have largely stayed off the radar screen in English-language social science literature.”

em todo o país¹⁷⁶, especialmente nas regiões de fronteira, cumprindo com três ações urgentes para a República: emprego para o pessoal desmobilizado dos exércitos, após o fim da revolução; muitas fazendas localizadas em áreas de fronteira foram organizadas como unidades paramilitares para garantir a segurança e proviam alimentos e fibras para alimentação e para estabilizar a economia nacional devastadas por anos de revolução e guerra civil (ZHANG, 2010). De acordo com Zhang (2019), os governos locais se tornaram os principais proprietários das *state farms*, sendo controladores também de seu sistema de gestão.

Desde os primeiros anos em que os documentos de política do CE passaram a colocar a modernização agrícola como meta do desenvolvimento econômico chinês – ‘a segunda onda de modernização do rural’ –, teve início a discussão de a China experimentar uma transição agrária capitalista. Por outro lado, enquanto o número de empresas estatais foi se contraindo nas áreas urbanas do país, as fazendas estatais foram aumentando e se modernizando, algo que foi usado por autores como Zhang (2010) para colocar em discussão, comum na época, a ideia de que agricultura seria impenetrável ao capitalismo. A promoção da grande escala, produtores especializados e produção orientada para o mercado, as fazendas estatais foram sendo promovidas a líderes de mercado.

Nolan (1988) consolida algumas características próprias de fazendas estatais na organização rural de países socialistas, tais como: a maior parte dos meios de produção eram de propriedade coletiva, maior proporção da renda pessoal é distribuída coletivamente, a maior parte das decisões sobre a distribuição de renda era afetada por decisões políticas do Partido, a comercialização dos produtos das fazendas estatais ocorria para atender as quotas estipuladas centralmente.

Nos últimos anos da década de 2010, as fazendas estatais foram retomadas pelo CE como atores estratégicos: “*the backbone and representative of the agricultural economy*”. Por se localizarem em regiões mais remotas e com maior área agricultável e por serem unidades com maior tamanho, as fazendas estatais se caracterizam por um grau comparativamente maior de modernização. Dessa forma, avaliaram o CE e o Comitê

¹⁷⁶ Grande número de fazendas estatais foi estabelecido em três regiões: província de Heilongjiang, na região *noroeste*, região autônoma de Xinjiang e nas áreas subtropicais em Yunnan, Guangdong e Hainan. Em *Three-Rivers Plain* no *noroeste* da China, margeado pela Sibéria da parte Soviética no rio Amur formavam uma área chamada de “*Great Northern Wilderness*”. Seu estabelecimento nessa região se dava pela topografia que facilitava agricultura mecanizada, aproveitando o maquinário agrícola que URSS provia a China.

Central do PCCh, em 2015, como sendo um instrumento para modernizar a agricultura, o que acabaria por induzir a modernização das demais fazendas do País, descrevendo-as como as unidades representativas e de suporte do desenvolvimento agrícola do país.

As fazendas estatais são uma estrutura remanescente do período maoísta. Sua recuperação de importância pelo CE, após seu relativo abandono na década de 1990, tem se dado por meio da ampliação de maquinário e de fertilizantes. Zhang (2019) pontua que as empresas estatais têm sido incluídas como um dos atores que executará a política agrícola internacional da China. Áreas de fazendas estatais de larga escala, como *Heilongjiang State Farm*, *Guandong State Farm*, *Xinjiang Production and Construction Corps*, dentre outras, serão cada vez mais atores preponderantes¹⁷⁷.

Os dados da Tabela 4.1 sugerem que a ‘revitalização do rural’ não tem acontecido somente por políticas de Estado (agrícola) que incentivam a formação e consolidação de novos atores, que, de modo geral, introduzem os contratos para produção e comercialização com os agricultores como forma de organização. Os dados apresentados na Tabela 4.1 sugerem, ainda, que de 1996 a 2017, a tecnificação das *state farms* se ampliou, se avaliarmos que o número de tratores utilizados e o consumo de fertilizantes aumentaram consideravelmente e mais do que o aumento de mão de obra empregada, enquanto o número de fazendas diminuiu e a sua escala aumentou. Quanto à produção, os dados da Tabela 4.1 sugerem que a criação de porcos, nas *state farms*, mais do que dobrou, bem como a produção de carne de porco.

Tabela 4.1 – State Farms: caracterização (1996-2017)

	1996	1998	2003	2007	2009	2011	2013	2014	2015	2016	2017
Número de <i>State Farms</i>	2.128	2.101	1.967	1.885	1.818	1.785	1.779	1.789	1.785	1.781	1.758
Área cultivada por fazenda (hectare/fazenda)	22.08	22.92	23.84	28.16	30.79	34.26	34.91	34.89	35.43	36.19	36.721
Número de empregados por hectare cultivado por fazenda	221,1	190,8	148,3	117,2	110,3	96,1	92,8	85,7	81,2	76,4	73,9

¹⁷⁷ Sua perda de espaço na política agrícola chinesa – em comparação com os primeiros anos da RPC, do período maoísta – teria se iniciado com a introdução do HRS, em fins da década de 1970 e início da década de 1980. Woodward (1982) salienta que, em 1957, quando foi criado o Ministério de Fazendas Estatais e de Reclamação de Terras, apenas 0,89% da terra agrícola cultivada era operada por fazendas estatais, o que aumentou para 4%, em 1964. A presença de fazendas estatais, vale reforçar, está ligada a áreas de fronteira que inicialmente representavam riscos de conflito, como em Xinjiang, Heilongjiang e Inner Mongolia, além de muito usadas sob a chancela do Exército – *People’s Liberation Army* – para defesa e reintegração dos soldados desmobilizados. Desde a década de 1950, as fazendas estatais serviam como zonas ou espaços de demonstração de novas tecnologias agrícolas, além de centros de armazenamento e de melhoramento de sementes (WOODWARD, 1982).

Tratores de pequeno porte (unidades) por fazenda	86,5	92,3	124,6	159,7	177,7	194,4	187,2	179,4	173,1	150,5	171,3
Consumo de fertilizantes por hectare cultivado por fazenda	53,4	57,2	60,3	68,9	68,5	70,4	74,8	78,3	76,2	75,7	75,7
Produção de grãos (toneladas) por fazenda	702	717	1.187	768	900	1.346	980	1.014	1.034	962	957
Número de porcos (cabeças) por fazenda	2.088	2.297	2.990	4.658	5.794	6.815	7.383	7.025	6.875	6.956	7.188
Carne de porco (tonelada) por fazenda	211,4	237,8	326,9	579,4	753,3	908,2	931,2	848,2	820,7	828,9	858,6
Produto total em US\$ milhões		10.09	12.56	83.63	28.30	41.32	49.83	50.66	51.21	51.33	
	9.651	7	5	9	8	2	1	1	8	9	56.971

Fonte: *China Statistical Yearbook* 2018, 2011, 2009, 1999.

Xinjiang Production and Construction Corps – conhecida por Bingtuan – é apresentada como uma das principais fazendas estatais chinesas. Porém, é descrita como uma empresa estatal de organização paramilitar e que detém autoridade sobre uma série de pequenas e médias cidades, bem como fazendas em Xinjiang, tendo por uma função básica a ‘reclamação’ de terras (SEYMOUR, 2000). Sua criação, em 1954, remonta ao período em que o exército se responsabilizava pela construção de infraestrutura no campo como forma de proteger o território nacional, nas áreas de fronteira, sobretudo¹⁷⁸. As fazendas estatais são também uma fonte de arrecadação para o governo central. Somente em 2021, teve RMB 910 milhões de contribuição para as receitas do governo central; em 2018, RMB 950 milhões.

Heilongjiang Beidahuang State Farm Group Corporation é uma fazenda estatal de produção de larga escala fundada pelo Ministério das Finanças, localizada a noroeste da China. É considerada uma das demonstrações do aumento de produtividade agrícola na China, uma vez que por 8 anos consecutivos, 20 milhões de toneladas de grãos foram produzidos. Tem desempenhado liderança no desenvolvimento industrial do campo, na região. São suas as marcas: Beidahuang, Wondersun e Jiusan, as quais, em 2018, tinham valor estimado em torno de: RMB 68.275 bilhões, RMB 32.869 bilhões e RMB 31.798, respectivamente. Os principais esforços desta fazenda estatal têm sido para se tornar um player global do agronegócio, em tecnologia de ponta para o setor. Há ainda, de acordo com Zhang (2019), um número maior de fazendas estatais locais, como *Yunnan State Farm* e *Hainan State Farm*.

¹⁷⁸ Em 2020, EUA anunciou Sanções contra a XPCC pela acusação de abuso de direitos humanos contra minorias étnicas, como Uyghurs.

4.3.5 – Supermercaditização – novos atores na circulação moderna de alimentos na China

Entre a década de 1990 e os auspícios do século XXI, ocorreu, segundo Green (2001), um processo de avanço da internacionalização do setor de frutas, legumes e verduras, que passou a exigir mudanças na logística para introduzir câmaras frias de transporte, melhorar a informação entre os diferentes agentes e melhorar a qualidade dos produtos. Além dos elementos da flexibilização do transporte e da conservação dos produtos, Green (2001) destacava a aceleração do papel das tecnologias de informação e comunicação (TICs), o que constituiria em uma revolução tecnológica no sistema agroalimentar. E em frutas, legumes e verduras, o autor destacava que a internet passaria a ser essencial para geração de valor e o comércio eletrônico era por ele projetado. Não somente quanto a transações de compra e venda, à rastreabilidade de produtos e suas condições de conservação e armazenagem.

Dentre os elementos que viriam construindo esse mercado moderno de alimentos – em especial de frutas, legumes e verduras – estão o emprego de mecanismos de informação e comunicação que possam garantir a eficiência do sistema como Resposta Eficiente do Consumidor (ECR – *Efficient Consumer Response*) e o comércio eletrônico, com a internet.

As modernas cadeias de distribuição são mais complexas e altamente integradas a mercados internacionais, o que também representa maior vulnerabilidade ante quaisquer eventos que levem à interrupção de oferta ou subida de preços (FALKOWSKI, 2015; JACOBI et al., 2018; REARDON; ZILBERMAN, 2018). É necessário, de acordo com Reardon e Swinnen (2020), empresas agroindustriais cada vez mais capitalizadas para que as perdas possam ser minimizadas e, assim, amortecer possíveis choques e mitigar efeitos de inovações. Reardon; Timmer e Minten (2012) concluem que os supermercados viriam desempenhando, em países asiáticos como China e Vietnã, função de reduzir o impacto de custos de transação para pequenos agricultores familiares, facilitando, assim, sua integração aos mercados.

Na China, a modernização da agricultura contempla, dentre suas culturas de alto valor agregado, os alimentos do tipo legumes, verduras e frutas. E desde meados da década de 2010, aprofundam-se novas formas de distribuição e comercialização. Nos documentos oficiais – circulares do CE e documentos de política número 1, sobretudo – aprimorar e modernizar a distribuição e venda de alimentos frescos é um dos pontos. Em

vários documentos oficiais, um dos objetivos da modernização contemporânea da agricultura é desenvolver essa nova cadeia. Um país que se projeta como nação inovadora precisa de uma rede de distribuição moderna de alimentos.

Os dados da Tabela 4.2, para comércio em geral, não somente de alimentos, sugerem que entre 2005 e 2018, embora o valor total de vendas do comércio, em RMB 100 milhões, aumentou mais de 600%. Porém, o atacado correspondeu, em média, a 79% desse volume de vendas. Em número de unidades, em todo o país, a expansão, em 2018 em comparação a 2005, foi de mais de 300%. O volume total de vendas pelo número de unidades, entre 2005 e 2018, foi em média de RMB 2,7.

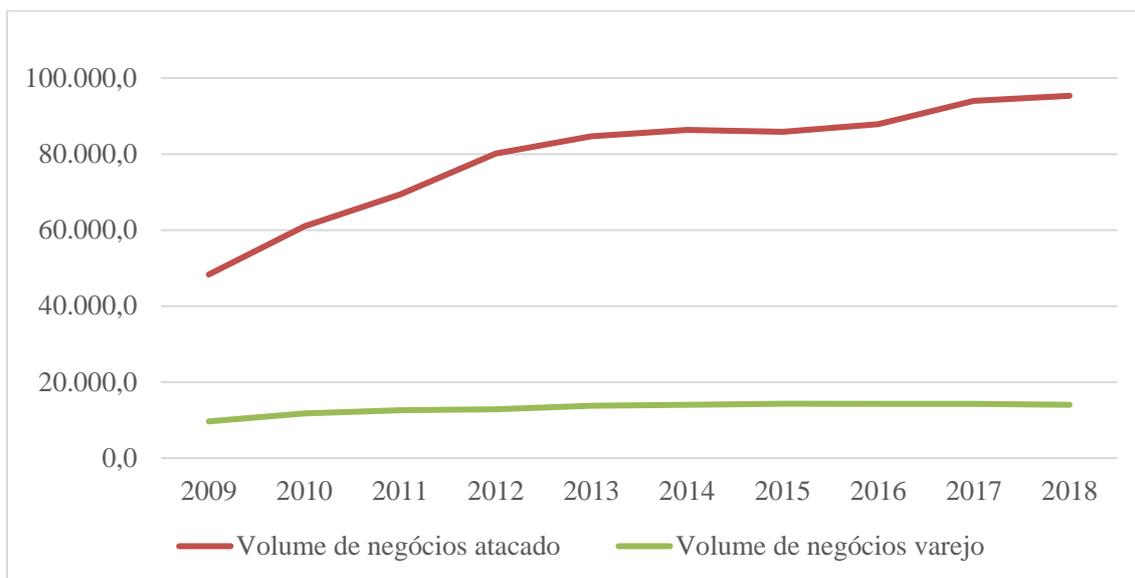
Tabela 4.2 – China: quadro do comércio em varejo e atacado em número de unidades, compras e vendas (2005-2018)

Itens	2005	2008	2010	2012	2014	2015	2016	2017	2018
Número	47.69	100.93	111.77	138.86	181.61	183.07	193.37	200.17	211.51
unidades	8	5	0	5	2	7	1	0	5
% atacado	57%	59%	24%	53%	52%	50%	49%	50%	54%
% varejo	43%	41%	19%	47%	48%	50%	51%	50%	46%
Valor total de compras (100 milhões RMB)	87.53	184.03	248.04	378.31	493.66	468.07	506.30	572.28	616.55
	1	9	1	5	4	2	9	8	1
% atacado	82%	83%	80%	80%	80%	79%	78%	82%	84%
% varejo	18%	17%	20%	20%	20%	21%	22%	18%	16%
Valor total de vendas (100 milhões RMB)	93.15	208.23	276.63	410.53	541.32	515.56	558.87	630.18	691.16
	1	0	6	3	0	7	8	1	2
% atacado	81%	82%	72%	80%	80%	78%	77%	80%	82%
% varejo	19%	18%	21%	20%	20%	22%	23%	20%	18%

Fonte: Elaboração Própria com base em dados de *China Statistical Yearbook* (2019)

Os dados do Gráfico 4.4 permitem visualizar a evolução do volume de transações ou negócios de empresas de atacado e varejo, todos os setores, entre 2009 e 2013. Com esta série de tempo disponível, é possível afirmar que essas transações (em volume de negócios) estão em contínua expansão no país, especialmente pelo atacado, indicando que o sistema de varejo de alimentos chinês está em aprofundamento.

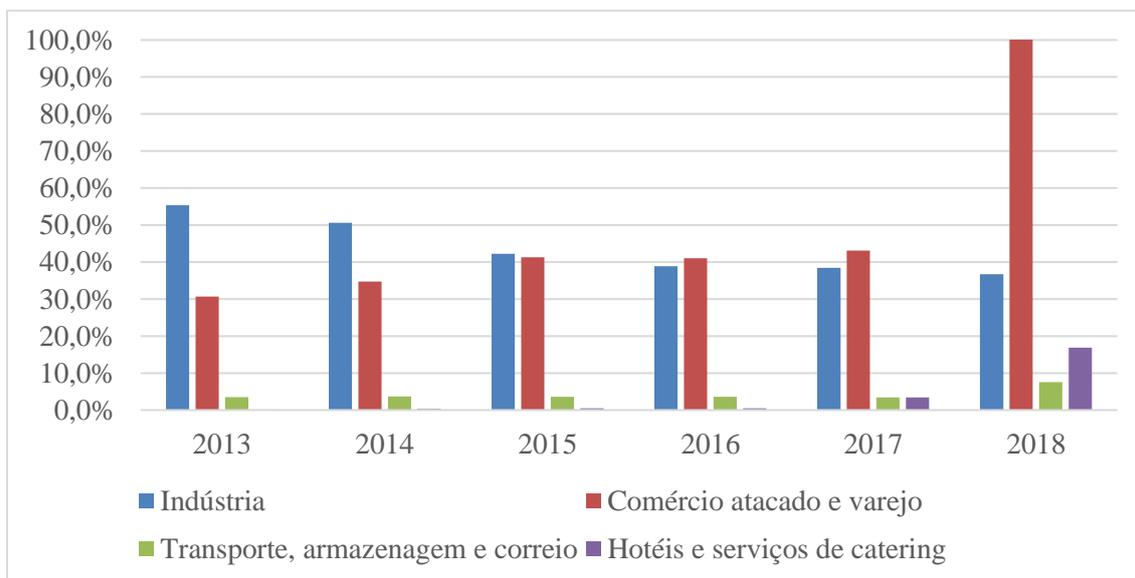
Gráfico 4.4 – Evolução do volume de negócios, atacado e varejo, todos os setores, em RMB 100 milhões (2009-2018)



Fonte: A autora (2022) própria a partir de dados CSY – anos 2010 a 2019

Mais ainda, como os dados do Gráfico 4.5 sugerem, o valor, em RMB 100 milhões, das vendas em *e-commerce*, no atacado e varejo, entre 2013 e 2018, foram maiores do que os demais setores considerados, sobretudo, em 2018.

Gráfico 4.5 - Vendas em e-commerce (100 milhões RMB) por setor (2013-2018)



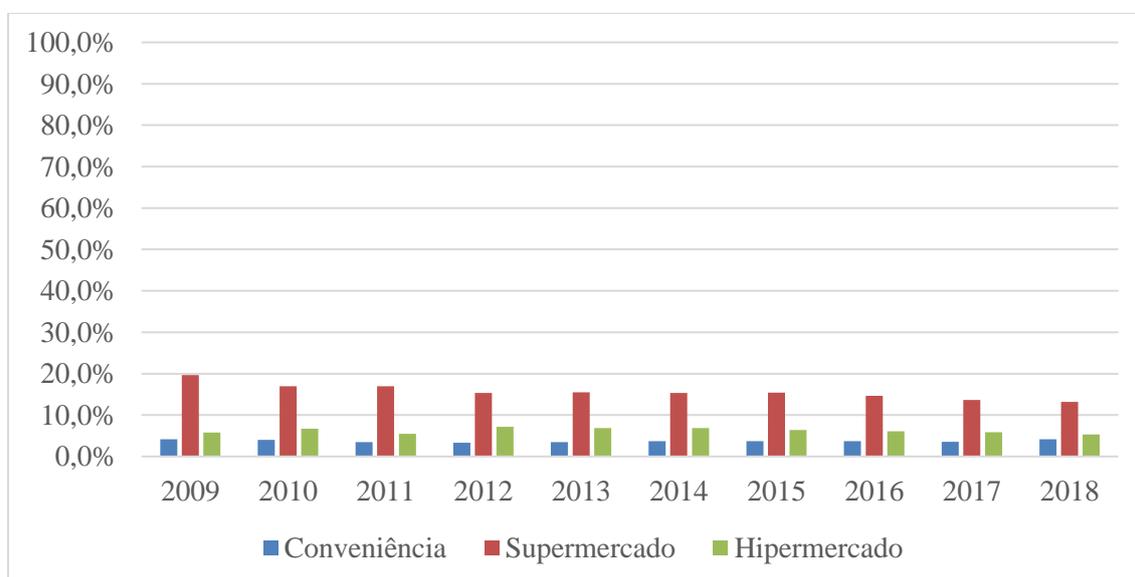
Fonte: A autora (2022) com base em dados *China Statistical Yearbook* 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

Mudanças nas estratégias de comercialização de alimentos no varejo têm contribuído para o aumento de participação de mercado de redes chinesas de supermercados e lojas de alimentos tem se dado com adoção de estratégias do tipo: digitalização¹⁷⁹, integração de serviços online-offline (O2O), fortalecimento de marcas privadas nacionais (DAXUE CONSULTING, 2019).

Outro aspecto a ser ressaltado é a construção de supermercados a partir do sistema nacional de cooperativas, mais especificamente, da empresa de propriedade da federação de cooperativas de abastecimento e comercialização (ver seção deste capítulo). E tem por meta que até 2025, a federação contará com uma empresa líder em abastecimento e comercialização com vistas a modernizar a distribuição rural, fomentando pequenos agricultores.

Em relação aos equipamentos de varejo, o Gráfico 4.6 sugere que formatos tradicionais, como supermercado e hipermercado, apresentaram, entre 2009 e 2018, uma participação inferior a 20% no total de empresas de varejo, neste período. O formato “hipermercado” manteve participação ainda menor do que de supermercado.

Gráfico 4.6 – Lojas de conveniência, supermercados e hipermercados: evolução da participação, em %, de número de lojas no total de empresas de varejo (2009-2018)



Fonte: A autora (2022) com base em dados *China Statistical Yearbook* – anos 2010 a 2019

¹⁷⁹ Na digitalização, as lojas físicas, cada vez mais, têm tecnologias de informação e comunicação, bem como de inteligência artificial – como caixas com reconhecimento facial, por exemplo. Na integração de serviços online-offline (O2O), acontece com o estabelecimento de parcerias das redes com grandes empresas chinesas de informática, tais como Alibaba, Tencent e JD.com para integração das lojas físicas e online.

Consultorias especializadas em supermercados, têm destacado esse tipo de equipamento como se tornando prevacente nas vendas de alimentos, especialmente a partir da ASF. Daxue Consulting (2019)¹⁸⁰ destaca que existe uma série de grandes redes estrangeiras na China – tais como Wal-Mart, Carrefour, Trust-Mart, Tesco, Lotus, Lotte Mart, RT-Mart, Yonghui, Renrenle e Hualian, além de Watsons. Essas redes possuem participação de capitais estrangeiros e o número de redes de supermercado totalmente nacionais/domésticas é muito pequeno.

Por outro lado, também de acordo com Daxue Consulting (2019), há grande número de supermercados menores que são totalmente nacionais/domésticos. A competição de estabelecimentos chineses com estrangeiros está posta e têm ganhado espaço, especialmente, pela adoção de pontos de venda menores, substituindo as grandes lojas. Por exemplo, uma rede chinesa de supermercados, a Yonghui Superstore apresentou, na primeira metade de 2019, crescimento de receita igual a 19,7% o equivalente a RMB 411,73 bilhões em vendas, crescimento de receita também observado pela *Hema Xiangsheng* que é a líder nesse novo formato de negócios (DAXUE CONSULTING, 2019). A líder em equipamentos do tipo hipermercados é a Lianhua, que apresenta uma rede de distribuição e pontos de venda abrangente em todo o país, além de praticar preços mais acessíveis do que as demais.

As redes de supermercado como *Hema Xiansheng* são consideradas ‘novas entrantes’. Essa rede de supermercado foi criada em 2016, pela Alibaba e ganhou destaque por implementar uma nova estratégia de vendas no varejo, a qual consiste em um eficiente sistema de inteligência de dados e *e-commerce*. É possível utilizar aplicativos (‘Hema App’ e ‘Alipay’) para obter informações dos produtos, bem como escanear seus códigos de barra para compra e pagamento, sendo os produtos entregues em trinta minutos. E por meio deste aplicativo, são levantadas e sistematizadas as informações de compra dos consumidores – como gostos, preferências e locais de entrega – que servirão para orientar as estratégias de comercialização da rede. As grandes redes estrangeiras têm padecido na competição com esses novos formatos.

Zhang e Pan (2014) ao avaliarem as transformações do varejo de alimentos na zona urbana da China, conclui que a ‘supermercaditização’ ocorre com o

¹⁸⁰ Disponível em <https://daxueconsulting.com/supermarkets-and-hypermarkets-in-china/> (visto em 14/03/2023).

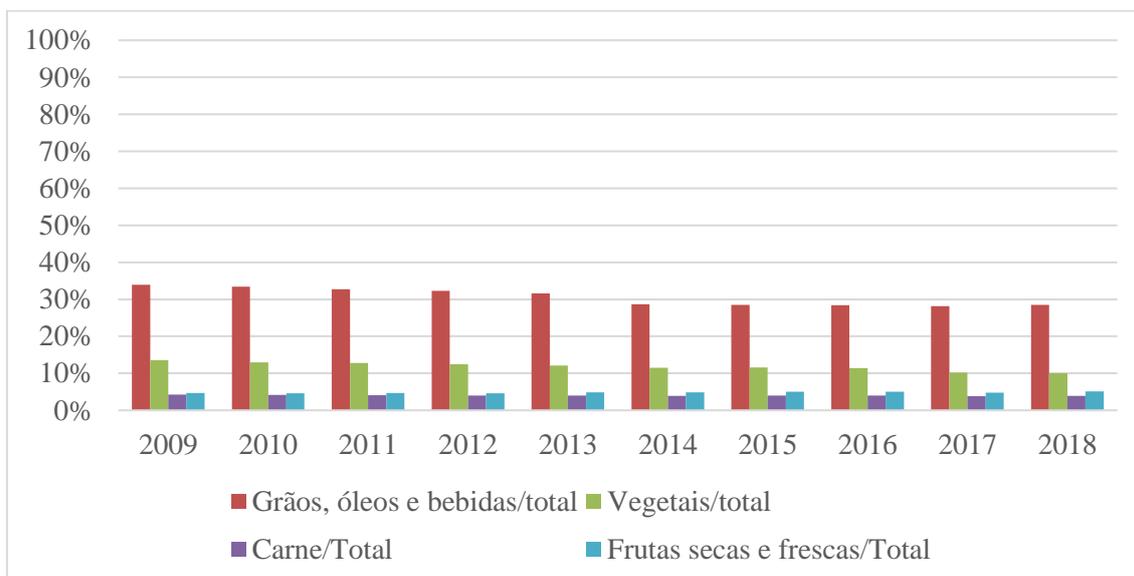
desmantelamento do sistema estatal de varejo de alimentos frescos do tipo frutas, legumes e vegetais, substituído por um orientado pelo lucro, com lógica empresarial. Neste processo de “liberalização” ou de abertura para forças de mercado, como denomina o autor, a oferta desses alimentos aumentou nas cidades, bem como os pontos de venda. Entretanto, os espaços, em si, ainda não se mostravam adequados para venda desse tipo de alimento, em termos de variedade, qualidade, escala, frescor, dentre outros. Com incentivos governamentais – sobretudo, municipais, essas condições viriam sendo revertidas. Por outro lado, ainda de acordo com Zhang e Pan (2014), essa transformação no varejo dos alimentos, somente viria sendo possível graças à penetração do capitalismo no campo.

De fato, há constatação de que “*wet markets*” seriam o formato mais competitivo para China, como atestam Humphrey (2007) e Chen (2017) em função da proximidade dos consumidores e produtores, levando à prática de preços mais baixos, comparativamente. *China Chain Store & Franchise Association* (CCFA) é a entidade representativa oficial da indústria de varejo e *franchise* da China, congrega mais de 1200 empresas com 460 mil lojas e, em 2020, o total de vendas de seus membros chegou a RMB 4,5 trilhões. Enquanto a adoção, cada vez mais frequente, da internet nas operações de varejo de alimentos frescos, como discutem Zhong, Crang e Zeng (2019), estariam contribuindo ainda mais com a competitividade de formatos menores de empresas de varejo desses alimentos em função de possibilitar maior garantir de frescor¹⁸¹ – a exigência de frescor desses alimentos, incluindo-se, peixes, varia conforme a região da China.

Quando esses dados são tomados por setores de alimentos, como apresentado no Gráfico 4.7, é possível distinguir que, entre 2009 e 2018, os alimentos frescos ou resfriados – como vegetais e carne, além de frutas secas e frescas – mantiveram uma participação, em termos de pontos de venda no varejo, inferior àquela do setor de grãos, óleos e bebidas.

¹⁸¹ “Our research demonstrates that the ongoing vitality of wet markets in urban China primarily rests in their competitive advantage with regards to a particular kind of freshness. This freshness corresponds with consumers’ consumption habits and food culture. Consumers’ pursuit of this freshness dictates vendors’ behavior; vendors’ social networks with suppliers foster the fragmented food trade system, which in turn improves the resilience of wet markets.” (ZHONG; CRANG; ZENG, 2019: 184)

Gráfico 4-7 – Evolução da participação, em %, de pontos de venda de setores de alimentos em relação ao total de pontos de venda (2009-2018)

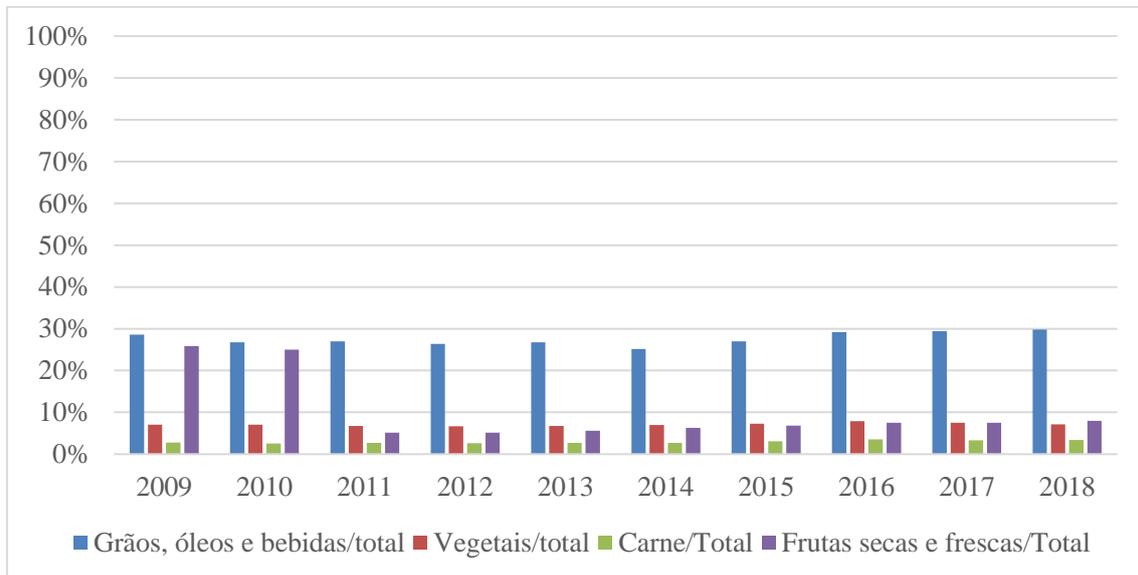


Fonte: A autora (2022) com base em dados CSY – anos 2010 a 2019

O mesmo padrão visualizado no Gráfico 4.8 para o varejo, é notado no Gráfico 4.7, para atacado, o que é esperado para circulação de alimentos, visto que as empresas de atacado ‘abastecem’ os pontos de venda de varejo. É interessante notar que, no caso de grãos, óleos e bebidas, o volume de negócios de atacado é um pouco menor do que em varejo. Quanto a vegetais, frutas e legumes, registra-se, cada vez mais, estratégias estimuladas pelo CE e Comitê Central do PCCh desde o cultivo até o varejo de modo a garantir preços estáveis desses produtos. Isto é, dentre os pontos de modernização da agricultura, está a coordenação de processamento, atacado de alimentos e varejo, bem como logística e promoção de vendas online (XINHUA, 2022¹⁸²).

¹⁸² Disponível em http://english.scio.gov.cn/pressroom/2022-06/02/content_78249796.htm (visto em 14/03/2023).

Gráfico 4-8 – Evolução da participação, em %, do volume de negócios no comércio atacado por setor de alimentação em relação ao volume total do atacado (2009-2018)



Fonte: A autora (2022) com base em dados CSY – anos 2010 a 2018

Alita, Dries e Oosterveer (2020) afirmaram que a ‘supermerdicatização’ – em termos de estratégias adotadas de distribuição e circulação de alimentos – na China ampliou-se em função da maior demanda da população urbana por frutas, legumes e verduras, conforme visto no capítulo 2. Os autores concluem que a expansão rápida dos supermercados nas cidades da China ocorreu sob estímulo estatal e suporte. E os supermercados permitiram prosperar uma reorganização do sistema de oferta daqueles alimentos, com maior proximidade dos intermediários. Alita, Dries e Oosterveer (2020) concluem ainda que em termos de cadeia de distribuição desses alimentos, na China, é mais frequente o tipo ‘relacional’, isto é, aquele em que intermediários (atacado) vendem para “*wet market*” e “*grocery store*” ou supermercados locais, isto é, em lojas de varejo de menor escala, constata-se presença de intermediários.

CAPÍTULO 5 – MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA – A BUSCA DE UM NOVO PADRÃO AGRÍCOLA

Desde meados da primeira década de 2000, agricultura da China é inserida nos ecossistemas¹⁸³ de inovação pelo CE e Comitê Central do PCCh. Nos programas e políticas para o setor – assim como para estrutura produtiva do país – têm sido estipuladas ações específicas para os segmentos de diferentes níveis de intensidade tecnológica e ações direcionadas para setores próximos da fronteira tecnológica, articuladas com ações específicas para promoção do desenvolvimento social no campo.

Em 2015, as autoridades chinesas reconheceram que existe uma inflexão na produtividade e no rendimento da agricultura e no rural: os rendimentos dos agricultores cresceram, mas em taxas pequenas e os ganhos foram, em grande parte, fruto do aumento de preços do que oriundos de ganhos da produtividade.

Wang, Liu e Sun (2020) avaliam que a inovação tecnológica na agricultura, com base nas premissas destacadas por Xi Jinping durante o 18º Congresso Nacional do PCCh, induz o desenvolvimento tecnológico e sustentável no campo. De acordo com os autores, isso significa que a partir da inovação espera-se garantir abastecimento de alimentos saudáveis e seguros e, ao mesmo tempo, promover o emprego, estabilidade social e sustentabilidade. A promoção da agricultura verde ou ecológica ou agroecológica é mencionada em documentos oficiais como meta na modernização do setor.

De acordo com Xinhua (2021), na 37ª Reunião de reorganização do Comitê Central do PCCh, presidida por Xi Jinping, foi produzido o documento “Opiniões sobre sistemas e mecanismos inovadores para promover o desenvolvimento verde da agricultura”, pelo qual, por primeira vez na China, instruções foram implementadas sob a premissa da “agricultura verde”. Produtividade, distribuição, cultivo, colheita, irrigação, insumos deverão estar alinhados com o desenvolvimento da agrícola verde amparado na inovação.

Cabe observar ainda que a fronteira tecnológica vem sendo empurrada pelos países centrais para o que se convencionou denominar de 4ª Revolução Industrial, desde

¹⁸³ Tem sido muito utilizado para agropecuária e busca transmitir a perspectiva de *espaços para inovação* em que infraestrutura e instituições se articulam para atrair empreendedores e recursos financeiros. Associados a parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, polos tecnológicos e distritos tecnológicos. Hoffecker (2019) alerta que as economias subdesenvolvidas não apreenderam esse conceito em sua totalidade, quanto a sua intrínseca necessidade de autorrenovação e da inovação em *gestão*. E como argumentam Vieira Filho, Gasques e Ronsom (2020), na agricultura, essa abordagem tem um caráter de agilidade.

meados da década de 2010. Isso respaldou ainda mais as estratégias chinesas de desenvolvimento produtivo e tecnológico na agricultura. Em 2020, programa específico para desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) foi anunciado com financiamento previsto de US\$1,4 trilhão em 5 anos. Tecnologias digitais têm sido introduzidas cada vez mais na zona rural do país e têm sido tratadas pelas autoridades como um instrumento para integrar pequenos agricultores aos mercados e facilitar a logística de comercialização, especialmente de produtos de maior valor agregado à internet, *Global Positioning System* (GPS). Seria uma revolução tecnológica da agricultura pela informação, uma nova etapa que evoluiu a partir da acumulação desde as revoluções anteriores que ocorreram pela mecanização, modificação genética e agricultura de precisão. Uma forma de aumentar os níveis de produtividade, de promover uma agricultura mais sustentável e de combinar emprego não-agrícola qualificado e, principalmente, de aumentar a eficiência produtiva de pequenas unidades produtivas agrícolas.

Diante disto, este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar o papel desempenhado pela inovação tecnológica e pela 4ª Revolução Industrial na modernização agrícola chinesa, destacando a atuação estatal nesse processo (instituições envolvidas, planos e subsídios).

Para tanto, além desta introdução, este capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, é apresentada uma breve apresentação da questão da inovação tecnológica e da 4ª Revolução Industrial no desenvolvimento recente chinês. E, por fim, na segunda seção, é realizada uma discussão a respeito das transformações tecnológicas, induzidas pelo Estado chinês, e seu papel na modernização da agricultura.

5.1 – Inovação Tecnológica e 4ª Revolução Industrial na China recente: uma síntese do papel estatal

De forma declarada e pragmática, a China anuncia, na década de 2010, o plano *Made in China 2025* pelo qual assegura que o país passará à ‘nação inovadora’ (KENNEDY, 2015). Dessa forma, seu sistema nacional de inovação da China volta-se para o plano estratégico de, em setores chave – agricultura e pecuária são incluídas nesse conjunto – o país assumir a posição de dominar as etapas produtivas de maior complexidade tecnológica, implicando em intensificar seu poder de influência internacional em P&D, marca, *design*, distribuição, comercialização. Cassiolato (2013)

destaca que essa estratégia de ‘nação inovadora’ implica em realizar ‘inovações autóctones’ de modo que a inovação é afeita ao contexto e às especificidades locais da China e é ela quem detém a propriedade intelectual da inovação.

A consolidação de grandes empresas e, em seguida, empresas multinacionais, permite que o país, com as líderes nacionais, permite que o país operacionalize sua estratégia de nação inovadora (ver capítulo 4). A Tabela 5.1 ilustra os avanços a partir dessas políticas industriais e de ciência e tecnologia mais recentes. Os dados da Tabela 5.1 sugerem que os registros de projetos de inovação em processo ou produto nas empresas domésticas da indústria, entre 2016 e 2018, respondeu, em média, por 85% de todas as empresas¹⁸⁴ da China. Igualmente, as empresas industriais com registro de ‘*limited liability*’ e domésticas privadas são aquelas com maior número de projetos de inovação em processo ou produto, sobretudo as empresas privadas. As empresas líderes da industrialização da agricultura são registradas como empresas privadas.

Considerando os dados apresentados para este triênio (2016-2018) apresentados na Tabela 5.1, depreendemos que dentre as empresas domésticas, predominam aquelas do tipo “privadas” (*privates*) e “sociedade de responsabilidade limitada” (*limited liability*

¹⁸⁴ De acordo com as notas estatística de *China Statistical Yearbook*, as empresas na China, por fins de seu registro, são classificadas em 3 categorias: *domestic-funded*, fundadas com recursos de Hong Kong, Macao e Taiwan e com investimentos estrangeiros. As empresas do tipo ‘*domestic-funded*’ podem ser do tipo: *state-owned enterprises*, *collective-enterprises*, *cooperative enterprises*, *joint ownership*, *limited liability corporations*, *share-holding corporations Ltd*, *private enterprises*, dentre outras. As empresas estatais (*state-owned enterprises*) são unidades não corporativas em que o Estado é proprietário de todos os ativos da empresa e que foram registradas conforme *Regulation of the People’s Republic of China on the Management of Registration of Corporate Enterprises.*; empresas de propriedade coletiva (*collective-owned enterprises*) são aquelas unidades econômicas das quais os ativos são de propriedade coletiva e que foram registradas em acordo com *Regulation of the People’s Republic of China on the Management of Registration of Corporate Enterprises*; empresas cooperativas (*cooperative enterprises*) são unidades econômicas empresariais coletivas – empresas – em que os capitais são provenientes de participação de empregados e com alguma participação de capital de outras partes, em que a produção é organizada sob forma independente, bem como a contabilidade para lucros e perdas, definição de equipes de trabalho, gestão democrática e um sistema de remuneração estabelecido por dividendos conforme participações de capital; *joint ownership enterprises* (empresas de propriedade conjunta) unidades econômicas estabelecidas por duas ou mais empresas ou instituições corporativas de mesma ou diferente propriedade por meio de investimento conjunto amparado em participação voluntária, igualdade e benefícios mútuos e nesta categoria estão incluídos: as formas coletiva, estatais e outras; *limited liability Corporation* (sociedade de responsabilidade limitada) são aquelas unidades econômicas as quais apresentam investimento de 2 a 50 investidores e registro em acordo com *Regulation of the People’s Republic of China on the Management of Registration of Corporations* e estando cada investidor se responsabiliza conforme sua participação no investimento e assume apenas as formas estatal ou outras; *share-holding corporations ltd* (participação acionária) são aquelas unidades econômicas registradas de acordo com *Regulation of the People’s Republic of China on the Management of Registration of Corporations* e cujo capital total registrado está dividido em participações iguais e que podem ser aumentadas por meio de emissão de ações. E, as empresas privadas que são unidades econômicas que ‘fazem lucro’ as quais têm investimento, bem como são mantidas, de/por pessoas físicas (*‘natural persons’*) ou por elas controladas com a contratação de mão de obra e nesta categoria estão incluídas *private limited liability corporations*, *private share-holding corporations Ltd.*, *private partnership enterprises and private-funded enterprises*.

Corporation). Estas empresas, de acordo com *Regulation of the People's Republic of China on the Management of Registration of Corporate Enterprises* são aquelas que de 2 a 50 investidores podem estar responsabilizados conforme sua proporção de participação no capital social e, de acordo com as notas estatísticas do *China Statistical Yearbook*, costumam ser empresas estatais. No caso das empresas privadas, sua preponderância em participação no total de empresas domésticas tem relação com a expansão das empresas líderes da industrialização da agricultura (ver capítulo 4), as quais se expandem sob apoio financeiro estatal. Dessa forma, ambas essas classificações para empresas estão entrelaçadas à política nacional de crescimento e desenvolvimento econômico do País.

Tabela 5.1 – Número de empresas com inovação de produto ou processo^(a) por *status* de registro (em unidades) – 2016-2018

<i>Status</i> de Registro ^(c)	2016	2017	2018
<i>Domestic funded enterprises</i>	118.807	125.012	139.393
<i>State-owned enterprises</i>	527	435	395
<i>Collective-owned enterprises</i>	345	263	244
<i>Cooperative enterprises</i>	342	288	316
<i>Joint ownership enterprises</i>	18	17	18
<i>Limited liability corporations</i>	33.886	35.633	34.214
<i>State sole funded corporations</i>	1.128	1.168	1.688
<i>Share-holding corporations Ltd.</i>	7.347	7.855	8.451
<i>Private Enterprises</i>	76.172	80.383	95.744
<i>Other Enterprises</i>	170	138	11
Total ^(b)	141.074	147.461	161.333

Fonte: *China Statistical Yearbook*, 2017, 2018 e 2019.

^(a) As estatísticas anteriores a 2017, no CSY, separam novos produtos de processos.

^(b) Além das empresas domésticas, estão as empresas com fundos a partir de Hong Kong e as empresas estrangeiras.

^(c) Manteve-se em inglês, tal qual apresentado na fonte CSY, para evitar quaisquer perdas com a tradução.

OCDE (2020)¹⁸⁵ constatou que, na China, o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação (SNCTI) apresenta uma taxa elevada de pesquisadores em carreiras para inovação em P&D no setor privado. Prestes (2019)¹⁸⁶ enfatiza que o êxito da China tem raízes na fundação do PCCh. Mao Tsé-Tung, Chu En-Lai e Deng Xiaoping, por exemplo, compreendiam que a China necessitava assimilar criticamente a ciência e a

¹⁸⁵Disponível em <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/924868cc-pt/index.html?itemId=/content/component/924868cc-pt> (visto em 14/03/2023).

¹⁸⁶Disponível em http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1561950849_ARQUIVO_ARTIGOCOMPLETOELISAPRESTES.pdf (visto em 14/03/2023).

técnica dos países que lhe impuseram o jugo colonial. Paula e Jabbour (2018) afirmam que o aparato estatal assumiu diferentes funções, como promover processo de substituição de importações, além de constituir e sustentar um sistema nacional de fomento, com os bancos públicos exercendo papel central no financiamento da produção. Ademais, Prestes (2019) avaliava que a modernização chinesa, ao diminuir o *gap* de atraso em relação aos países capitalistas desenvolvidos, conferia a possibilidade real da construção de uma relação de igualdade substancial nos planos econômico e, sobretudo, tecnológico.

O sistema nacional chinês de ciência, tecnologia e inovação (SNCTI)¹⁸⁷ pôde se estruturar com a coordenação e financiamento de investimentos pelo Estado, que também atua na sua organização da governança e institucionalidade.

A Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CASS) tem realizado pesquisas básicas e aplicadas de apoio nos projetos de industrialização da agricultura e de inovação¹⁸⁸. E mantém prioridade em treinamento e formação em pós-graduação – de acordo com CASS (2021), seriam 5 mil estudantes e mais de 10 mil talentos em pesquisa agrícola já formados –, bem como programas específicos de atração (ou retenção) de cientistas nacionais de renome. São 34 institutos de pesquisa vinculados em toda a China e 9 institutos de pesquisa conjuntos com outras instituições (não especificadas), com mais 10 mil funcionários, sendo as principais áreas de pesquisa: culturas, horticultura, pecuária, medicina veterinária, recursos e meio ambiente, engenharia, máquinas, segurança do alimento, processamento e informações. Diante da política de modernização contemporânea da agricultura, CASS tem se empenhado esforços para se apresentar como instituto de pesquisa agrícola de classe internacional.

O *Made in China 2025*, lançado em 2015, sob liderança de Xi Jinping, enfatizou as tecnologias da informação relacionadas à “indústria 4.0”, que envolvem sistemas

¹⁸⁷ O SNCTI desde as reformas realizadas no fim da década de 1970, envolveu diferentes estratégias de inserção no mercado internacional. Na avaliação de Medeiros (2013), de fato, aconteceu uma redução da participação de bens primários; bens semiacabados; e bens de consumo, enquanto houve um aumento de “partes e componentes” e bens de capital no total importado e essa diversificação foi acompanhada da ‘sofisticação relativa das exportações chinesas’.

¹⁸⁸ De acordo com CASS (2021): “Arroz Híbrido Indica”, “Arroz Híbrido Indica”, “Milho ‘Zhongdan No. 2’”, “Coleta, Preservação e Utilização de Recursos de Germoplasma de Culturas na China”, “Estabelecimento de Sistema de Avaliação de Qualidade de Variedades de Trigo Chinesas e Pesquisa em Molecular Tecnologia de Melhoria” “Criação e aplicação de trigo anão e seus métodos de reprodução de alta eficiência” “China Cotton Research Institute 12’ algodão”, “China Cotton Research Institute 19’ algodão”, “Algodão transgênico resistente a insetos”, “zhonghuang 13’ soja”, “Jingfeng 1’ algodão” No. ‘repolho’, “arroz de lama de esterco de pato seco de inverno sentado no outono e melhoria de campo de baixo rendimento”, “medidas técnicas para proteger mudas de algodão e trigo em solo salino no norte Henan”, “vacina atenuada do vírus da anemia infecciosa equina”, “vacina inativada da gripe aviária subtipo H5”.

inteligentes, e aplicá-las nas indústrias tradicionais de forma a atualizá-las, buscando apoiar a aplicação da internet nos mais variados setores, como saúde, serviços públicos, transporte, energia, educação e comércio digital (NAUGHTON, 2018). Em 2016, no âmbito do 13º Plano Quinquenal (2016-2020), foram estabelecidos cinco grandes setores a serem imediatamente endereçados e quatro setores a serem preparados para ação posterior, sendo os setores imediatos, de acordo com Naughton (2021): Tecnologia da Informação (TI); equipamento industrial de alta qualidade; farmacêuticos; veículos de novas energias; e espacial e marítima; conexões de informação; ciências da vida; e tecnologia nuclear. A política industrial de longo prazo chamada *Innovation-Driven Development Strategy* (IDDS) consistia em uma nova estratégia com três etapas a serem atingidas pela China entre 2020 e 2050: “*becoming an “innovative nation” by 2020; relying on innovation for economic growth and emerging as a leading innovative nation by 2030; and becoming a technological superpower by 2050*” (NAUGHTON, 2021: 77).

Na avaliação de Cassiolato (2013), o pragmatismo chinês se desvela em uma estratégia de não concorrer diretamente com as grandes líderes via inovação radical. O programa *Made in China 2025* busca fortalecer a posição chinesa nas cadeias globais de valor da indústria, promovendo a marca, ou, via atividades de *core business*. Na avaliação de Diegues e Hiratuka (2021), a criação da SASAC enquanto vetor da coordenação da transformação estrutural no âmbito da propriedade de empresas na China, na primeira década do século XXI, engendrou ao CE e Comitê Central do PCCh um controle indireto na dinâmica de acumulação, de transformação tecnológica e de internacionalização dos capitais chineses em setores estratégicos para economia chinesa. O *Made In China 2025* (MIC) ter por objetivo primordial, até 2025, colocar a China na posição de controladora dos pontos de geração de maior valor agregado, nas cadeias globais de valor, construindo uma nova imagem para a marca chinesa¹⁸⁹. O MIC foi elaborado seguindo o programa alemão *Industrie 4.0* de modo que vários subplanos foram desenhados para tornar o setor industrial adaptado a alavancar a gestão de alto volume de dados (*Big Data*), robótica e automação industrial.

No 13º Plano Quinquenal (2016-2020), estabeleceram-se os 5 setores de tratamento imediato pela política de inovação: TI, equipamento industrial e de alta qualidade, farmacêuticos, veículos de novas energias e mídias digitais. Em 2016, o

¹⁸⁹ Estima-se que atualmente o País produza internamente entre 0 a 30% dos componentes, espera-se aumentar a 70%, até 2025.

Comitê Central do PCCh e o CE emitiram o “Esboço da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Orientado para a Inovação” – *Innovation-Driven Development Strategy* (IDDS) – que tem por diretriz essencial o desenvolvimento econômico nacional orientado pela inovação. De acordo com esse plano, as seguintes metas foram estabelecidas: (i) taxa de contribuição do progresso tecnológico e valor agregado da indústria e de serviços em 20% do PIB; (ii) melhoria da capacidade de inovação autônoma no âmbito da revolução tecnológica de reservas tecnológicas e aumento dos gastos de P&D em relação ao PIB; (iii) melhoria persistente da coordenação do sistema nacional de inovação; (iv) melhoria das políticas de regulamentação que estimulem a inovação, bem como proteção da propriedade intelectual. O plano define que até 2030 o país precisa estar na vanguarda entre as potências inovadoras internacionais. Dessa forma, pretende-se aumentar o número de indústrias nas porções mais extremas das cadeias globais de valor, bem como de liderança na inovação, aumentar a integração e promoção da C&T. Enquanto até 2050, a China deverá se consolidar como potência mundial em inovação científica e tecnológica, em que, dentre as metas, destacam-se aumento de instituições de pesquisa de classe internacional e otimização do ambiente institucional da inovação.

Dessa forma, alguns autores como Naughton (2021) avaliam que o IDDS representa a identificação por CE e Comitê Central do PCCh de janelas de oportunidade para a China alcançar a etapa de nação inovadora e, mais ainda, líder internacional da inovação. Essa estratégia, portanto, consiste em agrupar tecnologias de comunicação, dados e inteligência artificial as quais além da inovação própria de cada uma delas, geram inovações em setores de aplicação. Transportes – com veículos autônomos e cidades inteligentes – e setores militares – sistema Beidou de posicionamento global por satélite¹⁹⁰ – são os principais para aplicação. Em *upstream* são necessárias pelo menos semicondutores e inteligência artificial. No âmbito dos paradigmas atribuídos à Indústria 4.0, o sistema nacional chinês de inovação detém o maior *big data*, o BAT – as empresas Baidu, Alibaba e Tencent. Rodrigues e Martins (2020) avaliam que essas empresas são as responsáveis pelo conteúdo digital de todas as indústrias e que representam uma forma de automatização colossal. Ou, o que entendemos, um grande instrumento de planejamento central estatal.

¹⁹⁰ Disponível em <https://www.scielo.br/j/rec/a/GbxHXYnb3SwNsWNs6BMjxBp/abstract/?lang=en> (visto em 14/03/2023).

Com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Orientado para Inovação (IDDS) – aspecto parte do socialismo de características chinesas para uma nova – a agricultura é dos pilares estratégicos para sua efetivação. De acordo com o texto do plano, é meta desenvolver tecnologia agrícola moderna, verde, ecológica, eficiente que garanta segurança alimentar e autossuficiência alimentar. Além de prever fortalecer e promover P&D em melhoramento genético de animais e plantas, em equipamentos agrícolas de ponta, desenvolvimento de tecnologias em economia de água, agricultura circular, agricultura orgânica, fertilizantes biológicos, tecnologia agrícola moderna padronizada em larga escala, de rastreabilidade, de baixo impacto ambiental, promover a integração da cadeia e transporte ecológico, além das indústrias primária, secundária e terciária.

A introdução da estrutura, *Industrial Guidance Funds* (IGFs) ou Fundos de Orientação Industrial constitui uma das significativas novidades da política chinesa recente. Estes fundos agrupam capital de empresas e bancos estatais, além de capital privado, sob uma plataforma estabelecida pelo Estado e que visa financiar a atividade industrial (NAUGHTON, 2021)¹⁹¹.

O ano de início dos fundos é 2015 e desde então se proliferaram, a partir dos governos locais, visto que a arrecadação pode ser aplicada e recuperada, o que também exige uma profissionalização desses níveis de governo¹⁹². Constituem mecanismos para aumentar a escala de produção industrial e tecnológica no país, podendo, entendemos, ser avaliados como análogo, na indústria e inovação, à estratégia das empresas líderes da industrialização da agricultura (*dragon head enterprises*). A concepção destes fundos se

¹⁹¹ Em diferentes níveis administrativos existem IGFs, ainda que estejam mais concentrados nos níveis municipal e provincial. Em torno de 50% de seu valor é destinado a setores de alta intensidade tecnológica. Como sistematiza Prates (201), aos IGFs cabem seis importantes papéis institucionais: administração; participação acionária; designação de estratégia setorial; designação de estratégia de investimento; sistema de incentivos; e canais de subsídio. Esses fundos contam por vetores de financiamento ativos sob gestão (AUM, na sigla em inglês), sendo geridos pelo Estado, com *venture-capital* público-privada e sob uma premissa única: suportar as metas da política industrial da China enquanto os investimentos realizados devem gerar retornos. Buscam, de acordo com Adler (2022), introduzir a competição de mercado a empresas estatais (SOEs) ao mesmo tempo que o Estado financia intensamente empresas privadas. Os subsídios para indústria sob investimento em capital constituem o mecanismo estatal de financiamento nos IGFs, isto é, as empresas que os recebem precisam cumprir com metas de rendimento. Por outro lado, os recursos desses fundos não podem ser investidos em formas como mercado secundário de ações, mercados futuros, imobiliário e fundos de investimento em títulos (ADLER, 2022). O autor classifica esses fundos como uma inovação institucional e de política de financiamento da China por combinar capital estatal com mecanismos de mercado.

¹⁹² “Recentemente, o preço das ações do Daily Fresh, a primeira ação de alimentos frescos, caiu abaixo de US\$ 0,2 por ação. Em dezembro de 2020, o Fundo de Orientação do Governo Municipal de Qingdao, a Qingdao Guoxin e a Sunshine Ventures formaram uma entidade de investimento conjunto para investir 2 bilhões de yuans no investimento estratégico diário. A queda do preço das ações do Daily Youxian forçou muitos fundos governamentais de orientação da indústria a prestar atenção à operação profissional do fundo.” https://www.stcn.com/stock/gsd/t202205/t20220530_4594494.html

pauta, portanto, em induzir a transformação e modernização de empresas privadas do país – em setores, sobretudo, da indústria 4.0, as empresas emergentes – ao desbloquear os canais de investimento e financiamento.

A orientação à inovação autóctone passa a se fortalecer na China com a meta de uma economia moderadamente próspera em 2021, quando o PCCh completaria o centenário de sua fundação. Wubbeke et al (2016) avaliam que a meta de tornar o país superpotência industrial e da internet e ao mesmo tempo, líder internacional em setor de alta intensidade tecnológica foi incorporada ao apelo da diretriz política de ‘rejuvenescimento da nação’, mas simultaneamente funcionando como meio para China enfrentar a concorrência internacional e galgar liderança na 4ª Revolução Industrial, superando diferenciais competitivos estruturais.

Desde a década de 2010 que os planos setoriais da China se combinam com aplicação da Internet das Coisas (IoT) ou Inteligência Artificial (IA), elementos-chave da 4.ª Revolução Industrial. Guo (2020) avalia que desde 2013 estaria em andamento uma nova fase de crescimento econômico da China liderada pela internet, com o papel crescente do *e-commerce* e, assim, uma espécie de massificação do empreendedorismo e inovação. No âmbito das diretivas e metas do MIC 2025, em 2017, o CE lançou “*A new generation of Artificial Intelligence development Plan*”, apresentando a Inteligência Artificial (IA) como o novo foco da competição internacional, colocando o país na posição de “primeiro a se mover”, considerando um conjunto de metas e de princípios pelos quais a IA seria também entendida como portadora de atributos sociais em que a coordenação de políticas industriais, sociais e inovação seria fundamental. O CE e o Comitê Central do PCCh estabeleceram que se busque a integração da IA com inovações industriais. O desenvolvimento ou a corrida pelo “5G” depende do desenvolvimento da infraestrutura, requerendo uma renovação de todos os pontos a montante da cadeia produtiva de telecomunicações (MAJEROWICZ, 2020).

No âmbito das diretivas e metas do MIC 2025, em 2017, o Conselho de Estado (CE) lançou “*A new generation of Artificial Intelligence development Plan*”, apresentando a Inteligência Artificial (IA) como o novo foco da competição internacional, colocando o país na posição de ‘primeiro a se mover’ considerando um conjunto de metas e de princípios pelos quais IA é também entendida como portadora de atributos sociais em que a coordenação de políticas industriais, sociais e inovação é fundamental. Comitê Central do PCCh e CE estabelecem que se busca a integração da IA com inovações indústrias, incluindo-se a agricultura, tendo em vista acelerar a promoção de saltos e

melhorias industriais de inovação. De acordo com este plano, para o setor agrícola serão desenvolvidos e implementados sistemas de sensores e controle, equipamentos agrícolas inteligentes, sistema autônomo de máquinas, sistema de análise de inteligência artificial, plantas de fazendas inteligentes – plantações, pesca, pasto – e sistema de *big data*. É um programa de inovação para agricultura, porém um programa em que o CE busca consolidar um plano maior, de desenvolvimento rural e agrícola *harmonioso* com industrial e urbano. Busca-se, dessa forma, aumentar a empregabilidade, nível de renda, condições de vida no campo, reduzir a pobreza rural ao mesmo tempo sustentar níveis de crescimento do PIB, posicionar a China na concorrência internacional do agro.

Por agricultura inteligente (IA), o Plano entende se tratar de pesquisa e formulação de sistemas de sensores de agricultura inteligente, equipamentos inteligentes, sistemas autônomos de tarefas para equipamentos agrícolas de campo, redes de sensores e monitoramento de informações da agricultura, interagindo por ar, espaço e terra. Estabelecimento de modelo de *big data* para agricultura, sistemas de análise inteligente de *big data* e tomadores inteligentes de decisão. Desenho de áreas de cultivo inteligentes, plantas de fábricas agrícolas inteligentes, pastagens, pomares, processamento, cadeias produtivas integradas (WEBSTER et al, 2017)¹⁹³.

A agricultura é um dos setores considerados principais em inovação disruptiva, além de tecnologia da informação, equipamentos de alta tecnologia, novos materiais e biofármacos. Especificamente, máquinas e equipamentos agrícolas que sejam necessários para produção de alimentos, processamento de algodão, petróleo e açúcar, bem como desenvolver maquinário agrícola, como tratores e máquinas *high end*, bem como automatização da produção agrícola.

Dentre seus objetivos, estão: tornar-se uma nação de crescimento liderado pela inovação, equalizar os serviços públicos entre as áreas rural e urbana ou promover desenvolvimento econômico sem preterir o rural e a reforma das empresas estatais (SOEs). Assim, para a agricultura, busca-se implementar a lógica de engenharia que levará à formação de produção em cadeia na agricultura. Documento do Ministério da Indústria e Tecnologia (MIIT) apresenta meta de que até 2025, 90% de máquinas e implementos agrícolas sejam produzidos domesticamente, busca-se ainda que o país

¹⁹³ Disponível em <https://www.newamerica.org/cybersecurity-initiative/digichina/blog/full-translation-chinas-new-generation-artificial-intelligence-development-plan-2017/> (visto em 14/03/2023)

tenha de 2 a 3 marcas próprias para componentes agrícolas e de 3 a 5 empresas competitivas internacionalmente (US Chamber, 2017).

5.2 – Modernização da agricultura da China no marco da 4ª Revolução Industrial

Ciência e tecnologia (C&T) passaram a ter destaque na agricultura, pecuária e na zona rural, no país. Ao mesmo tempo, inovação tecnológica na agricultura na China progride em direção ao que alguns autores – Jank, Guo e Miranda (2020) – têm chamado de ‘Agricultura 5.0’ pela intensidade do uso e desenvolvimento da internet das coisas (IoT) no campo. Como discutido no capítulo 3 desta tese, o gasto público da China, na forma de subsídio e fundos especiais, para inovação tecnológica e para desenvolvimento agrícola e rural, alcança cifras de trilhões de remimbi.

O desenvolvimento acelerado da infraestrutura e tecnologia para atividades agrícolas e pecuárias em toda a China passou a ser registrado desde os primeiros anos do século XXI. Uma série de tecnologias chamadas de “*Internet Plus*” foi introduzida como forma de dinamizar a produção agrícola de unidades familiares, promovendo modernização e integração produtiva e de mercado. Cada vez mais o rural chinês tem contato com a internet das coisas (IoT) para aumentar em pontos da cadeia, como produção, processamento e comércio de produtos agrícolas. Serviços sociais para agricultura – como financeiros, operação de precisão e serviços técnicos em geral –, além de atividades como o turismo rural também têm se desenvolvido graças a IoT.

Internet Plus rural economy” refers to an economic phenomenon of applying internet technology—e.g., the mobile internet, Internet of Things (IOT), cloud computing, and big data—to improve the efficiency of the rural economic sector, such as the production, processing, and trade of agriculture products; agriculture social services (agriculture finance, agriculture precise operation, technical services); leisure agriculture and rural tourism; and farmers’ daily consumption. (ADB, 2018: vii)

Tem sido possível o estabelecimento de plataformas de *e-commerce* e interação com indústria e serviços, aumento da rede logística para agricultura, provisão e extensão da prestação coordenada de serviços para agricultura, aprofundamento e coordenação da rastreabilidade de produtos desde as unidades produtivas familiares até o varejo, graças a

TIC. Hinrichs (2018)¹⁹⁴ observa que IoT tem representado novas oportunidades de inovação e de negócios no rural chinês a partir de *e-business ventures*. Pequenos agricultores familiares viriam se conectando à ‘economia moderna’ por meio de canais de venda, sobretudo, menos custosos para os agricultores, além de ter estimulado especialização na produção de alimentos de maior valor agregado.

Os principais programas podem ser assim destacados: (i) na província de Hubei, projeto de agricultura moderna com *Beidou Satellite Navigation System* – combina tecnologia de alta precisão com sensor de autotecnologia para monitorar fertilização do solo, maquinário agrícola automatizado e plantio de alta precisão; (ii) na província de Heilongjiang, projeto de coleta de dados em tempo real por meio de sensores de temperatura e umidade em estufas para micropulverização inteligente e ventilação do obturador elétrico; (iii) sistema de rastreabilidade de qualidade e segurança de produtos agrícolas, com tecnologia *blockchain* na cadeia de valor. De acordo com Hinrichs (2018), entre 2014 e 2016, demonstração de *e-commerce* rural em 496 condados espalhados em 26 províncias, recebeu RMB 6,4 bilhões.

O mapeamento¹⁹⁵, realizado com base no conteúdo dos documentos de política, das regulamentações divulgadas no sítio do MARA e nos documentos divulgados em *Theory China*, permite afirmar que os principais pontos para integração entre agricultura e indústria são:

- Promoção de complexos industriais em larga escala nas regiões mais desenvolvidas industrialmente;
- Promoção de complexos industriais de médio porte, observando a divisão do trabalho e incentivar o desenvolvimento de empresas agrícolas e cooperativas de agricultores;
- Industrialização em pequena escala da agricultura com produção sob encomenda;
- Desenvolver e expandir cooperativas de agricultores, explorar desenvolvimento de cooperativas, apoiar a união de fazendas familiares e cooperativas de agricultores.
- Desenvolver novos formatos de negócios a operar em grande escala, especializados.

¹⁹⁴ Disponível em <https://development.asia/policy-brief/how-technology-plus-agriculture-triggering-growth-peoples-republic-china> (visto em 14/03/2023).

¹⁹⁵ Levantamento de documentos realizado entre janeiro de 2021 e dezembro de 2021.

- Apoiar a instalação de modernos parques industriais rurais e acelerar construção de bases de matérias primas padronizadas, indústrias líderes regionais;
- Construção de cidades industriais rurais múltiplas;
- Criar mecanismo inovador com empresas que tenham sinergia entre produção, pesquisa e desenvolvimento, máquinas, insumos, adoção de mercado eletrônico, transformar empresas de processamento de pequena escala para larga escala;
- Reforço na construção de bases de processamento intensivas que representam a integração da produção de grãos, bases de matérias primas fornecedoras para agricultura e pecuária;
- Empresas de armazenagem, tecnologia, processamento, classificação e embalagens também deverão participar dessas bases;
- Promoção de métodos de produção verde de baixo consumo e recicláveis, na zona rural;
- Desenvolvimento de áreas de produção de grãos diversificados e especializados, como: óleos, batatas, frutas, vegetais, chás, fungos, materiais medicinais chineses, melhoramento de plantas.
- Promoção de aldeias e cidades no modelo ‘uma vila, um produto’;
- Guiar empresas líderes em direção a fusões e reorganizações, estabelecendo-se grandes grupos e marcas corporativas que sejam conhecidas;
- Empresas líderes da industrialização da agricultura sejam incentivadas a aumento da escala via concentração, distribuindo-se entre municípios e aldeias produtoras de culturas consideradas mais vantajosas;
- As empresas líderes são essenciais no que se tem chamado de ‘consórcio de industrialização rural’, quer dizer, atuando junto com as cooperativas de agricultores, fazendas familiares de modo a compartilhar insumos e equipamentos;
- Orientar novas entidades comerciais a estabelecer mecanismos contratuais e de participação acionária com pequenos agricultores e promover diferentes formas – ‘compra de pedidos + dividendos’, ‘transferência de terras + emprego prioritário + previdência social’, ‘patrimônio dos agricultores + renda garantida + dividendos com base em ações’;
- Otimizar o ambiente de inovação e empreendedorismo rural, aprimorar a capacidade da inovação e do empreendedorismo em gerar emprego, aprimorar o

papel principal da inovação tecnológica e aprimorar a força motriz endógena para o desenvolvimento das indústrias rurais;

- Cultivar novos tipos de formatos de integração, o desenvolvimento positivo da “Internet + inovação empresarial” e “fornecedor de eletricidade fresca + *Cold Chain Home Delivery*” na cozinha central + distribuição da cadeia de frio de alimentos e outros formatos;
- Para carne de porco, em circular de 2019, estabelece-se que 95% do mercado doméstico deverá passar a ter oferta de origem de empresas chinesas, até 2025, as fazendas de larga escala de porco deverão representar 65% com taxa de utilização de pastagem em 85% e os empréstimos para o setor serão todos subsidiados pelo governo central;
- Cooperar com os departamentos relevantes do CE na construção de 100 parques nacionais de demonstração de inovação e empreendedorismo rural (bases) e identificar 100 empresas de treinamento em empreendedorismo rural e inovação, treinamento prático, estágio, estágio e incubação;
- Até 2035, espera-se que a integração entre rural e urbano tenha sido consolidada e com a consolidação de modernização agrícola decisiva.

Vale destacar o projeto de construção de sistema de serviço de *e-commerce* em condados, municípios e vilas conectados a um sistema de logística e entrega. É chamado de ‘três camadas’, uma vez que consiste em centros de serviço de condado, estações de serviço de municípios e locais de serviço de aldeia – assim a conexão de logística seria possibilitada. Ademais, serviços públicos, incubação corporativa, treinamento em tecnologia, demonstração de produtos e *marketing* de marca.

5.2.1 – Planos nacionais e estratégia de desenvolvimento agrícola e rural

Em 2011, *Chinese Academy of Sciences*, publicou, um relatório sobre a trilha da modernização a ser assumida pela agricultura chinesa até 2050. Especialmente, busca aliar Ciência e Tecnologia no setor voltada para aumentar a produção de grãos de elevada qualidade e subprodutos agrícolas (*agricultural by-products*), adiantando a preocupação com agricultura ecológica e a conservação de água.

Agriculture in China must not only address the food demands from its one billions-plus population, but also take into consideration of the value-added agriculture by-products and the high-tech development of

agriculture as well. Agriculture in the future is expected to bring out some energies and fuels needed by both industry and man's livelihood as well. Some developed countries have taken an earlier start to conduct foresighted research in this regard, while we have not yet taken sufficient consideration. (ZHAO; HUANG, 2011:ix)

Nessa estratégia, que viria sendo desenhada pela CASS, desde 2007, estaria sublinhada a necessidade, em 2050, de um novo ritmo de desenvolvimento da agricultura, logo, de tecnologias adaptadas e voltadas para isso.

The goal of agricultural science and technology development to 2050 mainly are: realizing genome-wide gene optimization and assembling, developing smart new plant cultivars with high yield potential, good endusing quality and multiple functions, developing and releasing a large number of high-energy content plant cultivars for industry of bio-energy, developing effective ecology strategies to control livestock, poultry and aquatic animals disease, and develop suitable vaccines and effective drugs; discovering a crop of effective drugs with high value of output and no harm to human health, and then achieve the ecological management of aquaculture; establishing overall three agriculture production technology systems, e.g., land-saving agriculture, water-saving agriculture, fertilizer and energy-saving agriculture in order to stabilize the sustainable agriculture development; developing a harmonious agricultural environment which can satisfy multi-needs, setting up the design standards of personalized nutritional foods, creating "intelligent personalized nutritional food" to meet the individual nutritional needs; completing the construction of varies scale information collection system and realize the agricultural resources digital management basically, conducting the precise management to animals and plants during the production process, realizing comprehensively agricultural informationization and precise management, and realizing the agricultural research innovation through the network platform of virtual agriculture. (ZHAO; HUANG, 2011:5)

Desenvolvimento acelerado da infraestrutura e tecnologia para internet no campo da China registrado desde os primeiros anos do século XXI pode ser apontado como um dos principais feitos da 'revitalização do rural'. Uma série de tecnologias chamadas de "Internet Plus" foram introduzidas e dinamizaram a produção agrícola de unidades familiares, promovendo modernização e integração produtiva e de mercado. Cada vez mais o rural chinês tem contato com a internet das coisas (IoT) para aumentar em pontos da cadeia, como produção, processamento e comércio de produtos agrícolas. Serviços para agricultura – como financeiros, operação de precisão e serviços técnicos em geral – , além de atividades como o turismo rural também têm se desenvolvido graças a IoT.

De acordo com os documentos oficiais – como: "Aviso do Escritório Geral do Ministério da Agricultura sobre a impressão e distribuição do plano de trabalho para

promover o ajuste da estrutura agrícola na zona agrícola-pastoral do norte do País, em 2017” – busca-se fortalecer a orientação de planejamento, integração científica e tecnológica, reforma do suporte. O documento central de 2015 e de 2016 fez saber que a modernização da agricultura exigiria fortalecer plantio e melhoramento genético, promovendo a produção no modelo “recursos – produtos – recursos renováveis – produtos” de modo que se combina estrutura de plantio, com criação de animais, silvicultura e agricultura. O Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (MARA) elaborou um documento voltado para possibilitar essa implementação – Planejamento para a construção de um projeto de demonstração para combinação de plantio e alimentação e agricultura circular (2017-2020).

Ainda em 2017, no mês de julho, o Conselho de Estado (CE) havia divulgado o “Plano de Desenvolvimento de Inteligência Artificial de Nova Geração”, voltado para “desenvolver agricultura inteligente, estabelecer um sistema de análise de tomada de decisão inteligente de *big data* agrícola típico e desenvolver fazendas inteligentes, fábricas de plantas inteligentes, pastagens inteligentes, pesca inteligente e pomares inteligentes, dentre outros. Espera-se que essa transformação da agricultura também permita alcançar, mais rapidamente, as metas de desenvolvimento sustentável¹⁹⁶. A aplicação da tecnologia de inteligência artificial a todas as etapas da produção agrícola moderna é uma nova direção da produção de modernização agrícola. A China avalia os avanços conquistados em outros países quanto aplicação de tecnologia de Inteligência Artificial (IA) como forma de lição para prosseguir desenvolvendo a ‘agricultura moderna’¹⁹⁷. A fronteira tecnológica tem representado avanço tecnológico em direção a *big data*, computação em nuvem e que contribuíram para culminar efetivamente na inteligência artificial (IA), fazendo com que os principais países industrializados promovam a pesquisa e desenvolvimento e a aplicação industrial dessa tecnologia de ponta.

Dados e informações, assim como TICs, têm cada vez mais assumido uma função de suporte a agricultores para aumentar produtividade agrícola e de sustentabilidade. Serviços de informação para agricultores, na China, em níveis nacional e local têm feito emergir um campo chamado de *e-agriculture*. O termo “informatização da agricultura” tem sido cada vez mais empregado na China, mas sem uma definição oficial. Li et al

¹⁹⁶ Disponível em <https://www.pis-summit.com/info-2124.html> (visto em 14/03/2023).

¹⁹⁷ Disponível em <https://www.pis-summit.com/info-2124.html> (visto em 14/03/2023).

(2007); Zhang, Wang e Duan (2016), definem-na como o grau e processo de transformação do setor agrícola por meio de aplicação efetiva das TICs na produção, operação e gestão agrícolas.

Por outro lado, o grau de informatização da agricultura na China – que avançou desde essa definição – ainda é tomado como sendo fragmentário por alguns autores. Zhang, Wang e Duan (2016) distinguem 3 grandes fases da disseminação da informatização agrícola na China, a saber: estágio inicial de desenvolvimento (1970-1990); estágio de implementação (1990-2000) e consolidação e expansão acelerada (2000 em diante). Na fase de aceleração, o governo central implementou considerável número de projetos nas áreas rurais do país voltados para informatização e com envolvimento dos governos locais, possibilitando uma disseminação acelerada: *“the farmers mailbox in Zhejiang, the 12316 service line for farmers in Liaoning, the agriculture information SMS in Hunan, the soil testing and fertilizers recommendation service in Jilin”*

O CE e o Comitê Central do PCCh lançaram documento de opinião *“Como fazer um bom trabalho no trabalho-chave nas “Três Áreas Rurais” para garantir uma sociedade bem-sucedida em tempo realista”*, em 2020, que apresenta 25 pontos de ações estratégicas a serem tomadas pelo governo nacional e governos locais, incluindo-se, assim, previsão orçamentária. Como parte do ‘rejuvenescimento da nação’, as ‘três áreas rurais’ – agricultura, áreas rurais (campo) e agricultores – precisam ser atendidas para garantir a ‘prosperidade’ (crescimento da renda e redução da discrepância entre renda *per capita* na zona rural e urbana) e o fim da pobreza rural. Deve-se, de acordo com o documento, estabilizar a produção e o fornecimento, aumentar as rendas dos agricultores, avançar no desenvolvimento de produtos agrícolas de maior qualidade e de cadeias produtivas verticalizadas.

Dentre os 25 pontos deste documento, pode-se destacar: acelerar o restabelecimento da produção e do abastecimento de suínos vivos; aumentar a escala de produção de carne de porco e vegetais; instituir medidas de prevenção de doenças em suínos; fortalecer a regulamentação dos mercados agrícolas e pecuários; promover instalações logísticas da cadeia de frios; aprimorar e instalar formas de conservação da água, garantir medidas de apoio à ‘agricultura familiar’¹⁹⁸; aumentar o número de cooperativas agrícolas, bem como o apoio estatal; seguir o incentivo e apoio financeiro a

¹⁹⁸ Recomenda-se a leitura do ANEXO III desta tese sobre a discussão do conceito de campesinato ou do que seria camponês na China, atualmente. De todo o modo, vale destacar, que os documentos oficiais desde 2004 utilizam agricultor familiar para se referir aqueles que não são especializados ou grandes produtores.

empresas líderes de industrialização da agricultura; implementar Internet das Coisas (IoT), *big data*, *blockchain*, Inteligência Artificial e 5G no campo. E quanto à inovação autóctone para agricultura e pecuária, dentre aqueles 25 pontos, destacam-se: acelerar a construção de parques industriais agrícolas, de parques de demonstração, de novas entidades de negócios na agricultura. Melhorar, ainda, uma política nacional de terras e definir fortalecimento do apoio à Ciência e Tecnologia na agricultura.

Vale destacar que a relação entre a política de terras (ver capítulo 2), na China, com a inovação tecnológica para o setor é direta. Neste aviso, por exemplo, está reconhecida a necessidade de se promover melhorias na gestão da terra, na política de uso da terra para desenvolvimento rural – como terrenos para instalações como conservação e armazenamento, armazém, maquinaria agrícola, triagem e embalagem, tratamento de resíduos, plantio e reprodução – de modo que a terra cultivada também possa ser utilizada para “indústria agrícola”.

Terrenos de *construção coletiva* serão priorizados em termos de ordenamento territorial rural, o foco do uso dos terrenos na zona rural será o da instalação de ‘indústrias rurais’ – conforme o plano de espaço territorial para condados e municípios. Esses pontos se combinam com a meta de incentivar o desenvolvimento de diferentes formas de escala de operação das unidades agrícolas e melhorar o sistema de serviços agrícolas socializados para pequenos agricultores. Para que funcione, será necessário realizar a reforma do sistema de direitos de propriedade coletiva rural, do sistema de cooperativas, especialmente aquelas de abastecimento e comercialização¹⁹⁹.

Em início de 2020, CE lançou “CCP *Central Committee and State Council Opinions Concerning Effectively Seizing Key Work in the ‘Three Agricultures’ Sphere, and Ensuring the Achievement of Comprehensive health on Schedule*” em que emite opinião, em 3 níveis, quanto a metas a serem alcançadas a partir da aplicação de tecnologias no setor agrícola da China, a saber: estabelecimento de um centro de análise de dados agrícolas e uma vila rural; acelerar a aplicação de tecnologias modernas de informação para setor agrícola, como IoT, *big data*, *blockchain*, IA e 5G móvel e estabelecer/determinar trilhas de digitalização para vilas rurais. Além da construção de infraestrutura necessária, no campo da China²⁰⁰.

¹⁹⁹ Disponível em http://www.gov.cn/zhengce/2020-02/05/content_5474884.htm (visto em 14/03/2023).

²⁰⁰ Disponível em <https://www.chinabankingnews.com/2020/02/06/beijing-calls-for-application-of-iot-blockchain-and-artificial-intelligence-to-chinese-agriculture/> (visto em 14/03/2023).

Do ponto de vista do processo de desenvolvimento agrícola mundial, escala de produção e inteligência artificial são as tendências para o progresso tecnológico. No âmbito deste setor, de fato, o programa “*Made in China 2025*” leva máquinas e equipamentos agrícolas como uma das dez principais áreas de desenvolvimento e esclarece a direção de desenvolvimento chave de informatização e inteligência de máquinas agrícolas e equipamento. Na fase em que o nível de inteligência agrícola ainda é relativamente baixo, é necessário incorporar tecnologias de coleta de informações de máquinas e equipamentos agrícolas e para tomada de decisão inteligente, além da robotização das operações. A promoção e aplicação da IA no rural, depende da melhoria do nível de integração da produção, educação e pesquisa e aplicação industrial de tecnologias relacionadas à IA. Alguns autores entendem que é essencial romper com as limitações da escala de operação agrícola de pequenas áreas na aplicação industrial de novas tecnologias como forma de criar condições para a aplicação da IA na agricultura e na pecuária. A criação e o desenvolvimento de novos atores de negócios agrícolas com operações de escala moderada permitirão apoiar agricultores altamente qualificados e gerentes-chave de cooperativas em promover um círculo virtuoso de economias de escala na economia agrícola e a adoção de novas tecnologias. Algumas tecnologias de IA relativamente maduras que devem ser aceleradas no campo: colheitadeiras de algodão automatizadas, sistemas inteligentes de irrigação e equipamentos agrícolas inteligentes.

Com a transformação contínua dos métodos de produção agrícola, modelos de negócios e serviços de gestão, *big data* agrícola pode fornecer um novo impulso para a transformação e desenvolvimento das estruturas econômicas agrícolas e rurais. Infraestrutura de informatização agrícola refere-se ao hardware de informações básicas, terminais de aplicativos e equipamentos básicos que fornecem serviços públicos de informatização para áreas agrícolas e rurais, incluindo principalmente instalações de aquisição de dados agrícolas, armazenamento de dados agrícolas e poder de computação, comunicação de rede agrícola e rural, terminais de aplicativos de informações agrícolas, infraestrutura de integração de informações agrícolas etc. *Big data* agrícola e infraestrutura de informação são uma base importante para o desenvolvimento da agricultura moderna e o pré-requisito fundamental para a construção de uma agricultura

inteligente, e desempenham um papel importante como uma ponte e uma pedra angular²⁰¹.

5.2.2 - C&T em agricultura da China – iniciativas em andamento

Essa seção foi elaborada por meio da descrição e citação de iniciativas em andamento na China que estruturam um sistema de C&T para agricultura. No ensejo da modernização contemporânea da agricultura, os programas nacionais chineses voltados para conduzir o país à posição de ‘nação inovadora’ incluíram medidas específicas para a agricultura desde a década de 2010.

De acordo com o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (MARA) – no documento “*Aviso do Escritório Geral do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais sobre a promoção da lista de municípios típicos nacionais de inovação e empreendedorismo rural, parques de inovação e empreendedorismo rurais e bases de treinamento em inovação rural e incubação de empreendedorismo*” – em 2020, foram promovidas ações de empreendedorismo rural em 100 municípios, além do Distrito de Huairou em Pequim, implementação de 200 parques tecnológicos e 200 bases de treinamento e inovação e incubação – tais como Base de Treinamento em Inovação e Incubação da Indústria Agrícola de Frutas e Vegetais de Interconexão de Pequim.

Os modelos de disseminação da informatização da agricultura na China, até 2015, podem ser classificados em: (i) *web portal* – coleção de sítios relevantes; (ii) serviços de voz – disseminação de informação por meio de telefones, como *call centers* – *Golden Farming Hotline*; (iii) serviços de texto – disseminação de informação por meio de texto usando telefones celulares, por exemplo, Hunan Agri-Telecom Platform; (iv) comunidade online de autossuporte – serviços de informação para comunidade e seus membros, membros dividem responsabilidades entre si, trocam informações, por exemplo, Mailbox na província de Zhejiang; (v) serviço de vídeo conferência interativa – uso de multimídia online, como “*One Click and Go*” usado pela província de Shanghai; (vi) Serviço de Internet Móvel – disseminação por meio de *smart phones*, por exemplo, *Agribusiness price information* e (vii) Modelo de serviço unificado multicanal – uso de

²⁰¹ Disponível em <https://www.sapcloudcc.com/Focus/detail/20220704221632070.html> (visto em 14/03/2023).

múltiplos métodos para efetivar a disseminação da informação por meio de telefones, computadores, telefones móveis, por exemplo, serviço “3 in 1”, na província de Fujian.

IA aplicada na agricultura chinesa, sobretudo em províncias como Shandong, Anhui, Henan, Jiangsu, Jiangxi e Heilongjiang, em que agricultura está mais desenvolvida. Algumas províncias, como Zhejiang têm o *e-commerce* mais desenvolvido.

O Parque industrial de demonstração da moderna tecnologia agrícola Fengtai, em Huainan, na província de Anhui. Esse parque industrial cobre uma área de 70 hectares, aproximadamente, uma área de facilidade para tecnologias de ponta na agricultura de 440 mil metros quadrados e investimentos em torno de RMB 680 milhões. As áreas funcionais do parque são: produção agrícola inteligente, melhoramento genético de mudas, turismo rural, demonstração de modelos de agricultura familiar, automatização de embalagens e treinamento profissional de agricultores²⁰².

Parques de demonstração em cooperação internacional também têm sido instalados como forma de fortalecer a competitividade da abertura da agricultura à competição externa. Por exemplo, o parque de demonstração China-Israel de Ciência e Tecnologia Agrícola, que foi construído com tecnologia de *Israel Mottech Company*, *Israel Bermad Control Valve Co. Ltd* e *Israel Naandanjainn Irrigation Ltd* e do suporte da embaixada de Israel. Neste parque, estão introduzidas as tecnologias mais avançadas em equipamentos de irrigação e fertilização, bem como em sistemas de controle. Esses sistemas são equipados com IoT e tecnologia doméstica de suporte. São tecnologias que reduzem o consumo de água, aumentam o alcance da irrigação e de fertilização, além de levarem à redução do consumo de pesticidas. E o aumento da eficiência do plantio agrícola²⁰³.

Zona Nanjing de tecnologia de ponta para agricultura, localizada no distrito de Lishui, é a única zona de demonstração, até 2020, aprovada pelo CE para se instalar no delta do rio Yangtze. O foco desta zona de demonstração é a agricultura verde e agricultura inteligente e aproveitar as vantagens das áreas desenvolvidas do ocidente chinês e a zona agrícola de tecnologia de ponta para construir a Zona de Demonstração e Cooperação tecnológica internacionais para ciência e tecnologia e a criar um altiplano moderno de inovação agrícola e talentos.

²⁰² Disponível em <https://www.hortidaily.com/article/9263514/china-smart-agriculture-helps-rural-revitalization/> (visto em 14/03/2023).

²⁰³ Disponível em <https://www.hortidaily.com/article/9244864/china-and-israel-draw-a-new-chapter-in-smart-agriculture/> (visto em 14/03/2023).

Em fins de 2019, CE também aprovou duas zonas nacionais industriais de demonstração dos equipamentos agrícolas de tecnologia de ponta. Ambas localizadas na cidade de Jinzhong, na província de Shanxi, no norte da China e na cidade Nanjing, na província ocidental de Jiangsu. O foco da zona de demonstração localizada em Jinzhong é produção orgânica e processamento de produtos agrícolas, de forma a fortalecer a qualidade e a eficiência de produtos orgânicos da China e expandir a produção de produtos agrícolas mais rentáveis²⁰⁴. Ao mesmo tempo, proliferaram-se iniciativas de produtores agrícolas e empresas na aplicação de IA ou IoT para aumentar sua rentabilidade e produtividade. A empresa China Mobile tem investido nessas parcerias, por exemplo, no distrito de Shunyi, especialmente em sistemas de plantio automatizados. Iniciativas locais de implantação de 5G na produção agrícola são também uma realidade. Em Jiansanjiang, estações de 5G têm sido implementadas e têm levado a melhoria de rendimentos pelos produtores com sensores para coleta e transmissão de dados, incluindo informação tátil e visual para um processador e, assim, a transmissão da informação²⁰⁵.

O país também tem avançado para produção agrícola totalmente automatizada com o controle de irrigação, condições de clima e todos os processos operacionais. O projeto de estufas Kaisheng Haofeng tem sido o meio para atingir esse nível usando o equipamento MultiMa para clima junto com *software* Ridder Synopta de controle de manejo do clima, irrigação, energia em detalhes. Além deles, Sistemas de Tratamento *Ridder Water* instalado com unidades de fertirrigação *Ridder FertiMix* e unidades de tratamento como *Ridder VitaLite UV* e *Shading Screens* e de gestão da mão de obra, *Ridder Productive* que garantiriam toda a tecnologia e automação do cultivo nas estufas²⁰⁶.

A ‘agricultura inteligente’, na China, tem sido implementada também para atenção à mudança climática. Essa interrelação entre mudança climática e agricultura tem sido em pelo menos 4 frentes: mudança climática global, mudança climática global e impactos na agricultura. FAO, em 2010, lançou o programa “*Climate-Smart Agriculture*” em três grandes metas – aumentar produtividade e renda no setor agrícola observando sustentabilidade, adaptar-se a mudanças climáticas e reduzir emissões de gases nocivos.

²⁰⁴ Disponível em http://www.xinhuanet.com/english/2019-12/04/c_138605708.htm
<http://www.sinochem.com/en/10731.html> (visto em 14/03/2023).

²⁰⁵ Disponível em <https://news.cgtn.com/news/2019-12-13/Feeding-1-4-Billion-Smart-farming-in-China-s-big-grain-warehouse-MohBFcaajK/index.html> (visto em 14/03/2023).

²⁰⁶ Disponível em <https://ridder.com/projects/chinas-largest-high-tech-vegetable-greenhouse/> (visto em 14/03/2023).

Na China, essa adaptação transcorre de forma a contribuir com suas metas para desenvolvimento agrícola e rural, por exemplo, quanto à ‘pequena agricultura’ em relação a sua escala de produção e conurbações urbana e rural na ocupação da terra.

Nesse cenário da ‘pequena agricultura’, pesam para a implantação do programa “*Climate Smart Agriculture*” (CSA) as dificuldades dos agricultores quanto às mudanças climáticas em si, sua menor possibilidade de manejar riscos ou de se adaptar, em função de limitações ou restrições de orçamento, às mudanças climáticas²⁰⁷. Outro programa também suportado pelo Banco Mundial e Ministério da Agricultura da China, é *Climate Smart Crop Production* (CSCP) tem objetivos bem similares com os objetivos da “Agricultura Inteligente” como está apresentado nos planos governamentais chineses, como: política de inovação e gestão, otimização dos sistemas de produção de grãos e integração de técnicas. CSCP tem por objetivos selecionar duas grandes áreas de demonstração da produção de grãos, nas províncias de Henan e Anhui.

Em janeiro de 2020, o MARA anunciou o lançamento do "Plano de Agricultura Digital e Desenvolvimento Rural (2019-2025)". Neste plano, o desenvolvimento da agricultura digital e das áreas rurais fortalecerá a inovação de equipamentos técnicos essenciais, acelerando a pesquisa e desenvolvimento, além da aplicação da Inteligência Artificial (IA) na agricultura com a introdução de robôs o que aceleraria a padronização e a industrialização (WENJING, 2020²⁰⁸). A capacidade de inovação tecnológica da China na agricultura tem sido incrementada nos últimos anos e alguns resultados podem ser destacados, de acordo Wnjing (2020): aplicação de tecnologias com sensores, veículos aéreos, robôs agrícolas com direitos de propriedade intelectual, aplicação integração de sensoriamento remoto por satélite e monitoramento aéreo e Internet das Coisas (IoT), incluindo o monitoramento de máquinas agrícolas.

As tecnologias consideradas centrais para agricultura, no Plano de Agricultura Digital e Desenvolvimento Rural (2019-2025), são: controle de movimento, controle robótico e localização. Na pecuária, espera-se automação eficiente da produção pecuária

²⁰⁷ “In China, a suite of projects representing US\$755 million of World Bank investments supports resilient and lower emissions agriculture practices and institutions. One project has helped expand climate-smart agriculture through better water-use efficiency on 44,000 hectares of farmland and new technologies that have improved soil conditions, and boosted production of rice by 12% and maize by 9%. More than 29,000 farmers’ cooperatives have reported higher incomes and increased climate resilience through this project. Another recently completed project has reduced greenhouse gas emissions by 23,731.94 tons of CO₂-eq and increased the soil carbon sink by 71,682.53 tons CO₂.” <https://www.worldbank.org/en/topic/climate-smart-agriculture>

²⁰⁸ Disponível em http://www.gov.cn/xinwen/2020-01/21/content_5471119.htm (visto em 14/03/2023).

com robôs automáticos em pastagem, alimentação, ordenha. No Plano, está incluído o fortalecimento da integração inteligente e demonstração de aplicativos UAV *Unmanned Aerial Vehicle* ou Veículo Aéreo Não-tripulado. No ecossistema de inovação da agricultura, o Plano assevera que a pesquisa em agricultura digital e ciência e tecnologia rural serão apoiados em grandes projetos que terão colaboração entre instituições de pesquisa, universidades e empresas.

Algumas empresas podem ser citadas, como a Huinong.com, que é uma plataforma líder de serviços para a indústria agrícola B2B na China, baseada na transação online de produtos agrícola. A aplicação abrangente de *big data* agrícola na produção agrícola, comércio, distribuição e serviços de suporte tornará as soluções digitais agrícolas volumosas e diversificadas, o que contribuiria com transformação da escala de produção agrícola²⁰⁹. Os dados envolveram as plataformas de comércio eletrônico de produtos agrícolas, o sistema de coleta de informações de mercado da área de produção, o canal de rastreabilidade da qualidade e segurança dos produtos agrícolas e os diversos produtos agrícolas, materiais agrícolas, tecnologia agrícola e serviços divulgados ou fornecidos pela equipe de especialistas em tecnologia agrícola. O aplicativo Huinong.com permite que um agricultor familiar, por exemplo, acompanhe o mercado a qualquer momento, avaliando o preço em tempo real e, assim, tomando decisão com base mais confiável quanto ao preço a cobrar. São mais de 25 milhões de usuários cadastrados e no primeiro semestre de 2021, destacaram-se as transações de três categorias de carne e ovos de aves, sementes e mudas e materiais agrícolas e máquinas agrícolas, entre as quais as encomendas de materiais e máquinas agrícolas cresceram 50%.

Participam deste aplicativo, departamentos do MARA, especialmente de localidades conforme sua vocação produtiva. Por exemplo, os condados em que citros são mais produzidos, como Xinning, Mayang e Dongkou passarão a contar com uma plataforma para integrar recursos de canal *upstream* e *downstream*, através transmissão ao vivo e as vendas realizadas alcançaram uma receita de RMB 32 milhões. E, desde 2018, a Huinong Big Data forneceu mais de 200 relatórios profissionais sobre o mercado de comércio eletrônico de produtos agrícolas para o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais, Associação de Tecnologia Agrícola da China, Departamento Provincial de Agricultura e Assuntos Rurais de Hunan. As vantagens na operação e no monitoramento

²⁰⁹ Disponível em <http://www.coi.org.cn/article/y/qyyq/202109/20210903202473.shtml> (visto em 14/03/2023).

permitem a revitalização rural, a gestão governamental e a governança social e contribuem para a promoção da agricultura digital, o desenvolvimento da agricultura inteligente e o desenvolvimento da economia digital.

A empresa líder da industrialização da agricultura, Henan Tengyue Technology Co., Ltd. foi fundada em 2006, registrada em 19 de outubro de 2009, com um capital social de RMB 50,01 milhões. É uma empresa nacional de alta tecnologia de informatização agrícola moderna e um provedor líder de serviços de solução geral de informatização agrícola para agricultores familiares. O grupo tem 5 subsidiárias e cerca de 200 funcionários. A empresa é um ator dentro da estratégia de revitalização rural, apoiada pela Internet das Coisas, guiada pela rastreabilidade de qualidade e *big data* agrícola. Uma equipe dedicada de P&D de tecnologia da informação, serviços personalizados e recursos de inovação tecnológica líderes criam um novo campo agrícola digital com produção agrícola inteligente, operações baseadas em grade, gerenciamento digital e serviços online²¹⁰.

Henan Tengyue Technology Co., Ltd estabeleceu duas plataformas e laboratórios de P&D de nível provincial: Centro de Pesquisa de Engenharia de Controle de Precisão de Processos de Produção Agrícola da Província de Henan, Rastreabilidade de Qualidade de Produtos Agrícolas Tecnologia de Plataforma de Big Data Laboratório de Engenharia de Henan Provincial; duas plataformas de P&D de nível municipal: Rede de Produtos de Precisão de Cultivos da Cidade de Zhengzhou Centro de Pesquisa de Tecnologia de Engenharia, *Zhengzhou Agricultural Internet of Things Engineering Research Center*. A “Plataforma de Serviço em Nuvem de Rastreabilidade Tengyue” e a “Plataforma em Nuvem de Aplicativos de Internet das Coisas Agrícolas da Tengyue”, desenvolvidas independentemente pela empresa, foram classificadas como a Plataforma de Demonstração da Internet das Coisas da Província de Henan. Mais de 10 produtos de software, incluindo “*Agricultural Product Quality Traceability Cloud*” foram classificados como produtos de software excepcionais na província de Henan.

O Parque Industrial Agrícola Moderno Nacional do Condado de Zhengyang leva o amendoim como a indústria líder, com base na realidade, integra recursos e promove efetivamente o Parque Industrial Agrícola Moderno de Zhengyang Peanut para construir um "modelo provincial, líder nacional e de classe mundial" industrial agrícola moderno

²¹⁰Disponível em http://www.moa.gov.cn/ztlz/xxhsfjd/sfjdfc/fw/x/202111/t20211110_6381830.htm (visto em 14/03/2023).

de nível nacional parque através da construção de uma agricultura inteligente Parque Industrial Agrícola. Promover e melhorar o sistema da indústria do amendoim, o sistema de produção e o sistema de gestão através da agricultura inteligente e alcançar oito melhorias no ambiente de produção, métodos e resultados da indústria do amendoim; o rendimento do amendoim e os benefícios econômicos foram significativamente melhorados, a capacidade de processamento do amendoim foi significativamente melhorado, tecnologia agrícola e equipamentos de material.

Zona de Demonstração Industrial de Alta Tecnologia Agrícola Nacional de Jiangsu Nanjing coopera com a China Mobile Communications Group Co., Ltd. 5G+4G” de cobertura total, injetando nova energia cinética digital na inovação da tecnologia agrícola. O 5G permite que as informações entrem em vilas e residências, e destaques como transmissão ao vivo de comércio eletrônico e a transformação digital da infraestrutura rural tradicional acelerou, e a transformação digital e modernização das redes elétricas rurais, conservação inteligente de água, logística rural e máquinas e equipamentos agrícolas foram acelerados²¹¹.

A Plataforma de Big Data da Indústria de Sementes da China integra os dados de gerenciamento da indústria de sementes em nível nacional, provincial, municipal (cidade) e de condado, e simultaneamente coleta dados da indústria, como aprovação de variedades, registro, proteção e promoção. A Plataforma de Informação de Promoção de Tecnologia Agrícola da China reuniu técnicos agrícolas de base em todo o país.

O Departamento Provincial de Agricultura e Assuntos Rurais de Guizhou organizou a construção de uma plataforma de gerenciamento unificada para big data agrícola e lançou mais de 20 sistemas de serviços de informações agrícolas, como monitoramento de doenças animais, gerenciamento de recursos do solo, rastreabilidade da qualidade do produto agrícola, programação da situação agrícola e compras de máquinas agrícolas. A plataforma de big data do Projeto de Demonstração de Ciência e Tecnologia Bohai Granary tem as funções de grande diversidade de fontes de dados, análise abrangente multifatorial e tomada de decisões etc., o que orienta efetivamente o gerenciamento da produção de grãos e o processo de tomada de decisão na área do projeto, cobrindo 30 municípios.

²¹¹ Disponível em <http://www.taiheinstitute.org/Content/2022/03-04/1412091230.html> (visto em 14/03/2023).

O Instituto de Informação Agrícola da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas desenvolveu um sistema de monitoramento e alerta precoce para o mercado de produtos agrícolas da China, que abrange os recursos de big data de toda a cadeia industrial de produção, circulação e mercado de importantes produtos agrícolas, apoia a trabalho de monitoramento e alerta precoce do mercado agrícola e publica o "Relatório de Perspectivas Agrícolas da China" ano a ano.

A *Chinese Academy of Agricultural Sciences* e *Peking University* assinaram um acordo voltado para fortalecer colaboração na inovação científica e tecnológica, construindo em conjunto um *think-tank* nacional para tecnologia rural de ponta e, em conjunto, explorar um novo modelo de profunda integração da agricultura com ciência e educação²¹².

A parceria com *Nanjing Agricultural University* é parte do projeto principal de construção de facilidades para ciência e tecnologia, presente no 13º Plano Quinquenal e 14º Plano Quinquenal. Foram estabelecidos centro de pesquisa genética e de melhoramento de arroz, centro de testes de cultivo, viveiro nacional de recursos de germoplasma de pêssego, morango, ameixa; Centro Nacional de Pesquisa de Tecnologia de Engenharia da Indústria de Pera. O projeto tem sido objeto de atenção nacional e internacional²¹³.

Em março de 2020, a empresa Jifei Technology inaugurou o maior parque industrial agrícola moderno na província de Guangdong, uma fazenda inteligente – a *Xingfu Tianyuan* – em que se popularizam novas tecnologias agrícolas, incluindo-se a produção padronizada em grande escala de alimentos vegetais. É reconhecido pelo CE que a agricultura autônoma e inteligente e os drones viriam desempenhando papel determinante com a pulverização e a fertilização. A empresa de tecnologia agrícola Jifei, criada em 2007, teve, em 2020, vendas de mais de 50 mil drones, com serviço de mercado representando 53% da fabricação da empresa com a produção diária de 200 unidades. Equipamentos agrícolas, bem como a tecnologia de produtos agrícolas inteligentes, por sua vez, atenderam a mais de 7 milhões de agricultores, 380 milhões de hectares de terras agrícolas e 42 países e regiões. No parque de demonstração Xingfu Tianyuan passou a utilizar drones também de mapeamento e levantamento da empresa Jifei, incluindo tecnologia de IA para realizar análises de emergência de mudas e testes de campo

²¹² Disponível em <https://pandaily.com/china-aims-to-develop-smart-agriculture/> (ver em 14/03/2023).

²¹³ Disponível em http://www.njls.gov.cn/english/lishu/news/201912/t20191209_1732711.html (ver em 14/03/2023).

estatísticos de plantas e vegetais, que permitirá avaliar o rendimento. Trata-se de um Sistema Jifei *Smart Agriculture* para gerenciar com precisão o planejamento e execução da produção. Não somente para pulverização e fertilização, mas também para semeadura automatizada – tecnologia de espalhamento²¹⁴.

As empresas, as líderes da industrialização da agricultura na China (*dragon heads*) e grandes empresas estabelecidas, vêm desempenhando, ao lado de institutos de pesquisa e universidades, papéis essenciais neste processo de revitalização do rural chinês por meio da digitalização e automação. Por exemplo, Alibaba e Sinochem cooperam em uma série de projetos de desenvolvimento de negócios de cultivo de morangos e de arroz *Xiaozhan*. A combinação do estabelecimento de uma base agrícola digital com *Sinochem Agriculture* MAP e Alibaba inclui o estabelecimento de bases digitais agrícolas, contratos de produção, desenvolvimento de marcas agrícolas, bem como estabelecimento de 10 a 15 bases nacionais de demonstração de agricultura digital em escala nacional pelos próximos 3 anos. Um dos pontos principais da MAP da Sinochem é aumentar a qualidade e a segurança dos alimentos²¹⁵. Também na construção e implantação da infraestrutura agrícola para tecnologia inteligente tem a empresa JD.com enquanto responsável pela JD Comunidade de desenvolvimento da agricultura inteligente. A empresa está em parceria com 50 atores em diferentes governos locais. JD viria desenvolvendo app para ajudar agricultores, cooperativas agrícolas e governos locais, empresas no uso de drones para proteção de cultivos²¹⁶.

O primeiro projeto de agricultura inteligente em bases de precisão para aplicação de nitrogênio na produção de trigo, que transcorreu em 2018 e teve apoio suportado pelo Reino Unido para inovação pela Agri-EPI e companhias também do Reino Unido. A empresa parceira foi NERCITA – *National Engineering Research Centre for Information Technology in Agriculture* – e Ministério de Ciência e Tecnologias para Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Rural da China (CRTDC)²¹⁷. Empresas como TalentCloud estão ajudando agricultores chineses a usar tecnologias modernas como IA e IoT, como AgroBrain Solutions, baseado no Microsoft Azure capacita agricultores a

²¹⁴ Disponível em http://money.ycwb.com/2020-03/26/content_722624.htm (visto em 14/03/2023).

²¹⁵ Disponível em <http://news.agropages.com/News/NewsDetail---35875.htm> (visto em 14/03/2023).

²¹⁶ Disponível em <https://jdcorporateblog.com/jd-cultivates-new-smart-agriculture-push-in-china/> (visto em 14/03/2023).

²¹⁷ Disponível em <https://agri-epicentre.com/tag/smart-farm/> (visto em 14/03/2023).

umentar sua produtividade e segurança do alimento, enquanto reduzem a poluição²¹⁸. Quer dizer AgroBrain utiliza MA para armazenar milhares de pontos de dados e sintetizá-los via *machine learning*, combinando-os com o ciclo de produção dos cultivos, incluindo informações sobre pestes, doenças, provendo, assim, os agricultores de recomendações customizadas, interagindo com mecanismos (sensores) de controle de irrigação, dentre outros.

Em assistência de ponta para agricultura de precisão na China, o país tem instalado o MAP (*Modern Agriculture Platform*), desenvolvido pela Sinochem e está em operação em províncias com clima e geografia diferentes para plantio de trigo, milho e outros grãos. É aplicada em unidades pequenas e médias. Serviços técnicos para agricultores, em Kailu, na província de Neimenggu, está o *Agricultural Technology Center* que desenvolveu um aplicativo de celular para serviços técnicos a usuários finais, que provê previsões meteorológicas, observações remotas, treinamento sobre pecuária animal à distância, diagnóstico de pestes e doenças, consulta a especialistas por vídeo chamada²¹⁹. Agricultura inteligente tem sido apresentada como parte de uma estratégia nacional de desenvolvimento, em que governos locais têm cooperado cada vez mais.

GSMA desde abril de 2018 tem acordos com *China Mobile* e *China Agricultural University* para desenvolver uso agrícola de *big data* em IoT. E o resultado inovador é a ‘estufa inteligente’. Com sensores de IoT e instrumentos meteorológicos, agricultores conseguem tomar decisões de alocação de recursos tendo conhecimento de níveis de fertilização de solo, condições meteorológicas etc. *China Mobile’s OneNet Platform* promove acesso a múltiplos sensores e dados que permitem tomada de decisões inteligente ao combinar conectividade com gestão de dados e análise, que permite a maximização de produtividade de cultivos agrícolas. Uma zona de demonstração, é *GSMA Innovation City*²²⁰.

Quadro 5-1 – Inovação tecnológica para agricultura e pecuária na China (2021)

	Tecnologia premiada		Nível	Participantes
Segundo Prêmio Nacional de Progresso da	Estabelecimento e aplicação de tecnologias-chave para controle de	Escola de Engenharia	Nacional	Instituto de Pecuária e Medicina Veterinária de Pequim, Academia

²¹⁸ Em: <https://www.technologyrecord.com/Article/talentcloud-empowers-chinese-farmers-with-ai-and-iot-108028>

²¹⁹ Em: <https://syncedreview.com/2019/10/12/how-ai-is-modernizing-chinese-agriculture/>

²²⁰ Em: <https://www.gsma.com/iot/news/connected-agriculture-smart-greenhouses-to-help-china-meet-its-sustainable-development-goals/>

Ciência e Tecnologia	qualidade e segurança de rações para gado e aves			Chinesa de Ciências Agrícolas, Instituto de Pesquisa de Alimentos, Academia Chinesa de Ciências Agrícolas, Universidade Agrícola da China, Universidade de Tecnologia de Henan, Instituto de Padrões de Qualidade Agrícola e Tecnologia de Testes, Academia Chinesa de Ciências Agrícolas
Segundo Prêmio de Invenção Tecnológica por Destaque em Pesquisa Científica de Instituições de Ensino Superior (Ciência e Tecnologia)	Tecnologia de operação precisa e equipamentos de robôs nos principais links de operação de frutas e legumes	Escola de Engenharia	Provincial	Universidade Agrícola da China, Suzhou Botian Automation Technology Co., Ltd., Centro de Pesquisa de Tecnologia de Equipamentos Inteligentes Agrícolas de Pequim
Segundo Prêmio do Prêmio Progresso de Ciência e Tecnologia de Tianjin	Inovação e aplicação de tecnologias-chave para esterilização e preservação de duplo efeito e suporte ao controle de qualidade de uvas frescas de mesa	Provincial	Escola de Engenharia	Centro Nacional de Pesquisa de Tecnologia de Engenharia de Preservação de Produtos Agrícolas (Tianjin), Universidade Agrícola da China, Instituto de Pesquisa de Armazenamento e Processamento de Produtos Agrícolas da Academia de Ciências Agrícolas de Xinjiang, Instituto de Pesquisa de Uvas Weinan, Instituto de Pesquisa de Florestas e Árvores Frutíferas de Tianjin

Fonte: elaboração própria conforme dados MOST (2022)

A difusão tecnológica na agricultura chinesa se dá por meio da combinação entre empresas líderes e agricultores, que formam uma aliança entre as organizações, quer

dizer, uma rede composta de empresas líderes na agricultura e fazendeiros por meio de cooperação técnica e econômica. Dentre seus aspectos fortalecedores, estão a ligação direta com agricultores de todas as áreas rurais para mercados de produto. O fortalecimento de um sistema nacional de C&T para agricultura se dá sob o Estado, ainda que em um formato comparativamente flexível e também com orientação para o mercado de modo a mantendo sua soberania sobre o rural – terras e insumos agrícolas, bem como atores empresariais – construir e evidenciar sua força e domínio em C&T também na agricultura.

CAPÍTULO 6 – AGRICULTURA MODERNA EMPRESARIAL COM CARACTERÍSTICAS CHINESA: O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DA CARNE DE PORCO

No início da década de 2000, a indústria de carnes começou a prosperar na China com o aprofundamento da integração vertical, como a de alimentação animal cujos insumos provêm sobretudo de oleaginosas como a soja. Segundo Naughton (2007), no início da década de 2000, 80% da criação de porcos transcorria em forma tradicional por agricultores familiares (“fundo de quintal” ou “criação de jardim”). Em meados da década seguinte, em 2014, a indústria de alimentos chinesa como um todo teria obtido receitas em torno de RMB 12 trilhões, sendo que a indústria de alimentos processados têm introduzido novas tecnologias com emprego de insumo de maior qualidade, além de diversificar as linhas de produtos. Schneider (2017) avalia que o país está se tornando um local de lucratividade para o complexo agroindustrial (CAI) da carne de porco mais do que de tamanho de rebanho de porco para atender à demanda nacional.

No processamento, estimava-se que em 2001, havia 3.700 empresas de média a grande escala com capacidade de resfriamento igual a 4,5 milhões de toneladas. Em 2004, porém, havia 2.155 abatedouros e processadores de carne de larga escala. Os 50 maiores se localizavam entre as províncias de Shandong, Henan, Liaoning, Hunan, Sichuan (WANG, 2005). A expansão das fazendas comerciais de larga escala tem sido um dos aspectos centrais da transformação da produção de porco, na China – em 1985, 2,5% da produção de porco vinha das fazendas comerciais, em 2007, 22%. Ampliar esses números consiste em uma das principais metas estabelecidas na China. Ademais, com as mudanças do padrão dietético da população chinesa deflagradas com o aumento da renda per capita e urbanização e industrialização, além de eventos específicos ligados à segurança do alimento e a reversão de metas de crescimento econômico a partir da crise financeira internacional de 2007/2008. Desenvolver uma indústria nacional (complexo agroindustrial) capaz de ofertar carne de porco de qualidade à população foi se tornando uma necessidade e uma oportunidade para geração de emprego e renda na zona rural do país. E os novos atores empresariais, sobretudo, as empresas líderes da industrialização da agricultura (dragon head enterprises - DH) – conforme apresentados no capítulo 4 – desempenham, sob coordenação estatal, papel central nesse processo.

Vale ressaltar que o surto de febre suína africana (ASF), em 2019, fez acelerar as medidas de industrialização da carne de porco na China. Como parte das estratégias do CE e Comitê Central do PCCh, estão: intensificação do aumento da escala, padronização e melhoria das técnicas de criação de porcos, reestruturação da cadeia industrial e desenvolvimento para integração da criação, abate e processamento, normas técnicas, fiscalização e controle da segurança do alimento.

Diante disto, este capítulo tem como objetivo analisar o complexo agroindustrial da carne de porco à luz da atual etapa do processo de modernização agrícola na China, destacando os seus avanços e dificuldades

Para tanto, além desta introdução, este capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, é apresentada a definição do que é um complexo agroindustrial e como esse elemento se conecta com a modernização agrícola com características chinesas. E, por fim, na segunda seção, é analisada a modernização do setor de carne de porco na China, destacando os seguintes elementos: produção, consumo, integração vertical e criação e multinacionais.

6.1 – Complexo agroindustrial da carne de porco na China: aspectos teóricos

Nesta tese, busca-se analisar as transformações na agricultura da China em direção a um novo padrão agrícola. No primeiro capítulo, uma digressão teórica de autores que trataram dessa questão em economias socialistas foi realizada. Para que de fato se compreenda o que significa, ainda que dentro de teorias predeterminadas, a industrialização da agricultura (integração vertical), faz-se necessário apresentar elementos conceituais a respeito.

Claro que para cada conceito levantado nesta subseção, uma tese diferente poderia ser escrita. O que pretendemos ao tratá-los é elucidar que a internalização de bens de capital e bens intermediários pela agricultura não é um processo autônomo e previsível. Assim, busca-se apresentar elementos teóricos que permitam responder a seguinte pergunta: “o que seria modernização e industrialização da agricultura com características chinesa?”

A integração vertical representa uma reestruturação da organização rural e da produção agrícola e pecuária. De acordo com Bernstein (2010), capitalismo e agricultura assumem uma evolução histórica em que o campesinato é crescentemente incorporado a uma lógica de reprodução que assume inicialmente a categoria de “exportadores de grãos”

– o que Banaji (2016) denomina de produtores agrícolas exportadores –, passando, no final do século XIX a ‘industrial plantation’ e ao longo do século XX, sobretudo entre fins e início já do século XXI, formas industrializadas de agricultura baseadas ainda que de forma parcial em contrato de produção agrícola (contract farming).

A literatura acadêmica que avalia a industrialização e modernização da agricultura foi se consolidando desde a década de 1950. Noções de agribusiness, sistema agroalimentar e filière foram empregadas com o sentido de expressar um conjunto de atividades que se relacionam, agregadas por critérios previamente definidos – como Davis e Goldberg (1957) para os EUA e por Malassis (1968; 1979) para a França. Além desse, relações multideterminadas de encadeamento, coordenação, de controle entre diferentes membros/atores e fases do processo foi empregada no contexto das teorias do desenvolvimento econômico – especialmente na década de 1950 com Hirshman e Perroux – tendo o sentido de complexo industrial. A noção de agribusiness é uma noção estática que buscou dar conta da agricultura dos EUA que na década de 1950 não poderia ser avaliada como mero setor primário nem como setor cada vez mais interligado com o setor financeiro. Essa noção de agribusiness que se aproxima daquela de complexo agroindustrial (CAI).

Davis e Goldberg (1957) definem agribusiness como sendo a ‘soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados.’ Graziano da Silva (1996) ressalta a relevância desse conceito, visto que as atividades propriamente agrícolas e agrárias assumiam caráter cada vez mais residual, bem como de diferenciação não somente entre agricultores, mas entre indústrias a montante e a jusante. Outro aspecto enfatizado por Davis e Goldberg (1957) para agricultura dos EUA é a integração crescente entre agricultura, indústria e serviços. Como avalia Graziano da Silva (1996), os autores tiveram o mérito de inserir a agricultura no cerne das transformações econômicas e sociais, bem como mudanças tecnológicas e não como setor isolado. Porém, agribusiness falha ao não incorporar o papel do progresso tecnológico na agricultura, tratando a sua industrialização como processo estático.

O sistema agroindustrial foi usado inicialmente por autores como Louis Malassis do Institut Agronomique Méditerranée de Montpellier que vai além de agribusiness ao incorporar uma perspectiva histórica de modo a colocar o complexo agroindustrial como próprio da etapa do desenvolvimento capitalista no qual a agricultura se industrializa. De

acordo com Malassis, o setor agroalimentar em economias industrializadas se comporia de: indústrias a montante, o agropecuário, indústrias agrícolas a jusante e o da circulação (distribuição) de alimentos. Um dado produto, neste sistema, assumiria fluxos e encadeamentos em termos de produção-transformação-distribuição. Contemplava, ainda, uma análise de concorrência heterogênea entre agentes com distintos poderes de mercado. Como observa Graziano da Silva (1996), esse pensamento do grupo de Montpellier guarda contundente inspiração no trabalho de Kautsky quanto à industrialização da agricultura, em que agricultura vai se subordinando à indústria e, assim, perdendo preponderância em termos de valor agregado. Outro elemento de inspiração está nos contratos entre agricultores e agroindústrias e às distintas formas de produção agrícola – artesanal, cooperativa e capitalista.

Noções de agribusiness e *filière* se tornaram predominantes, ainda mais com a internacionalização do sistema agroalimentar. O que seria agricultura nesse contexto de interligações setoriais vai se mostrando uma questão pertinente. Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) avaliam que há uma reestruturação constante do processo de produção rural na medida que os capitais vão explorando novas formas de acumulação, de modo que a evolução consiste em eliminar a proporção do produto agropecuário, reduzindo a dependência do sistema das condições naturais de produção – ou de insumos naturais.

Por outro lado, a agricultura responde a novos paradigmas tecnológicos, como a biotecnologia. Cada vez mais, novas tecnologias como microeletrônica e biotecnologia vão sendo internalizadas pelo setor (GRAZIANO DA SILVA, 1998). CAI – complexo agroindustrial – foi utilizado pela primeira vez, no Brasil, por Alberto Passos Guimarães para evidenciar a integração técnico-produtiva entre agricultura, indústria e serviços – a montante e a jusante. Tesoura de preços foi avaliada por esse autor sob um ponto de partida distinto daquele apresentado no primeiro capítulo desta tese: agricultura, para trás, relaciona-se com uma indústria oligopolizada que impõe preços para venda de insumos e, para frente, com uma agroindústria processadora oligopolizada que confere um poder monopsônico na compra de matérias-primas. A renda dos agricultores vai, assim, sendo cada vez mais comprimida. De acordo com Graziano da Silva (1998), também inspirado na teoria kautskyana, a agricultura se torna um ‘elo intermediário’ entre setores que produzem insumos e processam matérias-primas agrícolas.

Relações setoriais entre agropecuária moderna e demais setores não são avaliadas, na abordagem de CAI, somente como perversas para renda dos agricultores. Müller (1982) e Delgado (1985) compreendem a modernização da agricultura como aceleradora

ou parte do desenvolvimento capitalista em que o CAI se caracteriza pela fusão intersetorial de capitais e não pela integração das atividades agrícolas em uma dada cadeia produtiva. Essa integração de capitais, na avaliação de Müller (1982), tem por meta a taxa média de lucro dos conglomerados estabelecidos, em que o Estado é fundamental ao se tornar um capitalista financeiro.

Em 2021, o CE e Comitê Central do PCCh divulgaram diretrizes para implementação de ‘complexos pastorais’. O princípio que guia a implementação de complexos pastorais é a promoção de forma abrangente a revitalização das indústrias, talentos, cultura, ecologia e organizações rurais. A coordenação e integração vertical seriam os mecanismos promotores. Dessa forma, o complexo pastoril estaria diretamente ligado à promoção da modernização agrícola e rural, integração da produção, abastecimento e vendas. O complexo pastoril reuniria produção agrícola, agroindústria processadora, inovação tecnológica, turismo rural, ecologia e educação e treinamento. Uma das consequências esperadas com o desenvolvimento do complexo pastoril é o aumento da geração de renda dos agricultores, especialmente, agricultores especializados e promoção da marca. O desenvolvimento agrícola e rural, no âmbito do complexo pastoril, é um meio de promover maior qualidade e industrialização das funções ecológicas agrícolas e rurais.

Para o avanço do complexo agroindustrial com características chinesas, as empresas líderes da industrialização da agricultura (dragon head enterprises - DH) constituíram-se em novos atores do campo chinês e estabelecem sua relação com a produção agrícola por meio de camponeses, cooperativas e agricultura comercial especializada. As cooperativas e agricultura comercial especializada ‘tomam’ terras dos camponeses. Porém, na avaliação de Zhang (2019), as empresas líderes, quando estabelecem relações de mercado diretamente com os camponeses, permitem a eles se integrar diretamente na cadeia produtiva de alimentos como produtores, ao contrário de quando há intermediação pelas cooperativas e as propriedades comerciais capitalistas. De fato, essas unidades comerciais especializadas e as cooperativas de agricultores (essas, desde 2006), organizam a produção em bases capitalistas: produção em larga escala, uso de financiamento de capital, elevados investimentos e novas tecnologias. A integração vertical começa pela contratação da produção agrícola, constituindo o campo de maior tensão entre o motor do capital para integração vertical e um elemento fundamental para um processo estável de acumulação de capital, sendo o capital industrial exercendo o controle de todo o processo de acumulação.

Para Wang et al (2016), o contrato na produção agrícola representa relações sociais de produção em que camponeses independentes se subordinam à gestão do processo de toda a produção e trabalho agrícolas, assumindo um caráter de regulador e disciplinador de todo o processo de produção. Cada vez mais há busca pelas empresas de agricultores mais capitalizados que sabem utilizar o aparato estatal, o que permite entender a busca do governo chinês em desenvolver grandes agricultores especializados.

Dessa forma, alguns pesquisadores chineses – como Jiangyi e Zheng (2015) – têm apontado que a tendência, com as reformas rurais realizadas no país, é a evolução do HRS de contrato familiar e direitos de gestão de contrato de terra para direitos de propriedade. Com o aprofundamento de agricultores sendo contratados por empresas agrícolas, haveria uma tendência de se evoluir para direitos empresariais. O sistema -dual-track introduzido pelo HRS após um início promissor em termos de aumento da produtividade agrícola e solução de problemas mais básicos, passou a evidenciar limitações no desenvolvimento da comercialização e modernização agrícola. Como destacam Huang e Rozelle (2009), a demanda por alimentos não levava ao aumento da eficiência produtiva e a transferência de terra no longo prazo em larga escala do excedente agrícola e da mão de obra atingiu melhores níveis de produção no HRS. Os agricultores nas pequenas unidades de produção não conseguiam aumentar sua escala.

Conforme pesquisa do NBC da província de Chongqing, realizada em 2014, existem atualmente três modos principais de produção, circulação – nesta tese, por vezes, referimo-nos como distribuição – e consumo de produtos agrícolas na China, a saber: 1) o modo de circulação tradicional (“base agrícola + mercado atacadista + mercado do fazendeiro”; 2) o modo de circulação geral de supermercado (“base agrícola + mercado atacadista + grande supermercado”); e 3) o modelo de circulação docking de supermercado agrícola (“base agrícola + grande supermercado”). De um modo geral, o modo de circulação tradicional e o modo de circulação geral de supermercado podem ser referidos coletivamente como o modo tradicional, e o modo de circulação de superdocking agrícola pode ser chamado de novo modo. A diferença entre os diferentes modos reside nos diferentes elos de circulação.

Cabe observar que o complexo agroindustrial pastoril articula orientação socialismo de características chinesas para um novo padrão agrícola, por meio da coordenação e promoção de investimentos, do financiamentos, dos subsídios estatais, da articulação entre agricultura, indústria e inovação, do abastecimento e da comercialização. Por enquanto, tem funcionado na forma de pilotos, como Liuyang, em

Hunan, Shaoxing, em Zhejiang e Dujiangyan, em Sichuan. O Ministério das Finanças (MoF) é que tem lançado esses projetos-piloto do complexo pastoril – até o momento, em torno de 21 projetos piloto e o MoF lançará 13 novos pilotos em 13 províncias em 2021. A diretriz para criação dos complexos pastorais veio do “Plano Estratégico de Revitalização Rural (2018-2022)”, tendo o Ministério das Finanças lançado 6 novos pilotos em 3 províncias em 2018. Atualmente, 21 projetos-piloto foram concluídos e o governo central alocou um total de RMB 1,68 bilhão.

Os documentos oficiais do CE e Comitê Central do PCCh, datam de 1961 – como discutimos no capítulo 2, a modernização da agricultura da China teve início ainda no período maoísta – com a progressiva introdução da mecanização, energia elétrica, uso de fertilizantes químicos e irrigação na agricultura. A modernização necessária, naquele período, para atender as necessidades de acumulação de capital para industrialização, emprego e geração de renda no campo, além da produção de alimentos. Durante a 3ª sessão do 11º Congresso do PCCh, em 1978, o país anunciou que conduziria a modernização da agricultura para as condições chinesas, incluindo investimentos nas suas condições de operação e em ciência e tecnologia. Décadas depois, durante o 18º Congresso Nacional do PCCh, em 2012, o país atualizou, de forma oficial, sua concepção de modernização da agricultura, voltando-se para construção e consolidação de um moderno sistema industrial, com produção moderna e sistema moderno de operações agrícolas. Durante o 19º Congresso Nacional do PCCh, realizado em 2017, a meta principal era acelerar a modernização da agricultura e das áreas rurais, enfatizando a necessidade de melhoria do bem-estar e nível de renda dos agricultores e da população rural. A partir daí, avançou-se para três critérios centrais de modernização da agricultura e áreas rurais até 2025: infraestrutura agrícola, condições de vida e oferta de serviços básicos.

6.2 – Modernização e industrialização da carne de porco na China: produção, consumo, integração vertical e multinacionais

De acordo com Zhou e Xu (2012), a indústria de processamento de carne se erigiu entre 1917 e 1949 graças à introdução, em grandes cidades chinesas – como Shanguai, Tianji – de equipamentos específicos para o abate e processamento das carnes. Por outro lado, neste período, as condições de vida da população impediam o aumento do consumo de carnes e os mercados desses alimentos pouco se desenvolveram. O crescimento da

produção e do consumo de carne começa a ocorrer no período maoísta, ainda que neste período, tenha ocorrido racionamento da oferta e do consumo de carne via uso de um cupom, nas cidades, sobretudo (SCHNEIDER, 2016).

O País tradicionalmente conviveu com variedade de raças de porco em função de sua complexa topografia, variabilidade climática e diferenças entre as suas regiões nas condições de criação e de preferência de consumo da carne de porco. Todas as regiões do país têm algum enraizamento da pecuária de porco, ainda que as diferenças entre as raças, além da adaptabilidade do animal a diferentes condições, tenham imposto diferenças regionais na produção. E ainda em meados da década de 1980, investia-se no desenvolvimento de novas raças para melhorar a performance da produção (ZHENG, 1984). O aumento da produtividade agrícola em grãos, alcançado a partir de meados da década de 2000 (ver capítulo 2) e o aprofundamento da industrialização da agricultura são consentâneos ao aumento da proporção de raças importadas entre a população de porcos da China, porém (LANDER; SCHNEIDER; BRUNSON, 2020).

Essa transformação é parte das políticas governamentais de apoio à produção de porco em larga escala por meio da concessão de crédito, de (financiamento de) investimento e do apoio direto pelo Estado à criação de empresas líderes da industrialização da agricultura. A transição da criação de animais de uma organização majoritária na forma de fazendas de quintal para outra, industrializada e de larga escala, ocorre com aumento do consumo de recursos essenciais como água, terra, além das emissões que ocasiona de amônia, nitrogênio e fósforo na superfície das águas, de modo que o impacto da produção de carne sobre o meio ambiente é dos mais elevados e pode ser dos mais perniciosos (BAI et al 2018).

Na carne de porco, sob a liderança estatal, centralização e concentração foram promovidas para responder aos desafios das empresas de se manter competitivas, sobretudo no mercado doméstico. O elo da cadeia produtiva que tem demandado crescentes investimentos é o de insumos, com a coordenação entre setor privado e estatal fortalecendo as empresas de ração e de insumos em geral com destaque para as empresas DH:

Village leaders may seek to coordinate some type of “unified production” on portions of village land, but most households prefer to purchase their own inputs and make their own production decisions. Direct linkages with modern supply chains are expensive to develop because of the small plot sizes, and the Government has been slow to allow farmers to organize their own producer associations to coordinate linkages. (LOHMAR, 2009: 16)

De fato, desde 2003, as fazendas com produção de 1 a 49 cabeças – ‘fazendas de quintal’ – têm reduzido sua participação na produção total – o que é meta do plano estatal para o setor: antes da febre suína, o governo central esperava que até 2020, 42% da produção ocorresse nas grandes fazendas (BEEK, 2020) . Ainda que algumas pequenas fazendas produtoras de porco tenham reduzido sua produção (seu nível de atividade), as empresas *dragon head* do setor de criação de porcos seguem expandindo as suas atividades (SCHNEIDER, 2016; ZHANG, 2019). Esse processo era observado ainda no início da década de 2010, em algumas províncias:

Based on the limitation of arable farmland and high demand for quality food and meat, the Chinese government has encourage development of animal agriculture, especially the swine industry, to secure economic and society stability in urban areas. Modern swine farms are rapidly developing and are highly concentrated at the provinces with high percentage of arable land and feed mills, that is, the middle and low Yangtze River region and South-East China. The modern swine farm distribution is more economically efficient when reducing costs for transportation and securing feed supply. (CHENG et al, 2019:5)

O crescimento contínuo da demanda da população chinesa por carne de porco viria induzindo a aceleração da substituição de pequenas e médias produções por outras de grande escala. Mais do que isso, o progresso tecnológico da indústria, com a introdução da Inteligência Artificial (IA) – ‘AI *pork-farming business*’ –, nas operações por grandes corporações, que buscam reduzir seus custos de produção por meio do emprego da tecnologia e evitar contaminações por zoonoses (WANG, 2020). Um conjunto de empresas, universidades, instituições de pesquisa que se volta para otimizar o ciclo de vida do porco com ações desde biotecnologia de ponta para desenhar raças de porcos para criação industrial até automatização da criação (ver capítulo 05 desta tese). A introdução de ciência de dados para criação de porcos, abate e produção de carne de porco que permitem acompanhar o rebanho em tempo real, nas fazendas de grande escala. Alibaba Clouds, ET Agricultura Brain são duas das empresas que se destacam. E as empresas líderes da industrialização – por sua característica de conglomerado em arranjo com pequenos produtores – têm compartilhado novas tecnologias com esses produtores (nas subseções seguintes deste capítulo, uma descrição dessas empresas é realizada).

A estrutura da produção de porco na China combina atores diferentes, os quais se diferenciam pelo maior ou menor grau de integração vertical. Dessa forma, de acordo

com Schneider (2011), os seguintes atores, no início da década de 2010, poderiam ser destacados: (i) fazendas de jardim (*backyard farms*); (ii) fazendas comerciais de larga escala (*large-scale comercial farms*) e (iii) fazendas de camponeses especializados (*specialized household farms*). Esses atores interagem de formas diferentes e o tipo de propriedade é de variedade dentro desses grupos.

A relativa acelerada industrialização do setor se originou, como apontam alguns autores como Huang (2009) e Zhang et al (2021), no final da década de 1990, uma vez que, até então, o setor era muito fragmentado, pois havia muitos pequenos agricultores produzindo porcos, o que aumentava os custos de transação. Não apenas agricultores, mas também abatedouros e distribuidores, o que Deng (2005) estimou que apenas 7% das empresas do setor atuam como “*scale companies*”. Em 2006, a relação entre capacidade de criação de porcos e de abate começou a ser consolidada: de acordo com Huang (2009), o número de abatedouros (empresas) se reduziu de 30 mil para 25 mil em função dos incentivos de fusões promovidos pelos governos locais.

Anos depois, Standaert e Augustinis (2020), Wang (2020) e informações de Relatório elaborado por *Chang Jiang Futures* (2020) avaliam que a carne de porco experimentou acelerada industrialização, com intensificação de melhorias e investimentos em logística para comercialização, dentre outros incentivos de acesso a mercados. Fenômenos recentes, como a Febre Suína Africana (ASF) teriam sido essenciais, uma vez que ASF forçou maior incentivo estatal da modernização das fazendas para fins de se observar os protocolos fitossanitários. Empresas com capacidade de produção anual, média, de 2 milhões de porcos por ano, em fazendas mais semelhantes a uma fábrica, estão se expandindo (CHANG JIANG FUTURES, 2020). Entretanto, as pequenas fazendas se mantêm de forma significativa, assim como abatedouros pequenos, mantendo-se as produções de ‘jardim’, em algumas cidades (STANDAERT; AUGUSTINIS, 2020).

Nesse processo, avaliam os autores, a criação do porco é o centro da cadeia, porém se articula com processamento de rações, fármacos veterinários, abate, processamento de alimentos, varejo, além de logística e distribuição. Na criação, a estrutura de mercado nacional é muito pouco concentrada e a participação de empresas líderes – tais como New Hope e Chia Tai – é pequena, bem como o abate (*downstream*) ainda apresenta um baixo grau geral de mecanização, porém, com maior número de empresas líderes envolvidas – tais como, Shuanghui Development, Yurun, Jinluo, Zhongpin Food, Longda Food e a New Hope.

De acordo com Relatório elaborado pela Chang Jiang Futures, está constituída uma cadeia produtiva de carne de porco completa na China. À montante, empresas fornecedoras de serviços e matérias-primas para atividades reprodutoras, fármacos veterinários e rações e à jusante, abate e processamento, a industrialização do porco.

Quanto à ração, o setor é competitivo e possui empresas tradicionais, tendo iniciado seu desenvolvimento no país na década de 1970. Desde então, as empresas foram se consolidando pela velocidade das fusões e aquisições e integração industrial acelerada, emergindo uma estrutura relativamente oligopolizada. As três maiores empresas de ração animal do país são New Hope, Haida Group e Twin Group e respondem por 17% da produção nacional – em países como Alemanha, essa participação seria de 30%. O crescimento da participação de ração e produtos nutritivos para porcos tem sido expressivo, pelo menos até 2018 e com recuperação desde 2019.

Nos elos de *mindstream*, a criação de suínos apresenta um número considerável de criadores pelo país, com espaço para algumas inovações esparsas nas estratégias de reprodução. Boa parte das fazendas de criação de porcos se distribuem por leste, centro, sul, sudoeste, norte, noroeste e nordeste do país, sendo as províncias de Guangdong, Shandong, Hubei, Hunan e Sichuan aquelas com maior número de fazendas criadoras. As empresas líderes mantêm uma participação muito pequena entre criação e abate: 7,5%, sendo as principais: New Hope, Zhengda, Tianbang, Twins, COFCO, Dabeiong e Yang Xiang.

Especificamente no abate, à jusante, a indústria é considerada com excesso de capacidade produtiva e, em 2018, com uma taxa de uso entre 30% e 35% e somente 10% das empresas conseguiram realizar mecanização total do abate. Enquanto a participação de mercado das empresas é ainda pequena, sendo a empresa principal abatedora, Shuanghui, com uma participação de mercado de apenas 2,4%, em geral, no abate, são as empresas privadas que predominam, especialmente as líderes – como Shuanghui, Yurun, Jinluo, Zhongpin Food, Longda Food, New Hope. De acordo com dados do MARA, a taxa de conversão do processamento de produtos agrícolas na China seria de 67,5% – indicador do nível de industrialização da agricultura no País – o que seria considerado abaixo do nível dos países desenvolvidos em 18%, pelo Ministério. Uma insuficiência da integração da cadeia produtiva seria o principal motivo apontado.

Em 2018, as oito empresas de criação com grande volume de abate (Wen's Co., Ltd., Muyuan Co., Ltd., Zhengbang Technology, New Hope, Tianbang Co., Ltd., COFCO Meat, Dabeinong e Tiankang Biotechnology) produziram um total de pouco mais de 48

milhões de suínos vivos, representando 7% do abate total de suínos vivos do país. Em 2019, os oito empreendimentos de criação venderam um total de 45 milhões de suínos vivos, representando 8,3% do total de suínos vivos vendidos no País. Em relação a 2018, a concentração aumentou. Porém, a indústria, em todos os seus elos, ainda apresenta escala de criação de suínos em um nível relativamente baixo (MUYUAN, 2020).

De acordo com Muyuan (2020), existem, na China, três arranjos de criação, a saber: (i) pequena agricultura varejista, em que agricultores mantêm criadores próprios e se mantêm como a principal fonte de expansão do rebanho de porcos no país. Suas barreiras à entrada são praticamente nulas, na prática, o que leva a uma resposta imediata da parte dos agricultores ante a flutuações de mercado; (ii) fazendas de reprodução em larga escala, em torno de 500 a 1000 abates e com uma produção média de 300 a 1.000 cabeças por ano, com milhares de porcos abatidos ao ano. Em função dos custos imobilizados, sua produção é estável e (iii) criação em contrato, isto é, empresas líderes são responsáveis por gerir toda a criação e abate. Empresas líderes como Wen's, Muyuan e New Hope produzem mais de um milhão ou dezenas de milhões de cabeças por ano. Essas empresas, a partir da ASF, receberam consideráveis incentivos governamentais para expandir suas operações, ampliando sua escala em um regime agricultor + empresa.

6.2.1 – Produção e consumo de carne de porco na China

Nos primeiros anos do século XX, a produção de carne de porco na China experimentou transformações disruptivas. Por muitos anos, o país foi responsável por 48% a 50% da produção internacional de porco; item fundamental da alimentação da população chinesa há mais de 7.000 anos. De acordo com Wang (2005), em 2004, havia 485 milhões de porcos nas fazendas, sendo o volume de abate superior a 621 milhões de porcos o que representou aproximadamente 49% do total mundial de abate. Em 1990, esses volumes foram de 336 milhões e 310 milhões, respectivamente – o aumento de produtividade experimentado na última década é expressivo. Schneider (2017) destaca que em 2014, agricultores e empresas produziram 56,5 milhões de toneladas de carne de porco de um total de 770 milhões de cabeças da população chinesa de porcos.

Em 2010, produtores e empresas produziram mais de 50 milhões de toneladas de porco, o que foi consumido domesticamente. De acordo com Schneider (2011), isso significa dizer que a China precisa alimentar 21% da população mundial de porco com apenas 9% de terra arável, o que deflagra uma questão sensível de segurança alimentar e

nutricional para o país. Em 2017, um pouco mais de 702 milhões de porcos (cabeças) foram engordados e abatidos e ao final do ano, havia 440 milhões de porcos em criação, enquanto a produção de carne de porco chegou a 54 milhões de toneladas. É possível inferir, assim, que quaisquer medidas de política agrícola, neste cenário, precisariam incluir além da industrialização e integração, disponibilidade e acesso a terras dentro da China, treinamento da mão de obra, acesso à água, qualidade do alimento e tratamento de resíduos – todas essas aparecem com rubricas orçamentárias próprias, nos documentos oficiais.

Em 2012, a sobreoferta reduziu os preços do porco ('cabeça'), o que expulsou os pequenos produtores cedendo espaço para as grandes empresas que se expandem usando um modelo de negócios de integração vertical (em sua maioria). No final da década de 1990, Wang (2005) ao analisar os índices de preços do porco, concluía que eram superiores aos preços dos demais itens de produção agropecuária. O volume total de abate de suínos atingiu de 80,7 milhões de cabeças de porco, entre os meses de janeiro e abril de 2018. Um aumento de 19% em relação ao mesmo período de 2017. Desde 2015, a produção de porco tem apresentado redução devido à consolidação do mercado em que pequenos produtores perderam sua participação de mercado. O peso médio das cabeças de porco para venda aumentou da faixa de 110-115Kg para 125Kg, nos primeiros meses de 2018.

Para a carne de porco, a supervisão de mercado consiste em garantir o abastecimento e controlar os preços. Para conter oscilações de preço do quilograma da carne de porco, NDRC, com base no monitoramento do mercado de carne de porco realizado pelo MARA, anuncia incrementos do estoque de carne de porco congelada para compor as reservas governamentais e garantir estabilidade de preço médio da carne de modo a incentivar a oferta de carne e não induzir a alta de preços para o consumidor. Em agosto de 2021, foram lançadas diretrizes para promoção do desenvolvimento da indústria de carne de porco e buscando garantir flutuações 'drásticas' no mercado, de forma que em até 10 anos, a taxa de autossuficiência nacional em carne de porco deverá ser igual a 95%. Em meados de 2022, foi introduzido um sistema para alertar consumidores e produtores da elevação de preço da carne de porco. Em nível da produção, espera-se orientar a tomada de decisão de criação e abate de porcos de modo a garantir estabilidade da capacidade de produção de suínos.

Nos próximos parágrafos, descrevemos o comportamento de preços do quilograma da carne de porco entre 2020 e 2022, conforme a disponibilidade de dados

pelo MARA. Mesmo sendo uma série temporal mais curta do que aquela que tem sido usada nesta tese, entendemos que permite compreender que mesmo com os esforços que têm sido envidados, a oscilação de preços permanece.

Em 2022, no mês de fevereiro, o preço médio do quilograma da carne de porco igual a RMB 16,79, uma queda igual a 13,1% em relação a janeiro e uma queda de 55,2% em comparação com o mês de fevereiro de 2021. E na semana de 7 a 11 de março, o preço médio do quilograma da carne de porco atingiu RMB 15,96, uma queda igual a 1,2% em comparação com a semana anterior e 54,1% na comparação anual.

Porém, na semana de 30 de maio a 02 de junho de 2022, o preço médio do quilograma da carne de porco atingiu RMB 21,03, aumento de 0,1% em comparação com a semana anterior, mas uma redução em comparação anual de 5,3%. E na semana de 9 a 13 de maio, o preço médio do quilograma da carne de porco atingiu RMB 20,67, uma elevação de 3,2% em comparação com a semana anterior, mas uma redução de 15,4% na comparação anual.

De acordo com Muyuan (2020), os preços do porco vivo da China seguem certo padrão de flutuação cíclica de 3-4 anos, ou melhor, desde 2000, a suinocultura chinesa experimentou os seguintes ciclos: 2000 a 2002, 2002 a 2006, 2006 a 2010 e 2011 a 2014. A partir do segundo semestre de 2016, o preço do suíno vivo já começava a declinar, vindo a se recuperar ligeiramente ao fim deste ano, porém, voltando a uma nova fase de queda em 2017 e 2018. Dentre as proteínas, a carne de frango passou a ser mais consumida, inclusive nas áreas rurais (Tabela 6.1). Nas décadas de 1990 e 2000, o mercado para carne de porco se expandiu consideravelmente, tendo o País se tornado importador líquido. A carne de porco, mesmo que mantenha uma taxa per capita de consumo comparativamente alta – a China é o maior consumidor do mundo –, tem sofrido com as mudanças mais recentes – meados da década de 2000 – de hábitos alimentares na China. O consumo de proteínas (carne) no País é considerado estável e aspectos como exigência por qualidade do alimento viriam se tornando fatores essenciais para consumo de alimentos.

Tabela 6.1 – China: evolução da estrutura de produção de carne de porco (1996-2019)

	1996	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Número de porcos engordados abatidos (10000 t)	41.225,2	51.862,3	60.367,4	61.209,0	56.640,9	61.278,9	64.990,9	67.332,7	67.030,0	70.724,5	72.768,0	74.951,5	72.415,6	70.073,9	70.202,1	69.382,4	54.419,2
Número de porcos (1000 cabeças)	36.283,6	41.633,6	43.319,1	41.854,4	43.933,2	46.433,1	47.177,2	46.765,2	47.074,8	48.030,2	47.893,1	47.160,2	45.802,9	44.209,2	44.158,9	42.817,1	31.040,7
Output carne (10000 t)	4.584,0	6.013,9	6.938,9	7.099,9	6.916,4	7.370,9	7.705,7	7.993,6	8.023,0	8.471,1	8.632,8	8.817,9	8.749,5	8.628,3	8.654,3	8.624,6	7.758,8
Porco	3.158,0	3.966,0	4.555,3	4.650,3	4.307,9	4.682,0	4.932,8	5.138,4	5.131,6	5.443,5	5.618,6	5.820,8	5.645,4	5.425,5	5.451,8	5.403,7	4.255,3
% Carne de Porco total	68,9%	65,9%	65,6%	65,5%	62,3%	63,5%	64,0%	64,3%	64,0%	64,3%	65,1%	66,0%	64,5%	62,9%	63,0%	62,7%	54,8%
Carne/porcos abatidos	11,1%	11,6%	11,5%	11,6%	12,2%	12,0%	11,9%	11,9%	12,0%	12,0%	11,9%	11,8%	12,1%	12,3%	12,3%	12,4%	14,3%
Porcos/abatidos (%)	88,0%	80,3%	71,8%	68,4%	77,6%	75,8%	72,6%	69,5%	70,2%	67,9%	65,8%	62,9%	63,3%	63,1%	62,9%	61,7%	57,0%

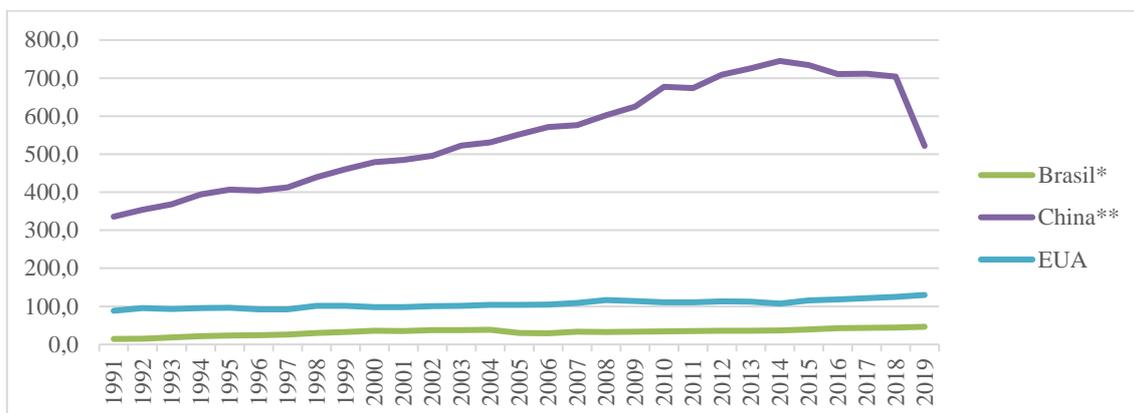
Fonte: A autora (2020) com base em *China Statistical Yearbook* (2020)

O tamanho do mercado chinês para carne de porco foi ganhando destaque nos primeiros anos da década de 2010, como influenciador do mercado mundial desta carne. Como destacam Gale, Martim e Hu (2012), em 2009, a ameaça de o país asiático suspender a proibição da importação de carne de porco dos EUA levou os preços dos suínos (não engordados) a uma alta e expectativas de aumento das exportações de carne de porco pelos EUA. Assim, na década de 2010, o papel da China no mercado internacional de carne de porco faz aumentar o número de publicações e análises, em que se destacou, ainda de acordo com a sistematização de Gale, Martim e Hu (2012), a volatilidade de preços enfrentada pelo setor no país: os preços respondem muito rapidamente à contração e retração do tamanho da capacidade dessa indústria, tornando essencial a intervenção do governo central, com destaque desde 2007, com os preços recordes da carne suína, o que acelerou a mudança estrutural desta indústria no país até sua recuperação, em termos de preço, a partir de 2010.

Ao fim da década de 2010, em 2018, de acordo com análises de consultorias, o volume de abate de porcos cresceu, em comparação a fevereiro de 2017, a uma taxa de 37,2% (17,5 milhões de cabeças contra 15,8 milhões do ano anterior). No entanto, o número de cabeças em criação e nascimento de porcos estariam experimentando redução. As importações de carne de porco são consideravelmente superiores a exportação, ainda que tenha, em fevereiro de 2018, tenha declinado 15,3% em comparação a fevereiro de 2017. As importações chinesas de carnes – gado, porco e aves – estão projetadas para crescimento consistente no futuro, reforçando a posição do país como importador mais relevante do mundo.

De acordo com os dados do Gráfico 6.1, de 1989 a 2018, a China passou, a partir de 2008, de superavitária a deficitária no comércio internacional de carne de porco. O quadro de balança comercial superavitária na carne de porco se modifica desde fins da década de 1990, ao se tornar cada vez menor, sobretudo se comparado ao final da década de 1980 e boa parte da década de 1990. Em 1998, por exemplo, a balança comercial de carne de porco foi superavitária em US\$ 124 milhões, uma redução de 88% em relação a 1993 e 75%, em relação a 1989, tendo sido deficitária em 1999 em US\$ 17 milhões.

Gráfico 6.1 - Evolução da produção de porco/abate em 1 milhão de cabeças comparada entre China, Brasil e EUA (1991-2019)



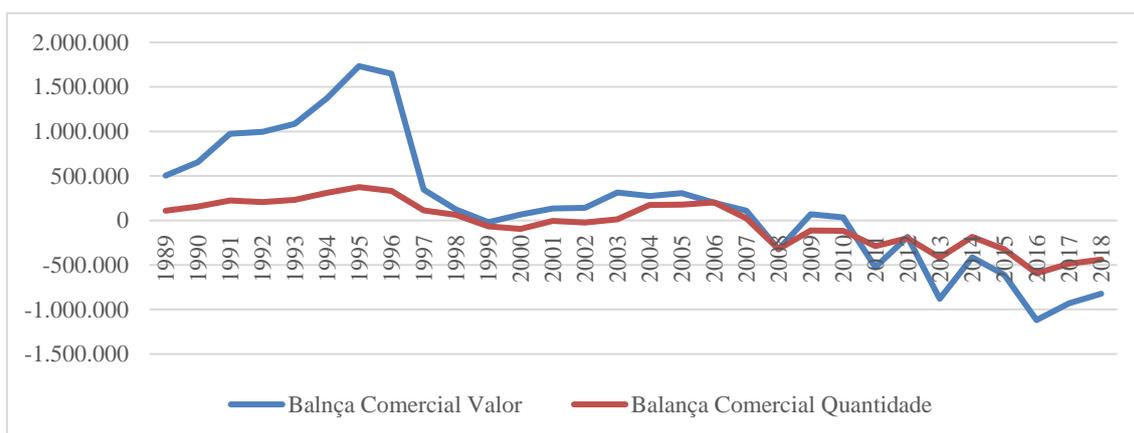
Fonte: Elaboração com base nos dados FAOSTAT.

*Dados da FAO com base em sua aplicação de metodologia para 1991 a 2000; dados não oficiais para 2005 a 2011.

**Agregados, podem incluir dados oficiais, semioficiais, estimados ou calculados.

Nos primeiros anos da década de 2000, balança comercial voltou a ser superavitária, mas em cifras menores do que de 1989 a 1997, porém, a situação se reverte a partir de 2008, no cenário de crise financeira internacional, até o presente, quando se torna deficitária na balança comercial de carne de porco (Gráfico 6.2).

Gráfico 6.2 – China: Balança comercial da carne de porco em valor (US\$ mil) e quantidade (toneladas)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados FAOStat

Os dados dos Gráficos 6.1 e 6.2 também permitem inferir um intrincado cenário competitivo internacional para a China que reverbera no plano doméstico do país. O considerável número de porcos vivos ou que estão sendo criados a cada ano (tamanho da

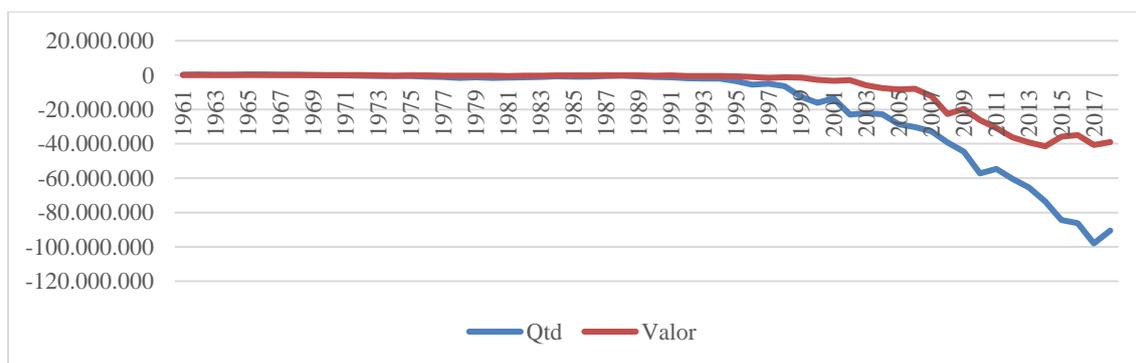
população total de cabeças de porco) precisa ter vazão em termos de abate e processamento. Autores como Schneider (2013) e Schneider (2016), argumentam que o número de porcos abatidos é ainda baixo no país, bem como o de produção de carne de porco. Mas, de acordo com USDA (2021), a produção global desde 2020 tem crescido, sendo que em 2021, revisou-se a produção esperada para cima em 4%, em torno de 105,1 milhões de toneladas, em função, sobretudo, do aumento da produção na China – aumento de 8% ou 43,8 milhões de toneladas, o que por sua vez, teria ocorrido em função do aumento do número de porcos abatidos no país asiático.

Em 2020, de acordo também com a USDA, a produção global de carne de porco foi de 94,237 milhões de toneladas e na China, 27,85 milhões. Porém, a estrutura de mercado e de produção padece, na China, de alguns problemas, visto que esse crescimento da produção levou a uma queda de preços acelerada, levando à liquidação de animais pelos produtores para que protejam suas margens de ganhos.

De maior produtor de carne de porco do mundo, China vem se transformando em um dos principais importadores – a oferta de porco teria caído 40%, no País, de acordo com projeções do Rabobank e, em agosto de 2019, os preços da carne de porco aumentaram em 47% e as predições são de um aumento de 80% nos preços desta carne no início de 2020 (SOON, 2019).

Esse quadro também agudiza a crescente necessidade do País em ter acesso à soja. O binômio soja-carne é uma realidade concreta para o país. O País é deficitário no comércio da soja desde 1969, porém, se em 1969 o déficit era de US\$ 390 milhões, em 1999, atingiu US\$12 bilhões, em 2009, US\$ 44 bilhões e, em 2018, US\$ 90 bilhões.. Soja é igualmente tradicional na alimentação chinesa, porém, a explosão dos hábitos alimentares ou a preferência expandida pelo consumo de carne desde a década de 2000, tornaram-na demandada em níveis os quais o país domesticamente não tem condições de suprir (Gráfico 6.3).

Gráfico 6-3 – China: evolução da balança comercial de soja (1961-2018)



Fonte: Elaboração própria com base em dados FAOStat

A epidemia da febre suína africana (ASF), em 2019, contribuiu para acirrar problemas do lado da oferta em um cenário em que a escala de produção já era considerada baixa.

Box 6.1 - Epidemia da febre suína africana (ASF) na China (2019)

Vulnerabilidade dessa indústria se evidenciou sob os efeitos da ASF. Ainda mais porque as medidas adotadas pelo governo chinês, ao longo de 2019, para conter os seus efeitos não têm surtido o efeito almejado e a inflação deverá subir acima da meta pela primeira vez, em 10 anos. Esse surto foi detectado pela primeira vez no rebanho chinês em agosto, de acordo com a FAO-ONU e o governo chinês afirma que seu rebanho se reduziu em um terço, no mês de julho (LAHIRI, 2019). EUA são responsáveis pela maior parte dos volumes de carne de porco importados pela China, que entre janeiro e agosto de 2019, triplicaram, o que motivou a assinatura de acordo comercial entre EUA e China, em outubro de 2019 (LAW, 2019). Ou melhor, a China concordou em comprar entre US\$ 40-50 bilhões de produtos agrícolas dos EUA, o que teria sido aclamado pelo presidente dos EUA como a primeira fase de um acordo comercial mais amplo. Em setembro de 2019, os preços do quilo de carne de porco estavam entre 30 e 33 yuans (US\$4,2 e US\$4,6, aproximadamente). O custo de vida subiria a meta dos 3%, fixada pelo governo chinês.

Quanto ao comércio, a ASF exerceu, portanto, efeito de estimular um aumento de sua demanda por importação de carne, reverberando nas relações comerciais com EUA, visto que induziu a mitigar impactos tarifários sobre produtores de carne suína (YAO et al, 2021). De fato, em 2019, a China excluiu produtos como soja e carne suína dos EUA da sua lista de produtos com tarifas adicionais. ligeiramente ao fim deste ano, porém, voltando a uma nova fase de queda em 2017 e 2018.

A recuperação da suinocultura da China, em função da ASF, ocorreu a partir das diretrizes centrais de planejamento e coordenação da produção. Como ressalta Muyuan (2020) ao informar que em setembro de 2019, o Gabinete Geral do Conselho de Estado emitiu os “Parecer para Estabilizar a Produção de Suínos Vivos e Promover a Transformação e Modernização”, propondo melhorar o sistema moderno de circulação de suínos vivos, acelerando a modernização e modernização da indústria de abate, alterando o tradicional transporte de suínos e fortalecimento da construção da infraestrutura logística da cadeia de frio.

Fonte: A autora (2022)

Para conter os efeitos negativos da ASF no tamanho do rebanho e na taxa de abate e processamento, as medidas adotadas foram tendo efeito de acelerar a industrialização da carne de porco, incluindo-se a criação de marcas nacionais de empresas agroindustriais. Em 2021, com vistas a estabilizar a oferta de carne de porco por meio do aumento da capacidade de produção, o CE anunciou melhorias na alocação de recursos a pesquisadores. Medidas de incentivo financeiro aos criadores de porcos, além de se estabelecer um mecanismo de ajuste contracíclico ao movimento dos preços de carne de porco no mercado.

De acordo com dados do MARA de julho de 2021, a média do índice de preço da carne de porco caiu 16,6% ou RMB 20,01 por quilograma de carne, respondendo ao aumento da oferta de carne de porco e ao declínio da demanda, exigindo que as autoridades adotassem diferentes medidas para estabilizar o mercado. De acordo com

National Development and Reform Commission (NDRC), pelo menos duas inflexões de queda dos preços da carne de porco, em 2021, foram registradas e alertas de ajuste em planos de produção, emitidos aos produtores. Os investimentos bilionários realizados, na fase de abate de animais, ao longo de 2020, sobretudo, viriam explicando esses resultados. Porém, grandes empresas – como a New Hope Liuhe – incorreram em perdas devido à queda contínua dos preços da carne de porco.

Dados da China Animal Husbandry Association para o primeiro semestre de 2022, houve uma redução da capacidade na criação de porcos em unidades e em tamanho (Kg), por conseguinte, a quantidade de porcos abatidos (em Kg) em 2022 na comparação com 2021 foi reduzida, impulsionando o ritmo de abate de porcos, fazendo reduzir o rebanho de porcos, o que tornaria produtores mais relutantes em vender os animais depois de engordados. Esse cenário permitiria explicar o aumento em 25,76% - que seria 15,82/Kg RMB – do preço do quilograma de carne de porco no primeiro semestre de 2022 em comparação com o mesmo período de 2021.

Dessa forma, os produtores de porco viriam aumentando sua taxa de lucro – o lucro médio com a engorda chegou a 210,55RMB/cabeça. De acordo com *Zhuo Chuang Information*, no longo prazo, do lado da oferta, caberá às fazendas de grande escala aumentar o rebanho de porcas férteis para reprodução, o que é necessário para que, do lado da oferta, recupere-se a estabilidade de preços da carne de porco. Ainda de acordo com *Zhuo Chuang Information*, a taxa de funcionamento de frigoríficos na China, neste período, caiu 0,63% em comparação com 2021. As oscilações dos preços estão no preço do animal vivo, como se descreveu inicialmente. O aumento da demanda por carne de porco pressiona ainda mais os frigoríficos e a capacidade de armazenamento de carne de porco congelada. O país segue com uma comercialização maior de animais vivos (porco) do que carne resfriada ou congelada.

Na avaliação do presidente da *Agricultural Products Markets Association*, durante conferência nacional sobre a cadeia de carne de porco, em Chongqing, realizada em outubro de 2021, o ciclo oscilatório de preços do porco – engordado e abatido, bem como a carne – seria resolvido com o desenvolvimento da indústria de porco de alta qualidade no país. Dessa forma, reconhece-se que os desafios nessa cadeia ainda são expressivos, sendo o aumento da eficiência com redução de custos essenciais.

6.2.2 – Integração vertical e multinacionais: agricultura, pecuária e carne de porco

Para lançarmos alguma luz ao debate apresentado nas primeiras seções deste capítulo, é necessário apresentarmos os conglomerados empresariais chineses em agricultura e pecuária. Conglomerados (sem prejuízo de por vezes denominarmos empresas) representam uma denominação mais precisa das empresas que vamos tratar nesta seção. Em geral, as empresas chinesas multinacionais na agricultura são empresas que controlam um conjunto de outras empresas e em diferentes setores ou ramos de um mesmo setor. Na descrição das empresas, abordaremos em muito esse aspecto.

É preciso admitir que por meses tentamos fazer uma acurada descrição patrimonial e financeira dessas empresas. No entanto, esbarramos em uma série de impedimentos, sendo a falta de uniformidade dos dados e do período, os maiores. E, por isso, preferimos não apresentar essa descrição.

6.2.2.1 – A construção da grande empresa multinacional na China

De acordo com Rashidin et al (2020), pesquisas a respeito do IDE de empresas chinesas permanecem sendo pouco estudados quanto à compreensão de limitações de expansão enfrentadas por empresas multinacionais chinesas. Autores como Buckley et al (2007) avaliam que, dentre essas limitações, estaria uma pulverização de capitais chineses advinda de uma ‘excessiva internacionalização’ de empresas chinesas. Chow (2011) identifica abertura do mercado da China a competição internacional como tendo se dado a partir da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, em uma resposta a pressões por aumento de concorrência no mercado doméstico. Políticas públicas e suporte financeiro direto concedido pelo governo central, em acordo com as diretrizes estabelecidas em planos quinquenais, são os principais estímulos a investimentos externos de empresas chinesas no exterior (BUCKLEY et al, 2007; TSAI; ROSENHECK, 2013). Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais chinesas desenvolveram suas próprias condições de manter suas subsidiárias no exterior (FUAD; GAUR, 2019; ZHANG et al, 2011). Por outro lado, há um grupo de autores (BUCKLEY et al, 2007; LUO et al, 2010; RUGMAN et al, 2014) que avaliam que o suporte financeiro e político conferido pelo governo central da China se explicaria por uma incapacidade competitiva das empresas chinesas, isto é, uma forma de artificialmente se incrementar sua capacidade de tomar riscos no exterior e aumentar seu poder de compra em fusões e

aquisições (F&A). Porém, como Rugman et al (2014) apontam, os projetos de IDE de empresas chinesas no exterior são bem-sucedidos.

A política estatal chinesa *going out* contribuiu para encaminhar a estratégia de internacionalização de conglomerados do setor agro da China a grande empresa chinesa do agronegócio, sobretudo com as estratégias *Made in China* e *Belt and Road Initiative*. Enquanto aquela tem desempenhado papel na expansão das atividades de P&D&I na agricultura, essa além de facilitar a integração vertical e a inserção da marca chinesa nas cadeias globais, pode induzir a aumento de ações de *land grabbing*.

Nas primeiras décadas do século XX, portanto, observa-se na China a expansão do modelo da grande empresa diversificada e verticalmente integrada em que se sustenta autonomia vertical em relação aos acionistas (WEGNER; FERNANDES, 2021). A grande empresa chinesa experimenta, assim, uma revolução gerencial da firma na coordenação e organização de um complexo conjunto de atividades e funções corporativas atinentes à geração de economias de escala, de escopo em meio a oligopólios formados em alguns setores. Centralização e concentração de capital por meio da mobilização e aglutinação de capital a partir de meados da década de 1990, conduzidos pelo CE e Comitê Central do PCCh, articularam sistema de crédito por meio de bancos públicos e introdução das sociedades por ações, que contribuíram por alavancar a atividade produtiva dos setores.

Na década de 1990, portanto, promoveu-se uma ‘corporatização das empresas estatais’ (JABBOUR; GABRIELE, 2021) – ver dados capítulo 4 – como forma de erigir grandes grupos empresariais nacionais com acúmulo de capacidade competitiva em nível internacional. A criação da SASAC (*State-Owned Assets Supervision and Administration Commission*) sob o CE, ao fim de 2003, permitiu intensificar a coordenação e conglomerados empresariais sob o governo central. SASAC representa maior controle e monitoramento das empresas estatais ao mesmo tempo que CE e Comitê Central do PCCh orientam ‘forma flexível de estratégia de desenvolvimento de orientação socialista completamente orientada para o mercado’ (IDEM:5401). Dentre suas atribuições, estão supervisionar, preservar e aumentar o valor das empresas estatais supervisionadas, gestão dos salários e remuneração do pessoal dessas empresas e formular políticas que regulem a remuneração mais ‘equitativa’ entre os executivos das empresas estatais. Assim, não há movimento das empresas estatais da China que não passe pela SASAC.

Nesse sentido, o órgão foi orientando reformas das empresas estatais, como estabelecimento de regras de atuação (compra de ações) de pequenas e médias empresas

durante sua privatização e a de promover ativos estatais em situação não negociável à situação negociável no mercado de ações, ou melhor, sob a coordenação da SASAC, empresas estatais entrarem no mercado de ações com uma situação mais fortalecida sem se submeter a intempéries de ânimos de investidores privados. Jabbour e Gabriele (2021), ainda sobre a atuação da SASAC, destacam seu papel em inserir mecanismos de ‘gerenciamento orçamentário estatal’ para cobrança de lucros dessas empresas. Especialmente as reformas mais recentes levam a uma coordenação de para uma reforma de propriedade mista das empresas estatais chinesas como estratégia estatal para fortalecer as empresas estatais em seus compromissos constitucionais com a RPC. Trata-se de monitorar as classificações de investimento das empresas estatais, considerando as estratégias das próprias empresas para seu crescimento e atuação no longo prazo e usando o mercado de ações.

No setor agricultura, desde 2006 – quando foi registrada a primeira transação de IDE – a 2021 – ano de último registro de transação de IDE neste setor – foram 70 transações, que somaram US\$ 82 bilhões e das quais 11 somaram mais de US\$ 64 bilhões (em torno de 78% do total). Ainda, dentre as transações de IDE realizadas por empresas da China, o valor máximo foi US\$ 43,1 bilhões e o mínimo, US\$ 100 milhões. Dessas, 21 (30%) foram de participação total adquirida e 13 transações (18,6%) com participação adquirida menor do que 50%. Com boa parte de transações realizadas para adquirir a totalidade ou o suficiente para acionista majoritária, as corporações empresas chinesas da agricultura buscam consolidar sua posição na cadeia global por meio da construção de marcas em diferentes elos e não se limitando a países em desenvolvimento. Grã-Bretanha entre 2009 e 2019, em 5 transações, recebeu US\$ 4,4 bilhões nos elos de produção e de varejo; EUA, US\$7,6 bilhões, em 4 transações que aconteceram entre 2008 e 2015 – destacando-se a compra da SmithFoods –, França, US\$ 1,7 bilhão e Holanda, US\$ 4 bilhões – destaque Nidera e compra de participação da Heineken.

Buscando-se definir alguma caracterização do padrão de IDE no setor agrícola, sistematizaram-se os dados nas próximas tabelas. Na Tabela 6.2 e nas seguintes, foram organizados a partir de um levantamento de transações de IDE realizadas por empresas da China em todo o período coberto pela base *China Global Investment Tracker*. Foram consideradas todas as transações de IDE realizadas no setor da agricultura em montante superior ou igual a US\$ 1 bilhão.

Da análise dessas transações obtidos a partir dessa fonte de dados, destacam-se três aspectos do padrão de IDE da China no setor agrícola: (i) as transações com valores

acima de US\$ 1 bilhão foram realizadas por empresas cuja área de atuação não é restrita à agricultura – como CITIC-Led Fund, por exemplo; (ii) para os países desenvolvidos, como Suíça, EUA, Holanda e Grã-Bretanha, realizaram-se as transações de maior valor e (iii) na agricultura, a internacionalização das empresas da China está em um processo mais lento comparado a outros setores.

Tabela 6.2 – China: padrões do IDE em agricultura – transações acima de US\$ 1 bilhão (2006-2020)

Ano	Investidor	Valor US\$ milhão	País
2017	China Reform Holdings, Chem China	43.060	Suíça
2013	Shuanghui	7.100	EUA
2013	CIC	2.040	Rússia
2014	COFCO	2.040	Holanda
2012	Bright Foods	1.940	Grã-Bretanha
2014		1.560	Israel
2014	Legend	1.540	Grã-Bretanha
2011	Heilongjiang Beidahuang Nongken	1.510	Argentina
2010	ChemChina	1.440	Israel
2016	COFCO	1.440	Holanda
2016	Chem China	1.400	Israel
2017	CITIC-Led Fund	1.100	Brasil

Fonte: A autora (2021) com base em China Global Investment Tracker

Esses dados da Tabela 6.2 sugerem que boa parte das transações de IDE realizadas por essas empresas consideradas foram do tipo fusões e aquisições (F&A), que explica, de modo geral, o IDE de empresas da China. Esse crescimento do número de transações e do seu valor é condizente com as políticas adotadas pelo Comitê Central do PCCh e CE de incentivo à modernização de empresas do setor, em nível doméstico e articulado com a competitividade internacional, fortalecendo-se a integração vertical e especialização em diferentes elos das cadeias produtivas. As políticas voltadas para internalização (competitiva) da produção de insumos agrícolas, como os fertilizantes, também respaldaram esse crescimento de transações de IDE. Dentre os incentivos, o financeiro, por meio da atuação do *Agricultural Bank of China* é outro fator que explica esse crescimento.

O crescimento em número de empresas multinacionais no setor agropecuário, bem como de seu tamanho em volume de IDE sendo a maioria delas estatais (SOEs) contribui

para reforçar as avaliações de que a China é a fronteira de expansão do sistema agroalimentar em seu terceiro regime. Autores como Belesky e Lawrence (2019) avaliam que o papel do estado chinês e do fluxo de capital de empresas chinesas tem facilitado a intensificação de um circuito de fluxos sul-sul ou ocidente-sul de comércio, investimento, tecnologia e finanças multipolar para o sistema agroalimentar internacional.

A criação de conglomerados empresariais agroindustriais chineses apoiados diretamente pelo Estado ou pelas próprias empresas estatais (SOEs) é uma perspectiva da robustez de sua internacionalização agroalimentar. Autores como Belesky e Lawrence (2019) e McMichael (2020) costumam destacar grandes empresas como ChemChina e COFCO como pontas de lança chinesas na reconfiguração de poder econômico e político na cadeia internacional agroalimentar.

Esses novos atores – como as empresas líderes da industrialização da agricultura, por exemplo – contribuem para consolidar conglomerados empresariais na medida que industrializam o setor, aumentam sua escala e padronizam a produção.

O papel da China na definição de um terceiro regime agroalimentar por vezes é salientado por sua atuação na compra de terras em países subdesenvolvidos, notadamente, América do Sul e África ou da intensidade das relações comerciais em commodities agrícolas – (LIN, 2017, CHENG; ZHANG, 2014; COTULA 2012; LIN, 2015) – como a soja, com países como o Brasil.

Os conglomerados empresariais chineses crescem em tamanho e controle no sistema agroalimentar internacional, reforçando as avaliações de um terceiro regime agroalimentar de corporações ou regime agroalimentar corporativo. Com a regulamentação do comércio internacional que limita o aparato de política comercial em barreiras tarifárias e uso de subsídios em comparação com décadas anteriores como 1950 a 1970 em que potências do agronegócio emergiram, o aparato estatal emerge como ator determinante dessas reconfigurações internacionais de poder.

Os dados da Tabela 6.3 se referem às 32 maiores empresas da China em alimentos e bebidas com datas de fundação que vão do período maoísta até meados da década de 2010. A maior parte delas é de capital aberto com aberturas de capital tendo sido realizadas no início do processo de criação das empresas em que dentre os grupos controladores estão fundos estatais ou fundos que têm participação estatal.

Tabela 6.3 – China: maiores empresas de alimentos e bebidas no país (2022)

Nome da empresa	Avaliação em US\$ bi	Grupo ou grupo principal	Tipo	Ano de fundação	Setor Produtos
Kweichow Moutai	339,43	Kweichow Moutai Co. Ltd.	Capital aberto	1951	Bebidas
Wuliangye	94,79	Yibin State-Owned Assets Management Co. Ltd.	Capital aberto	1998	Manufatura de bebidas
Nongfu Spring	69,77	Zhong Shanshan	Capital aberto	1996	Bebidas
Haitian	55,38	Guangdong Haitian Group Co., Ltd	Capital aberto	2000	Saborizante de produtos
Fenjiu Group	53,33	Shanxi Xinghuacun Fenjiu Group Co., Ltd., Huachuang Xinrui (Hong Kong) Co., Ltd. Hong Kong Securities Clearing Company Limited	Capital aberto	1985	Licores
Luzhou Laojiao	48,99	Luzhou Laojiao Group Co., Ltd., Luzhou Xinglu Investment Group Co., Ltd. Hong Kong Securities Clearing Company Limited	Capital aberto	1995	Bebidas
MuYuan	41,87	Qin Yinglin, Muyuan Industrial Group Co., Ltd.	Capital aberto	2000	Criação de porcos
Yanghe	34,39	Muyuan Foods Co., Ltd Jiangsu Yanghe Group Co., Ltd., Jiangsu Blue League Co., Ltd. Shanghai Haiyan Logistics Development Co., Ltd.	Capital aberto	2002	Bebidas - Cerveja
Yili	30,45	Hong Kong Securities Clearing Co., Ltd., Hohhot Investment Co., Ltd.	Capital aberto	1993	Alimentos - laticínios
Tsingtao	20,91	Pan Gang Tsingtao Brewery Group Co., Ltd., China Securities Finance Co., Ltd., China Construction Bank Investment Co., Ltd	Capital aberto	1993	Bebidas - Cerveja
Wens Foodstuff	19,37	Wen Pengcheng, Hong Kong Securities Clearing Co. Ltd Yan Juran	Capital aberto	1993	Alimentos – criação e distribuição de frangos e porcos

Mengniu Dairy	16,32	ChinaDairy (Mauritius) Ltd, China Mengniu Dairy Co. Ltd Lao Niu Foundation	Capital aberto	1999	Alimentos - distribuidora de laticínios
HAID	14,45	Guangzhou Haihao Investment Co., Ltd., Hong Kong Securities Clearing Co., Ltd., Industrial Commercial Bank of China Co., Ltd., Central Bank of Norway, Central Huijin Asset Management Co., Ltd Rotex Limited, Hong Kong Securities Clearing Company Limited	Capital aberto	2004	Alimentos – venda de produtos para criação de gado e psicultura
Shineway	12,23	China Securities Finance Corporation Southern Hoper Industry Co., Ltd.,	Capital aberto	1998	Alimentos – processadora de carne
New Hope Liuhe	9,1	New Hope Group Co., Ltd., China Securities Finance Co., Ltd.	Capital aberto	1998	Alimentos – manufatura e distribuição alimentos para animais e carne
Gujing Distillery	8,85	Anhui Gujing Group Co., Ltd Jinshiyuan Group Co., Ltd., Shanghai Mingda Industrial (Group) Co., Ltd.,	Capital aberto	1999	Bebidas – alcoólicas
King's Luck	8,31	Hong Kong Securities Clearing Company Limited	Capital aberto	1997	Bebidas – alcoólicas
Chongqing Brewery	7,84	Chongqing Economic System Reform Commission	Capital aberto	1958	Bebidas – varejo de marcas-
Want want	7,8	-	Capital aberto	1962	Alimentos – manufatura de biscoitos de arroz e bebidas
Shede Spirits	6,67	ichuan Shehong Guangsha Real Estate Development Co., Fan Shebin, Yunnan Zhuoye Investment Management Ltd Xinjiang Guoli	Capital aberto	1940	Bebidas – manufatura e venda de bebidas alcoólicas
Anjoy Foods	6,57	Minsheng Equity Investment Co., Ltd, Liu Mingming Hong Kong Securities Clearing	Capital aberto	2001	Alimentos – frutos do mar congelados
Dali-group	5,99	-	Capital aberto	1989	Alimentos e bebidas

Jiugui	5,89	Zhong Huang	Capital aberto	1997	Bebidas - vinho
Angelyeast	5,22	-	Capital aberto	1998	Alimentos – pães Bebidas – produção e venda de bebidas alcoólicas
Swellfun	4,42	Sichuan Chengdu Swellfun Group Co., Ltd.	Capital aberto	1993	Alimentos – P&D, produção e venda de lanches cozidos
Juewei	4,4	Hunan Jucheng Investment Co., Ltd., Changsha Huigong Investment Co., Ltd. Changsha Chengguang Investment Co., Ltd.	Capital aberto	2008	Bebidas – manufatura de bebidas semiprontas
Bairun Shares	4,08	-	Capital aberto	1997	Alimentos – sorvetes e chás
MIXUEBING CHENG	2,16	-	-	2008	Alimentos – P&D, manufatura, distribuição e vendas de temperos prontos
Yihai International	2,14	ZYSP YIHAI Ltd, SYH YIHAI Ltd, LHY YIHAI Ltd.	Capital aberto	2016	Serviços para agricultura
Shunxin Agriculture	2,13	-	Capital aberto	1998	Alimentos – produção veterinária e ração para porcos
Zhengbang Group	2,05	Zhengbang Group Co., Ltd., Jiangxi Yonglian Agricultural Holdings Co	Capital aberto	1996	
Genki Forest	-	-	-	2016	

Fonte: A autora (2021) com base em EqualOcean/ Zhuo Chuang Information

As empresas listadas na Tabela 6.3 são empresas nacionais que estão firmando suas marcas próprias no mercado nacional chinês em diferentes ramos de alimentos e bebidas e que estão ligadas a conglomerados empresariais chineses, como New Hope, Chongqing ou empresas líderes da industrialização da agricultura como Muyuan.

As próximas subseções desta subseção, estão dedicadas a apresentar principais indicadores de algumas dessas empresas listadas na Tabela 6.3 agroindustriais, sobretudo às vinculadas ao complexo da carne de porco. Os dados e as informações foram obtidos a partir dos relatórios financeiros de cada empresa – quando disponibilizado – e de seus sítios eletrônicos. Quando se pensou nesta descrição do sistema agropecuário empresarial da China, esperava-se traçar padrões de crescimento das empresas. No entanto, as

empresas disponibilizam, a despeito da evolução da parametrização de normas contábeis no país, de formas diferentes entre si. Mas o principal impeditivo foi a dificuldade em se estabelecer um período exequível para apresentação e discussão de dados. Assim, preferiu-se uma discussão mais geral, em que se buscou destacar tamanho em ativos, receita e lucro e identificar proprietários.

6.2.2.2 - *Bright Foods, JIC, Shenzhen Donghua Tong*

Bright Foods, JIC, Shenzhen Donghua Tong foi criada em 1954, em Shanghai sob o nome de Shanghai Agriculture Industry and Commerce Corporation Group e conhecida, na China, como Guangming, desde a década de 2000, é um conglomerado empresarial do governo municipal de Shanghai. Em 1995, o Comitê de Gestão de Ativos Estatais de Shanghai, via documento n.17, aprovou o registro de capital de RMB 1,566 bilhão. Em 2004, via documento n.113, a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais de Shanghai aprovou a reestruturação e reorganização da empresa, alterando seu nome para Shanghai Agriculture Industry and Commerce Group e aumentou seu capital para RMB 2,5 bilhões.

Desde então, a empresa se expandiu e o grupo Bright Foods conta com 5 empresas listadas, a saber: Bright Dairy, Jinfeng Winery, Meilin, Bright Real Estate e Kaichuang International. É uma das maiores empresas de alimentos do mundo: com receita anual de RMB 76 bilhões. Com o crescimento do consumo de carne na China e pressão por qualidade, a empresa passou a investir em uma rede de marcas consolidadas. Torna-se o mais proeminente conglomerado empresarial – e marca – de governos locais da China do sistema nacional de fazendas estatais.

De acordo com informações do próprio grupo, Bright Foods integraria indústria de alimentos e finanças, bem como o ramo imobiliário. Suas quatro estratégias principais seriam: integração produtiva, construção internacional e nacional de marca, apresentar-se como um canal de oferta de alimentos de qualidade superior. Ao todo, são 17 empresas listadas como subsidiárias, neste grupo empresarial. Estratégia de concorrência e competição de grandes empresas chinesas de atuação com subsidiárias em diferentes ramos e setores produtivos.

Informações do sítio eletrônico da Bright Foods procuram dar uma noção do organograma da empresa, que pode ser assim destacada (na ordem): (i) departamento de trabalho do comitê do PCCh – com espaço para sindicatos –; (ii) organização e recursos

humanos; (iii) comissão disciplinar e Ministério da Supervisão; (iv) departamento de assuntos administrativos – escritório do conselho de supervisores –; (v) departamento de planejamento estratégico – escritório de desenvolvimento agrícola integrado –; (vi) financiamento do programa; (vii) ministério do investimento e desenvolvimento; (viii) controle de conformidade; (ix) departamento de visitas de segurança – com espaço de gestão integrada, escritório de segurança , .

Na avaliação de Gooch e Gale (2018), Bright Foods foi designado pelo CE como um dos conglomerados a conduzir ou liderar os investimentos diretos externos da China em agricultura em função de suas capacidades acumuladas na produção agrícola em grande escala. A construção e consolidação da marca pela Bright Foods se iniciou pela aquisição de fatias de empresas estrangeiras de alimentação (produtos para consumidor final) em laticínios, bem como carne cujas matrizes estavam em Oceania e Europa. Em 2015, uma de suas subsidiárias, a Shanghai Sugar and Wine Group adquiriu a empresa 72% da espanhola ‘Miguel’, segundo maior distribuidor de alimentos da Europa (XINHUANET, 2015).

6.2.2.3 – New Hope Liuhe Co., Ltd.

O início, em 1982, do conglomerado New Hope é um caso emblemático dos efeitos das reformas econômicas – em termos de mercado – na organização empresarial. Os irmãos Yongyan Liu, Yongxing Liu, Yongmei Liu e Yonghao Liu deixam seus empregos, vendem seus pertences e retornam para a província de Sichuan com RMB 1.000 para começar seu negócio próprio de frangos com o nome de Yuxin Fine Breeding Farm (FU, 2011). Todos os irmãos buscaram capacitação e treinamento qualificados e desde o início investiram em tecnologia na criação de frangos e codornas, incluindo um processo de aproveitamento do esterco de codorna para produção de ração para porcos e o esterco desses animais para produzir ração para peixes. Em 1986, a empresa muda seu nome para Hope Group induzidos pelo então diretor da Comissão de Ciência e Tecnologia da China, Jian Song, que após uma visita à fazenda de sementes de Yuxin afirmara “China’s hope for revitalization relies on socialist entrepreneurs” (FU, 2011: 163). Ao longo da década de 1990, o então Hope Group experimentou intenso processo de investimento em P&D e inovação em processos de ração animal. Em 1992, foi incorporada e entre 1995 e 1997, Yunghao Liu estabeleceu New Hope Group, em Sichuan (FU, 2011). A empresa tornar-se-ia a líder chinesa da indústria agrícola, ou melhor, a

marca se tornou o carro chefe do agronegócio da China e foi o primeiro grupo empresarial a realizar transações de investimento externo direto em outros países (FU, 2011; GOOCH; GALE, 2018).

Para Gooch e Gale (2018), New Hope adotou uma estratégia entre fins da década de 1990 e primeiros anos da década de 2000 de se ajustar a novas demandas da China, bem como investindo em setores de alto valor agregado, promovendo desde então a integração vertical em frango, carne de boi e laticínios, sobretudo após a fusão com Liuhe Group, em 2005. Desde esse ano, New Hope passou a investir na indústria de alimentação e criação animal, ampliando a aquisição de empresas chinesas líderes como parte de sua estratégia de fortalecer a cadeia produtiva.

A estratégia adotada por New Hope consistiu em um sistema de integração vertical baseado em um modelo de cooperação com empresas que tenham competitividade ou ofereçam vantagens ao longo da cadeia produtiva. De acordo com Fu (2011) esse sistema se desenvolveu seguindo 3 orientações principais: (i) cooperação com indústrias *upstream* da cadeia, assim reduzindo custos e ao mesmo tempo contribuindo para expansão da participação de mercado dos elos *downstream*; (ii) resolveu o problema do fluxo de capital com a integração da cadeia industrial e (iii) fusão e reorganização.

No caso da primeira orientação, foi uma forma de enfrentar as flutuações e incertezas nas compras que as empresas da indústria de alimentação animal enfrentavam. New Hope buscou centralizar as funções de compras e construir sua própria estrutura de matéria-prima, cultivando suas próprias safras para estabilizar a qualidade dos produtos e manter um preço previsível de compra. Quanto à segunda, fundamental para financiar o necessário aumento de escala de produção das plantas e New Hope se inspirou em modelos utilizados então por outras empresas chinesas do setor agro. Basicamente, a criação dos animais cabe a agricultores locais que seguem um processo de gestão controlado pela empresa e ao final, a empresa remunera os agricultores conforme os resultados alcançados, sendo esse um modelo utilizável. De acordo com Yao (2011), o modelo adotado pela New Hope desde 2005, pode ser descrito como sendo ‘empresa líder + agricultores + empresa de garantia + banco + empresa de seguro + governo + empresas associadas ou relacionadas + cooperativas de criação de animais. Seria um modelo que resolveria os problemas com acesso ao financiamento pelos agricultores e a confiança entre empresa e agricultores. Por fim, a terceira orientação, da fusão e da aquisição, representou a consolidação da estratégia de negócios e da cadeia produtiva ao fortalecer suas habilidades. Desde 2013, a estratégia da New Hope tem sido de internacionalização,

incluindo aquisição de marcas – aquisição de 70% da Benxiang Agriculture, em 2016 – e estabelecimento de cooperação com outros países – como Sino-Australia Hundred Year Agricultural and Food Safety Partnership (ASA 100), em 2014 –, incluindo atividades de e-commerce – cofundação, em 2013, da Minsheng E-commerce Co.

New Hope, Muyuan, Wen's e Zhengbang trouxeram suas perspectivas do novo padrão da futura indústria de suínos. O presidente Liu Yonghao, da New Hope Group Co., Ltd., e o presidente Liu Chang da New Hope Liuhe Co., Ltd. interpretaram conjuntamente as "Palavras-chave da Era Pós-Conscientização" da perspectiva de duas gerações de agricultores e pastores. O presidente Qin Yinglin da Muyuan Food Co., Ltd. explicou "Desenvolvimento da Indústria", Wen Zhifen, Presidente do Wen's Food Group Co., Ltd. compartilhou "Pensando sobre o Grande Padrão da Indústria Suína da China na Era Pós-A-Pandêmica". Como pioneira na criação intensiva de suínos na China, o relatório dos líderes das quatro principais empresas suinícolas interpretam de diferentes ângulos os problemas que precisam ser enfrentados juntos no desenvolvimento da indústria e suas soluções, o que despertou fortes respostas de colegas na indústria de suínos.

New Hope é uma das empresas de ração animal mais competitivas da China e como empresa líder da indústria, New Hope tem investido no fortalecimento de seus produtos, de seu poder de compra, inovação, aumento da capacidade produtiva, ampliando seus elos de atuação ao longo da cadeia produtiva. A empresa avançou dos elos *downstream* da produção animal, para os elos de *upstream*, incluindo projetos de vendas e indústria de alimentos.

Principais negócios da empresa em 2019 estão relacionados com a produção: (i) ração animal; (ii) ração para aves de pequeno porte; (iii) criação de porcos e (iv) indústria de alimentos. Cada um desses negócios está bem segmentado dentro da empresa. Outra divisão existente, em ração animal, é em termos de animais: frangos, porcos, animais aquáticos, dentre outros – que em 2019, representaram da produção total da empresa, respectivamente: 51%, 33%, 10% e 5%. Para porcos e aves, sobretudo, a integração vertical é completa: as rações são usadas para venda em outros mercados e pelos agricultores contratados da empresa.

As principais atividades associadas são P&D, aquisição de matéria prima, produção e processamento, vendas e prestação de serviços, que formam um elo de interação restrita, denominado pela empresa de “tecnologia, aquisição, produção e vendas”. As empresas subsidiárias se distribuem entre os elos da cadeia – *upstream* e

downstream – de modo a otimizar sua posição estratégica em uma indústria que tem se consolidado e forçado ainda mais a competição. No caso do porco, a Febre Suína Africana (ASF) acirrou o crescimento da integração vertical entre as empresas, incrementando o controle dos elos de *downstream* e *upstream* para garantir lucratividade.

São usados dois modelos básicos de negócio pela New Hope: (i) integração autossustentável e (ii) cooperação ‘empresa + família camponesa’ no elo comercial de engorda de suínos. No modelo (i), a própria empresa administra a engorda de suínos e geração de valor comercial e no modelo (ii), a empresa fornece leitões de valor comercial para as famílias de camponeses que se mantêm de propriedade da empresa, que os recupera após o período da engorda. Os agricultores precisam pagar um depósito de criação e arcar com os custos no uso da água, energia elétrica e combustível. A empresa, arca com custos de produção, como rações, medicamentos, além dos leitões, que assume o risco do preço de mercado e auferem os lucros, ao passo que os agricultores não assumem os riscos de mercado nem desfrutam de lucros, porém, têm rendimento mais estável em função dos resultados obtidos com a engorda. Na engorda, entre agricultores e empresa, um contrato é firmado.

Na avaliação da empresa, durante o período de engorda dos porcos, a diferença em termos de eficiência entre os empreendimentos não é maior do que a diferença no elo de produção de leitões, porém, é maior do que aquele obtido individualmente pelos agricultores. Para se manter competitiva na criação e engorda de porcos, a empresa avalia ser prioritário o investimento na capacidade de reprodução e da capacidade de engorda. Mesmo com a melhoria da proporção em escala da reprodução tenha melhorado nos últimos anos, a escala anual de abate entre as grandes empresas do setor está em 300 mil e 500 mil porcos por ano, existindo uma lacuna de 1 milhão de porcos no abate.

Na assinatura do contrato com os agricultores, na fase da engorda de suínos, um preço básico unitário é acordado seguindo os padrões de mercado – considerando as flutuações e os preços nas fases de coleta e liquidação – no momento da assinatura do contrato. O preço básico unitário é multiplicado pelo total do peso de cada porco, quando atinge o peso da comercialização. No contrato, portanto, são acordados parâmetros para definição do preço por suíno engordado, a saber: faixa de peso ideal, taxa de comercialização, taxa de produtos certificados, número de dias de alimentação, peso total ganho, consumo de ração, dentre outros. Ao fim de 2019, havia mais de 1,9 mil produtores na fase de engorda, representando um crescimento anual igual a 54%, sendo que os

criadores com menos de 500 suínos na engorda representam 36%, aqueles com 501 a 1000 suínos, 36% e criadores com mais de 1 mil, 28%.

Após a engorda, os produtores podem vender diretamente a abatedouros ou a suinocultores que venderão, eles, a abatedouros. Quer dizer, há um modelo de negócios para a fase de engorda. Existe uma relativa escassez de empresas na fase de abate. Fatores como proteção governamental e a estabilidade do nível de preços, na avaliação da empresa, levam a uma dupla restrição dessa indústria, que ainda enfrenta um aumento dos custos com mão de obra, comprimindo ainda mais sua margem de lucro, exigindo constante otimização do processo de produção, introduzindo equipamentos automáticos e semiautomáticos. A segmentação de mercados de carne viria beneficiando a fase de abate, ainda que os canais de venda precisem ser melhorados, tanto no atacado quanto no varejo.

No processamento, é que estão as maiores margens de lucro, sendo o foco das empresas desse elo, desenvolver novas formas de produtos, criando cenários de consumo e de estímulo à demanda. A elasticidade-preço da carne à jusante é em geral menor do que a do suíno vivo a montante e quando a cotação está em alta, o negócio de alimentos também e até certo ponto suporta essa pressão do aumento do custo do abate.

6.2.2.4 - WH Group/Shuanghui

É uma holding, localizada em Hong Kong, que pertence a uma das maiores empresas de carne da China, a Shuanghui Development. A empresa de porcos Shuanghui foi criada, em 1980, na província de Henan, tornando-se uma empresa privada especializada no abate e processamento de porco. A empresa aumentou sua participação de mercado, tornando-se a maior empresa de carne de porco do mundo ao adquirir, em 2013, a americana Smithfield Foods por US\$ 4,7 bilhões, considerada a mais vultosa aquisição realizada por uma empresa chinesa do setor agro, passando a ser denominada de WH Group. Smithfield Foods, que operava na China, valia-se de uma estrutura de P&D em porcos, bem como controle vertical de criação de porcos, com uma das maiores capacidades instaladas no país – no momento da aquisição, capacidade de 450 fazendas de criação de porcos, 933 mil porcas e 2,5 milhões de porcos de berçário. Nos EUA, a empresa conta com uma organização de integração da cadeia produtiva de porcos.

6.2.2.5 - *Wen's Food Group Co. Ltd.*

Fundada em 1983, reorganizou-se até se tornar o atual moderno grupo agrícola e pecuário, além da avicultura, mantendo atuação regionalizada na China. Em 2015, suas ações passaram a ser listadas na bolsa de valores chinesa de Shenzhen. Em dezembro de 2020, o grupo possuía 399 holdings, em torno de 48 mil fazendas familiares cooperativas e mais de 50 mil funcionários em 20 províncias da China. É uma empresa líder da industrialização agrícola. E tem estabelecido significativas plataformas de pesquisa, como o Centro Nacional de Tecnologia e Engenharia da Indústria de Sementes e Suínos, Laboratório Principal do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (MARA), dentre outros.

6.2.2.6 - *Ali Digital Agro – Alibaba Digital Agriculture Division*

Alibaba Group destacou uma divisão organizacional específica para ‘digitalização da agricultura’, especialmente para participar do mercado em crescente expansão na China, que é do e-commerce e no setor agrícola. Pinduoduo é uma startup que tem se apresentado como uma das principais empresas de e-commerce agrícola no país, especialmente por representar uma alternativa aos consumidores e aos vendedores (neste caso, produtores agrícolas) à Alibaba e JD.com. Pinduoduo começou diretamente na agricultura, aproveitando um lapso existente no setor e ao mesmo tempo criou uma plataforma de condições para rivalizar com as maiores empresas de e-commerce da China.

Em 2019, Alibaba e Sinochem acordaram desenvolver em conjunto um modelo digitalizado para agricultura integrada desde a produção até a comercialização de modo a promover avanços no sistema de produção e de distribuição de produtos agrícolas chineses. Ambas as empresas cooperaram também no desenvolvimento de negócios integrados digitalmente na produção de morangos e de arroz (Xiaozhan). Buscam – Sinochem Agriculture MAP e Alibaba –, ainda, o estabelecimento de bases agrícolas digitais e fornecimento direto, desenvolvimento de marcas, por contrato, bem como 10 a 15 bases de demonstração tecnológica em todo o país. Uma busca por uma cadeia agrícola absolutamente integrada em meio digital.

6.2.2.7 - *China National Agricultural Development Group Co. Ltd. (CNADC)/China Animal Husbandry Co. (CAHIC)*

É uma empresa estatal, fundada em 1998 e listada na bolsa de valores de Shanghai desde 1999 e sob a SASAC. Em 2004, CAHIC e *China National Fisheries Group* realizaram uma operação de fusão dando origem à *China National Agricultural Development Group Co. Ltd.* e se consolidou como nova empresa, em 2011, aderindo à Lei das Sociedades Anônimas por meio da sua reestruturação organizacional. É tomada pelo governo central como uma empresa líder nacional em epidemias animais. CNADC controla 17 subsidiárias e 3 empresas de capital aberto listadas. Opera marcas em mais de 40 países e regiões e comércio internacional com mais de 80 países.

CNADC se dedica a uma variedade de atividades relacionadas com agricultura moderna e indústria de criação de animais, tais como: operações de manufatura em pecuária e ração de frangos, vacinas veterinárias e fármacos, rações e aditivos, fertilizantes, pesticidas, sementes, produtos químicos, além de instrumentos e equipamentos, bem como em pesca. Em nível nacional, a empresa promove o desenvolvimento da industrialização agrícola, em linhas com os documentos de política do governo central.

Os principais negócios da empresa incluem três setores principais: produtos biológicos, rações e medicamentos veterinários. Na área de produtos biológicos, os produtos da empresa abrangem três categorias: vacinas avícolas, vacinas veterinárias e vacinas especiais (vacinas contra febre aftosa), com cerca de 170 variedades. É a empresa com a mais completa variedade de produtos, capacidade de produção e rendimento do setor. O negócio de rações da empresa é dividido em duas categorias: rações autoproduzidas e comércio de rações. A produção de rações multidimensionais autoproduzidas ocupa o segundo lugar na China. A empresa tem feito avanços contínuos em produtos de medicamentos veterinários e construiu sucessivamente três bases de produção de medicamentos veterinários: síntese química, fermentação e extração de medicamentos fitoterápicos chineses. A empresa tem cinco institutos de pesquisa, ou seja, o *Poultry Vaccine Research Institute*, o *Pig Biological Products Research Institute*, o *Foot-and-Mouth Disease Research Institute* e o *Veterinary Medicine Research Institute*, e estabeleceu bases de P&D e consórcios de desenvolvimento de pesquisa universidade-indústria com mais de dez faculdades e universidades.

6.2.2.8 - Zhejiang Huatong Meat

Fundada em 2001 é uma empresa chinesa que atua em abate de gado, de porco e de frango. Seus principais negócios estão em processamento de ração animal, criação de gado, de porco e de frango e processamento de carne. Está localizada na comunidade industrial de Gutang, na cidade de Yiting, em Yuwi, na província de Zhejiang. Com ações registradas na bolsa de valores de Shenzhen.

De acordo com o relatório mais recente, a empresa é uma empresa líder da industrialização da agricultura, destacando-se no abate em escala, na província de Zhejiang nas indústrias de aves, porco e gado. E em um período de um ano, em torno de 15 novas subsidiárias foram incluídas à empresa. Na leitura da empresa, abate e processamento ainda se dão de forma trabalho intensivo, porém, com características capital-intensivo, visto a empresa vir investindo na mecanização moderna. Boa parte das empresas em abate e processamento é atrasada em tecnologia, enquanto há algumas poucas, dentre elas a Hatong vem se destacando, mais avançadas. Por outro lado, em função das políticas de apoio, o cenário tem se tornado de maior competição, ainda que puxado pela concentração industrial, seno nos elos de abate e processamento que a competição entre as empresas se dá com maior intensidade, especialmente entre as empresas DH. Os regulamentos conferem a direção desta competição, impondo, na leitura de Hatong (2020) dificuldade de inovação ao mesmo tempo que em carnes há uma acirrada concorrência em preços – à jusante a indústria se depara com o mercado de consumidores residentes na zona urbana. E a estratégia perseguida por essas empresas têm sido investir em redes de logística, de frios e de varejo, fortalecendo seu controle sobre o mercado.

Em 2019, a empresa obteve aprovação para o projeto ‘*Quzhou Huatong Animal Husbandry Co., Ltd.*, que iniciou em 2020 em operação experimental. Seu objetivo é ampliar a escala de produção ao mesmo tempo que tem baixo impacto ambiental, em uma área agrícola estimada em 200 mu, além de área construída em 100 mil metros quadrados – inclui casas de engorda modernas com equipamentos inteligentes, digitais e automatizados para criação de porcos em um sistema integrado de criação na Zhejiang *Smart Animal Husbandry Cloud Platform O* – e com 48 mil porcos vivos e 125 mil porcos comerciais de alta qualidade por ano. De acordo com o relatório, a empresa que avalia o impacto ambiental deste projeto é a Times Shenghua Technology Co., Ltd.

6.2.2.9 – *Muyuan Food Co. Ltd.*

É uma subsidiária do Muyuan Group, fundado em 1992 e localizado na cidade de Nanyang, província de Henan. Em 2021, apresenta-se constituído como um grupo empresarial moderno com atuação em todos os elos da cadeia produtiva, quer dizer, a criação de suínos, integração e processamento de rações, abate e processamento. A criação de suínos se dá em 24 regiões administrativas chinesas, 100 cidades, 211 condados. A empresa tem por uma das suas diretrizes acelerar a inovação tecnológica e promover a produção inteligente de suínos, quer dizer, aplicar IoT, big data na indústria de suínos para construir uma plataforma digital inteligente capaz de cobrir todos os elos da cadeia industrial de processamento até as vendas de suínos. Implementar sistema de precisão e controle, incluindo a qualidade do produto. Subsidiárias da Muyuan Food Co. Ltd.: Shenzhen Muyuan Digital Technology Co. Ltd., Gansu Liangzhou Muyuan Agriculture and Animal Co. Ltd., Heilongjiang Kedong Muyuan Agriculture and Animal Co. Ltd., Liaoning Changtu Muyuan Agriculture and Animal Co. Ltd.

Em 30 anos, a empresa desenvolveu um modelo de criação de suínos baseado em grande escala e autocruzamento, bem como autossuficiência que lhe tornou referência na China em processamento de rações, criação de suínos, criação comercial de suínos e criação. A Muyuan foi se consolidando na integração entre criação – com destaque para alimentação de suínos –, abate e comercialização de carne de porco. Há um setor dedicado ao desenvolvimento de fórmulas nutricionais para suínos, bem como para controle de saúde dos animais – toda a produção é mecanizada e automatizada, com envolvimento do Departamento de Produção de Suínos, enquanto o Departamento de Veterinária se subdivide em centro de P&D, centro de prevenção e centro de controle clínico. A empresa mantém um sistema de criação de suínos com controle de dados de desempenho, controle da reprodução cujo valor é controlado pelo software BLUP e o chinês, *Pig Genome* e *Select Breeding Platform*, ambos esses desenvolvidos em parceria com universidades e institutos de pesquisa da China.

Muyuan é o líder nacional de fornecimento de suínos reprodutores, servindo de base de produção de suínas reprodutoras. É empresa líder da industrialização da pecuária, do ‘primeiro lote’ e com centro de P&D para alta tecnologia do sistema industrial suíno nacional. De acordo com dados da empresa, ela mantinha até 2019, em torno de 800 criadores de profissionais de suínos e com sistema automatizado de controle da qualidade da carne por meio do acompanhamento dos suínos por meio da realização de testes. A

empresa mantém duas granjas centrais de suínos, 8 granjas de expansão binária. São seus produtos (suínos comerciais): Muyuan Duroc, Muyuan Landrace, Muyuan York, Muyuan Binary Sow, Muyuan Sanyuan, dentre outros – observando-se as normas de propriedade intelectual. Nas províncias Henan, Hubei, Shaanxi, Shandong, Anhui, Hebei, Xinjiang, Gansu estão os seus principais clientes.

A empresa se concentra em um modelo de criação integrada em grande escala e após 28 anos de desenvolvimento, formou uma cadeia de indústria de suínos integrando pesquisa científica, processamento de rações, criação de porcos, criação de porcos, criação comercial de porcos e abate de porcos (MUYUAN, 2020).

6.2.2.10 - Shanghai Meilin Zhengguanghe Co. Ltd.

Foi a primeira empresa listada na China, foi estabelecida em junho de 1997, consolidando um número de marcas de produtos alimentícios. E desde meados da década de 2010, a empresa passou por um salto de desenvolvimento, em 2016, a empresa completou a aquisição de 50% na *New Zealand Silver Fern Farm Beef Co. Ltd.*, que é a segunda maior exportadora de produtos agrícolas da Nova Zelândia. Uma estratégia da Shanghai Meilin de consolidar seu posicionamento nos elos de comercialização e distribuição e, assim, integração vertical. Mantém gestão estratégica para recursos de upstream na cadeia contribuindo para Meilin se transformar em uma plataforma profissional que integra abate, processamento, atacado e varejo, com desenvolvimento contínuo de novas marcas, também para carne de gado. Recentemente, no varejo de carne de porco, a empresa criou um restaurante para seus produtos de ‘carne de porco em brasa’.

De acordo com o relatório da empresa, em 2018, sua área de negócios está em desenvolvimento, produção e vendas de produtos à base de carne e no desenvolvimento, produção e vendas de salgadinhos. A empresa é uma das maiores empresas de produção e vendas de alimentos na China, ocupando o primeiro lugar na indústria de carnes e produtos cárneos, mel, caramelo e outras indústrias. A empresa tem uma carteira de produtos diversificada em alimentos, como: carne de porco, carne bovina, carneiro, alimentos enlatados, mel, caramelo de coelho branco, vinho até água potável. A indústria de suínos se concentra no processamento profundo a jusante e a empresa também tem se diversificado na importação e exportação de alimentos e comércio eletrônico.

De acordo com a ideia de gestão de destacar o principal negócio principal, fazer especialidades de carne refinada e fortalecer as empresas de marca, fazer um bom trabalho

na fusão e integração de indústrias relacionadas, endireitar a estrutura industrial, melhorar a eficiência da sinergia, implementar forte alianças e se esforçam para formar operações intensivas e em larga escala. Manter foco no objetivo de modernização industrial, a construção de grandes projetos de engenharia avança de forma ordenada e se concentrando nos principais projetos de construção de rejuvenescimento da nação e do rural para aproveitar oportunidade para avançar na construção de sete projetos principais de maneira eficiente, eficaz e ordenada.

Da descrição empreendida nas subseções anteriores, podemos destacar que: (i) praticamente todas as empresas são estatais nacional ou provinciais – tendo aumentado, nos últimos anos, o número de empresas estatais de províncias, o que percebemos como resultado da expansão das empresas líderes da industrialização da agricultura; (ii) todas se beneficiam das alterações (flexibilização) da política de terras para acesso a terras agriculturáveis, na China; (iii) todas são beneficiadas por fundos públicos estatais para atividade agrícola, algumas, como COFCO, para inovação tecnológica; (iv) expandem-se as formas de contratação da produção de agricultores familiares por intermédio de empresas líderes locais ou cooperativas, além do fornecimento, por essas grandes empresas multinacionais de insumos e maquinário, em alguns casos; (v) todas as grandes regiões da China contam com empresas internacionalizadas no setor.

CONCLUSÃO

Esta tese partiu de um objetivo principal inicial de avaliar a modernização agrícola chinesa de modo geral, entre 2014 e 2021. No decorrer da sua elaboração, constatou-se que não se tratava meramente de uma avaliação da política agrícola, mas, sim, de investigar o sentido da modernização contemporânea da agricultura da China no socialismo de mercado de características chinesas. O fim das comunas e sua substituição pelo sistema de responsabilidade familiar (HRS), no fim da década de 1970, foi um segundo grande estágio de modernização da agricultura. Uma modernização pela organização do rural e da inserção dos agricultores no mercado. O que está em curso na China, desde fins da década de 1990, é um processo sem paralelo de modernização da agricultura de um país de base econômica agrária. A agricultura foi inserida, via políticas e programas específicos que, em sua maioria, envolvem grandes transferências e concessão de recursos pelo governo central, na dinâmica de fazer da China uma nação inovadora. Uma compreensão do Conselho de Estado e do Comitê Central do PCCh de modernização da agricultura é uma etapa fundamental no fortalecimento do socialismo.

A modernização contemporânea da agricultura na China transcorre com Conselho de Estado e Comitê Central do PCCh articulando aumento de escala de produção agrícola, introdução de ciência e tecnologia ao mesmo tempo que mantêm a lógica do campesinato. Todas as medidas de modernização da agricultura tomadas – apresentadas nos capítulos de 2 a 5 – aprofundam-se com a expansão do número de atores empresariais, em muito do próprio campo, e de uma vez formados, sua necessária absorção de mão de obra da zona rural. Ao mesmo tempo que se desenvolve as forças produtivas da agricultura – cada vez mais com tecnologia da China e não importada –, agricultores têm acesso a recursos públicos – na forma de crédito subsidiado, de subsídios e demais concessões. Como descrito no capítulo 3, o governo central planeja e executa a modernização da agricultura por meio do orçamento público e de regulamentações. E um dos itens é introduzir, sim, os agricultores familiares na lógica da acumulação de capital na agricultura.

Como descrevemos no capítulo 4, agricultores especializados, cooperativas especializadas de agricultores e empresas líderes da agricultura – inovações organizacionais da China – estão articulados de modo a induzir a uma reforma estrutural pela oferta que consiste em dinamizar as relações agroindustriais. No capítulo 5, ficou mais claro que a agricultura é cada vez mais um setor de aplicação da inovação tecnológica pela inteligência artificial, robotização e automação. A introdução, cada vez

mais, de big data e IoT também se torna fundamental ferramenta para planejamento de ações para o rural e as atividades agrícolas.

A “revitalização do rural” como parte do socialismo de características chinesas para uma nova era – ou o pensamento de Xi Jinping – articula a intensificação da entrada de capital no campo por meio de um mecanismo centrado no aumento da geração de lucro por negócios rurais e de apoio do governo central com instrumentos próprios de política agrícola para este fim. CE e Comitê Central do PCCh esperam não somente modernizar a agricultura – em relação à produtividade e mercados –, mas gerar (aumento de) renda e melhorar os níveis de vida na zona rural.

Nesta revitalização do rural, ocorre a interação entre capitais industrial e comercial na agricultura e pela indução da formação de novos atores no setor, tais como: expansão das cooperativas, de empresas líderes, de instituições de P&D, além de atualizações dos mecanismos de (transferência de) terras e de concessão de subsídios, bem como funcionamento de mercados agrícolas. Revitalização do rural é o sentido político para modernização contemporânea da agricultura ou a modernização silenciosa da agricultura chinesa.

A construção da grande produção agrícola chinesa tem se dado por meio de subsídios, de readequações no sistema financeiro para promoção do crédito agrícola, além da criação de fundos específicos, de política de subsídio voltada para produtos e elos específicos e da locação de transferência de terra. A expansão da demanda por empréstimos entre os agricultores especializados e de maior escala dada a maior necessidade de insumos e de instalações para conservação do solo e da água, por exemplo. A chamada “empresarização” da agricultura, áreas rurais e agricultores, como vimos ao longo da tese, ocorre sob o planejamento e coordenação de execução estatal, sobretudo, pelo governo central.

No caso da carne de porco, como vimos no último capítulo, é possível destacar um avançado processo de agroindustrialização em curso com liderança das empresas líderes, organização dos agricultores para o mercado por cooperativas, além de grandes empresas.

Nesta tese, com base nos argumentos da literatura sobre as empresas líderes, bem como a análise dos documentos como ‘avisos’ e ‘parecer’, entende-se que ‘principais empresas líderes’ são aquelas, que ao tomarem empréstimos e subsídios os utilizam exatamente conforme o motivo solicitado e aumentam sua escala de produção, rentabilidade e empregabilidade. Assim, as principais empresas são aquelas que

aumentam sua participação de mercado, estabelecem contratos a jusante e montante com grandes empresas multinacionais chinesas ou não e com outros atores locais (empresas líderes, cooperativas, agricultores especializados, por exemplo), moldando a agricultura da China em competitiva e moderna.

Os documentos oficiais do governo incentivam ‘formas organizacionais’ do tipo ‘empresa líder da industrialização da agricultura + agricultores’ ou ‘empresa + cooperativas de agricultores + agricultores’. Aposta-se, assim, que os agricultores conseguirão ter acesso a máquinas e equipamentos agrícolas, insumos, sementes, acesso à tecnologia, treinamento e capacitação, além de acesso a canais de comercialização e a logística necessária. Basicamente, para revitalização do rural, as empresas líderes da industrialização da agricultura (dragon head enterprises) têm a atribuição de promover a padronização (atingida com a industrialização) de variedades, melhoria da qualidade dos produtos e processos e construção de marcas. O socialismo de mercado de características chinesas, em sua nova era – conforme seus planos quinquenais mais recentes, prosperidade, harmonia e inovação disruptiva liderada pela China – propõe aos anais uma modernização da agricultura que começa a romper com os escritos para relação agricultura e indústria, basicamente da acumulação primitiva socialista. É uma nova etapa do socialismo.

No entanto, essa estratégia própria da China em articular o campesinato com a agricultura industrializada empresarial culmina em avanços e retrocessos em termos de a China se colocar como uma potência internacional do agro. A política de terras é ainda um dos maiores desafios desse processo e que mais recentemente, tem se buscado superar, paulatinamente, pela introdução de mecanismos alternativos de geração de arrecadação pelos governos locais, de maior rigor na regulamentação das transferências de áreas agriculturáveis.

Para continuidade dessa pesquisa, além de acompanhar o avanço e aprofundamento das políticas e programas em curso apresentados ao longo dos capítulos desta tese, espera-se estudar e aprofundar a compreensão das empresas líderes da industrialização da agricultura, bem como das empresas multinacionais chinesas do setor, consolidando-se uma linha de pesquisa, assim como, o papel do sistema bancário chinês.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estudos Avançados**, n.12, v.32, 1998, 69-74pp.

ALITA, Lita; DRIES, Liesbeth; OOSTERVEER, Peter J. M. Improving Vegetable Safety in China: Does Co-Regulation Work? **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 6, 2021.

ANDREAS, Joel; ZHAN, Shaoshua. Hukou and Land: Market Reform and Rural Displacement in China. **Journal of Peasant Studies**, 43(4), 798–827pp. 2015.

ASH, Robert F. The Chinese Economy after 30 Years of Reform: Perspectives from the Agricultural Sector. **The Copenhagen Journal of Asian Studies**, v.28, n.1, 36-62pp, 2010.

ASH, Robert F. The Evolution of agricultural policy. **The China Quarterly**, n. 116, dez/1988, 529-555pp.

ASH, Robert. The Chinese Economy after 30 Years of Reform: Perspectives from the Agricultural Sector. **The Copenhagen Journal of Asian Studies**, n. 28, v.1, 2010, 36-62pp.

BAI, C. et al. A multitask theory of State Enterprise Reform. **Journal of Comparative Economics**, v.28, 2000, 716-738pp.

BANAJI, J. Modes of Production in a Materialist Conception of History, Capital and Class, Autumn. 1977.

BEEK, Vincent ter. Codex Approves Standard for Ractopamine Use in Pigs and Cattle,” Pig Progress, July 6, 2012, <http://www.pigprogress.net/Health-Diseases/Health/2012/7/Codex-approves-standard-for-ractopamine-use-in-pigs-and-cattle-PP009017W/> Acesso em maio de 2017.

BELESKY, Paul; LAWRENCE, Geoffrey. Chinese state capitalism and neomercantilism in the contemporary food regime: contradictions, continuity and change. **Journal of Peasants Studies**, v. 46, n.6, 2018.

BÈRGERE, Marie-Claire. A Economia da China Popular. Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

BERGÈRE, Marie-Claire. **A economia da China Popular**. Zahar Editora. 1980. 98p.

BERNSTEIN, Henry. Agrarian Questions Then and Now. **Journal of Peasant Studies**, v. 24, n. 1/2 pp.22– 59. 1997.

BERTOCHI, Aparecido Francisco. A formação teórica de Bukhárin e a transição na URSS: 1906-1921. 2005. 204 fls. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília-SP.

BISPO, Scarlett Queen Almeida. Subsídios agrícolas da China: desafios entre a demanda doméstica e os compromissos com a Organização Mundial do Comércio (OMC). Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, n. 2659, 50p.

BLOMQUIST, Ake, The Economics of Price Scissors: Comment, **American Economic Review**, December 1986, 76, 1188-91.

BORRAS, S., LIU, J., HU, Z., LI, H., WANG, C., XU, Y., FRANCO, J. C., YE, J. Land control and crop booms inside China: Implications for how we think about the global land rush. **Globalizations**, v. 15, n. 1, 134–151pp. 2017.

BRAUTIGAM, Deborah; TANG, Xiaoyang. China's Investment in Special Economic Zones in Africa. 32p.

Brenner, Robert. The origins of capitalist development: A critique of neo-Smithian marxism. **New Left Review**, 104, p. 25-92. 1977.

BROWN, Colin; LONGWORTH, John; WALDRON, Scott. **Regionalisation and Integration in China Lessons from the Transformation of the Beef Industry**. Published June 28, 2018 by Routledge, 314p.

CAO, Kang Hua; BIRCHENALL, Javier A. Agricultural productivity, structural change, and economic growth in post-reform China. **Journal of Development Economics**, n. 104, 2013, 165-180pp.

CAO, Lan. Chinese privatization: between plan and market, **Land and Contemporary Problems**, v.63, n.4, pp.14-62, 2000.

CARTER, M.R. 1986. The Economics of Price Scissors: Comment. *American Economic Review*, Vol. 76, No. 5, December, pp. 1192-94.

CARTER, Michael. The Economics of Price Scissors: Comment. **American Economic Review**, December 1986, 76,1192-94.

CASSIOLATO, José Eduardo. As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China. **Boletim de Economia e Política Internacional**, v.13, 65-81pp, 2013.

CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy**. The American Economic Association. 1966. 386pp.

CHEN, Aimin. Inertia in reforming China's State-Owned Enterprises: the case of Chongqing. **World Development**, v.26, n.3, pp.479-495. 1998.

CHEN, Shuo; LAN; Xiaohuan. There will be killing: collectivization and death of draft animals. **American Economic Journal: Applied Economics**, v.9, n.4, 58-77pp, 2017.

CHEN, Zhiting. Governing Through the Market: SASAC and the Resurgence of Central State-owned Enterprises in China. Tese de doutoramento da University of Birmingham. 2017. 403pp.

CHEN, Zhuo; HUFFMAN, Wallace; ROZELLE, Scott. The Relationship between Farm Size and Productivity in Chinese Agriculture. **Research in Agricultural & Applied Economics**, American Agricultural Economics Association Annual Meeting, Providence, Rhode Island, July 24-27, 2005. 33pp.

CHENG, A.; HE, H.; WANG, J.; LI, M.; GUAN, Q.; HAO, J. A Study on the Arable Land Demand for Food Security in China. **Sustainability**, v. 11, 2019.15pp.

CHENG, H. et al. Pork production system and its development in mainland China. **African Journal of Food Science Research**, v.7, n.3, 1-9pp. 2011.

CHENG, H.; WANG, Y.; MENG, Q.; GUO, J.; WANG, Y. Pork production system and its development in mainland China. **African Journal of Food Science Research**, v. 7, n. 3,1-9pp, mar/2019.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. Texto para Discussão IE-UFRJ, n.6/2015, 34p.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato Monseff. O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx. **Crítica Marxista**, 2001.

DAY, Richard B. On "Primitive" and Other Forms of Socialist Accumulation A Review of Preobrazhensky, Bukharin and Trotsky. **Labor/Le Travail**, v. 10, pp. 165-174, 1982.

DELGADO, Guilherme C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo, Editoras-UNICAMP/Ícone, 1985.

DIXIT, Avinash K. Marketable Surplus and Dual Development. **Journal of Economic Theory**, August 1969, 1, 203-19.

ELLMAN, Michael. Did the agricultural surplus provide the resources for the increase in investment in the USSR during the First Five Year Plan? **Economic Journal**, v.85, n. 340, 844-863pp, 1975.

ELLMAN, Michael. On a mis take of Preobrazhensky and Stalin. **Journal of Development Studies**, v.14, n.3, 353-356pp, 1978.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo soja-carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, 656-678pp. 2019.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. China: uma nova história. Trad. Marisa Motta, Porto Alegre, LP&M, 2006.

FAN, Shenggen, CHAN-KANG, Connie. Road development. Economic Growth and Poverty Reduction in China. **IFPRI Research Report**: 138. 2006.

FERNANDES, Marcelo Pereira. O capitalismo como sistema Expansivo: a controvérsia entre Lenin e os populistas. **OIKOS (RIO DE JANEIRO)**, v. 16, p. 6-14, 2017.

Food and Nutrition Board/World Health Organization. Preparation and use of food based dietary guidelines. Geneva, 1996. Report of joint FAO/WHO consultation.

FORK, Achim; WONG, Christine. Extending public finance to rural China. Background for presentation at the MOF: World Bank International Seminar on Public Finance for Rural Areas. 2005.

FREITAS, R. O. As categorias marxistas no pensamento de Preobrazhensky: notas sobre uma teoria de transição. **VERINOTIO** (BELO HORIZONTE), v. 25, p. 252-283, 2019.

FREITAS, Rebeca de Oliveira. As categorias marxistas no pensamento de Preobrazhensky: notas sobre uma teoria de transição. **VERINOTIO** (BELO HORIZONTE), v. 25, p. 252-283, 2019.

FREITAS, Rebecca de Oliveira. Preobrazhensky e a acumulação socialista primitiva. **Marx e o Marxismo**, v.5, n.9, 202-223pp, jul/dez 2017.

FREITAS, Rebecca de Oliveira. Preobrazhensky e a acumulação socialista primitiva. **Marx e o Marxismo**, v.5, n.9, 202-223pp, jul/dez 2017.

FU, Wenge. China's feed industry in transition: the case of New Hope Group—an industry perspective. **Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies**. v. 1, n. 2, 62-78pp. 2011.

GALE, Fred. Financial reforms push capital to the countryside. **Chinese Economy**, v.42, n.9, 2009, pp. 58-78.

GERSCHENKRON, Alexander. **Economic Backwardness in Historical Perspective**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

GERSCHENKRON, Alexander. **Economic backwardness: in historical perspective**. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge – Massachusetts. 1962. 235pp.

GONG, Maogang; LI, Hanjin; ELAHI, Ehsan. Three Rights Separation reform and its impact over farm's productivity: A case study of China. **Land Use Policy**, v. 122, nov/2022.

GOOCH, Elizabeth; GALE, Fred. China's Foreign Agriculture Investments. USDA – Economic Research Service. **Economic Information Bulletin**, n. 192, abr/2018. 60pp.

GOUVEIA, Esther Majerowicz. The Globalization of China's Industrial Reserve Army: its formation and impact on wages in advanced countries. **Tese de doutoramento**: Université Paris 13 (Paris-Nord). 2016. 388fls.

GUO, Hongdong; JOLLY, Robert W.; ZHU, Jianhua. Contract Farming in China: Perspectives of Farm Households and Agribusiness Firms. **Comparative Economic Studies**, v. 49, n. 2, 285-312pp. 2007.

GURLEY, JOHN G. *China's Economy and Maoist Strategy*. New York: Monthly Review Press. 1976.

GUSMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 3 ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2005.

HAIRONG, Yan; CHEN, Yiyuan. Agrarian Capitalization without Capitalism? Capitalist Dynamics from Above and Below in China. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 3, 366–391pp. 2015.

HAIRONG, Yan; YIYUAN, Chen. Agrarian Capitalization without Capitalism? Capitalist Dynamics from Above and Below in China. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 3, 366-391pp. 2015.

HAN, C. Three rights separation of land is a great reform in China's agricultural reform. **Agriculture Work Commun.** 2016, v. 3, 19–23p.

HAN, J.; TIAN, J.; FENG, J.; GUO, W.; DONG, S.; YAN, X.; SU, X.; SUN, J. HAN, W. et al. Farmland rental participation, agricultural productivity and household income: evidences from rural China. **Land**, 2021, v. 10.

HAN, Wenang et al. Farmland rental participation, agricultural productivity and household income: evidence from rural China. **Land**, 2021, v. 10, n.9, 899.

HAO, Jinghui. *Chinese Farmers' Cooperatives and Smallholder Farmer*. Tese de doutoramento da Wageningen University and Research, 2018. 145pp.

HAYAMI, Yujiro; RUTTAN, Vernon W. **Agricultural development: an international perspective**. Baltimore – The Johns Hopkins University Press, 1985. 527p.

HAYWARD, Jane. Beyond the Ownership Question: Who Will Till the Land? The New Debate on China's Agricultural Production. **Critical Asian Studies**, v. 49, n. 4, 523–545pp. 2017.

HIRATUKA, Célio; DIEGUES, ANTÔNIO CARLOS. Inteligência artificial na estratégia de desenvolvimento da China contemporânea. **Texto para Discussão** (Unicamp), v. 2021, p. 1, 2021.

HU, Zhanping; ZHANG, Qian Forrest; DONALDSON, John A. Farmers' cooperatives in China: A typology of fraud and failure. **China Journal**, v. 78, 1-24pp. 2017.

HUANG, J.; WANG, X.; ZHI, H.; HUANG, Z.; ROZELLE, S. Subsidies and distortions in China's agriculture: evidence from producer-level data. **The Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 55, 53–71pp. 2011.

HUANG, Jikun; ROZELLE, Scott. Agricultural Development and Nutrition: the Policies behind China's Success. **World Food Programme**, Occasional Paper n. 19, 2009. 44pp.

HUANG, P.C.C., GAO, Y. The Dynamics of Capitalization in Chinese Agriculture: Private Firms, the State, or Peasant Households? **Rural China: An International Journal of History and Social Science**, v. 10, 36–65pp. 2013.

HUANG, P.C.C., GAO, Y.; PENG, Y. Capitalization without Proletarianization in China's Agricultural Development. **Modern China**, v. 38, n. 2, 2012, 73-139pp.

HUANG, Philip C. C.; YUAN, Gao; PENG, Yusheng. Capitalization without Proletarianization in China's Agricultural Development. **Modern China**, v. 38, n.2, mar/2012, 139-175pp.

HUANG, Philip. China's New-Age Small Farms and Their Vertical Integration: Agribusiness or Co-ops? **Modern China**, v.37, n.2, 101-134pp, mar/2011.

HUANG, Philip; GAO, Yuan. The Dynamics of Capitalization in Chinese Agriculture: Private Firms, the State, or Peasant Households? **Rural China: An International Journal of History and Social Science**, n.10 (2013) 36-65.

HUANG, Zuhui; GUAN, Lijun; JIN, Shaosheng. Scale farming operations in China. **International Food and Agribusiness Management Review**, v.20, n.2, 191-200pp, 2016.

HUMPHREY, J. The supermarket revolution in developing countries: Tidal wave or tough competitive struggle? **Journal of Economic Geography**, v. 7, n. 4. 433–450pp. 2007.

JABBOUR, E. M. K.; GABRIELE, A. China: o socialismo do século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. v. 1. 312p.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n.1, 1-23pp, jan/abr 2018.

JIANFU, Chen. The Revision of the Constitution in the PRC: A great leap forward or a symbolic gesture? **China Perspectives**, n.53, maio/junho 2004, 23p.

JINYIMENG. 财政部、农业农村部发布2022年重点强农惠农政策，包括多项补贴！13 de junho de 2022. Acessado em 30 de agosto de 2022. IN: <http://www.jinyimeng.cn/bencandy.php?fid=50&id=1590>

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KENNEDY, Andrew B. Slouching Tiger, Roaring Dragon: Comparing India and China as Late Innovators. **Review of International Political Economy** (mimeo). 2015. 41p.

KENNEDY, John James. From the Tax-for-Fee Reform to the Abolition of Agricultural Taxes: The Impact on Township Governments in North-West China. **The China Quarterly**, No. 189 (Mar., 2007), 43-59pp. 2007.

KISSINGER, Henry. Sobre a China. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2012.

KNIGHT, John. Price Scissors and Intersectoral Resource Transfers: Who Paid for Industrialization in China? **Oxford Economic Papers**, v. 47, n. 1, jan/1995, 117-135pp.

KNIGHT, John; YUEH, Linda. Segmentation or competition in China's urban labour market? **Cambridge Journal of Economics**, v.33, n.1, 79-94pp, 2009.

LAHIRI, Tripti. China's tapping its strategic meat reserves as pork prices soar 47%. Quartz. 10 de setembro de 2019. Em: <https://qz.com/1706016/chinas-pork-prices-went-up-47-percent-in-august> acesso em 15 de julho de 2020.

LANDER, B.; SCHNEIDER, M.; BRUNSON, Katherine. A History of Pigs in China: From Curious Omnivores to Industrial Pork. **Sociology of Development and Change**, v.79, n.4, 865-889pp. 2020.

LANG, Q.; HENDRIKSE, G.; HUANG, Z.; XU, X. Governance Structure of Chinese Farmer Cooperatives: Evidence From Zhejiang Province, **Agribusiness**, v. 31, 198-214pp. 2015.

LARDY, Nicholas R. **Agriculture in China's Modern Economic Development**. Cambridge University Press. 1983.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. O Padrão de Acumulação e o Desenvolvimento Econômico da China nas Últimas Três Décadas: Uma Interpretação. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

LENIN, V. I. O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. In: Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia&Antropologia**, Rio de Janeiro, v.04, n.1, 21-53pp, jun/2014.

LEWIN, Moshe. **Russian Peasants and Soviet Power**. Nova York: W.W. Norton, 1975. 539p.

LI, Linlin; TAN, Rong; WU, Cifang. Reconstruction of China's Farmland Rights System Based on the 'Trifurcation of Land Rights' Reform. **Land**, v.9, n. 2, 18pp.

LINGOHR, Susanne. Rural households, dragon heads and associations: a case study of sweet potato processing in Sichuan Province. **The China Quartely**, n. 192, pp. 898-914, dez/2007.

LIU, H. et al. At-home meat consumption in China: an empirical study. **The Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**, v.53, 485-201pp.

LUO, Phoebe Mingxuan; DONALDSON, John A.; ZHANG, Qian Forrest. The Transformation of China's Agriculture System and Its Impact on Southeast Asia. **International Journal of China Studies**, v. 2, n.3, 2011.

LUO, Q., ANDREAS, J., LI, Y. Grapes of Wrath: Twisting Arms to Get Villagers to Cooperate with Agribusiness in China. **The China Journal**, v. 77, n.1, 2017.

LUO, Renfu; ZHANG, Linxiu; HUANG, Jikun; ROZELLE, Scott. Elections, fiscal reform and public goods provision in rural China. **Journal of Comparative Economics**, v. 35, 2007, 583–611pp.

MADDISON, Angus. Chinese Economic performance in the long run. Development Centre Studies – OECD, 2007, 200pp.

MAJEROWICZ, Esther. A CHINA E A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Geosul**, v. 35, p. 73-102, 2020.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo: o capitalismo e suas crises**. 2ª Ed. Campinas, SP: Unicamp-IE, 2004. 194pp.

MCMICHAEL, Philip. Does China's 'going out' strategy prefigure a new food regime? **Journal of Peasants Studies**, v. 47, n.1, 40pp. 2020.

MEDEIROS, C. A. A China Como um Duplo Polo na Economia Mundial e a Recentralização Asiática. *Revista de Economia Política*, v. 26, p. 381-400, 2006.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento Recente na China. *Revista de Economia Política*, v. 19, n.3, p. 92-112, 1999.

MEDEIROS, C. A.; MORAIS, I. N. Uma Abordagem Estruturalista das Desigualdades de Renda na China. *Revista Tempo do Mundo*, v. 3, p. 99-123, 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Desenvolvimento Econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin. (Org.). **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 173-277.

MERTHA, Andrew C. China's 'soft' centralization: shifting tiao/kuai authority relations. **The China Quarterly**, n. 184, 91-810pp. 2005.

MILLAR, James R., NOVE, Alec. A Debate on Collectivization: was Stalin really necessary? **Problems of Communism**, Washington, v. XXV, n. 4, p. 49-62, julho-agosto 1976.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. A concepção marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas. **Econômica**, jul/dez 2001.

MORAIS, Isabela Nogueira. Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea. **Tese de doutoramento**: UFRJ. 2011. 209fls.

MORRIS, John Hassard Jonathan; YUXIN, J. China's state-owned enterprises: economic reform and organizational restructuring. **Journal of Organizational Change Management**, v. 23, n. 5 pp. 500 – 516. 2010.

MÜLLER, Geraldo. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 2, n.2, 47-7pp, abr/jun 1982.

NABUCO, Paula. “Do Grande Salto à ‘Desmaoização’: 20 anos de história chinesa”. In: XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009, São Paulo. Anais XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009.

NAUGHTON, B. **The chinese economy: adaptation and growth**. Cambridge: MIT Press, 2018.

NAUGHTON, B. **The rise of China's industrial policy, 1978-2020**. México: UNAM, 2021.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese economy: transitions and growth**. The MIT Press. 2007. 545pp.

NOLAN, Peter. Large firms and industrial reform in former planned economies: the case of China. **Cambridge Journal of Economics**, 1996, 20, 1-29pp.

NOLAN, Peter. **The Political Economy Of Collective Farms: An Analysis Of China's Post-mao Rural Reforms**. Routledge: New York, 1988. 259pp.

NOVE, Alec. **An economic history of the USSR**. Londres: Penguin Books, 1990.

NOVE, Alec. Socialism, Capitalism, and the Soviet Experience. **Social Philosophy and Policy**, v. 6, n. 2, 1989, 235-251pp.

NOVE, Alec. **The Soviet economy**. 1962. 328pp.

OCDE. China. OECD Economic Surveys. 2017. 52p.

OI, Jean Chun. Fiscal Reform and the Economic Foundations of Local State Corporatism in China. **World Politics**, v. 45, n. 1, outubro/1992, 99-126pp.

OI, Jean Chun. Peasant Grain Marketing and State Procurement: China's Grain Contracting System. **The China Quarterly**, n. 106, 272-290pp, 1986.

OI, Jean Chun. **State and Peasant in Contemporary China: The Political Economy of Village Government**. University of California Press. 1989. 287p.

OI, Jean. Comprehensive Statistical Data and Materials on 50 Years of New China. **China Statistics Bureau Press**, Pequim. 1999.

PADILHA, Tania Mara de Almeida. Entre o semear e a próxima colheita: uma análise dos escritos de Lenin sobre a questão agrário-camponesa. 2009. 153fls. **Dissertação de mestrado**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências.

PARK, Albert; ROZELLE, Scott. Reforming state-market relations in rural China 1. **Economics of Transition**, V. 6, n. 2, 461-480pp, 1998.

PETERSON, Willis L. International farm prices and the social cost of cheap food policies. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 61, n.1 12-21pp. 1979.

POMERANZ, LENINA. **Do socialismo soviético ao capitalismo russo**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2018. 252p.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista Nera**, v. 8, n.7, 35-47pp, jul/dez 2005.

QIN, Julia Ya. WTO Regulation of subsidies to state-owned enterprises (SOEs) – a critical appraisal of the China accession protocol. **Journal of International Economic Law**, v. 7, n.4, 863-919pp. 2004.

REMPEL, Henry. China's agriculture sector: Emerging trends and new challenges. **Journal of the Asia Pacific Economy**, v.2; n3, 1997, 332-356pp.

RISKIN, Carl. **China's Political Economy: The Quest for Development since 1949**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

RITHMIRE, Meg Elizabeth. Land Institutions and Chinese Political Economy: Institutional Complementarities and Macroeconomic Management. **Politics & Society**, v. 45, n.1, 123-153pp. 2017.

SAH, Raaj Kumar; STIGLITZ, Joseph E. The Economics of Price Scissors. **The American Economic Review**, v. 74, n. 1 (Mar., 1984), pp. 125-138.

SAH, Raaj Kumar; STIGLITZ, Joseph E. The Social Cost of Labor, and Project Evaluation: A General Approach. Department of Economics, Princeton University, 1983.

SARGENSON, Sally. The Demise of China's Peasantry as a Class. **The Asia-Pacific Journal**, v.14, n.13, jul/2016. 22p.

SCHNEIDER, Mindi. Dragon Head Enterprises and the State of Agribusiness in China. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n.1, 3-21pp. 2017.

SCHNEIDER, Mindi. Dragon Head enterprises and the state of agribusiness in China. **Journal of Agrarian Change**, 19p. 2016.

SCHNEIDER, Mindi. **Feeding China's Pigs: Implications for the Environment, China's Smallholder Farmers and Food Security**. Institute for Agriculture and Trade Policy, 2011. 28pp.

SCHNEIDER, Mindi; SHEFALI, Sharma. **China's Pork Miracle: Agribusiness and Development in China's Pork Industry**, Institute for Agriculture and Trade Policy. 2014.

SEGRILLO, Angelo de Oliveira. Reconstruindo a “Reconstrução”: uma análise das principais causas da Perestroika soviética. **Tese de doutorado**. UFF. 199. 203fls.

SEYMOUR, James D. Xinjiang's Production and Construction Corps, and the Sinification of Eastern Turkestan. **Inner Asia**, v.2, n.2, 171-193pp. 2000.

SHAFFER, G. G. Soviet agriculture: success or failure? In: **Soviet Agriculture**: na assessment of its contributions to economic development. Nova York, Praeger, 1977, 56-105pp.

SHAMBAUG, David. Deng Xiaoping: The Politician. **The China Quarterly**, nº 135, Special Issue: Deng Xiaoping: An Assessment, 457-290pp. 1993.

SHI, Hao; YE, Bing. China's Abolition of the Agricultural Tax, Local Governments' Responses and Economic Growth. **Fiscal Studies**, v. 39, n.3, 2018. 517-542pp.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas-Unicamp/IE. 1998. 228.

SILVA, Ligia Maria Osorio. Lenin: a questão agrária na Rússia. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 31, p. 65-95, 2012.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave Leite. UM ESTUDO SOBRE LENIN E AS DEFESAS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL. **Tese de doutoramento**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade-USP. 168p. 1992.

SONG, Shunfeng. China's Agriculture, Urban System, Firm Competitiveness, and Inequality. **The Chinese Economy**, n.46, v.1, 2013, 3-6pp.

SORENSEN, Camilla T. The Significance of Xi Jinping's “Chinese Dream” for Chinese Foreign Policy: From “Tao Guang Yang Hui” to “Fen Fa You Wei”. **JCIR**, v.3, n.1, 21pp. 2015.

SPENCE, Jonathan. **The Search for Modern China**. Nova Iorque, W. W. Norton and Company, 1990.

STONE, B. Fertilizer's greener pastures. **The China Business Review**, 46-55pp. Set/out 1989.

TAO, Ran; LIU, Mingxing. Urban and Rural Household Taxation in China. Measurement, Comparison and Policy Implications. **Journal of the Asia Pacific Economy**, v. 10, n.4, 486-505pp. 2005.

TAVARES, Ana Claudia Diogo; QUINTANS, Mariana Trotta Dalallana. O lugar do camponês e questão agrária na Revolução Russa de 1917. **Revista Direito e Praxis**, n. 8, v.3, 2314-2349pp, 2017.

US CHAMBER. Made in China 2025: Global Ambitions Built on Local Protections. 2017. 84p. IN:

https://www.uschamber.com/assets/archived/images/final_made_in_china_2025_report_full.pdf

WANG, Jin; ZHOU, Yi; LIU, Shuyin. China Labor-force Dynamics Survey: Design and practice. **Chinese Sociological Dialogue**, 1–15pp, 2017.

WANG, Qianxi; ZHANG, Xiaoling. Three rights separation: China's proposed rural land rights reform and four types of local trials. **Land Use Policy**, v.63, 111-121pp, 2017.

WANG, Sibin. A history of rural, economic, and social policies in China. **CSD Working Paper**, n.08-13, 16p. 2008.

WANG, X.; YAMAUCHI, F.; OTSUKA, K.; HUANG, J. Wage Growth, Landholding, and Mechanization in Chinese Agriculture. **World Development**, v. 86, 30-45pp, 2016.

WEBSTER, G. et al. China's 'New Generation Artificial Intelligence Development Plan'. New America, 2017. IN: <https://www.newamerica.org/cybersecurity-initiative/digichina/blog/full-translation-chinas-new-generation-artificial-intelligence-development-plan-2017/>

WHEELWRIGHT, E.L.; McFARLANE, Bruce. **The Chinese road to socialism: economics of the Cultural Revolution**. 256p. 1970.

WUBBEKE, J. et al. Made in china 2025: The making of a high-tech superpower and consequences for industrial countries. **Merics**, Dec. 2016.

XIE, Yuantai; XIONG, Haibin; FAN, Lina. Research on Synergetic Symbiosis Relationship between Cooperatives and Joint-Stock Companies - A Theoretical Interpretation of the Practice of New Farmer Cooperatives. **Open Journal of Social Sciences**, 2019, 7, 316-330.

XINJIE, Shi. Rethinking China's agriculture. IN: GOLLEY, Jane; JAIVIN, Linda (Org). **Prosperity**. ANU Press. 2018.

XU, Hongzhang; PITTOCK, Jamie; DANIELL, Katherine A. China: A New Trajectory Prioritizing Rural Rather Than Urban Development? **Land**, v.10, n.514, 29pp. 2021.

YAN, Hairong; CHEN, Yiyuan. Debating the Rural Cooperative Movement in China, the Past and the Present. **Journal of Peasant Studies**, v.40, n. 6, 955–981pp. 2013.

YANG, Xing; HISANO, Shuji. Financialization of agriculture in China: the role of private equity firms, agribusiness companies and local governments. The 4th International Conference of BICAS, November 28-30, 2016, China Agricultural University, Beijing.

YAO, H.; ZANG, C.; ZUO, X.; XIAN, Y.; LU, Y.; HUANG, Y.; LI, X. Tradeoff analysis of the pork supply and food security under the influence of African swine fever and the COVID-19 outbreak in China. **Geography and Sustainability**, v. 3, n.1, 32-43pp. Mar/2022.

YE, Emily T; O'BRIEN, Kevin J.; YE, Jingzhong. Rural politics in contemporary China. **The Journal of Peasant Studies**, v.40, n. 6, 915-928pp. 2013.

YE, Jingzhong. Land Transfer and the Pursuit of Agricultural Modernization in China. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 3, 314–337pp, jul/2015.

YEP, Ray. Can 'tax-for-fee' reform reduce rural tension in China? The process, progress and limitations, **The China Quarterly**, n. 177, 42-70pp. 2004.

ZHANG, Hongzhou. Global food security: Debunking the “China threat” narrative(RSIS Commentaries). Singapore: RSIS. 2014.

ZHANG, Hongzhou. **Securing the ‘rice bowl’**: China and global food security. Palgrave Macmillan: Singapura. 2019. 310p.

ZHANG, Jin. Beyond the ‘Hidden Agricultural Revolution’ and ‘China’s Overseas Land Investment’: Main Trends in China’s Agriculture and Food Sector. **Journal of Contemporary China**, v. 28, 2019. 18p.

ZHANG, Qian Forrest. DONALDSON, John A. China's Agrarian Reform and the Privatization of Land: a contrarian view. **Journal of Contemporary China**, v.22, n.80, 255-272pp, 2013.

ZHANG, Qian Forrest. Rural Household’s Reproduction in China’s Transition to Capitalism: Wage Employment and Family Farming. In: OYA, C.; PONTARA, N. **Rural Wage Employment in Developing Countries: Theory, evidence and Policy**. London: Routledge. 2015.

ZHANG, Qian Forrest. The Political Economy of Contract Farming in China’s Agrarian Transition. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 4, 460-483pp. 2012.

ZHANG, Qian Forrest.; DONALDSON, John A. From peasants to farmers: Peasant differentiation, labor regimes, and land-rights institutions in China's agrarian transition. **Politics and Society**, v.38, n.4, 458-489pp. 2010.

ZHANG, Qian Forrest; DONALDSON, John A. China's Agrarian Reform and the Privatization of Land: a contrarian view. **Journal of Contemporary China**, v22, n.80, 255-272pp, 2013.

ZHANG, Qian Forrest; DONALDSON, John A. The rise of Agrarian Capitalism with Chinese Characteristics: Agricultural Modernization, Agribusiness and Collective Land Rights. **China Journal**, n. 60, 25–48pp, jul/2008.

ZHANG, Qian Forrest; PAN, Z. The transformation of urban vegetable retail in China: Wet markets, supermarkets and informal markets in Shanghai. **Journal of Contemporary Asia**, v.43, n. 3, 497–518pp. 2013.

ZHANG, S.; WU, X.; HAN, D.; HOU, Y.; TAN, J.; KIM, S. W.; LI, D.; YIN, Y.; WANG, J. Pork Production Systems In China: A Review Of Their Development, Challenges And

Prospects In Green Production. **Frontiers of Agricultural Science and Engineering**, v. 8, n.1, 15-24pp. 2021.

ZHANG, Xiaobo; YANG, Jin; WANG, Shanglin. China has reached the Lewis turning point. **China Economic Review**, n.22, 2011, 542-554pp.

ZHANG, Y., WANG, L.; DUAN, Y. Agri-cultural Information Dissemination Using ICTs: A Review and Analysis of Information Dissemination Models in China. **Information Processing in Agriculture**, 3, 17-29. 2016.

ZHAO, Qiguo; ZHANG, Jikun. **Agricultural Science & Technology in China: A Roadmap to 2050**. Science Press Beijing. Springer. 2011.

ZHENG, S. et al. Effects of Agricultural Subsidy Policies on Comparative Advantage and Production Protection in China. **The Chinese Economy**, v.46, n.1, 20-37pp. 2013.

ZHENG, S. et al. Effects of Agricultural Subsidy Policies on Comparative Advantage and Production Protection in China. **The Chinese Economy**, n.46, v.1, 2014, 20-37pp.

ZHONG, Shuru; CRANG, Mike; ZENG, Guojun. Constructing freshness: the vitality of wet markets in urban China. **Agriculture and Human Values**, 11p. 2019.

ZHOU, C.; LIANG, Y.; FULLER, A. Tracing Agricultural Land Transfer in China: Some Legal and Policy Issues. **Land**, v. 10, n.1, 16p. 2021.

ZHOU, Z. et al. Food consumption trends in China. Relatório: Australian Government Department of Agriculture, Fisheries and Forestry. Abril de 2012. 143p.

ZHU, Qiuxia; ELBERN, Stefanie. Economic Institutional Evolution and Further Needs for Adjustments: Township Village Enterprises in China. ZEF – Discussion Papers on Development Policy Bonn, 2002. 53pp.

ANEXO I - EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLA DA CHINA

O Primeiro Plano Quinquenal (1º PQ) (1953-1957) tinha por orientação principal a industrialização pesada, inspirada no modelo da União Soviética e com seu apoio – por meio de técnicos e concessão de empréstimos, bem como no impulso ao I PQ. Sob às orientações do 1º PQ, novos segmentos produtivos foram erigidos, como carvão, ferro, aço, petróleo e derivados. Deu-se prioridade à indústria pesada, que, em 1960, representou mais de 60% do PIB, ao longo do Grande Salto Adiante²²¹ (1958-1961) e, durante a década de 1960, manteve-se acima de 55%. O nível de investimento aumentou de 10% do PIB, em 1952 para 36,5%, em 1978. De acordo com Fairbank e Goldman (2006), nestes anos, a economia chinesa cresceu 8,9% ao ano, em média. Morais (2011) sistematiza essas informações apontando que de 10% do PIB, em 1952, o nível de investimento em indústria passa para mais do que 20% do PIB, durante o 1º PQ, com pico de 36,5%, em 1978 e entre 1958 e 1977, a média anual da participação dos investimentos industriais no PIB é de 28%.

Além disso, fortaleceu-se o controle estatal sobre a atividade produtiva e as empresas privadas, de acordo com Naughton (2007), foram quase que totalmente suprimidas. Neste período, com o 1º PQ, a agricultura também passou por destacada reorganização. A pequena propriedade familiar foi quase que inteiramente substituída pela coletivização, o sistema de comunas. Em meados da década de 1950, Mao criticou o ritmo lento de adesão dos agricultores às cooperativas, intensificando campanha para que os agricultores se juntassem às cooperativas de produtores. Naughton (2007) ilustra essa transformação pontuando que, em 1954, cooperativas ou fazendas coletivas empregavam apenas 2% das famílias camponesas, em 1955, 14%. Com a coletivização da agricultura, redefine-se significativamente o modo de produção pela propriedade estatal e coletiva e o planejamento centralizado. Por outro lado, Movimento similar foi observado nas zonas urbanas, com a criação das cooperativas chamadas “*joint public-private*”. Assim, o nível de investimento se acelerou atingindo picos com o governo central repassando recursos a essas organizações recém-criadas.

Além da função primordial de produção agrícola, as comunas ou a coletivização apresentava características específicas que precisam ser destacadas quanto ao cultivo da

²²¹ De acordo com Chan (2001), a pressão para a expansão econômica chinesa e a confiança de Mao no rápido desenvolvimento econômico chinês levaram à adoção de uma administração centralizada de longo alcance em contraposição ao modelo soviético centralizado, predominante até então.

terra agriculturável, à organização do trabalho e da renda. A propriedade da terra era coletiva, isto é, todos os residentes de uma determinada vila (*village*) eram proprietários da terra cultivada. Apenas residência da família e alguma atividade de pecuária ficavam sob a propriedade do camponês, incluindo uma pequena área para cultivo da família – em torno de 3% a 10% da área cultivada. A coletivização representava também uma organização contábil e financeira comum. Quer dizer, a compra de insumos agrícolas – geralmente, usando-se crédito proveniente dos fundos da comuna –, a organização e coordenação do trabalho agrícola na comuna e a venda da produção aconteciam coletivamente. A renda líquida chegava às famílias, somente após a dedução da renda total da venda da colheita das despesas e dívidas incorridas para comprar os insumos agrícolas e da parte destinada para os fundos mantidos pela comuna. Os camponeses recebiam a renda em grãos e em dinheiro. Os fundos eram um elemento importante, nesta organização, porque serviam para financiar os investimentos para a próxima safra.

Durante o GLF, houve transferência massiva de recursos da agricultura para indústria: de acordo com Naughton (2007), em 1959, a produção de grãos caiu 15% em comparação com 1958, 28,5%, em 1960. Em 1961, com o encerramento oficial do GLF, o número de mortos em função da falta de alimentos teria chegado a 20 milhões, de acordo com dados oficiais e a um intervalo entre 25 e 30 milhões, de acordo com Naughton (2007). Durante a Conferência de Lushan, em 1959, quando a cúpula do PCCh se reuniu para avaliar os resultados do GLF, o então ministro da Defesa, Peng Dehuai, destacou os erros e exageros do plano, sem deixar de reforçar que a força de trabalho da zona rural foi levada à exaustão (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006). As diretrizes centrais do GLF, contudo, são mantidas e Peng é afastado por Mao. Entre 1961 e 1964, estremecem-se também as relações da China com a URSS, culminando no rompimento entre ambos, em 1964, refletindo, como aponta Bèrgere (1980), cada um identificando suas realidades e ambições nacionais como compromissos maiores do que a expansão internacional do socialismo²²².

²²² Em 1961, ademais, a condição de miserabilidade no campo induziu à adoção de políticas voltadas para reverter a crise econômica e restaurar dignas condições de vida da população, sobretudo, rural. Liu Shaoqi – na presidência desde 1959, em substituição a Mao – junto com Deng Xiaoping – secretário-geral do PCCh desde 1957 – passaram a ocupar a liderança da condução da cena econômica interna na China. Zho Enlai, então primeiro-ministro, apoiaria ambos na condução de mudanças relevantes, enquanto Mao perdera um pouco de sua influência interna dentro do PCCh, mantendo-se intacto junto ao Exército de Libertação Nacional (ELN). Entendia-se que a recuperação da agricultura era prioridade e os graves resultados do GLF indicavam ser primordial mudança de orientação econômica do país. O plano de Recuperação Econômica (1961-1965) consistiu na reintrodução, em algum grau, de mecanismos de mercado na economia chinesa. Todas as 23 mil comunas, em 1961, foram subdivididas em 70 mil, com tamanho médio, assim, reduzido

Wheelwright e McFarlane (1970) ponderam as visões ‘ocidentais’ de que o GLF falhou de forma ‘desastrosa’, sendo responsável pela crise que se seguiu entre 1959-1961. Entendem os autores que se tratava de um programa de industrialização pesada, que deveria desencadear uma inflexão em termos de crescimento do produto industrial e emprego, porém, ocorria em um contexto de socialismo agrário em desenvolvimento, em que não havia transferência de grandes contingentes de mão de obra para a atividade industrial, na zona urbana. A organização em comunas representava uma forma também de resolver a absorção de mão de obra no campo, mas principalmente de construir um ‘socialismo agrário’: “*in collective labour, a collective way of life, a method of bringing new activities to the village. They also a means of improving the division of labor in the agricultural sector.*” (IDEM: 49).

Como destaca Leão (2010) mesmo com algumas objeções internas no PCCh, a liderança de Mao se fez valer e a Revolução Cultural prosseguiu. Entendia-se – além do Mao, aqueles favoráveis liderados por Lin Biao e Gangue dos Quatro – a gestão do PCCh precisava ser transformada em prol da aproximação com as massas. Tratou-se de uma ‘luta ideológica e política’ que buscava reafirmar e revitalizar os princípios da Revolução Comunista. Fairbank e Goldman (2006) destacam a preocupação de Mao em combater uma burocracia que surgia dentro do PCCh, funcionando de forma autocrática, assim, Mao buscava uma ‘abordagem das massas’, inculcando o objetivo da Revolução Cultural em garantir o bem-estar das massas e doutrinação dos camponeses localmente. A juventude do País mais o Exército da Libertação Popular (ELP) representavam o epicentro das bases locais de apoio. A Guarda Vermelha se conformou a partir da juventude chinesa e tinha por responsabilidade atuar na eliminação de qualquer reminiscência burguesa, por conseguinte, fortalecer os valores marxistas e maoístas.

De fundo, a ideia era construir um novo tipo de comportamento das massas, impedindo que se cristalizasse uma burocracia ‘acomodada’. Naughton (2007: 236) descreve esse aspecto da aferição do compromisso dos trabalhadores com a ‘prática revolucionária’ na reorganização da agricultura:

para 15 mil residentes. A atividade fabril foi encerrada, na zona rural, permitindo-se a troca de excedentes agrícolas e a volta de mercados locais. Medidas que consistiram em fortalecer a autonomia dos times de produção de modo que se permitiu o estabelecimento de contrato de alguns tipos de trabalho agrícola para o nível individual. Fortalecia-se, dentro do PCCh, a proposição de iniciativas – destacando-se Chen Yun – pró-mercado para recuperar a produção de alimentos, sendo necessário combinar planejamento estatal com mercado.

There was, however, substantial experimentation with different methods of assigning work points, searching for methods that would effectively motivate workers, minimize monitoring costs, and yet be consistent with socialist ideals. During the Cultural Revolution collectives were pressured to use the “*Dazhai* system,” under which each worker evaluated his own work contribution in front of village meetings and then invited public comment and criticism. In most places most of the time, though, work points were assigned more routinely for tasks completed or days of labor.

Em abril de 1968, após a generalização dos conflitos entre Guarda Vermelha e facções opositoras em toda a China, realiza-se o 9º Congresso do Partido, em que se definiu uma nova Constituição assentada no pensamento de Mao e a composição do Comitê Central do PCCh ficou a cargo dos militares. Ademais, a coletivização – sua intensificação durante a Revolução Cultural – não produziu os resultados esperados que justificariam a campanha político-ideológica promovida. Leão (2010) relembra: o aumento da produtividade não foi significativo, incidência da fome em grandes proporções, dependência excessiva da importação de bens de capital e grãos sem que a exportação acompanhasse. Além de se reforçar o isolamento internacional da China. Em função do caos político e instaurado – deixando o país à beira de uma guerra civil – reorganizaram-se as forças do Partido em prol de um novo projeto de desenvolvimento chamado de “Quatro Modernizações”. Tratava-se de um projeto iniciado em 1975, implementado em 1978 e voltado para introdução da abertura da regulação do mercado e de elementos capitalistas para modernizar os 4 pilares: agricultura, indústria, exército e ciência e tecnologia (C&T). Deng Xiaoping, após a morte de Zhou Enlai, passou a liderar a condução do projeto.

Considerações sobre o desempenho da agricultura e políticas agrícolas no período maoísta

Acelerar a industrialização pesada era objetivo básico da política econômica chinesa, ainda no 1o PQ, acompanhado das metas de aumento da produção e da produtividade agrícola. Ao longo da década de 1950 e durante o GLF, de acordo com Medeiros (1999), a opção tomada por Mao foi da ‘acumulação primitiva socialista’, em que se acelerava o investimento na indústria sobre relações de troca desfavoráveis para a agricultura e o consumo. A pressão sobre a oferta é um aspecto que distingue a trajetória de acumulação dos países socialistas dos países capitalistas. A taxa de crescimento do

produto e expansão do setor produtor de bens de produção, induz à maior demanda por bens de consumo, que na China consistiram em alimentos e matérias primas (DOMAR, 1972 *apud* MEDEIROS, 1999). Durante a década de 1950, como ressalta Medeiros (1999), a China importou bens de capital e grãos da URSS, o que facilitou o salto industrial observado. A partir do rompimento com a URSS, em 1960, o contexto novo levou Mao a uma estratégia econômica assentada na autossuficiência.

As comunas representavam elemento central, de forma que se acelerou com a Revolução Cultural, a coletivização. Maddison (1998) destaca que as responsabilidades que cabiam às comunas – administração local, coleta local de taxa, provisão de saúde e educação, da produção agrícola, construção, indústria para atividade agrícola e atividades de serviço – representava uma busca por adaptação ao isolamento internacional e ao enfrentamento de uma possível guerra nuclear. Com a mecanização das atividades agrícolas e a autossuficiência das comunas, foram deslocadas entre 1959 e 1961, lembra o autor, 30 milhões de pessoas para o trabalho na siderurgia de ‘fundo de quintal’. Assim, a produção agrícola caiu e a alocação de alimentos na zona urbana foi priorizada, decorrendo em milhares de mortes na zona rural em função da fome.

Sob a política agrícola de Mao, *Grain First*, os agricultores deveriam responder às exigências estatais de produção. O governo nacional fixou preços baixos para compra de grãos ao mesmo tempo em que estavam obrigados a responder a determinadas metas de entrega de total produzido. Uma forma de fazer frente ao problema clássico da ‘tesoura’, enfrentado por Lênin na URSS (MEDEIROS, 1999). Implicitamente, financiavam a industrialização, sobretudo, durante a Revolução Cultural. Naughton (2007) esclarece que a política *Grain First* elevou a produção de grãos, sendo que de 1955 a 1957 e de 1977 a 1979, a produção anual cresceu em 2,2%, mais rapidamente do que o crescimento populacional, isto é, 0,2% ao ano. Não houve, porém, diversificação da produção, e as importações de grãos, após o GLF.

Conforme os dados da Tabela 24 sugerem, o processo de industrialização na China, não representou urbanização acelerada. Entre 1950 e 1970, quando foram implementados o 1º PQ e ocorreu o GLF, a participação da população rural permaneceu na casa de 80%. Isso não quer dizer, deve-se ponderar, que toda a população que residia na zona rural se dedicava à atividade agrícola, visto as comunas concentrarem atividades outras que não agrícola.

Tabela 0-1 - China: População em áreas urbanas e rurais (1950-1982)

Ano	População Total (Milhares de pessoas)	Urbana		Rural	
		Em milhares de pessoas	Em %	Em milhares de pessoas	Em %
1950	550,80	61,69	11,2	489,11	88,8
1952	574,82	71,63	12,5	503,19	87,5
1957	646,53	99,49	15,4	547,04	84,6
1960	660,25	130,73	19,8	529,52	80,2
1965	725,38	101,70	14,0	623,68	86,0
1970	825,00	102,30	12,4	722,70	87,6
1975	919,70	111,71	12,1	807,99	87,9
1979	970,92	128,62	13,2	842,30	86,8
1981	996,22	138,70	13,9	857,52	86,1
1982	1003,94	144,68	14,4	859,26	85,6

Fonte: Morais (2011)

Entre 1950 e 1970, a área irrigada, bem como a qualidade da irrigação foram consistentemente expandidas, na China. Se na década de 1980, o crescimento da área irrigada passou a apresentar-se estagnado, o crescimento do uso de fertilizantes foi expressivo: de aproximadamente 14 milhões de toneladas, em 1980, chegou a 52 milhões de toneladas, em 2004. Quanto aos agroquímicos, o uso de fertilizantes orgânicos sempre ocorreu na China. Por outro lado, entre 1973 e 1974, o governo central realizou um investimento vultoso no desenvolvimento de uma indústria doméstica de fertilizantes. O melhoramento de sementes começa a ocorrer com a criação da *Chinese Academy of Agricultural Sciences* (CAAS) na década de 1950 (CHAN, 2001). Em 1961, ocorreu o desenvolvimento de híbridos de diferentes espécies.

Tabela 0-2 – China: evolução dos investimentos em agricultura (1952-1979)

Ano	Investimento total nacional		Investimento em Agricultura		Investimento em irrigação e conservação da água	
	Em milhões de RMB	%	Em milhões de RMB	%	Em milhões de RMB	%
1952	583	13,3	1,67	3,8	4,11	9,4
1957	1.187	8,6	4,26	3,1	7,30	5,3
1962	1.439	21,3	5,02	7,4	8,27	12,2
1965	2.497	14,6	7,38	4,3	15,15	8,9
1975	3.840	9,8	8,55	0,7	25,66	6,6
1979	5.792	11,6	6,14	1,2	34,96	7,0

Fonte: Riskin (1987)

Os investimentos realizados durante o período maoísta conduziram uma modernização da agricultura a partir de tecnologias voltadas para fertilizantes, irrigação e sementes modificadas. Com as reformas de 1978-79, o aumento de produtividade agrícola apresentado ocorreu também como resultado dos investimentos em incremento tecnológico realizados durante o período maoísta (LARDY, 1983; OI, 1986; ASH, 1988). Stone (1989) destaca um expressivo aumento da produção nacional de pesticidas entre 1979 e 198, mais do que seu uso.

Tabela 0-3– China: evolução do uso de insumo agrícola (1975-1979)

Ano	Área cultivada com tratores (%)	Uso de fertilizantes químicos (milhões de toneladas)	Uso de fertilizantes químicos (per <i>mu</i> , Kg)	Produção de pesticidas (mil toneladas)
1957	2,4	1,79	1,0	65
1960	6,8	3,16	2,0	162
1962	8,1	3,1	2,0	88
1965	15,0	8,81	5,7	193
1970	18,0	15,35	10,5	321
1974	26,4	25,55	17,0	371
1975	33,3	26,57	17,8	422
1976	35,1	28,85	19,4	391
1979	42,4	52,47	35,2	537

Fonte: Riskin (1987)

As comunas possuíam funções econômicas, políticas e sociais, portanto. O sistema comunal permitiu criar uma rede de serviços, como educação e saúde. De acordo com Naughton (2007), em meados de 1970, o sistema havia pagado 1,2 milhões de professores rurais, ampliando o acesso à educação para milhares de crianças. Representava um mecanismo de proteção social. Havia o acesso à terra garantido e pagamentos modestos para garantir bem-estar dos moradores da comuna. De acordo Naughton (2007), em 1979, 15 milhões de famílias haviam recebido algum tipo de ajuda das comunas ou do governo. Politicamente, as comunas funcionavam como canais de educação e de doutrinação. O registro nas comunas era usado para controle de migração, prevenindo fluxos populacionais ao longo do território chinês.

O campo foi o início das modernizações. Suprimiram-se as comunas para introduzir o sistema de responsabilidade familiar (HRS), em que se permitia a comercialização livre de excedentes no mercado. Na próxima subseção, esse processo é descrito, tendo-se em vista que consistiu em uma inflexão de política agrícola chinesa

determinante para os rumos que o desenvolvimento do País assumiria e que somente começa a ser superada, em importância, a partir dos primeiros anos do século XXI. Portanto, as reformas introduzidas no campo, em 1978-79, fizeram parte de um plano estatal e liderado pelo PCCh.

Reformas de 1978-1979 e a política agrícola

Walker (1984) compara 1982-83 em relação à 1977-78 em termos de crescimento de produção de grãos por pessoa, na China, cresceu 56Kg, uma variação de 18,2%. Regionalmente, as províncias do leste – considerou Anhui, Zhejiang, Jiangsu e Shanghai – experimentaram maior crescimento de produção de grãos, 83 Kg/pessoa, uma variação positiva de 24,9%. Em seguida, sudeste – províncias consideradas: Guizhou, Sichuan e Yunnan – com 59Kg/pessoa, uma variação de 21,1%. O noroeste do País experimentou o menor crescimento da produção de grãos, 40 Kg/pessoa, uma variação de 10%. Especificamente sobre carne de porco – principal carne da dieta alimentar chinesa –, em 1973, havia 260 mil porcos, em 1983, 298. A taxa de abate era de 50%, em 1973, aumentou para 66%, em 1983. E a produção de carne de porco, 5.000 toneladas para 13.161. em 1983, produzia-se 13,7 Kg de carne de porco por cabeça de porco, em 1975, 8,6K (WALKER, 1984).

Em linhas gerais, as famílias agricultoras se comprometeram a vender ao Estado cotas pré-determinadas de produtos agrícolas para o que lhes foi garantido contrato de uso da terra. Além de autonomia para definir técnicas, organização do trabalho e para comercializar os produtos agrícolas que excedessem as cotas pré-determinadas. Inicialmente, as mudanças mais radicais se limitaram a regiões mais pobres ou mais afastadas (ASH, 1988; NAUGHTON, 2007). O mercado para produtos agrícolas passou a ser reavivado – Cheng (1982) explica que mesmo durante as comunas, os agricultores mantiveram algum nível de comercialização conforme as determinações estatais – com a crescente especialização produtiva da parte dos agricultores. O Estado, em função de seu tamanho, tornou-se o principal comprador e *influenciador* de preços desse mercado, a partir da criação de um sistema de vendas negociadas. Ocorreu uma separação entre a administração governamental da gestão econômica nas unidades produtivas, o que teria levado os camponeses a se orientar por ‘princípios de mercado’ ou introduzido os incentivos de mercado (ASH, 1988). No HRS, os camponeses, teoricamente, tornaram-se responsáveis por lucros e perdas incorridos.

Assim, ocorre, em 1979, uma alteração da regulação do trabalho nas comunas – com o documento publicado pelo governo central, “*Regulations on the work in Rural People’s Comunes*” e o documento do PCCh “*Decision of the Central Committee of the CCP on some questions concerning the acceleration of Agricultural Development*” – que expressa um entendimento de que a produtividade agrícola aumentaria a partir da concessão de certos incentivos individuais aos agricultores. Essa nova institucionalização, no dia a dia de trabalho dos camponeses, representava abandonar o sistema de *working points*, logo o igualitarismo na divisão dos ganhos com as safras, bem como a centralização, em aspecto mais amplo, permitiria aumentar a escala de produção ao se deixar para trás a organização por times de trabalho (ASH, 1988).

Para estimular os camponeses com as reformas – dada a sua descrença com o Partido e com o governo, após todos os problemas incorridos no GLF e da Revolução Cultural (OI, 1986; ASH, 1988) – o governo central se utiliza do sistema unificado de compra de grãos para injetar ânimo entre eles, sobretudo nas antigas comunas mais pauperizadas e mais afastadas. Os preços de compra dos produtos agrícolas básicos aumentaram em 17,1%, em 1979, a um custo de 7,99 milhões de yuans e os custos com as compras acima da cota, saíram de 1,6 bilhões para RMB 3,64 bilhões (OI, 1986).

Em 1980, de acordo com Ash (1988), 30% de todos os times de produção haviam implementado o sistema HRS – contratos de algum tipo. Não houve uniformização da implementação do HRS em todo o País. Nas regiões mais pobres, destaca Ash (1988), era permitido aos camponeses que fizessem contratos, indicando que havia uma certa transição de um sistema para outro. No HRS, dois tipos de contrato poderiam ser firmados. O primeiro representava contratar produção diretamente da família camponesa – *baochan daohu* ou BCDH – e o segundo, contratar qualquer produção (tudo) da família camponesa – *baogan daohu* ou BGDH. Sob o formato BGDH, permitiu-se produção e distribuição dos alimentos ocorrer não mais sob a forma coletivizada, seguindo os pontos de trabalho e as diretrizes emanadas da hierarquia – comuna, brigada e time de produção. Na avaliação de Ash (1988), o formato BGDH teria permitido aumentar produtividade ao abrir espaço para venda de grãos ao Estado abaixo da quota ou a negociação de preços ou a venda direta, nos mercados. Em 1982, 90% dos times de produção teriam implementado algum tipo de contrato do sistema de responsabilidade familiar.

Regionalmente, o novo sistema de organização da produção agrícola impunha um desafio quanto a diferenciais de preço e de produtividade. De um sistema que buscava a autossuficiência – as comunas – para um que buscava a racionalização entre as regiões

na produção dos grãos por meio de incentivos via ‘compras públicas’. Assim, em 1981, as taxas para algodão, grãos e açúcares foram aumentadas para vendas que ocorressem acima das cotas fixadas. Ash (1988) avalia que, em efeito, essa medida subestimou o efeito ‘elasticidade da oferta’, isto é, da mudança de culturas ou do aumento da produção de determinadas culturas, como algodão e tabaco. Com os preços pagos pelo Estado maiores, o orçamento passou a incorrer em limites, tendo em vista a preocupação iminente de subsidiar os níveis de vida da população nas cidades. Assim, uma necessária reformulação que levasse à estabilização de preços se tornou necessária. Começaram a surgir agricultores especializados na produção de determinadas culturas: *“The twin premises on which these anticipated developments were based were an assured grain supply for rural producers working outside fanning; and guaranteed markets for the specialized products.”* (ASH, 1988:541).

Com a evolução do HRS, a forma de contrato estabelecida passou a ser de contrato direto para produção. A publicação pelo governo central, em 1983 e 1984, de documentos os quais reforçavam que o HRS seria o principal determinante dos ganhos de produtividade e de renda pela agricultura. O documento de 1983 indicava o estabelecimento de contratos com pagamento em acordo com a produção. O documento publicado em 1984 estabeleceu que a duração dos contratos de exploração da terra seria prorrogada dos 3 anos para 15 anos. Buscava-se, como avalia Ash (1988), encorajar o investimento na agricultura, promover a agricultura intensiva e promover a fertilidade do solo.

Taken together, the 1983 and 1984 documents constitute a landmark in the evolution of rural policy. They were a major affirmation-the clearest to date-of the institutional changes which had occurred in the countryside since the late 1970s. They set the seal on the establishment of responsibility systems, whose origins lay in the spontaneous actions of the peasants themselves and which had at first received only grudging acceptance from the central authorities. Henceforth their place as a permanent feature of the rural economic scene seemed assured and they defined the context in which other developments had to be accommodated. (ASH, 1988: 537)

Com o sistema unificado de compras governamentais, buscava-se assegurar a oferta estável de grãos e assegurar incentivos aos camponeses para produção contínua para o Estado (OI, 1986). Com esse sistema, a diversificação produtiva na agricultura e construir ‘*commodity production*’, eram objetivos centrais para o Estado. Descompasso entre uma agricultura de larga escala, que dependeria da produção das famílias

camponesas e a estruturação dos mercados, quer dizer, a garantia de preços das compras pelo Estado, em que o Estado protegia o agricultor das flutuações de preço, comprando os grãos a preço mínimo, de fato, não incentivou nem a diversificação nem a racionalização da produção de grãos (OI, 1986).

A relação com os rendimentos, dada a liberalização controlada dos preços, obtidos a partir da comercialização das safras constituiu um dos grandes feitos dessa reforma. Durante o ano de 1979, os ajustamentos de preço promovidos mostraram que o Estado seguia tendo um papel primordial tanto no que era vendido dentro da cota e fora da cota:

De fato, o volume produzido de produtos agrícolas foi considerável, desde as reformas. Oi (1986) lembra que entre 1978 e 1983, a produção cresceu 27%, ocorrendo um aumento *dramático* das vendas de grãos, pressionando a capacidade de compra do Estado, bem como sua capacidade de estocagem. A posição do Estado no sistema de procura representava que ele incorria em elevados gastos com subsídios, de modo que o sistema unificado de procura vinha se tornando proibitivo e sua eliminação seria inevitável. Subsidiar a produção agrícola não era certamente um fato novo para a China, mas o tamanho adquirido com as reformas de 1978-79, sim. Oi (1986: 274) destaca: *“Between 1974 and 1978 the cumulative losses were 20.8 billion yuan or in excess of 4 billion yuan per year. Subsidies for cereals and oil for urban and non-agricultural residents approached 2 per cent of national income.”*

O ano de 1983, portanto, marcaria o ano do ‘vigoroso desenvolvimento da produção socialista de *commodities*’. Porém, criava-se um alerta para o funcionamento dos mercados, em que se destacavam as compras públicas na composição da renda dos camponeses. Por outro lado, a criação de novos mercados também se mostrava necessária, considerando situações que não somente os excedentes além da cota. Os limites máximos de estocagem também haviam sido alcançados pelo Estado, uma vez que não se fez investimentos significativos²²³. Os limites da capacidade de estocagem se deram em função da sobrecarga da estrutura dos celeiros estatais. Diante desse cenário, os excedentes de grãos começaram a se acumular e as compras estatais passaram a ser

²²³ Conforme Oi (1986: 275): *“The state storage system w-as not prepared to handle the huge increases in grain sales. All its existing facilities were soon outstripped. Until 1983 the national storage ratio was 1 78 units of storage capacity for one unit of procured grain. By 1983 the capacity had dropped to only 0 7 units of capacity for every unit of procured grain.”* Dessa forma, como era obrigado a seguir aceitando os grãos comprados, os grãos passaram simplesmente a ser deixados do lado de fora das estruturas para estocagem. Em 1982-1983, o Estado se forçou a voltar ao sistema de estoque (*mindai chu*) similar ao utilizado em 1950. O estado assinava contrato com os camponeses para compra dos grãos, mas os produtos ficavam com os camponeses até que houvesse espaço nas estruturas estatais. Isso tinha um elevado custo para o Estado que pagava com adiantamento entre 50 e 75%.

restringidas ou até mesmo suspensas. Os quadros do Partido responsáveis pelos celeiros, de acordo com Oi (1986), aproveitaram suas vantagens de comprador (estatal) e passaram a decidir de quais camponeses os grãos seriam comprados, além de oferecer um preço mais baixo do que aquele fixado nas listas. Os limites de infraestrutura para estocagem dos grãos comprados pelo Estado dos camponeses e as limitações institucionais demonstradas pelos quadros do Partido à frente dos celeiros, foram reconhecidos como problemas da maior gravidade e que comprometiam o funcionamento do HRS.

Dificuldades com vendas dos grãos para o Estado, foi um dos primeiros contratempos a surgir no âmbito do HRS. Os camponeses precisavam ir até o Estado para vender seus produtos agrícolas e, diferente do que precisaram fazer durante a coletivização, não precisavam esconder sua produção do Estado, dada a então necessidade de cumprimento com as metas. A solução encontrada de que os próprios camponeses estocassem a mercadoria vendida ao Estado era pouco atraente para os camponeses mais pobres, visto que necessitavam de forma comparativamente mais imediata da liquidez com a venda da produção – o Estado pagava entre 50% e 70% do valor de venda, quando as mercadorias ficavam estocadas sob a responsabilidade do camponês (OI, 1986). Essa liquidez era o que garantiria a compra de insumos para o cultivo visando a safra seguinte.

Uma das formas de dar conta desta necessidade foi a regulação apresentada no início de 1983 pela qual se estabeleciam regras para circulação de mercadorias entre as regiões e as cidades do País (ASH, 1988). Em 1984, novas regras para as cotas foram definidas, buscando uma reforma de mercado em que o papel das compras estatais unificadas e mandatórias seria reduzido.

Outro problema, também apontado por Oi (1986), que despontava entre 1983 e 1984, estava na institucionalidade do sistema de compra unificada em si: “*The system of unified procurement guaranteed a minimum supply of grain to the state, but had no mechanism for limiting the amount of grain produced or purchased*” (IDEM: 280). Algumas medidas para conter o volume de grãos que chegavam para venda ao Estado também foram adotadas. Em áreas superavitárias em grãos, aboliu-se a exigência da sua venda ou a sua quota e a taxa correspondente seria paga, pelos camponeses, em grãos e as vendas compulsórias, recebidas em dinheiro. Além disso, o CE determinou, em 1984, que as áreas pobres (*pinkun diqu*) poderiam adotar um sistema de venda livre dos grãos (*ziyou gouxiao*). Entretanto, essas medidas não resolviam o problema dos camponeses, mas dos celeiros. Havia camponeses que estocavam grande quantidade de grãos, mas

estavam sem dinheiro (fundos) e não conseguiam vender, porque muitos celeiros, contrariando as diretrizes do CE, interromperam suas compras.

Com isso, os camponeses foram reduzindo a área plantada com grãos e o sistema de compras unificadas foi se mostrando menos atraente, o que foi respondido com mudanças (reforma) apresentadas pelo CE. Em 1985, o governo central anunciou limites na quantidade de grãos que passaria a comprar, tendo anunciado em março desse mesmo ano, que o sistema unificado e de cotas (*tonggou* e *paigou*) estava abolido e que, em seu lugar, um sistema de contratos para grãos e algodão seria criado, via documento divulgado em janeiro de 1985 (OI, 1986). Tratava-se de contratos prévios e voluntários de venda, um sistema de preços contratados (*hetong dinggou*). Em abril de 1985, os contratos estatais com camponeses começaram a ocorrer para compra de quantidades fixas conforme preço máximo dentro da faixa de preços²²⁴. Os contratos, vale ressaltar, passaram a ser voluntários, estando os camponeses livres para comercializar a produção nos mercados, suas decisões de produção não estariam mais limitadas por decisões centrais de estado.

Sem o sistema unificado de compras, o Estado seguiria comprando somente o excedente ao preço mínimo para garantir alguma renda mínima aos camponeses. Os preços mais altos eram garantidos pelo Estado somente para a produção que havia sido, dentro da cota, contratada previamente via o estabelecimento dos contratos voluntários (*hetong dinggou*). Oi (1986) ilustra os efeitos iniciais dessa mudança sobre a renda dos camponeses: em 1985, sua renda caiu em média 10%. Morais (2011) mostra ainda que a produção de grãos, em 1985, sofreu redução em 25 milhões de toneladas comparada a 1984.

O Estado, conforme as medidas anunciadas, desobrigava-se de adquirir todo o excedente de grãos a preços garantidos, quer dizer, ao se atingir a meta estabelecida, os camponeses poderiam vender seus excedentes livremente no mercado. Esperava-se que os camponeses fossem intensificar a diversificação produtiva. Com a fixação de preços mínimos para compra dos excedentes, o Estado incorreu na obrigação de adquirir grãos em quantidades e regularidade além do que era necessário.

In effect, the purchase and marketing of agricultural products would in future be governed by a dual system. In some cases, an increasing

²²⁴ Oi (1986: 283): “The contracts cover the procurement of rice, wheat and corn. Soybeans (*dadou*) from the six designated primary production regions (*zhuchan qu*) (Liaoning, Jilin, Heilongjiang, Nei Menggu, Anhui, and Henan) are also covered.”

number-sales and distribution would be determined by market forces; in others, it would still be guided by the state, but on a contractual basis. A corollary was that purchase prices would be established in one of two ways: either through "readjustment" by the state or through indirect "relaxation" via the market. This was the so-called "double track" system. (ASH, 1988: 547)

Desde 1985, começa a ficar evidente que três frentes deveriam orientar os ajustes estruturais na reforma agrícola: (i) entre *grains* e *crops*, em que a decisão de produção entre as regiões deveria observar as vantagens comparativas; (ii) entre culturas menores, bem como pescados, pecuária familiar e (iii) na organização do rural em si, ou melhor, entre as atividades agrícolas e as não-agrícolas. Após 1985, o Estado voltou a se preocupar com a oferta de grãos, uma vez que a produção passou a crescer a 1% ao ano. As causas do crescimento da produtividade nos primeiros anos da reforma foram atribuídas, pelo *mainstream*, inicialmente à mudança nos direitos de propriedade, que passaram das comunas para as famílias camponesas e com o seu aparente fracasso, a partir de 1985, a explicação desses analistas passou a ser que os direitos de propriedade não foram completamente distribuídos (OI, 1999).

O rural na China se transformou consideravelmente desde 1980, quando as comunas começaram a ser substituídas pelo sistema HRS. O crescimento do emprego na indústria, (início da) industrialização da agricultura, a industrialização e urbanização tornaram a relação rural e urbano muito mais complexa. Morais (2011) reconstitui esse processo e por meio dele explica o aumento dos preços dos alimentos nas cidades em fins da década de 1980 e, por conseguinte, a promulgação da Lei da Agricultura, em 1994, pelo Conselho de Estado. Gouveia (2016) é incisiva quanto a uma das consequências do processo de modernização da agricultura chinesa iniciado em 1980: o crescimento da população flutuante na área urbana e com ela, o trabalhador informal. O crescimento econômico chinês de aproximadamente 10% ao ano, até 2008 e de 7,5% ao ano, nos últimos anos, não resolve os diferenciais de produtividade agrícola e industrial. A alimentação, o padrão dietético dos chineses urbanos se modificou consideravelmente, tornando-se mais rico em proteína. Aumentou o consumo de carnes – e fiambreteria, em geral –, de grãos, de leite e de produtos hortícolas.

Os problemas que foram surgindo no âmbito do HRS, mais precisamente, do sistema unificado de compras públicas, levaram à introdução dos contratos voluntários, que conservaram, vale dizer, o Estado como principal comprador, uma vez que, camponeses recebiam um preço maior pela maior parte da sua produção que fosse vendida

ao Estado. A variação se deu quanto ao volume das compras, nesta reforma do HRS. Introduziu-se maior liberdade aos camponeses – de venda e quanto ao que produzir –, porém os camponeses passaram a conviver com um nível maior de incerteza. As mudanças introduzidas a partir de 1984, portanto, buscavam responder ao contexto de o problema ter se transformado em encontrar formas de vender ao Estado, que determinou proporções da produção que estariam nos limites do sistema de compra estatal. Um aspecto determinante introduzido, foi o pagamento da taxa, pelos camponeses, em dinheiro (*jezheng daiqian*). As relações de poder local foram substancialmente alteradas.

But for the last decade or more, policy makers have had to confront the dilemma of incomplete reform as well as deal with the consequences of successful reform. On the agricultural front, after stunning success in raising grain production immediately after the reform began, by the second half of the 1980s grain production dropped as new, more lucrative job opportunities lured rural labour away from agriculture. On the industrial front, after almost a decade of booming growth, township and village enterprises began to show serious problems by the early 1990s. Regional inequalities became more rather than less evident, as the coastal areas continued to pull ahead of the still desperately poor central and western regions, creating two disparate faces of the Chinese countryside. (OI, 1999:616-617)

Neste cenário, ocorre uma crise de legitimidade do PCCh, em que se discutia a época, a mudança de uma economia planificada para uma economia de mercado. Não apenas restritas à praça Celestial, movimentos e greves ocorreram em todo o país, excetuando-se o campo. Ocorreu uma fratura dentro do PCCh, que culminou na saída do então secretário do Partido, Zhao Ziyang. Na leitura e avaliação de Morais (2011), o ‘abafamento’ das insatisfações sociais que levaram à crise político e social de 1989, ocorreu pelo controle inflacionário promovido, pela repressão militar e pela formação de um consenso dentro do PCCh que a desigualdade seria inevitável. O desmonte do *danwei*, consequente perda de direitos e a insegurança urbana eram necessários para se chegar ao novo modelo de aceleração do crescimento econômico e da modernização. O ideal de igualdade passou a ser discursado como associado ao período maoísta.

É com essa nova disposição política e social que Deng irá para o sul, depois de dois anos de fraca performance econômica e repressão política, anunciar a necessidade de acelerar o processo de reforma econômica via ênfase nas Zonas Econômicas Especiais, o que significará que “alguns ficarão ricos primeiro” e que a dura verdade implicará que o desenvolvimento, a partir de agora, trará resultados ruins e, ao mesmo tempo, inevitáveis. É essa construção política que

deixará a gestão de Jiang Zemin/Li Peng ou Zhu Rongji com espaço para levar adiante as políticas com concentração da renda. Em outubro de 1992, o 14o Congresso do Partido Comunista Chinês endossou o gesto político de Deng formalizando que a China passara a ser uma economia socialista de mercado. No ano seguinte, em 1993, Jiang Zemin, que desde 1989 era secretário-geral do Partido, assumiu a presidência do país. (MORAIS, 2011: 105)

Recuperar a trajetória do HRS em termos de impacto sobre a organização do rural e produtividade agrícola é uma forma de ir compreendendo a construção da relação entre agricultores e Estado quanto ao uso dos direitos de exploração da terra, quanto ao acesso ao financiamento do governo central e local, quanto ao emprego de mão de obra e de tecnologia (CHRISTIANSEN, 2010).

A reorganização da agricultura nas décadas de 1990 e 2000

Experimentos regionais de liberalização dos mercados de algodão e de grãos têm início em 1991, intensificando-se em 1992 e 1993. Buscava-se reduzir a regulação estatal, limitando a atuação das agências estatais e das empresas comerciais estatais. Impunha-se um desafio para o governo chinês. Ao mesmo tempo que as reformas levam a resultados como – maior crescimento econômico e aumento da produtividade e aumento da renda, além de estabilidade política – persistia a desigualdade de renda e um número significativo da população rural vivendo abaixo da linha da pobreza. Mesmo que a partir de 1991, a renda tenha crescido em média, 5% ao ano, crescia a um ritmo insuficiente para aqueles que seguiam pobres. O bom funcionamento desses mercados para agricultura representava a independência do camponês, consolidando o objetivo da escala de produção agrícola.

Após as medidas de liberalização, a queda, em 1993, dos volumes produzidos de grãos e de algodão foi acompanhada de elevação da inflação, algo não esperado pelo governo central. Em 1993, o governo estendeu o prazo dos contratos de uso da terra por mais 30 anos e para determinadas regiões em que a terra era de mais difícil cultivo, por mais 50 anos (OI, 1999). Da mesma forma, procedeu a uma liberalização nos preços de algodão, seguida de decréscimo na produção (MORAIS, 2011). No entanto, em 1993 e 1994, houve uma subida considerável dos preços dos alimentos: de 1993 a meados de 1995, os preços reais de trigo e milho subiram em torno de 60% e de arroz, 75% (PARK; ROZELLE, 1998). A liberalização promovida em 1993 foi tomada por alguns como

motivadora da elevação dos preços dos grãos outros, apontaram a elevação da demanda devido ao aumento de salários e crescimento da renda da população rural (PARK; ROZELLE, 1998).

Dessa forma, de acordo com Stone (1989), os resultados do 7º PQ consistiram em incrementos consideráveis da produção de fertilizantes, em níveis superiores aos estabelecidos²²⁵. *Agricultural Inputs Corp* (AIC) era a empresa que centralizava as compras de fertilizantes de todas as pequenas empresas de fertilizantes do País. Essas compras ocorriam obedecendo as diretrizes do planejamento local elaboradas em conjunto com AIC e com os departamentos locais para agricultura. Entretanto, como também observa Stone (1989), governos locais e nacionais garantiam preços preferenciais somente a uma porção de fertilizantes. Em 1997, os preços do mercado de grãos caíram 40%, ao passo que os custos com a atividade agrícola entre 1984 e 1996, aumentaram 15% (OI, 1999). Os aumentos de preço dos grãos induzidos pelo Estado nas reformas de 1978-79 não foram suficientes para eliminar os efeitos da ‘tesoura de preços’ nem estimular investimentos persistentes na agricultura pelos camponeses.

Houve descompasso entre o pagamento dos empréstimos pelos camponeses, bem como da alocação de subsídios para produção pelos governos locais com o orçamento disponibilizado. Os governos locais alegavam que a restrição orçamentária os impedia de arcar com os subsídios para produção. Em 1994, os empréstimos foram transferidos das cooperativas e bancos locais para o recém-criado Banco Agrícola de Desenvolvimento (BAD):

By 1997, the total grain debt included 130 billion yuan in defaulted loans. In 1996, loans from the ADB, almost all for procurement, accounted for 13 *per cent* of all loans from formal financial institutions in China. PBC financing of procurement loans was an admission that ABCs would only make policy loans if doing so was profitable. ABCs benefited from this and even exploited it.³³ The ABC/ADB discounted losses from policy loans because they were confident that the government would ultimately bear the financial burden. (PARK; ROZELLE, 1998:472)

²²⁵ Os números apontados por Stone (1989:2) “In 1987, total production surpassed the State plan by 14 percent, leading to a substantial upward revision in the 1988 target. Nitrogen production in 1987 totaled 13.423 million metric tonnes, 16 percent over 1986 and 11 percent higher than the record 1984 total. Phosphate production was up 39 percent over 1986, to 3.259 million tonnes, surpassing the 1983 record by 22 percent. And potash production, though still small relative to requirements, grew 60 percent, to 40,000 tonnes, surpassing the 1984 peak by 29 percent.”

A importação de grãos era um tema delicado. A preocupação com a segurança alimentar, desde o período maoísta. O desafio se colocava em garantir oferta e segurança alimentar junto com desenvolvimento de uma indústria rural, que foi a principal responsável pelo aumento da renda rural. Outra preocupação de caráter político é a estabilidade social gerada pela terra, no campo. Mesmo que não tivessem interesse na atividade agrícola em si, mantinham pela terra, que representava acesso à seguridade e proteção social, em alguma medida. Além disso, não seria possível privatizar a propriedade da terra ao mesmo tempo que a privatização de empresas, na cidade, teve início. Isso porque o desemprego gerado seria compensado pela possibilidade de retornar para o campo. Por outro lado, o Estado permitiu que compradores privados comprassem grãos diretamente das famílias camponesas, chegando, no final da década de 1990, a encorajar os silos estatais a pagar preços maiores para competir com esses compradores, que se tornaram numerosos no País. Em 1998, o governo central reverteu essa permissão, quer dizer, declarou que somente o Estado poderia comprar grãos diretamente dos camponeses. Os agentes privados poderiam seguir operando, mas somente poderiam comprar grãos dos armazéns estatais.

Aprofundou-se a mercantilização dos direitos da terra. Em 1998, os contratos de direitos de uso da terra expiravam os 15 anos previstos formalização resultante do sistema HRS – e o governo central renovou por mais 30 anos, proibindo realocações diferentes dessa por outros entes administrativos. No entanto, os oficiais locais conseguiram burlar essa proibição utilizando o sistema de *hukou*, que vinha dando espaço para transferências de terra. Morais (2011) considera que para fins de uma transição que não derrubasse a renda dos agricultores, o Estado anunciou que compraria o excedente pagando um preço mínimo, quando os preços de mercado caíssem abaixo do que se garantia pelas quotas. Mercados livres deveriam passar a ocupar espaço maior para grãos e algodão. Ash (1988) descreve essa mudança para grãos e algodão funcionaria a compras a uma proporção “30:70” (*dao sanqi*), isto é, 30% dos grãos contratados deveriam ser pagos ao preço listado (*tonggou*) e os outros 70%, ao preço acima da cota (*chaogou*). Aquilo que estivesse fora dessa proporção seria vendido ao preço do mercado. Carne de porco, vegetais e produtos aquáticos tiveram suas cotas abolidas e seus preços teriam passado a ser formados via ‘lei da oferta e da procura’.

Nos primeiros anos da década de 2000, a China buscou certa interação da produção de soja com o mercado internacional e houve relaxamento da regulamentação estatal sobre a distribuição e a comercialização da soja. A pressão da demanda sobre a

soja ao longo da década de 1990 e as dificuldades estruturais para aumento da sua produção (oferta) levaram a um relaxamento da importação de soja, declarada pelo CE, na década de 1990, como *commodity* industrial (MEDEIROS, 2013). Em 2002, a China se manteve como exportador líquido com uma receita de US\$ 2 bilhões, porém no biênio 2003-2004, essa posição começou a se inverter e as importações de alimentos atingiram US\$ 11 bilhões em 2004. De fato, o comércio de produtos agrícolas (alimentícios) vinha se alterando desde o início da década de 1990: aumento expressivo da importação de cereais em 1995 e 1996 e o aumento ainda maior das importações de oleaginosas a partir de 1997 (OCDE, 2005).

Shurtleff; Huang; Aoyagi (2014)²²⁶ listam 3 motivos principais para justificar o grande aumento do consumo de soja desde 1995: (i) aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora chinesa e consequente inclusão de carne em sua dieta; (ii) água fresca tem se tornado crescentemente escassa no país e até 2007 a taxa anual média de redução era de 3-10% e (iii) o crescimento de tamanho da população chinesa. O aumento do consumo de carne motivado em muito pelo aumento da renda da população residente na zona urbana, foi um fator que exerce considerável pressão sobre a produção de soja, insumo básico da ração animal.

A ‘crise dos grãos’, em 2004 levou à adoção de medidas para se contrapor às multinacionais, tais como: restrição à propriedade de firmas estrangeiras, política de suporte financeiro para novas empresas agrícola e das já existentes (OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2014). Compradores chineses se comprometeram a comprar soja dos EUA no momento que os preços estavam muito altos e muitos compradores ficaram inadimplentes quando chegou o momento de saldar seus contratos, já no verão, pois o preço da soja começou a cair. Uma agência londrina, a *Grain and Feed Trade Association* (GAFTA) decidiu em favor das *traders*, isto é, os contratantes chineses tiveram de fato que cumprir seus pagamentos. Esses teriam incorrido em um ‘sobrepagamento’ de US\$ 1,5 bilhão (WEN, 2008). Entre 2000 e 2007, houve um aumento na atividade esmagadora de 72%, ou seja, das 19,77 milhões de toneladas esmagadas em 2000 para 34 milhões de toneladas, em 2007 – uma taxa de 8,1% ao ano (PETRY; O’REAR, 2008). O caso da indústria processadora de soja tem se mostrado emblemático para a modernização buscada pelo CE para outros produtos, como a carne de porco, por exemplo. Inicialmente

²²⁶ Os autores se basearam na reportagem publicada, em 2007, no *The New York Times* por Alexei Barrinuevo sobre a aproximação chinesa do Brasil com vistas a cultivar soja.

esse ramo da indústria sojifera era composto de pequenas empresas, desde meados da década de 2000, passou para grandes empresas: em 2007, 6 firmas processadoras tinham capacidade de 60 milhões toneladas representando 50% da capacidade mundial de processamento²²⁷. A maioria das firmas processadoras de soja estão localizadas nas áreas costeiras – Shangdong, Helongjiang e parcialmente nas regiões noroeste, centro e oriente –, isto é, não estão localizadas nas regiões produtoras (PETRY; O'REAR, 2008).

Na leitura da OCDE (2005), o contraste de um mercado doméstico cujo funcionamento ainda estava controlado pelo Estado com um mercado internacional consolidado pelo comércio por vantagens comparativas impingiu uma série de dificuldades sobre o setor chinês. Para essa instituição a política para o setor deveria observar os seguintes aspectos: redução da diferença de rendimentos entre as populações rural e urbana; integração a mercados os pequenos produtores; criação de propriedades rurais mais eficientes a partir de uma realocação de recursos; aumento da competitividade do setor nos níveis doméstico e internacional e redução seus impactos negativos no meio ambiente. Essa é uma leitura da 'questão agrícola chinesa' que parece separar o setor da estratégia nacional de desenvolvimento do país pautada na interação entre investimento público, diversificação das exportações e investimento externo direto – inicialmente em sua atração e no período recente, em sua saída ou *going out*.

No campo chinês, desde meados da década 1980²²⁸, iniciaram protestos no campo, que foi ganhando força até se tomar níveis de maior intensidade, em 1993, atingindo, de acordo com Bernstein (2008), 12 das 21 províncias chinesas. Milhares iniciaram uma longa jornada até Beijing, de diferentes partes da China e, conforme Cai (2004) *apud* Walker (2006), em 2004, a Corte Suprema do Povo havia recebido 500 mil casos de petição. Dentre as reclamações, a substituição do pagamento em dinheiro por IOU de suas lavouras pelas autoridades locais, que usaram os recursos para negócios imobiliários e comerciais especulativos. Além disso, desvio de insumos alocados pelo Estado para agricultura, lucros de TVE foram tomados por oficiais locais, que também passaram a impor uma série de multas, de taxas e impostos ilegais e não contabilizados, confisco forçado de terras, expropriação indevida de terras aráveis sem compensação

²²⁷ De acordo com Petry e O'Rear (2008: 11): "In 2007, China's soy oil processors with the daily capacity above 5 million tons totaled 117 as compared with 57 in 2000. Moreover, 91 of the 117 processors have a daily capacity of over 20 million tons, as compared to only 6 processors with such capacity."

²²⁸ Foi nesse contexto, que em 1987, ocorreu a promulgação da Lei Orgânica dos Comitês de Vila (OI; ROZELLE, 2000), que se mostrou uma manobra oportuna e perspicaz, pois procurava demonstrar o governo como aliado na defesa dos interesses dos camponeses e minimizar a oposição a suas próprias políticas.

correspondente, uso de fertilizantes químicos inferiores e falsos, de acordo com Walker (2006).

Ao final da década de 1990, no entanto, os protestos no campo chegaram a um ponto de militarização e de insurgência política, com estabelecimento até mesmo de comitês revolucionários de camponeses e alguns com bandeira anticorrupção.

A sampling of direct actions in 1993 suggests the scope and range of these collective protests. In one larger-scaled rising, an estimated 15,000 angry peasants in Renshou County in western Sichuan rose in response to the increasingly arbitrary and high fees imposed by local cadres. During this rising, which lasted for six months, they blockaded traffic, held police officers hostage, set police cars ablaze, attacked officials, rampaged through government offices and marched en masse through town streets, nearby mountains and fields and on local highways carrying pitchforks, rods, and banners. (WALKER, 2006:8)

ANEXO II – CAMPONESES – ASPECTOS CONCEITUAIS

Na China, as características e condições de reprodução material no campo têm levado a dúvidas sobre o uso do termo ‘camponês’ ou ‘campesinato’. Desde a década de 2000, quando foram mais acentuados os conflitos no campo, que tinham origem nas sucessivas mudanças na organização do rural, que foram alterando as condições sociais de reprodução, com mudanças na organização em torno da terra e das condições de trabalho no campo. Por outro lado, o termo ‘camponês’ segue sendo utilizado em função da identificação social a que remete entre os chineses e pela separação entre urbano e rural dentro do sistema *hukou*. Agricultura e o sistema econômico construído sobre atividade agrícola gerou a categoria de camponeses como das mais relevantes, de acordo com Zhong:

Por mais de 3.000 anos, os agricultores se tornaram o grupo social mais antigo, mais maduro, mais rico, mais estável e maior da China. O status social dos camponeses também é alto – dentre ‘estudiosos, camponeses, trabalhadores e empresários’, os camponeses ocupam o segundo lugar, acima dos artesãos (trabalhadores) e dos empresários, perdendo apenas para os estudiosos²²⁹.

Ainda assim, é necessária certa classificação mais pormenorizada do termo ‘camponês’, considerando-se todo o período pós-coletivização. De modo geral, camponês pode ser associado a toda pessoa que reside na zona rural em função do sistema de *hukou*, especialmente, porque parte da população que migra para zona urbana para trabalhar, pode retornar para sua localidade. Camponeses, de acordo com clássicas definições sociológicas, são famílias multigeracionais com acesso a pequenos lotes de terra destinados a seu próprio uso e para sua reprodução simples, com produção de produtos agrícolas a partir da sua própria força de trabalho familiar, de início para atender suas necessidades de alimentos, em seguida para pagamento de eventuais tributações e para comercialização. Não podem, portanto, estar classificados como capitalistas, pois não usam a terra para fins comerciais e não podem estar classificados como proletários, porque têm acesso direto a seus meios de subsistência e os empregam para sua subsistência. Muitos, no entanto, dependem de salários em empregos de meio período ou da renda de empregos informais, o que os colocaria no grupo de semiproletariado.

²²⁹ Em: <http://www.aisixiang.com/data/44049.html>

Schneider (2015), ao discutir o conceito de ‘camponês’ na China contemporânea, avalia que o seu uso, bem como de ‘pequena produção agrícola’ ocorre para substituir os aspectos negativos da conformação atual do sistema agroalimentar do país. Quer dizer, no discurso das elites econômicas e políticas chinesas, de acordo com a autora, utilizar ‘camponês’ ou ‘pequena produção agrícola’ seria uma forma de evidenciar o atraso do processo de desenvolvimento da agricultura do país, resguardando-se a ‘agricultura permanente’, identificada com a ‘tradicional história agrária chinesa’.

Specifically, *nongmin* is the word in Mandarin Chinese for both “peasant” and “farmer.” Discourses that construct *nongmin* as ignorant and backwards, and as an unsavory backdrop against which to gauge progress, are expressed in policies that serve to eliminate, dispossess, or integrate smallholder farmers vis-a-vis industrial agriculture. (SCHNEIDER, 2015:xx)

Nongmin indicaria um uso político para eliminar, despossuir ou integrar pequenos produtores agrícolas à agricultura industrial. Dessa forma, representa uma reestruturação econômica e política e uma nova lógica capitalista de reprodução. Em efeito, pequenos agricultores manteriam suporte estatal apenas para serviços sociais e acesso a serviços médicos e de educação. O discurso de elites políticas e econômicas do país foi induzindo a ideia de campesinato associado ao atraso da agricultura, o que seria um problema para os objetivos estatais de modernização agrícola, que buscam construir um agronegócio doméstico internacionalmente competitivo. Assim, na visão da autora, “*both peasants as a social form and smallholding as an agricultural form are targets for capitalist transformation*” (p.xx) O aprofundamento da modernização da agricultura da China, desde 1978-79, levou ao aprofundamento da ‘individualização’ da população rural. Esse processo, levado a cabo pelo Estado, foi se desenrolando com base nas transformações do *hukou*.

O uso atual de *nongmin* seria de fato como categoria administrativa em função do *hukou* ou para diferenciar-separar o *hukou* rural do urbano (Quadro xx). Ainda assim, conforme se observa do Quadro 03, o uso desse termo estaria, em geral, associado ao atraso e como reflexo do subdesenvolvimento econômico de algumas regiões do país. São identificados como desfavorecidos, com o atraso, com um grupo ‘pré-moderno’.

Quadro1– Categorias de Nongmin e seus usos na China contemporânea

Categorias <i>nongmin</i>	Significados e usos
Legal e administrativa	‘detentor de <i>hukou</i> agrícola’
Ocupacional	‘agricultor’
Identidade	‘agricultor/camponês/rural/migrante’
Social	‘camponês’ (baixa posição social)
Política	‘inadequada para política’
Histórica	‘pré-capitalista/transicional’
Cultural	‘atraso’
Psicológica	‘ignorante’
Forma de vida	‘subsistência’
Tamanho da propriedade agrícola	‘produção agrícola de pequena escala’
Trabalho agrícola	‘trabalho familiar’
Produção agrícola	‘subsistência/pequena produção’
Desenvolvimento	‘subdesenvolvido’

Fonte: Schneider (2015)²³⁰

Na avaliação de Schneider (2014), portanto, desde as reformas de 1978-1979, o governo central passou a utilizar o termo *nongmin* que tem o sentido duplo (e dúbio) de agricultor familiar ou pequena produção e camponês, ainda que este termo seja usado, de forma escrita e falada, desde o início do século XX, como resultado do esforço de modernização realizada pela era Meiji na tradução de obras literárias ocidentais para o mandarim²³¹. Antes disso, para se identificar rural e agrícola não possuíam referências ao feudalismo dentro da China, como aconteceu na Rússia e na Europa. E a dubiedade na tradução e uso do termo *nongmin* passou a se dar com as obras de autores não chineses escrevendo sobre a China, nas décadas de 1920 e 1930. O Partido Comunista da China, sobretudo nas primeiras décadas após a revolução de 1949, buscou a construção de uma nova sociedade chinesa para o que, de acordo com Cohen (1993), ao contrário de outros governos comunistas em países europeus ou asiáticos, teve êxito em termos de impor

²³⁰ A autora construiu esse quadro a partir de uma análise crítica de discurso para elucidar que o olhar para situação dos camponeses mais do que um simples corolário da modernização, isto é, pode ser uma forma de compreender como são pensados os projetos de modernização.

²³¹ Cohen (1993: 155): “In addition to *fengjian* (feudal) and *mixin* (superstition), there is *nongmin*, precisely the term usually translated as “peasant.” In some cases (i.e., *fengjian*, *nongmin*), the Meiji-era Japanese modernizers drew upon classical Chinese texts for the kanji terms they would use in their translations of works from the West, while in others they created their own neologisms (as with *mixin*). In all cases, however, these terms entered both written and spoken Chinese as “modern” words, inherently abstract and readily available for the assignment of new meaning precisely because they were largely unencumbered by any traditional cultural baggage that might interfere with their use in the context of visions of contemporary China.”

‘dominância cultural’²³². Um ponto importante da avaliação de sua avaliação é que se construiu uma nova elite que não participava ou que condenava as tradições e ritos da massa popular chinesa. Dessa forma, apartou-se a identidade cultural das massas do Estado, desembocando em um problema de identidade nacional comum, o que explicaria a dificuldade ao se referir ao campo: “*characterized by an obvious lack of cultural consensus: between city and countryside; state and society; intellectuals and the public; and between many intellectuals and the state.*” (IDEM: 153).

E a população rural e o campo, na necessidade de se redefinir o tradicional, passou a ser encarado pela nova elite como ‘atrasado’, sendo o principal obstáculo para o desenvolvimento econômico chinês (COHEN, 1993). Era necessária uma nova forma de identificar os trabalhadores e habitantes da zona rural de modo a conferir o sentido da sua participação autônoma na reconstrução da China moderna. Camponês representava não somente o atraso, mas parte de um problema estrutural que a Revolução se alçou a resolver e por isso não poderia persistir após a Revolução. Day (2013) avalia que em diferentes grupos de intelectuais²³³ (com afiliações ideológicas distintas) aparece a noção de camponês como atraso, sendo o seu uso indicativo da forma como esses intelectuais designam as trajetórias de desenvolvimento chinês. Nesse contexto, as narrativas de progresso econômico chinês representam a transformação da figura do camponês em um novo ator ou em um ator revolucionário, de acordo com Day (2013).

During the years of collectivization in Mao’s China, peasant labor underwrote industrialization, but peasants themselves were largely viewed by the state as impediments to socialist modernization. In the early 1980s, an unprecedented infusion of state funding into the rural economy together with institutional changes gave rise to unprecedented rural prosperity, and the problem of the peasant was regarded as resolved once and for all – a view, however, that quickly lost traction. From the late 1990s into the early 2000s, an intense debate on the future

²³² De acordo com Cohen (1993: 153): “[...] *the Communist state continues to assert its cultural dominance even though it remains unable to give it viable cultural expression. Furthermore, there had already emerged a major crisis of cultural integration and national identity during the century prior to the onset of Communist rule: the Western assault on and penetration of China, the collapse of the old dynasty, the emergence of new urban working and professional classes, and the rise of a new intelligentsia were among the developments linked to the construction of a particularly Chinese style of elite intellectual nationalism that was severely antitraditional and iconoclastic.*”

²³³ Conforme ressaltado por Schneider (2014), Day (2013) identifica a existência de pelo menos três grupos de intelectuais na ‘reforma chinesa’, a saber: liberais (*ziyoupai*) que promoveram reformas de mercado e aumentaram direitos dos cidadãos como solução dos problemas decorrentes da reforma de 1978-79; nova esquerda (*xinzuopai*) que bradaram a proeminência dada ao mercado em relação a trabalhadores urbanos e camponeses, os quais perderam muito poder e ‘neoliberais’ ou ‘economistas do *mainstream*’ (*xin ziyoushuyizhe*), que propuseram que o Estado deveria exercer um papel administrativo e estabilizador na criação da economia de mercado.

of the peasant and rural reform erupted into mainstream discourse.
(DAY, 2013: 3)

Heger (2020) enfatiza que, na China, camponês é uma designação que, em sentido amplo, não é mais utilizada para definir ocupação ou local de residência, mas que desempenha função discursiva criada para ‘quem vem de fora’. De acordo com Heger (2020:5): “[...] *being “peasants” is the lived reality for the about-to-be-transformed rural population, it makes sense to depart from this exact terminology, not least in order to analyse how people position themselves towards everything this term implies in their ongoing identity work.*”, em que a urbanização é o fenômeno capaz de alterar a situação dos camponeses.

ANEXO III – SISTEMA POLÍTICO E CONSTITUIÇÃO DA CHINA

Com a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, teve início a reorganização política do país, buscando-se um novo sistema político para uma nova ordem política. Em 1954, foi legalmente instituída a primeira Constituição²³⁴ da China, com base no Sistema de congresso do Povo, confirmado anteriormente, ainda em 1949, durante *Common Program of the Chinese People's Political Consultative Conference* (SHI, 2014). Após o caos vivenciado durante o 'século da humilhação', não era surpreendente que se induzisse a associação entre governo, povo e PCCh com ordem política e estabilidade. Nesta constituição de 1954, estabeleceu-se na China estado socialista democrático, como transcreve Shi (2014:108): “*All power in the PRC belongs to the people. The Organs through which the people exercise power are the NPC and the local people's congresses at various levels [...] NPC and the local people's congresses at various levels are constituted through democratic elections. They are responsible to the people and subject to their supervision.*” A construção da almejada 'ordem constitucional' foi abandonada somente durante a Revolução Cultural, tendo sido abandonadas as versões das constituições de 1975 e 1978, dada a trajetória de ordem política oposta assumida.

As sucessivas revisões da Constituição no País – 1982, 1988, 1993, 1999, 2004 e 2018 – foram representando resposta em termos de arcabouço legal para os desdobramentos dos desafios econômicos, sociais e culturais que foram sendo enfrentados. Jianfu (2004) ressalta que tais revisões são apresentadas pelo governo e por

²³⁴ As principais determinações da Constituição da China podem ser assim enunciadas: dentro dos princípios políticos fundamentais: (1a) PCCh é o único Partido político no poder; (2a) Sistema socialista – conduzido pela classe trabalhadora e baseado na aliança entre trabalhadores e fazendeiros (farmers) é o sistema fundamental da RPC; (3a) todos os direitos pertencem ao povo – é no Congresso Nacional do Povo que o povo chinês exerce o seu poder, sendo o povo quem conduz economia, política, cultura etc; (4a) tarefa e meta central do governo chinês é construir o socialismo com características chinesas; (5a) centralismo democrático como princípio organizacional básico do Estado; (6a) Forças Armadas pertencem ao povo (7a) o país é governado sob o rigor da lei maior que é a Constituição e (8a) Sistema de autonomia ética e regional. O segundo princípio fundamental diz respeito aos direitos dos cidadãos chineses na política do país: (1a) todos os cidadãos são iguais perante a lei; (2a) todo e qualquer cidadão pode votar e se candidatar, após completados 18 anos de idade; (3a) Liberdade de expressão e pensamento; (4a) Liberdade de crença religiosa; (5a) inviolável liberdade – nenhum cidadão pode ser arbitrariamente preso –; (6a) Liberdade de correspondência e de privacidade; (7a) direito de expressar opiniões a respeito de órgãos estatais; (8a) direito de receber compensações em caso de direitos civis infringidos; (9a) direito ao trabalho; (10a) direito à proteção social; (11a) direito a receber educação; (12a) Liberdade para se dedicar a estudos acadêmicos ou criação literária; (13a) igualdade entre homens e mulheres; (14a) homens e mulheres têm ambos o direito de realizar planejamento familiar; (15a) cidadãos têm a obrigação de pagar impostos, conforme disposições legais; (16a) cidadãos têm a obrigação de servir o exército e se juntar à milícia, em acordo com a lei. Conforme: http://www.china.org.cn/features/political/2003-06/03/content_1026143.htm

acadêmicos chineses filiados como evidências de um processo orgânico de construção social, porém, essa consulta ao povo aconteceria, na avaliação do autor, apenas em limitados círculos de autoridades próximas à elite do partido. A versão de 1982, liderada por Deng Xiaoping representou a recuperação da ‘ordem institucional’ do País e foi possível graças à habilidade política de Deng em colocar, dentro do PCCh, vitoriosa a concepção de que a abertura representaria garantir a estabilidade, o desenvolvimento e modernização. Em 1978, na 3ª plenária do 11º Comitê Central, a RPC ingressou em uma nova era chamada de “*Reform and opening door*”, mostrando a busca do país por sua versão própria de socialismo.

Na China, uma dada revisão da Constituição deve passar pelo seguinte escrutínio: proposição do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo (*Standing Committee of the National People’s Congress*) ou por mais de um quinto dos delegados do NPC e deve ser aprovada por maioria igual a dois terços de uma sessão do NPC. A supervisão da implementação da Constituição é dever do NPC por meio da sua Comissão Permanente²³⁵.

Em 1982, portanto, a Constituição demarcou uma nova era: enunciando os “Quatro Princípios Fundamentais”, enfatizando a construção da modernização socialista como uma tarefa nacional essencial, estabelecendo bases para o Investimento Externo Direto (IED), na China, e sua proteção e permitindo o desenvolvimento da economia individual como complementar à economia socialista²³⁶ (JIANFU, 2004), bem como buscando uma recomposição entre poder de Estado e direitos dos cidadãos²³⁷ (SHI, 2014). Em 1988, a principal modificação introduzida foi para acompanhar o rápido florescimento da economia individual e, assim, conseguir fornecer substância constitucional para transferências comerciais de direitos de uso da terra (JIANFU, 2004).

Em 1992, o 14º Congresso do Partido indicou uma revisão ideológica significativa para “economia socialista de mercado”. Assim, na versão da Constituição de 1993, de acordo com Jianfu (2004), oficializou-se a substituição de “*central planned economy*” por “*market planned economy*”, bem como “*state-run economy*” e “*state-run enterprises*” foram substituídos por “*state-owned economy*” e “*state-owned enterprises*”. Em 1997, o

²³⁵ Conforme: http://www.china.org.cn/features/political/2003-06/03/content_1026143.htm

²³⁶ Respectivamente: preâmbulo, Artigo 11 e Artigo 13 da Constituição de 1982.

²³⁷ Fundamental ressaltar, conforme Shi (2014), que na segunda sessão do 10º Nacional Congresso do Povo se proclamou: “the state respects and protects human rights”, marcando rompimento definitivo [este definitivo me incomoda. Expressão forte demais] com a política do período maoísta e abrindo o caminho da abertura e da modernização.

15º Congresso do Partido adotou retomar a continuidade das reformas introduzidas por Deng Xiaoping. A partir daí, como nas versões anteriores da Constituição, a decisão do PCCh induziu à revisão da Constituição. No início de 1999, uma versão foi elaborada e apresentada pelo Partido ao *Standing Committee* para consideração e adoção. Dessa forma, Jiansu (2004) descreve a Segunda Sessão do 9º Congresso Nacional do Povo (NPC) como mera formalidade, visto que todas as 6 propostas de revisão do PCCh foram adotadas na íntegra. A versão de 1999, procura dar conta das políticas introduzidas ao longo da década de 1990 – Lei dos Bancos, Lei da Agricultura, Reforma Fiscal, Zonas Econômicas Especiais (ZEE) etc – refletindo a determinação do partido em prosseguir com as reformas e a abertura (DUMBAUGH; MARTIN, 2009). Nesta revisão, consolidou-se o socialismo com características chinesas conduzido sob a liderança do PCCh.

To achieve the new goals of development, the Communist Party had to be transformed from an agent of revolution into an instrument of development. The redirection of the Party was cogently captured in the late 1990s in Jiang Zemin's 'Three Represents' slogan: representing the most advanced productive forces, the most advanced culture, and the fundamental interests of all the people. Successful business people were reclassified proletarians so that they could qualify for admission to the Communist Party. It secured greater control over the bourgeoisie in the very process of empowering it. It was also in these years that efforts to resurrect Confucianism got under way as a substitute for loss of faith in socialism, and a source of native values with which to ward off undesirable consequences of development. By the end of the decade the PRC had joined the WTO, and already was on its way to becoming 'the factory of the world'. (DIRLIK, 2017:389)

Em 2004, foram incorporados princípios igualmente decididos no 16º Congresso do Partido, realizado em 2002 e, conforme Jianfu (2004), as principais introduções consistiram em reforçar o reconhecimento dos direitos humanos, maior proteção à propriedade privada, bem como revisões técnicas outras, além da autoridade às Três Representatividades. Em 2018, após 14 anos, aconteceu mais uma revisão da Constituição, a qual foi denominada pela imprensa de “Constituição de Xi Jinping”, mostrando o seu simbolismo, visto que a Constituição de 1982 é conhecida como “Constituição de Deng Xiaoping” (KEN, 2018)²³⁸. . Como destaca Shi (2014) a conexão entre PCCh e PCS é constantemente institucionalizada dentro de um arcabouço legal, isto é, lei e política.

²³⁸ Em: <https://www.nippon.com/en/in-depth/a05803/china%E2%80%99s-new-xi-jinping-constitution-the-road-to-totalitarianism.html>.

The Constitution is viewed by the Communist writers as a superstructure above a definite social-economic structure of a society. It is a product of an instrument to serve the structure. The Constitution thus serves as a legal document formally confirming the past victory of the dominating class and legally fixing a new political and social system under the Constitution. Through the adoption of the Constitution, the draft of which was prepared by the Central Committee of the CPC [Chinese Communist Party], a state system is instituted, pyramidal in structure and extreme in its centralization of power. (CHANG, 1956:521)

Cada revisão da Constituição acontece coincidindo com as quinquenais decisões tiradas nos Congressos do Partido e o Congresso Nacional do Povo reflete, de fato, a liderança do Partido. Mesmo com revisões, a estrutura política segue sem modificações, o PCCh mantém-se fundamental para aprovação das emendas e principais diretrizes do governo central e as instâncias políticas seguem as mesmas. Quer dizer, mantém-se o texto do artigo 2º do Capítulo 1 da Constituição de 1982, todo o poder emana do povo e o Congresso Nacional do Povo (NPC) em seus variados níveis são os órgãos pelos quais o povo exerce seu poder de Estado. O sítio do NPC apresenta o PCS como o sistema político fundamental do País e elenca suas 5 propriedades básicas: (1) o poder emana do povo, logo, o congresso é eleito para representar e fazer vistas ao povo; (2) o poder do Congresso do Povo é exercido coletivamente, com deliberações coletivas e observando estritamente o princípio do centralismo democrático, uma vez que na Constituição se mantém a orientação marxista-leninista; (3) é o Congresso do Povo responsável por criar órgãos com poder de Estado e a ele prestam contas; (4) ao PCS cabe estabelecer relações entre todo o Estado como um todo e regiões autônomas minoritárias. Neste sistema, é válido destacar, a representação e as decisões se dão no âmbito da NPC e os congressos locais e provinciais. Em termos práticos, cabe ao NPC²³⁹: revisar a Constituição, supervisionar a execução da Constituição, eleger presidente e vice-presidente da RPC, decidir sobre a escolha do Primeiro Ministro do CE, seguindo a indicação do Presidente da RPC, além da decisão sobre ministros, encarregados de ministérios ou de comissões, do Auditor Geral e do Secretário Geral do Estado, mediante indicação do Premier, dentre outras.

Sua composição é de delegados eleitos nas províncias, regiões autônomas e municipalidades, de forma direta e os delegados que representam o governo central são

²³⁹ Em: http://www.china.org.cn/features/political/2003-06/03/content_1026144.htm

eleitos pelas Forças Armadas. Seu mandato é de 5 anos e se organiza em delegações. Cada delegação representa unidades que elegeram deputados, as quais são lideradas por um presidente e um vice presidente. Ao passo que a Comissão Permanente do NPC é que organiza as eleições bem como convoca as reuniões (sessões) anuais do NPC ou sempre que necessário. Os comitês especiais, dentro da estrutura do PCS, contribuem para ação parlamentar. Atuam ajudando o governo a tomar decisões mais corretas e técnicas para reduzir erros ao longo do processo, além de trazer à participação professores e demais acadêmicos (WAN²⁴⁰, 1980 *apud* SHI, 2014). Ao passo que os congressos locais, que começaram a acontecer em 1979, durante a Segunda Sessão do 5º NPC, têm desempenhado um papel ativo, contribuindo para aproximar o interior do país do centro.

Estrutura política chinesa se dá pelo sistema Congresso do Povo, PCCh no poder, sistema administrativo central e sistema administrativo local, todos sob a Constituição. O órgão estatal de mais alto grau administrativo é o Conselho de Estado (CE, como grifado anteriormente nesta seção) e faz valer o princípio básico de responsabilidade de liderança, que rege a administração central chinesa. Dessa forma, CE exerce liderança única também sobre os órgãos administrativos locais, regula funções de órgãos estatais em todos os níveis. O Premier tem responsabilidade pela condução do Conselho, do NPC e da Comissão Permanente do NPC, enquanto os ministros, responsabilidade pela condução das reuniões de trabalho de seus ministérios, reuniões das comissões e assinando relatórios que são sempre reportados ao CE, da mesma forma, os órgãos de governos locais em todos seus níveis. A composição do CE, com mandato de 5 anos, é: Premier, vice premiers, ministros responsáveis por ministérios, ministros responsáveis por comissões, auditor geral e secretário geral. Essa composição, importante ressaltar, é idêntica à composição do Politburo do PCCh.

O funcionamento do CE ocorre por meio de reuniões. A reunião geral ocorre com a presença de todos os membros do Conselho e se destina à discussão de pontos considerados da maior relevância e ocorre a cada 2 ou 4 meses. A reunião executiva se restringe ao Premier, Vice Premier, Conselheiros de Estado e Secretário Geral. Acontece uma vez ao mês e se destina a tratar de leis, regulamentações, prestação de contas que serão submetidas ao NPC. A reunião de trabalho é destinada ao Premier apresentar ou discutir temas relevantes para a nação chinesa e pode ocorrer sempre que necessário, podendo ser diária, inclusive. Algumas funções do CE podem ser citadas: *i*) emite

²⁴⁰ Wan Li secretário do NPC, no final da década de 1980.

regulamentos administrativos, decisões e ordens em acordo com a Constituição; *ii*) guia e supervisiona os ministérios e comissões subordinadas; *iii*) aprova a divisão geográfica e administrativa do país; *iv*) conduz relações exteriores, bem como conclui a formulação e assinatura de acordos internacionais; *v*) exerce a liderança unificada sobre o trabalho dos órgãos locais da Administração em todos os níveis; *vi*) e formula a divisão de poderes entre o Governo Central, as províncias, as regiões autônomas e as municipalidades (JIANG, 2004; DUMBAUGH; MARTIN, 2009; SHI, 2014)²⁴¹. O CE também planeja e implementa planos para o desenvolvimento nacional, incluindo o orçamento.

²⁴¹ E: <http://english.www.gov.cn/>